



Diário Oficial

Municípios de Santa Catarina

Edição Extra Nº 4006

Sábado - 15 de Outubro de 2022

Florianópolis/SC

Sumário

EDIÇÃO EXTRA

Associações

AMAI.....2

Consórcios

CIDIROS	12
CIS/AMFRI.....	12
CIS/AMOSC.....	13
CIS/AMVI	15
CISAM	16
CISAMARP	18
CISNORDESTE	19
CVC.....	20
CIGAMVALI.....	20
CIGAMERIOS	40
CIMA.....	40
CIM-AMUREL	41
CIASS.....	42
CIM-AMAI	46



Associações

AMAI

CONTRATO Nº 027-2022 - SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

Publicação Nº 4251533

1

CONTRATO Nº 027.2022

SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

DISPENSA DE LICITAÇÃO – ARTIGO 24, INCISO II, DA LEI 8.666/1993

Pelo presente instrumento particular, de um lado a **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - AMAI**, inscrita no CNPJ sob o nº 83.678.086/0001-33, com sede na Rua Floriano Peixoto, 100, Centro, Xanxerê/SC, CEP 89.820-000, representada pelo Presidente, Sr. Márcio Luiz Bigolin Grosbeli, Prefeito de São Domingos, SC, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 2.878.754, inscrito no CPF sob o nº 868.760.829-20, doravante denominada **CONTRATANTE**; do outro lado **ORTOCLIN FRATURAS E FISIOTERAPIAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 86.706.041/0001-13, com sede na Avenida La Salle, nº 226, Sala 02, Centro, no município de Xanxerê/SC, Cep 89.820-000, neste ato representada pelo sócio administrador Claudio Antonio Briesse, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 991.781.928-20; doravante denominada **CONTRATADA**; celebram, entre si, contrato de prestação de serviços voltados para segurança e medicina do trabalho, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação, por parte da empresa Contratada, de serviços especializados na área de segurança e medicina do trabalho para atender as demandas da Contratante, a fim de elaborar o Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR; Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT; Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade – LTIP; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO; bem como realizar exames médicos periódicos do PCMSO, incluindo exames admissionais e demissionais e, por fim, prestar informações e sanar dúvidas apresentadas no transcurso do prazo contratual.

1.2. Para a prestação dos serviços, a empresa Contratada deverá observar as seguintes informações:

I – Elaboração do PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos para identificar os riscos físicos, químicos, biológicos e ergonômicos no ambiente de trabalho e deverá ser elaborado conforme obrigatoriedade da NR 9 do Ministério do Trabalho, o qual deve ser apresentado num documento base, num prazo de 30 dias a contar da assinatura do contrato, o qual deverá conter, no mínimo a seguinte estrutura:

- a) Planejamento anual com estabelecimento de metas, prioridades e cronograma;
- b) Estratégia e metodologia de ação;
- c) Forma do registro, manutenção e divulgação dos dados;
- d) Periodicidade e forma de avaliação do desenvolvimento do PGR;
- e) Antecipação;
- f) Reconhecimento qualitativo e quantitativo dos riscos;
- g) Adoção de equipamentos de proteção individual (EPI) apenas quando comprovada a inviabilidade técnica da adoção de medidas de proteção coletiva, ou quando essas não forem suficientes ou se encontrarem em fase de estudo, planejamento ou implantação, ou, ainda, em caráter complementar ou emergencial, conforme item 9.3.5.4 da NR 09. O PGR deverá conter expressamente a indicação de proteção de máquinas e equipamentos, conforme NR 12, conforme cada setor/atividade, caso estejam em desacordo com a Norma regulamentadora citada, deverá ser indicadas adequações a serem realizadas e proteções a serem instaladas de forma a reduzir, eliminar ou minimizar os riscos detectados;
- h) Estabelecimento de prioridade e metas de avaliação e controle, através da;
- i) Avaliação dos riscos e da exposição dos trabalhadores;
- j) Definição das medidas de controle;
- k) Cronograma de ação.

OBS: O reconhecimento dos riscos será feito através de entrevistas com pelo menos um ocupante de cada função e seus respectivos chefes imediatos e visita “*in loco*” às instalações.

II – Elaboração do PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, que será uma ferramenta de controle da saúde ocupacional e mesmo física dos servidores, de acordo com os riscos a que estiverem expostos no ambiente de trabalho, com o objetivo de prevenir e diagnosticar precocemente os danos à saúde decorrentes do trabalho e será:

- a) Para identificar os riscos, o PCMSO trabalhará em parceria com o PGR, motivo pelo qual deverá ser realizado após PGR;
- b) Algumas de suas exigências básicas são as realizações dos exames em todos os servidores públicos do Município com a elaboração do programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional,

visando à promoção da saúde e integridade dos servidores, considerando os cargos ocupados, a tarefa executada, a exposição aos agentes nocivos, a idade, entre outras variáveis e deverá conter no mínimo;

b.1) Indicação de exames admissionais, considerando o cargo e a atividade desempenhada, ressaltando-se expressamente a ilegalidade do respectivo custeio ao trabalhador;

b.2) Indicação de exames periódicos, considerando a atividade que realiza o agente de exposição, queixas mais frequentes, inclusive nos casos de suspeita de LER/DORT, não se limitando aos critérios da idade, entre outros.

b.3) Indicação de exames demissionais, considerando o cargo e a atividade desempenhada;

b.4) Indicação de exames de retorno ao trabalho e de mudança de cargo/função.

b.5) Deverá ser assinado por médico do Trabalho

c) Deverá ser entregue no prazo de 60 (sessenta) dias.

OBS: A empresa contratada deverá apresentar ART/CREA recolhida antes do início dos trabalhos, sob pena de rescisão contratual e deverá entregar uma via na divisão de Licitações e Contratos.

III – Elaboração do LTIP – Laudo de Insalubridade e Laudo de Periculosidade por engenheiro de segurança do trabalho e deverá realizar análise quantitativa de ruído contínuo, ruído de impacto, por Dosimetria, apresentando os aparelhos que utilizará, os quais obrigatoriamente deverão ser aqueles especificados pelas normas técnicas e serão utilizadas as seguintes metodologias para quantificação dos agentes:

a) Ruído: coleta das amostras por dosimetria, interpretação e caracterização dos resultados, com base nos procedimentos técnicos estabelecidos pela NHO 01 da Fundacentro e pelos anexos 1 e 2 da NR 15 da Portaria 3214/78 e anexo IV do Decreto 3048/99 e suas atualizações.

b) Sobrecarga Térmica: coleta das amostras pela análise das condições de temperatura e regime de trabalho da suposta hora mais desfavorável, interpretação e caracterização dos resultados, com base nos procedimentos técnicos estabelecidos pela NHO 06 da Fundacentro e pelos anexos 3 da NR 15 da Portaria 3214/78 e anexo IV do Decreto 3048/99 e suas atualizações.

c) Umidade: O reconhecimento dos riscos deverá ser efetuado através de visita às instalações, de análise dos processos de produção e métodos de trabalho, de entrevistas com ao menos um servidor público do Município de cada função, ratificadas pelo respectivo imediato e a interpretação dos resultados deverá ser feita de acordo com critérios da ACGIH (informações para o PGR) e da Legislação Brasileira – NR 15 (informações com reflexos sobre os adicionais de insalubridade/MTB e sobre a aposentadoria especial/INSS).

d) Radiação não ionizante: O reconhecimento dos riscos deverá ser efetuado através de visita às instalações, de análise dos processos de produção e métodos de trabalho, de entrevistas com ao menos um servidor público do Município de cada função, ratificadas pelo respectivo imediato e a interpretação dos resultados deverá ser feita de acordo com critérios da ACGIH (informações para o PGR) e da Legislação Brasileira – NR 15 (informações com reflexos sobre os adicionais de insalubridade/MTB e sobre a aposentadoria especial/INSS).

e) Vibrações: O reconhecimento dos riscos deverá ser efetuado através de visita às instalações, de análise dos processos de produção e métodos de trabalho, de entrevistas com ao menos um servidor público do Município de cada função, ratificadas pelo respectivo imediato e a interpretação dos resultados deverá ser feita de acordo com critérios da ACGIH (informações para

o PGR) e da Legislação Brasileira – NR.

f) Estrutura e Equipamentos: a contratada deverá ter equipamentos adequados, devidamente calibrados em laboratório aferido pelo INMETRO.

g) Laudo de Avaliação Quantitativo de Agentes Químicos compreenderá: coleta das amostras com base na NHO 07 da Fundacentro e nos métodos analíticos 3M, NIOSH e/ou OSHA, interpretação e caracterização dos resultados com base nos limites de tolerância estabelecidos pela ACGIH e pelos anexos 11, 12 e 13ª da NR da portaria 3214/78, acrescido pela portaria 14/95 e anexo IV do decreto 3048/99 e suas atualizações, sendo realizada coleta de amostras em campo (acompanhado por um representante da Contratada) respeitando-se o número mínimo de amostras e brancos de campo, respeitando-se os dias de produção normal (funcionamento do estabelecimento) e quando em função do tipo de amostra deverá ser respeitado o limite de umidade relativa do ar.

h) Agentes biológicos: o reconhecimento dos riscos deverá ser efetuado através de pesquisa bibliográfica prévia, de visita às instalações, de análise dos processos de produção e métodos de trabalho, de entrevistas

com ao menos um servidor público do Município de cada função, ratificadas pelo respectivo imediato e a interpretação dos resultados deverá ser feita de acordo com critérios da ACGIH (informações para o PGR) e da Legislação Brasileira – NR 15 (informações com reflexos sobre os adicionais de insalubridade/MTB e sobre a aposentadoria especial/INSS). Laudo técnico de periculosidade por inflamáveis conforme anexo 02 da NR 16 da Portaria 3214/78.

i) Deverá ser entregue no prazo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato.

OBS: O laudo deverá ser assinado por engenheiro de segurança do trabalho com emissão da ART/CREA/RS.

1.3. A empresa Contratada declara, prévia e expressamente, que teve pleno conhecimento da natureza e escopo dos serviços a serem prestados, bem como das condições e particularidades inerentes à natureza dos trabalhos, na qual se compromete a acatar todas as especificações estabelecidas no Termo de Referência, neste Contrato e na proposta de orçamento fornecida pela Contratante.

1.4. Faz parte integrante deste contrato o termo de referência e a proposta de orçamento fornecida pela Contratante.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

2.1. A dispensa de licitação para contratação do serviço mencionado na cláusula anterior está alicerça no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/1993 (Lei de Licitações)¹.

¹ É dispensável a licitação quando para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

CLÁUSULA TERCEIRA– DA REMUNERAÇÃO

3.1. Em remuneração aos serviços prestados, a empresa Contratada receberá da Contratante o valor fixo de R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais), a ser pago em 12 (doze) parcelas iguais e sucessivas no valor de R\$ 108,33 (cento e oito reais e trinta e três centavos) mensais, iniciando-se a primeira em 10/11/2022. Além do valor anual mencionado, a empresa Contratada receberá o valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) individualmente por exame admissional e demissional requisitado pela Contratante.

3.1.1 Ainda dispõe a Contratada, dos seguintes serviços para serem contratado extracontratualmente pela Contratante, e sob os seguintes valores extras:

- Avaliação de Fisioterapia 100,00
- PPP Func. Inativo - Perfil Profissiográfico Previdenciário 150,00
- PPP Func. Ativo - Perfil Profissiográfico Previdenciário 50,00
- Radiografia de coluna lombo-sacra 80,00
- Comunicação de Acidente de Trabalho 50,00
- Consulta Clínica 150,00
- Curativos 45,00
- Inclusão de Função 150,00
- Ordem de Serviço de Segurança e Medicina do Trabalho 10,00
- Reimpressão LTCAT 25,00
- Reimpressão PCMSO 25,00
- Reimpressão PPRA 25,00
- Tala Gessada 100,00
- Acetilcolinesterase plasmática 40,00
- Ácido metilhipúrico 40,00
- Antígeno Austrália (HBSAG) 40,00
- Audiometria tonal ocupacional 35,00
- Avaliação da acuidade visual 20,00
- Avaliação da visão de cores 0,00
- Coprológico funcional (caracteres, pH, digestibilidade, amônia, ácidos orgânicos e interpretação) 30,00

- Creatinina 40,00
- Foliculo estimulante, hormônio (FSH) 40,00
- Glicemia 40,00
- Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas) 30,00
- Hormônio luteinizante (LH) 40,00
- Hormônio Tireoestimulante, (TSH) 40,00
- Prova de função pulmonar completa (ou espirometria) 120,00
- Transaminase oxalacética (amino transferase aspartato) 40,00
- Transaminase pirúvica (amino transferase de alanina) 40,00
- Widal, reação de 40,00
- Radiografia de tórax (PA) Padrão OIT (o mais recente), com pelo menos um leitor habilitado 80,00
- Sessão de Fisioterapia 50,00
- Avaliação Psicossocial 80,00
- ECG convencional de até 12 derivações 100,00
- Infiltração 150,00
- Revalidação de Atestado 73,00
- Brucela - IgG 90,00
- Brucela - IgM 90,00
- Carboxihemoglobina 40,00
- Chumbo sanguíneo 40,00
- Cromo urinário 40,00
- Metanol 40,00
- Parasitológico de fezes 40,00
- Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico) 80,00

3.2. O preço é fixo, não ocorrendo qualquer espécie de reajuste no transcurso dos 12 (doze) primeiros meses.

3.3. A empresa Contratada emitirá nota fiscal (constando informação sobre os dados bancários para depósito/transferência) com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência ao pagamento, sendo que este ocorrerá nos dias 10 de cada mês subsequente.

3.4. A Contratante poderá sustar o pagamento nos seguintes casos:

- a) Serviços prestados ou objetos entregues fora dos padrões éticos e da qualidade atribuível à espécie, devidamente valorado pela Contratante;
- b) Serviço prestado ou objetos entregues em desconformidade com o acordado;
- c) Existência de qualquer débito para com este Órgão;
- d) Descumprimento de qualquer um dos dispositivos contidos neste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS E VIGÊNCIA DO PRESENTE CONTRATO

4.1. A vigência contratual perdurará pelo lapso temporal de 12 (doze) meses, iniciando-se a partir das assinaturas deste contrato; podendo ser prorrogado, a critério da Contratante e com a anuência da Contratada, nos termos da Lei nº 8.666/93.

4.2. Os prazos para prestação dos serviços se darão da seguinte forma:

- a) O PGR e o LTCAT em 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;
- b) O PCMSO em 90 (noventa) dias após a assinatura do contrato;
- d) O LTIP em 120 (cento e vinte) dias após a assinatura do contrato;
- e) Os exames médicos e consultas em geral, incluindo admissionais e demissionais, em até 10 (dez) dias contados da solicitação de agendamento.

CLÁUSULA QUINTA- DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

5.1. É dever/obrigação da empresa Contratada: a) Obedecer às normas e especificações na forma da Lei; b) dispor dos profissionais necessários à execução dos serviços descritos, prevendo substitutos, no caso de possíveis ausências. Os profissionais deverão possuir a qualificação de Engenheiro de Segurança do Trabalho, Técnico de Segurança do Trabalho e Médico do trabalho; c) Para a elaboração dos laudos referentes ao LITP e LTCAT, estes deverão ser feitos nos setores e funções dos departamentos da AMAI, e obedecer as orientações nas Normas Regulamentadoras vigentes, sobretudo NR-15 e NR-16; d) Prestar os serviços na qualidade, quantidade e prazos pactuados, observando os princípios éticos inerentes à execução dos mesmos;

e) acatar as decisões e observações feitas pelos fiscais deste contrato; f) receber o pagamento conforme disposto no contrato; g) manter-se adimplente no que tange aos tributos, sejam eles Federais, Estaduais e/ou Municipais, inclusive no que concerne às verbas trabalhistas e de caráter previdenciário; h) Assumir a responsabilidade por todas e quaisquer informações necessárias ou solicitadas por autoridades constituídas referentes aos serviços e atendimentos prestados à Contratante pela Contratada, no período de vigência do contrato; i) Agendar as consultas clínicas ocupacionais e/ou exames de auxílio diagnóstico, conforme solicitado pela AMAI; j) Elaborar o prontuário médico para registro da consulta na ficha clínica ocupacional; k) Preencher o Atestado de Saúde Ocupacional- ASO em três vias que serão assinadas pelo servidor. A 1ª via será entregue a Contratante, a 2ª via ao servidor e a 3ª via será arquivada junto ao prontuário médico; 7.26-Iniciar o tratamento de doenças diagnosticadas, encaminhando o empregado aos credenciais e/ou conveniados ao SUS (Sistema Único de Saúde); l) Emitir em receituário ou formulário específico, orientações ao Contratante (restrições à atividade laboral), situações técnico ou legalmente incorretas a corrigir, riscos ambientais a neutralizar, etc; m) Atestar a aptidão física e mental para a função pretendida pelo servidor, através de Atestado de Saúde Ocupacional- ASO, de demissão obrigatória para cada um dos exames previstos no PCMSO; n) prestar informações e sanar dúvidas que forem aventadas pela Contratante durante o transcurso contratual.

5.3. É dever da Contratante: a) proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto; b) efetuar o pagamento conforme pactuado; c) fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais, podendo, inclusive, intervir durante a execução para fins de ajuste ou suspensão; d) notificar a empresa Contratada acerca de quaisquer irregularidades; e) prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada; f) encaminhar os trabalhadores para a realização de exames médicos após a elaboração e implantação PCMSO; g) agendar e encaminhar os funcionários para realização dos exames e consultas; h) comprometer-se a implantar os programas específicos e ações de saúde, decorrentes da avaliação identificadas pela Contratada, no relatório anual do PCMSO; i) relatar de forma expressa a ocorrência de acidentes de trabalho e/ou termo de Notificação do Ministério do Trabalho, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO

6.1. A fiscalização da execução das obrigações firmadas neste instrumento será exercida pela Secretária Executiva Ingrid Aline Piovesan. Correlato ao poder fiscalizatório, a fiscal poderá emitir notificações à empresa Contratada sobre eventuais irregularidades, que deverão ser observadas imediatamente por esta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO INADIMPLEMENTO

7.1. Pela inexecução total ou parcial dos serviços objeto de contratação; inclusive do prazo estipulado na cláusula quarta e a prestação fora da natureza e qualidade pactuados; multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor global contratual para a parte que infringir qualquer uma das cláusulas descritas neste contrato.

7.2. A inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, além da cláusula penal acima mencionada, poderá ensejar, a critério dos Contratantes, sua imediata rescisão.

7.3. Também constituem causa de rescisão contratual: a) dissolução da sociedade e/ou pessoa jurídica; b) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa Contratada, que prejudique a execução do contrato; c) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

7.4. A parte inadimplente incorrerá, além da incidência da cláusula penal descrita no item 7.1, em atualização monetária pelo índice IGP-M (FGV), juros de 02% (dois por cento) ao mês e honorários advocatícios no importe de 20% (vinte por cento); este último no caso de intervenção de advogado, independentemente se na esfera judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA OITAVA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

8.1. As partes de comprometem a cumprir as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, Lei nº 13.709/2018 e normativas correlatas. Ademais, as partes manifestam livre, informado e inequívoco consentimento total para realização de tratamento de dados das informações correspondentes à consecução do instrumento jurídico originário a este instrumento, pelo período de tempo necessário para o alcance das finalidades contratuais e legais, cientes de que tal consentimento poderá ser revogado mediante solicitação via e-mail juridico@amai.sc.gov.br.

8.2. As partes comprometem-se, ainda, em caso de incidente de segurança, a comunicar prontamente uma a outra, a fim de que sejam tomadas eventuais medidas cabíveis.

1

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1. As partes contratantes elegem o foro de Xanxerê/SC, para o fim de dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas regidas pela boa fé contratual, firmam o presente, em duas vias, de igual teor e forma, perante testemunhas, para que produzam seus jurídicos efeitos.

Xanxerê/SC, 13 de outubro de 2022.

MÁRCIO LUIZ BIGOLIN GROSBELI
PREFEITO DE SÃO DOMINGOS
PRESIDENTE DA AMAI

ORTOCLIN FRATURAS E
FISIOTERAPIAS LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHA 01

CPF:

TESTEMUNHA 02

CPF:

1

Consórcios

CIDIRIOS

REABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2022

Publicação Nº 4250560

Estado de Santa Catarina

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Infraestrutura Rodoviária Entre os Rios - CIDIRIOS

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2022

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Infraestrutura Rodoviária Entre os Rios – CIDIRIOS, através da sua Presidente e Pregoeira, tornam público, a REABERTURA DO PRAZO PARA CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS DE PREÇO referente ao Pregão Eletrônico nº 010/2022, para Contratação de empresa especializada em Transformação e Adaptação de caminhões para plataforma com carroceria para Transporte em geral de equipamentos, para estruturação de usina de asfalto, conforme transferência de recursos provenientes do Convênio nº 2021TR002267 firmado entre a Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade – SIE e o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Infraestrutura Rodoviária Entre os Rios – CIDIRIOS.

O novo prazo para Recebimento das propostas é até as 13:45h do dia 27 de outubro e início da sessão pública para às 14h00min do mesmo dia, sendo recepcionadas as propostas no Portal de Pregão Eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

Demais condições do edital permanecem inalteradas, podendo ser obtidos pelo site www.ipuaçu.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidas junto à Rua Zanella nº 818, andar 01, centro, na cidade de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, em horário de expediente de segunda a sexta feira, ou pelos e-mails: consorciocidirios@gmail.com, ediane.alm09@gmail.com

Ipuaçu - SC, 14 de outubro de 2022.

EDIANE G. DE ALMEIDA

Pregoeira do Consórcio CIDIRIOS

CIS/AMFRI

SEGUNDO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO Nº 17.2020

Publicação Nº 4251460

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 17/2020, QUE ENTRE SI FAZEM CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI E GAMA DIGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA (NUCLIE MEDICINA NUCLEAR).

Pelo presente instrumento, comparecem as partes, justas e contratadas, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 07.510.376/0001-95, situado a Rua Luiz Lopes Gonzaga, nº 1655, Bairro São Vicente, no Município de Itajaí – SC, representado por sua Diretora Administrativa, Sra. Mônica Marcia Campos de Menezes Silva, inscrita no CPF sob nº. 012.902.577-10, neste ato denominado simplesmente de CIS-AMFRI e a empresa GAMA DIGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA (NUCLIE MEDICINA NUCLEAR), devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 25.035.325/0001-30 com sede na Praça Getúlio Vargas, nº 126, Bairro Centro, na cidade de Florianópolis/SC, CEP 88.020-030, neste ato, representada pela sócia Ana Cristina Schmitz Cherem, inscrita no CPF sob nº 046.193.569-48, neste ato denominada simplesmente de CREDENCIADO, e firmam o presente Termo Aditivo, conforme abaixo segue:

As partes resolvem firmar de comum acordo o SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 17/2020, que será regido pelas cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto, a alteração da Cláusula Décima Quinta do originário Contrato de Credenciamento nº 17/2020, que passa a ter a seguinte redação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência que trata a Cláusula Décima Quinta do originário Contrato de Credenciamento, fica prorrogado por 12 (doze) meses, iniciando-se seus efeitos em 07/10/2022 e encerrando-se em 06/10/2023.

Parágrafo único: De acordo com a vontade das partes, a vigência poderá ser prorrogada, mediante Termo Aditivo, por iguais e sucessivos

períodos, limitado a 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.
Itajaí – Santa Catarina, 06 de outubro de 2022.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA
REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - CIS-AMFRI

GAMA DIGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA (NUCLIE
MEDICINA NUCLEAR)

CIS/AMOSC

RESOLUÇÃO 048/2022

Publicação Nº 4251666

RESOLUÇÃO Nº 048/2022

Dispõe sobre os valores da tabela de repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das despesas do CONSÓRCIO para exercício de 2023:

MAURO FRANCISCO RISSO Prefeito de Jardinópolis e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CISA-MOSC, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 17 do Estatuto Social, combinado com o art. 12 do Contrato de Consórcio Público:

RESOLVE

Art. 1º Fica instituída a tabela de repasse dos recursos financeiros necessários a Despesas com pessoal e encargos dos empregados, Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio e Despesas com investimentos para o exercício de 2023, anexo único desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, 14 de outubro de 2022.

MAURO FRANCISCO RISSO
Prefeito de Jardinópolis
Presidente do CISA-MOSC

ANEXO ÚNICO CRITÉRIO RATEIO POR FAIXA DE POPULAÇÃO

TABELA A

POPULAÇÃO DE:	FATOR	% RATEIO	VALOR UNITÁRIO MÊS
< 1.500	1	0,75%	2.877,50
1.501 - 3.500	2	0,85%	3.255,00
3.501 - 6.000	3	0,95%	3.632,00
6.001 - 8.000	4	1,00%	3.971,00
8.001 - 10.000	5	1,10%	4.348,00
10.001 - 15.000	6	1,20%	4.725,00
15.001 - 20.000	7	1,30%	5.110,00
20.001 - 30.000	8	1,40%	5.480,00
> 30.000	9	1,50%	5.867,00

TABELA B

Município	População	Fator	Contribuição Mensal	Contribuição 2022
Abelardo Luz	17.960	7	5.110,00	61.320,00
Águas de Chapecó	6.515	4	3.971,00	47.652,00
Águas Frias	2.354	2	3.255,00	39.060,00

Alto Bela Vista	1.926	2	3.255,00	39.060,00
Arabutã	4.267	3	3.632,00	43.584,00
Arvoredo	2.234	2	3.255,00	39.060,00
Bom Jesus	3.057	2	3.255,00	39.060,00
Campo Erê	8.418	5	4.348,00	52.176,00
Caxambu do Sul	3.551	3	3.632,00	43.584,00
Chapecó	224.013	9	5.867,00	70.404,00
Cordilheira Alta	4.520	3	3.632,00	43.584,00
Coronel Freitas	9.940	5	4.348,00	52.176,00
Coronel Martins	2.555	2	3.255,00	39.060,00
Entre Rios	3.218	2	3.255,00	39.060,00
Faxinal dos Guedes	10.649	6	4.725,00	56.700,00
Formosa do Sul	2.495	2	3.255,00	39.060,00
Galvão	2.791	2	3.255,00	39.060,00
Guatambu	4.698	3	3.632,00	43.584,00
Ipuçu	7.579	4	3.971,00	47.652,00
Ipumirim	7.620	4	3.971,00	47.652,00
Irani	10.498	6	4.725,00	56.700,00
Irati	1.909	2	3.255,00	39.060,00
Itá	6.129	4	3.971,00	47.652,00
Jaborá	3.918	3	3.632,00	43.584,00
Jardinópolis	1.546	2	3.255,00	39.060,00
Jupia	2.092	2	3.255,00	39.060,00
Lajeado Grande	1.418	1	2.877,50	34.530,00
Marema	1.750	2	3.255,00	39.060,00
Nova Erechim	5.092	3	3.632,00	43.584,00
Nova Itaberaba	4.329	3	3.632,00	43.584,00
Novo Horizonte	2.404	2	3.255,00	39.060,00
Ouro Verde	2.207	2	3.255,00	39.060,00
Paial	1.474	2	3.255,00	39.060,00
Passos Maia	4.109	3	3.632,00	43.584,00
Pinhalzinho	20.712	8	5.480,00	65.760,00
Planalto Alegre	2.888	2	3.255,00	39.060,00
Ponte Serrada	11.634	6	4.725,00	56.700,00
Presidente Castello Branco	1.547	2	3.255,00	39.060,00
Quilombo	9.829	5	4.348,00	52.176,00
Santiago do Sul	1.235	1	2.877,50	34.530,00
São Bernardino	2.287	2	3.255,00	39.060,00
São Carlos	11.369	6	4.725,00	56.700,00
São Domingos	9.434	5	4.348,00	52.176,00
São Lourenço do Oeste	24.291	8	5.480,00	65.760,00
Seara	17.576	7	5.110,00	61.320,00
Serra Alta	3.256	2	3.255,00	39.060,00
Sul Brasil	2.423	2	3.255,00	39.060,00
União do Oeste	2.412	2	3.255,00	39.060,00
Vargeão	3.571	3	3.632,00	43.584,00
Xanxerê	51.642	9	5.867,00	70.404,00
Xavantina	3.903	3	3.632,00	43.584,00
Xaxim	28.983	8	5.480,00	65.760,00
Totais	588.227		201.000,00	2.412.000,00

CIS/AMVI**800.2022 - RESOLUÇÃO - CISAMVI - ALTERAÇÃO ACESSO BANCÁRIO**

Publicação Nº 4249858

RESOLUÇÃO Nº 800, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Altera o artigo 2º da resolução nº 126, de 25 de novembro de 2016, que trata dos responsáveis pela movimentação financeira do CISAMVI.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público do CISAMVI:

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o artigo 2º da Resolução nº 126, de 25 de novembro de 2016, excluindo Glauciane Teixeira Bito, para incluir Elvis Pereira Santana, como responsável pela movimentação financeira do CISAMVI, passando o artigo a ter a seguinte redação:

Art. 2º Conceder à Vanessa Fernanda Schmitt, ocupante do cargo de Diretora Executiva do CISAMVI, Elvis Pereira Santana, ocupante do cargo de Gerente de Serviços do CISAMVI e Ana Luiza Rocha Rodrigues, ocupante do cargo de auxiliar administrativo da AMVE, amplos poderes, isoladamente e especificamente, para realizar a movimentação a que alude esta Resolução.

Art. 3º Permanecem inalterados os demais artigos da Resolução nº 126, de 25 de novembro de 2016.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau/SC, em 13 de outubro de 2022.

(Assinado eletronicamente)

ÉRCIO KRIEK

Presidente do Conselho Administrativo

CISAM**RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE Nº045/2022**

Publicação Nº 4250088

**CISAM MEIO OESTE****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Acesso Cidade Alta, 3815, São Cristóvão – Capinzal/SC CEP: 89665-000

(49) 3555-6972

www.cisam.sc.gov.br

cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

RESOLUÇÃO Nº 045/2022

“Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, na forma que especifica.”

O Presidente do CISAM Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de adequações orçamentárias, face às demandas operacionais do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM Meio Oeste, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para reforço das dotações orçamentárias a seguir especificadas, pertencentes ao Projeto/Atividade 2.001 – Operação e Manutenção do Consórcio:

Classificação	D E N O M I N A Ç Ã O	FTE	DR	R\$
3.3.90.00.00.00.00.00	Material de Consumo/ Serviços de Terceiros	000	00	60.000,00
	TOTAL			60.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o provável Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2022 no Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, conforme demonstrativo no anexo único. O valor desta suplementação é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), conforme quadro a seguir:

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	R\$
Excesso de Arrecadação	000	60.000,00
TOTAL		60.000,00

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros e orçamentários a partir da data de sua assinatura.


Capinzal/SC, 14 de outubro de 2022.

NILVO**DORINI:482****17514968**

Nilvo Dorini

Presidente CISAM Meio Oeste

Assinado de forma
digital por NILVO
DORINI:48217514968
Dados: 2022.10.14
10:05:44 -03'00'



CISAM MEIO OESTE
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
 Acesso Cidade Alta, 3815, São Cristóvão – Capinzal/SC CEP: 89665-000
 (49) 3555-6972 www.cisam.sc.gov.br cisam@cisam.sc.gov.br
 CNPJ: 08.484.353/0001-16

ANEXO ÚNICO RESOLUÇÃO Nº 045/2022

Metodologia de Cálculo do Excesso de Arrecadação e Tendência no Exercício da Receita “1.6.3.0.00.00 – Serviços Laboratoriais”.

2022	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22	TOTAL
Previsão R\$	35.932,59	35.932,59	35.932,59	35.932,59	35.932,59	35.932,59	35.932,59	35.932,59	35.932,59	35.932,59	35.932,60	35.932,60	431.191,10
Arrecadação	35.813,66	29.448,09	23.768,74	86.160,94	94.739,85	39.322,85	35.992,54	40.847,50	82.126,68	88.694,75	63.020,88	57.704,99	677.641,47

OBS: O critério utilizado para cálculo de tendência de excesso de arrecadação do exercício de 2022 foi com base nos contratos já contratados de serviços de Análises com os municípios Consorciados. Sendo Jan/22 à Set/22 já realizado e Out/22 à Dez/22 valores a serem realizados conforme contratos.

Cálculo do Provável Excesso de Arrecadação da Receita 1.6.3.0.00.00;

1-Receita Total Orçada	R\$ 431.191,10
2-Receita Arrecadada + Tendência do Exercício	R\$ 677.641,47
3-Provável Excesso de Arrecadação	R\$ 246.450,37
4-Créditos Adicionais já abertos (Resolução Nº 034/2022)	R\$ 158.000,00
5-Provável Excesso de Arrecadação a Utilizar	R\$ 88.450,37

(2-1-3-4-5)

CISAMARP**EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 03/2022 ASSESSORIA JURÍDICA**

Publicação Nº 4251037

Processo Administrativo nº 20/2022
Inexigibilidade de Licitação nº 03/2022

EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, torna público a Inexigibilidade de Licitação referente à Contratação com a Empresa Guilherme Krieger Sociedade Individual de Advocacia, inscrita no CNPJ sob o nº 35.301.364/0001-96, com Rua Ricardo Landman nº 468 – Santo Antonio, Joinville/SC, neste ato representada pelo seu Representante Legal, Guilherme Krieger, destinada ao fornecimento de assessoria jurídica especializada em consórcios de saúde.

Valor Global Contratado: R\$ 64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos reais).

Fundamento legal: Arts. 25, inciso II, § 1º, c/c art. 13, inciso III, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93.

Videira/SC, 13 de outubro de 2022.

Wilson Ribeiro Cardoso Junior
Presidente do CISAMARP

CISNORDESTE**CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR PROCESSO SELETIVO 03 DE 2022 DA UNIVILLE/SC**

Publicação Nº 4250884

Nível de Confidencialidade da informação: INTERNA

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville – SC

Fone/Fax: 47 3422 9838 e 3422 5715

CNPJ: 03.222.337/0001-31

**ATA DA REUNIÃO DE CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR PROCESSO SELETIVO 03 DE 2022 DA
UNIVILLE/SC.**

Aos treze dias do mês de outubro de 2022, reuniram-se as Senhoras Susimara Braga de Almeida da FURJ/UNIVILLE e Christine Böhm da Costa CRO 3295, que teve como objetivo a apuração da classificação dos candidatos do Processo Seletivo 03 de 2022 para o COE – UNIVILLE/SC.

Após a conferência de toda a documentação dos inscritos e entrevistas, fora constatada a seguinte classificação:

AUXILIAR SAÚDE BUCAL				
ORDEM	NOME CANDIDATO	NÚMERO INSCRIÇÃO	DATA NASCIMENTO	PONTUAÇÃO
1º	Cleide dos Santos Segundo	008	16/07/1985	15
2º	Josivane Rezende de Oliveira dos Reis	010	23/04/1984	9
3º	Ariane Aparecida Mira Monteiro	003	09/06/1998	9
4º	Ana Paula Gonçalves	001	01/06/1994	6
5º	Emille Hernandez	005	10/04/1996	6
6º	Micaela Stefanie Capassi	007	03/02/1988	4
7º	Jansleine Jeine Amorim	006	16/09/1994	4

Os demais candidatos inscritos não foram aprovados na etapa descrita no item 2.1.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, devendo a FURJ/UNIVILLE publicar os resultados no site da Instituição, o CISNORDESTE/SC no DOM/SC- Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina para publicidade e oportunidade de recursos.

Este documento contém informações que são restritas aos colaboradores e/ou prestadores de serviços da FURJ e suas mantidas..

CVC**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 018/2022**

Publicação Nº 4249740

Estado de Santa Catarina
CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Eletrônico Nº 018/2022
Registro de Preço nº 019/2022
Objeto: Aquisição de veículos leves, pickup's, ambulância e vans.
Tipo: Menor preço por item.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 08h00min do dia 17/10/2022 até às 08h00min do dia 27/10/2022
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 10h00min do 27.10.2022
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h15min do dia 27.10.2022
PLATAFORMA ELETRONICA: www.portaldecompraspublicas.com.br "Acesso Identificado"

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Iguazu, nº 264, Centro, Coronel Freitas SC nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, pelo fone 49 3347.0357, ou também pode ser obtido pelo site velhocoronel.atende.net.

Coronel Freitas/SC, 14 de outubro de 2022.

DIEGO BASSANI
Diretor Executivo

CIGAMVALI**EDITAL DE PUBLICIDADE 041/2022**

Publicação Nº 4249904

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO AMBIENTAL DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE
Nº 255/2022

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO CRT/28318 – FCEI 50366

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de concessão de CERTIDÃO AMBIENTAL DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, formulado pelo empreendimento MUNICIPIO DE BARRA VELHA, inscrito no CNPJ nº 83.102.830/0001-57 para a atividade de PAVIMENTAÇÃO DA RUA JOÃO PEDRO REIS, situado na RUA JOAO PEDRO REIS, SN - MEDEIROS, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

BARRA VELHA, 11 de outubro de 2022
Município de BARRA VELHA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO AMBIENTAL DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE
Nº 256/2022

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO CRT/17397 – FCEI 25268

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi indeferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de concessão de CERTIDÃO AMBIENTAL DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, formulado pelo empreendimento JSL, inscrito no CNPJ nº 52.548.435/0070-09 para a atividade de TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, situado na RODOVIA BR 101 - KM83/84, S/N, - SERTAOZINHO, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

BARRA VELHA, 11 de outubro de 2022
Município de BARRA VELHA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL
Nº 257/2022****PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO URB/28349 – FCEI 49989**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendimento Anis Construtora Ltda, inscrito no CNPJ nº 47.200.532/0001-36 para a atividade 71.11.01 · CONDOMÍNIOS DE CASAS OU EDIFÍCIOS, ASSIM DEFINIDOS PELA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, OU EM MUNICÍPIOS ONDE SE OBSERVE PELO MENOS UMA DAS SEGUINTESS CONDIÇÕES: A) NÃO POSSUA PLANO DIRETOR; B) NÃO EXISTA SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO NA ÁREA OBJETO DA ATIVIDADE, situado na Rua Ramalho Ortigão, 465 - Quinta dos Açorianos, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

BARRA VELHA, 11 de outubro de 2022
Município de BARRA VELHA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL
Nº 258/2022****PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO URB/28350 – FCEI 49990**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendimento Anis Construtora Ltda, inscrito no CNPJ nº 47.200.532/0001-36 para a atividade 71.11.01 · CONDOMÍNIOS DE CASAS OU EDIFÍCIOS, ASSIM DEFINIDOS PELA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, OU EM MUNICÍPIOS ONDE SE OBSERVE PELO MENOS UMA DAS SEGUINTESS CONDIÇÕES: A) NÃO POSSUA PLANO DIRETOR; B) NÃO EXISTA SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO NA ÁREA OBJETO DA ATIVIDADE, situado na Rua Rebelo da Silva, 415 - Quinta dos Açorianos, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

BARRA VELHA, 11 de outubro de 2022
Município de BARRA VELHA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL
Nº 259/2022****PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO URB/28351 – FCEI 49992**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendimento Anis Construtora Ltda, inscrito no CNPJ nº 47.200.532/0001-36 para a atividade 71.11.01 · CONDOMÍNIOS DE CASAS OU EDIFÍCIOS, ASSIM DEFINIDOS PELA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, OU EM MUNICÍPIOS ONDE SE OBSERVE PELO MENOS UMA DAS SEGUINTESS CONDIÇÕES: A) NÃO POSSUA PLANO DIRETOR; B) NÃO EXISTA SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO NA ÁREA OBJETO DA ATIVIDADE, situado na Rua D'Evora, 316 - Quinta dos Açorianos, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

BARRA VELHA, 11 de outubro de 2022
Município de BARRA VELHA

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO AMBIENTAL DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE
Nº 260/2022****PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO CRT/28280 – FCEI 47036**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi indeferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de concessão de CERTIDÃO AMBIENTAL DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, formulado pelo empreendimento PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA VELHA, inscrito no CNPJ nº 83.102.830/0001-57 para a atividade de TERRAPLENAGEM, situado na SC-415, S/N - SERTÃOZINHO, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA

e 99/2017 do CONSEMA/SC.

BARRA VELHA, 13 de outubro de 2022
Município de BARRA VELHA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL
Nº 261/2022

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO URB/28384 – FCEI 49381

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendimento Cristiano De Souza, inscrito no CPF nº 891.011.899-72 para a atividade 71.11.01 · CONDOMÍNIOS DE CASAS OU EDIFÍCIOS, ASSIM DEFINIDOS PELA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, OU EM MUNICÍPIOS ONDE SE OBSERVE PELO MENOS UMA DAS SEGUINTE CONDIÇÕES: A) NÃO POSSUA PLANO DIRETOR; B) NÃO EXISTA SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO NA ÁREA OBJETO DA ATIVIDADE, situado na AVENIDA ANTERO DE QUENTAL, 83 - QUINTA DOS AÇORIANOS, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

BARRA VELHA, 13 de outubro de 2022
Município de BARRA VELHA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL
Nº 262/2022

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO URB/28385 – FCEI 49407

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendimento ODISON BUDKE, inscrito no CPF nº 022.221.149-00 para a atividade 71.11.01 · CONDOMÍNIOS DE CASAS OU EDIFÍCIOS, ASSIM DEFINIDOS PELA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, OU EM MUNICÍPIOS ONDE SE OBSERVE PELO MENOS UMA DAS SEGUINTE CONDIÇÕES: A) NÃO POSSUA PLANO DIRETOR; B) NÃO EXISTA SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO NA ÁREA OBJETO DA ATIVIDADE, situado na RUA VANOR PRUDENTE VIEIRA, 133 - VILA NOVA, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

BARRA VELHA, 13 de outubro de 2022
Município de BARRA VELHA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL
Nº 263/2022

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO URB/28383 – FCEI 49818

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendimento Edilson Antonio, inscrito no CPF nº 739.731.069-91 para a atividade 71.11.01 · CONDOMÍNIOS DE CASAS OU EDIFÍCIOS, ASSIM DEFINIDOS PELA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, OU EM MUNICÍPIOS ONDE SE OBSERVE PELO MENOS UMA DAS SEGUINTE CONDIÇÕES: A) NÃO POSSUA PLANO DIRETOR; B) NÃO EXISTA SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO NA ÁREA OBJETO DA ATIVIDADE, situado na Rua 2042, 33 - Quinta dos Açorianos, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

BARRA VELHA, 13 de outubro de 2022
Município de BARRA VELHA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO AMBIENTAL DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE
Nº 264/2022

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO CRT/28355 – FCEI 50236

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997

(art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM o pedido de concessão de CERTIDÃO AMBIENTAL DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, formulado pelo empreendimento ROTA DO SUL MADEIRAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ nº 43.946.616/0001-62 para a atividade de Comércio varejista de madeira e artefatos, situado na RUA SIMAO JOSE DEQUECH, 293 - NOVA ESPERANCA, no município de GUARAMIRIM, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

GUARAMIRIM, 13 de outubro de 2022
Município de GUARAMIRIM

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL
Nº 265/2022

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO URB/28412 – FCEI 49862

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendimento LUCI MARETE NOGUEIRA MARTINS, inscrito no CPF nº 352.871.280-53 para a atividade 71.11.01 - CONDOMÍNIOS DE CASAS OU EDIFÍCIOS, ASSIM DEFINIDOS PELA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, OU EM MUNICÍPIOS ONDE SE OBSERVE PELO MENOS UMA DAS SEGUINTESS CONDIÇÕES: A) NÃO POSSUA PLANO DIRETOR; B) NÃO EXISTA SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO NA ÁREA OBJETO DA ATIVIDADE, situado na RUA VANOR PRUDENTE VIEIRA, 434 - VILA NOVA, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

BARRA VELHA, 13 de outubro de 2022
Município de BARRA VELHA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL
Nº 266/2022

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO URB/28411 – FCEI 50243

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendimento JOSE DE SOUZA LAGE, inscrito no CPF nº 583.775.149-15 para a atividade 71.11.01 - CONDOMÍNIOS DE CASAS OU EDIFÍCIOS, ASSIM DEFINIDOS PELA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, OU EM MUNICÍPIOS ONDE SE OBSERVE PELO MENOS UMA DAS SEGUINTESS CONDIÇÕES: A) NÃO POSSUA PLANO DIRETOR; B) NÃO EXISTA SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO NA ÁREA OBJETO DA ATIVIDADE, situado na RUA HIGINO AGUIAR, 227 - SÃO CRISTÓVÃO, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

BARRA VELHA, 13 de outubro de 2022
Município de BARRA VELHA

RESOLUÇÃO 046_2022 - NOMEAÇÃO

Publicação Nº 4252199

RESOLUÇÃO Nº 046, DE 14 DE OUTUBRO DE 2022.

Nomeia os Auditores, Procuradores e Secretário para atendimento a Comissão Regional de Justiça Desportiva do Consórcio Intermunicipal de Gestão Pública do Vale do Itapocu – CIGAMVALI

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU – CIGAMVALI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios e pelo Contrato de Consórcio Público com o intuito de nomear os membros Comissão Regional de Justiça Desportiva do Consórcio Intermunicipal de Gestão Pública do Vale do Itapocu – CIGAMVALI

RESOLVE:

Art. 1º A comissão Regional de Justiça Desportiva do Cigamvali, órgão de última instância desportiva regional dos jogos realizados pelos Municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Gestão Pública do Vale do Itapocu – Cigamvali, terão competência para processar e julgar os recursos manejados em razão das decisões ocorridas nos municípios, através de decisões de primeira instância.

Art. 2º - Os Auditores nomeados para exercer a Comissão Regional de Justiça Desportiva são os seguintes: Marcio De Marco (Jaraguá do Sul), Sérgio Loch (Corupá), Agnaldo Luiz Dias (Guaramirim), Adilson Pedro Mais (Massaranduba) e Jhony Montoski (São João do Itaperiú).

Art. 3º - Os mandatos dos Auditores e dos Procuradores da Comissão Regional de Justiça Desportiva terão a duração de 02 (dois) anos,

sendo permitida a recondução de forma ilimitada.

Art. 4º - Fica nomeado como Presidente da Comissão o Sr. Marcio De Marco do Município de Jaraguá do Sul (SC).

Art. 5º - Fica nomeado como Vice-Presidente da Comissão o Sr. Agnaldo Luiz Dias do Município de Guaramirim (SC).

Art. 6º - Fica nomeado como Secretário da Comissão o Sr. Adilson Pedro Mais do Município de Massaranduba (SC).

Art. 7º - Fica nomeado como Procurador o Sr. Mauri Edgar Padilha de Lima do Consórcio Intermunicipal de Gestão Pública do Vale do Itapocu - Cigamvali e o Sr. Roque Junior Cesar do Município de Barra Velha (SC)

Art. 8º - A atuação dos componentes da Comissão Regional de Justiça Desportiva não será remunerada, sendo considerada atividade de relevante interesse público.

Art. 9º - Para viabilizar as atividades da Comissão Regional de Justiça Desportiva deverá ser designado, inicialmente, uma pessoa que faça às vezes de secretária(o), a qual ficará sob responsabilidade e direção do CIGAMVALI, e a quem competirá o trabalho de execução cartorial dos atos e termos do processo administrativo, conforme previsto neste Código.

Art. 10 - A Comissão Regional de Justiça Desportiva deverá ser instalada com a presença de no mínimo 03 (três) auditores, e as suas decisões serão tomadas pelos votos da maioria dos auditores presentes, caso ocorra empate na votação, o presidente deverá efetuar seu voto em duplicidade.

Art. 11 - Os Auditores, bem como os Procuradores, têm livre acesso a todas as dependências do local, seja público ou particular, onde esteja sendo realizada qualquer competição, devendo ser-lhes reservado assento em setor designado para as autoridades, sejam desportivas ou não.

Art. 12 - Além das atribuições que lhe for conferida por este Código e pelo respectivo Regimento Interno compete ao auditor:

I - comparecer obrigatoriamente às sessões e audiências, com a antecedência mínima de 20 (vinte) minutos, quando regularmente convocado;

II - empenhar-se no sentido da estrita observância das Leis, do contido neste Código e zelar pelo prestígio das instituições desportivas;

III - manifestar-se rigorosamente dentro dos prazos processuais;

IV - representar contra qualquer irregularidade, infração disciplinar ou sobre fatos ocorridos nas competições de que tenha conhecimento;

V - apreciar, livremente, a prova dos autos, tendo em vista, sobretudo, o interesse do desporto, fundamentando obrigatoriamente a sua decisão.

Art. 13 - A Procuradoria da Justiça Desportiva é exercida por 02 (dois) procuradores, que atuam junto a Comissão Regional de Justiça Desportiva, e a eles competem:

I - oferecer ou não a denúncia, e promover a sua sustentação, quando se tratar de representação interposta pelo Diretor de Esportes, ou responsável pelo evento, sobre qualquer infração disciplinar ou infração a regulamentos;

II - interpor recurso contra a decisão do órgão julgante, oferecer as razões recursais, bem como os demais recursos previstos neste código;

III - dar parecer nos processos de competência do órgão julgante ao qual esteja vinculado;

IV - exercer as atribuições que lhes forem conferidas pela legislação desportiva;

§1º Em se tratando de representação interposta por entidade participante de qualquer evento contra outra, o procurador emitirá parecer sobre a tempestividade, a formalidade, as provas e a fundamentação da mesma, oferecendo ou não a denúncia.

§2º Sobrevida a denúncia, deverá promover a sustentação oral da mesma na sessão de julgamento por um prazo de 10 (dez) minutos cabendo outros 10 (dez) minutos ao autor da representação e, igualmente, 10 (dez) minutos ao defensor.

Art. 14 - A intimação do julgamento poderá ser feita pessoalmente ao recorrente presente à audiência de julgamento ou através daquele constituído para sua defesa, por ofício, e-mail ou whatsapp, dependendo da urgência.

§1º Uma cópia da decisão será anexada no quadro de avisos gerais da competição da qual participe àquele que for julgado, para conhecimento público, exceto se determinado o segredo de Justiça.

§2º Prolatada a decisão na Sessão e Julgamento, a mesma produzirá efeito a partir do dia imediato à sua ocorrência, bastando à comunicação da decisão aos representantes locais das disputas, para fins de cumprimento da sentença.

Art. 15 - Os recursos serão recebidos no efeito meramente devolutivo, e não no efeito suspensivo.

Art. 16 - Recebendo o recurso interposto contra decisão da Comissão Municipal de Justiça Desportiva, o Auditor Presidente, após decidir sobre a regularidade da interposição, designará a sessão de julgamento, abrindo vista dos autos ao recorrido para apresentar as contrarrazões do recurso e determinará a notificação das partes e a convocação dos Auditores e Procurador.

Art. 17 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul - SC, em 14 de Outubro de 2022.

DOUGLAS ELIAS DA COSTA

Presidente do CIGAMVALI

TERMO DE RETIFICAÇÃO PP 05_22

Publicação Nº 4251950

**TERMO DE RETIFICAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL 05/2022****MINUTA DO CONTRATO**

Aos 14 (quatorze) dias do mês de outubro do ano de 2022, em razão de erro material encontrado na Minuta do Contrato do Pregão Presencial 05/2022, e ainda em consonância com os futuros contratos a serem firmados pelos órgãos da administração pública que por ventura vierem a firmar os devidos termos contratuais, houve a necessidade da realização de retificação na minuta do contrato, fazendo essa a existir com os devidos ajustes legais.

Retificações

1ª Retificação:

Cláusula Quarta - Das Obrigações do Fornecedor

Exclui-se:

g) Entregar ao contratante o produto acondicionado adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte, em baldes/embalagens plásticas de 10 litros cada, hermeticamente fechadas com lacre interno a tampa, garantindo segurança contra vazamentos e a integridade física e biológica do produto. Embalagens violadas, sujas, danificadas ou com aparência duvidosa, diferente das especificações do edital, farão com que as mesmas não sejam aceitas.

m) Recolher, no local que foi realizada a entrega ao município contratante, e dar a destinação correta às embalagens vazias do larvicida biológico;

2ª Retificação:

Cláusula Décima Segunda – Das Disposições Gerais

Inclui-se:

12.6 – O CONTRATADO autoriza a coleta de dados pessoais e empresariais imprescindíveis a execução deste contrato, tendo sido informado quanto ao tratamento de dados que será realizado pelo MUNICÍPIO CONTRATANTE, nos termos da Lei nº 13.709/2018, especificamente quanto a coleta dos seguintes dados:

12.7 – Dados relacionados à sua identificação pessoal e empresarial DA CONTRATADA, da pessoa jurídica e do seu representante legal e funcionários, a fim de que se garanta a fiel contratação pelo respectivo titular do contrato;



12.8 – Dados relacionados ao endereço da sede da pessoa jurídica CONTRATADA tendo em vista a necessidade do CONTRATANTE enviar de documentos/notificações e outras garantias necessárias ao fiel cumprimento do contrato ora assinado;

12.9 – Os dados coletados com base no legítimo interesse do CONTRATANTE, bem como para garantir a fiel execução do contrato por parte da CONTRATANTE, fundamentam-se no artigo 7º da LGPD.

12.10 – O CONTRATANTE fica autorizada a compartilhar os dados do CONTRATADO agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para as finalidades listadas neste instrumento, desde que, sejam respeitados os princípios da boa-fé, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização e prestação de contas.

12.11 – O CONTRATANTE se responsabiliza por manter medidas de segurança, técnicas e administrativas suficientes a proteger os dados pessoais do Contratado e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), comunicando ao contratado, caso ocorra algum incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante, conforme artigo 48 da Lei nº 13.709/2018.

12.12 – O CONTRATANTE, é permitido manter e utilizar os dados pessoais e empresariais durante todo o período contratualmente firmado para as finalidades relacionadas nesse termo e ainda após o término da contratação para cumprimento de obrigação legal ou impostas por órgãos de fiscalização, nos termos do artigo 16 da Lei nº 13.709/2018.

12.13 – O CONTRATADO fica ciente de que a CONTRATANTE poderá permanecer utilizando os dados para as seguintes finalidades:

- a) Para cumprimento de obrigações decorrentes do objeto do contrato;
- b) Para cumprimento, pela CONTRATANTE, de obrigações impostas por órgãos de fiscalização;
- c) Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
- d) Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros;
- e) Para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;
- f) Quando necessário para atender aos interesses legítimos da CONTRATANTE ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.



12.14 – O CONTRATADO autoriza o compartilhamento de seus dados, para os fins descritos nesta cláusula, com terceiros legalmente legítimos para defender os interesses do CONTRATANTE bem como do CONTRATADO.

12.15 – O CONTRATADO possui tempo determinado de 05 (cinco) anos para acesso aos próprios dados armazenados, podendo também solicitar a exclusão de dados que foram previamente coletados com seu consentimento.

12.16 – A exclusão de dados será efetuada sem que haja prejuízo por parte do CONTRATANTE, tendo em vista a necessidade de guarda de documentos por prazo determinado de 05 (cinco) anos. Para tanto, caso o CONTRATADO deseje efetuar a revogação de algum dado, deverá preencher uma declaração neste sentido.

12.17 – O CONTRATADO autoriza, neste mesmo ato, a guarda dos documentos (contratos/documentos fiscais/notificações/protocolos/ordens de serviços) - em que pese eles possuam dados pessoais - por parte DO CONTRATANTE a fim de que ela cumpra com o determinado nas demais normas que regulam o presente contrato, bem como para o cumprimento da obrigação legal nos termos do artigo 16, inciso I, da Lei Geral de Proteção de Dados.

12.18 – As disposições acima também refletem para as testemunhas e signatários deste contrato.

Passando a vigorar após a presente Retificação, a Minuta de Contrato do Edital de Pregão Presencial 004/2022 – com os seguintes tópicos já atualizados.

Jaraguá do Sul, 14 de Outubro de 2022

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
PRESIDENTE DO CIGAMVALI



ANEXO VIII

CONTRATO Nº xxxxxxxx

MINUTA

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU (CIGAMVALI) E A EMPRESA

Pelo presente instrumento particular de Prestação de Serviços de consultoria especializada na área de consultoria em administração pública, que entre si celebram, de um lado o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.638.878/0001-00, com sede na Rua Arthur Gumz nº 88, Vila Nova, Jaraguá do Sul, neste ato representado pelo Presidente Sr. Douglas Elias da Costa, brasileiro, residente e domiciliado, portador do CPF nº, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro a Empresa pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº, com sede na, na cidade de, neste ato representada pelo(a) Sr.(a)., portador(a) do CPF nº, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem entre si, certo e ajustado o presente Contrato, pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 A presente licitação visa à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LICENÇA DE USO, HOSPEDAGEM DE SOFTWARE E SERVIÇO TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO DE SOFTWARE DENOMINADO “APLICATIVO” PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS PARA DIGITALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS POR DENTRO DA PLATAFORMA, COM O NOME E IDENTIDADE VISUAL DA PREFEITURA E MÓDULO ADMINISTRATIVO WEB COM CAPACIDADE DE MODULARIZAR OS SERVIÇOS DIGITAIS POR DENTRO DA PLATAFORMA.**

1.2 Os preços registrados são os seguintes:

1.3

Item	Descrição	Unitário	Quantidade	Valor Total
I				
II				
III				



IV				
V				
VI				
VII				
	VALOR TOTAL			R\$

CLÁUSULA SEGUNDA – DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

2.1 As obrigações decorrentes das aquisições do objeto, constantes no Registro de Preços, a serem firmadas entre o órgão participante e o Fornecedor, serão formalizadas através de Contrato de Fornecimento, durante o prazo de validade do Registro de Preços que será o mesmo da validade da ata de registro de preços.

2.2 A critério exclusivo do órgão participante, avaliadas a conveniência e a oportunidade internas, o contrato de fornecimento poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como carta- contrato, nota de empenho de despesa ou autorização de compra, nos exatos da faculdade prevista no art.62, caput e § 4º da Lei Federal nº 8.666/93.

2.3 A substituição prevista na cláusula acima não altera a natureza da relação jurídica contratual nem lhe retira nenhuma das disposições presentes em Edital, Termo de Referência, Minuta de Ata de Registro de Preços e Minuta Contratual encartadas ao Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

3.1 O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a entrega do(s) produto(s) e apresentação da respectiva Nota Fiscal, mediante crédito em conta corrente em banco, número da conta e agência indicadas pelo fornecedor da proposta vencedora ajustada ao lance.

3.2 As descrições dos produtos nas notas fiscais deverão estar idênticas às descrições do Termo de Referência.

3.3 Os números dos lotes devem ser especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada item entregue.

3.4 A Nota Fiscal também deve conter o número do Contrato de Fornecimento ou do Instrumento equivalente, o nome do Município Consorciado recebedor dos produtos e o local da entrega;

3.5 Não será efetuado qualquer pagamento ao adjudicatário enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidades ou inadimplência.

3.6 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.7 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.



3.8 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

3.9 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

3.10 Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

3.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

3.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

3.14.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123 de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

3.15 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \quad I = (6 / 100) \quad I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) Atender as especificações contidas na Ata de Registro, tomando especial cuidado para que a marca e o modelo do produto entregue, sejam os mesmos registrados na proposta de preços



e Ata de Registro de Preços;

b) Ofertar produto que siga normatização, inclusive, no que se refere a sua identificação;

c) Fornecer os produtos, somente mediante o recebimento de e-mail do CIGAMVALI, órgão gerenciador, contendo Autorização de Fornecimento;

d) Efetuar a entrega do(s) item(ns) no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados a partir do envio da autorização de fornecimento por e-mail;

e) Fornecer quantidade solicitada pelo Município, não podendo, portanto, estipular em sua proposta de preços, cotas mínimas ou máximas, para remessa dos produtos.

f) Entregar o produto licitado com validade mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data da entrega ao contratante;

g) Entregar o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados determinados através da Autorização de Fornecimento e contratos de cada município participante;

h) Proceder ao descarregamento e armazenamento dos produtos em local designado pelo servidor responsável do município consorciado contratante;

i) Arcar com todas as despesas oriundas das entregas dos produtos, inclusive as decorrentes de devoluções;

j) Providenciar a imediata correção das deficiências quanto ao fornecimento ou inconformidades técnicas apresentadas pelo produto fornecido, apontadas pelo departamento responsável pelo recebimento e fiscalização do município contratante; inclusive, substituindo o produto em desacordo com as especificações ou com defeito, atendendo no prazo máximo de três dias úteis a contar da notificação que for entregue oficialmente, sem ônus para o município contratante;

k) Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas a fim de que os produtos sejam entregues nas dependências especificadas através da Autorização de Fornecimento, emitida pelo órgão gerenciador, tais como impostos, tarifas, taxas, salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, seguros, fretes, etc;

l) Enviar aos municípios contratantes os números de vias dos contratos, pertencente a ele, assinadas pelo representante legal da empresa e, após a conclusão dos fornecimentos dos materiais requisitados, seu faturamento através de Notas Fiscais;

m) Manter, durante todo o período de validade da Ata de Registro de Preços e de contratos dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao CIGAMVALI qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente;

n) Responsabilizar-se civil e criminalmente por todo e qualquer dano causado aos municípios Consorciados ou a terceiros, decorrentes de qualquer improbidade do produto adquirido, desde a sua produção até a sua efetiva entrega nos endereços indicados de cada município Consorciado, não restando qualquer responsabilidade ao contratante, sequer subsidiária.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CIGAMVALI E/OU MUNICÍPIOS CONSORCIADOS

5.1 Será de responsabilidade do contratante e CIGAMVALI:



- a) Contratar com aquele que detém o Preço Registrado, se necessário e nas quantidades que lhe aprouver, os produtos objeto desta Licitação;
- b) Efetuar o pagamento nas condições e preços ajustados em Ata de Registro de Preços, seus aditivos e contrato;
- c) Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto aqui registrados, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;
- d) Comunicar prontamente à contratada qualquer anormalidade na execução do objeto, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no presente Termo de Referência e Edital; e ainda, reservar-se o direito de revogar, anular, adquirir no todo ou em parte, desde que justificadamente haja conveniência administrativa e por razões de interesse público;
- e) Fornecer à contratada todo tipo de informação interna essencial à realização dos fornecimentos;
- f) Conferir toda a documentação técnica gerada e apresentada durante a execução do objeto, efetuando seu pagamento, quando a mesma estiver em conformidade com os padrões de informação e qualidade exigidos;

CLÁUSULA SEXTA – DAS ENTREGAS

6.1 O fornecedor deverá:

- a) Atender as especificações contidas na Ata de Registro, inclusive entregar os objetos licitados tomando especial cuidado para que a marca e o modelo do produto entregue sejam aqueles apresentados na proposta de preços e constante na Ata de Registro de Preços;
- b) Ofertar produtos que sigam normatização, em especial no que se refere a sua identificação;
- c) Fornecer os produtos, somente mediante o recebimento de e-mail do CIGAMVALI, órgão gerenciador, contendo Autorização de para realizar a entrega do(s) produto(s), que deverá(ão) corresponder ao bem/produto ofertado, inclusive nome comercial e fabricante.
- d) Efetuar a entrega do(s) item(ns) no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados a partir do envio da autorização de fornecimento por e-mail;
- e) O fornecedor deverá entregar o bem/produto empenhado, de segunda a sexta-feira, no local e ao(s) servidor(es) responsável(eis), previamente designado(s) no contrato de fornecimento, na nota de empenho ou na autorização de fornecimento, que verificará(ão) a quantidade e a qualidade do(s) item(s) entregue(s), além da conformidade com o exigido.
- f) Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada município consorciado, correrão por conta do Fornecedor, inclusive no tocante a transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais. Também serão de responsabilidade exclusiva do fornecedor as obrigações decorrentes da não aceitação das mercadorias entregues ou danos causados às mesmas em seu transporte.
- g) O recebimento dos produtos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas neste.
- h) Caso o produto não corresponda ao exigido, descrição, a contratada deverá providenciar, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a sua substituição, visando o atendimento



das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital.

- i) A empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá fornecer quantidade solicitada pelo Município, não podendo, portanto, estipular em sua proposta de preços cotas mínimas ou máximas para remessa dos produtos.
- j) Proceder ao descarregamento e armazenamento dos produtos em local designado pelo servidor responsável do município consorciado contratante;
- k) Entregar o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e com os preços estipulados, determinados através da Autorização de Fornecimento, empenhos e/ou contratos de cada município participante;
- l) Arcar com todas as despesas oriundas das entregas dos produtos, inclusive as decorrentes de devoluções;
- m) Providenciar a imediata correção das deficiências quanto ao fornecimento ou inconformidades técnicas apresentadas pelo produto fornecido, apontadas pelo departamento responsável pelo recebimento e fiscalização do município contratante; inclusive, substituindo o produto em desacordo com as especificações ou com defeito, atendendo no prazo máximo de cinco dias úteis a contar da notificação que for entregue oficialmente, sem ônus para o município contratante;
- n) Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas a fim de que os produtos sejam entregues nas dependências especificadas através da Autorização de Fornecimento, emitida pelo órgão gerenciador, tais como impostos, tarifas, taxas, salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, seguros, fretes, etc.

CLÁUSULA SÉTIMA– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o MUNICÍPIO CONSORCIADO ou o CIGAMVALI, a depender do caso, aplicar ao FORNECEDOR as seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - Multas:
 - a) Da Inexecução Total: a não entrega integral dos produtos solicitados implicará multa de até 20% sobre o valor total da Nota Fiscal/Fatura, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos acarretados pelo atraso e da possibilidade de rescisão contratual.
 - b) Da Inexecução Parcial: a entrega parcial do produto solicitado fará com que haja incidência de multa de até 20% sobre o saldo não entregue, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos acarretados pelo atraso e da possibilidade de rescisão contratual.
 - c) Do Atraso: o descumprimento do prazo de entrega dos produtos sujeitará o Fornecedor à multa de mora de 0,7% por dia de atraso, que incidirá sobre o valor total da Nota Fiscal/Fatura, observado o limite percentual de 20%.
 - d) O não-cumprimento de obrigação acessória sujeitará a Fornecedor a multa de 5% (cinco por cento) do valor apurado para pagamento, a qual poderá incidir autonomamente em relação à penalidade relativa à obrigação principal. Considera-se obrigação acessória toda a ação ou omissão exigível da Fornecedor em decorrência da aplicação de dispositivo contratual, que não seja inerente ao objeto da contratação ou ao prazo de execução.
 - e) As multas deverão ser recolhidas na conta bancária indicada pelo Município



Consortado, mediante comprovante de recolhimento, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da intimação, podendo o Município Consortado, a seu critério, descontá-la, na sua totalidade, da fatura ou do saldo remanescente;

f) A multa, no caso de reincidência, passará para a monta de 30% sobre o valor atualizado do contrato, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade de rescisão contratual.

7.2 Suspensão do direito de licitar com o CIGAMVALI, pelo prazo de até 5 (cinco) anos quando decorrente de falta compreendida em sua atribuição de agir, ou como respectivo município consortado, decorrente de falta cuja ação lhe caiba em virtude de sua atribuição, conforme a gravidade da conduta, nas hipóteses de:

a) recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido; deixar o adjudicatário de entregar documentação exigida no certame;

b) inexecução total ou parcial injustificada do objeto;

c) cumprimento irregular das cláusulas contratuais, especificações e prazos;

7.3 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.4 As sanções previstas nas cláusulas 7.2 e 7.3 poderão também ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

I – injustificadamente retardar a execução do objeto desta licitação;

II – injustificadamente, não mantiver as condições estabelecidas em sua proposta e neste termo;

III – fizer declaração falsa ou entregar documentação falsa ao CIGAMVALI ou a qualquer de seus municípios consortados, conforme o caso;

IV – falhar ou fraudar na execução do presente termo;

V – tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

VI – tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos desta contratação; e

VII – demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como no Decreto Federal 7.892, de 2013.

8.2 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.



§ 1º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, devidamente justificado, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido, somente após apresentação de justificativa plausível e comprovada a ser avaliada pelo CIGAMVALI; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - recusar-se a celebrar a Ata de Registro de Preços ou Contrato de Fornecimento ou não retirar o instrumento, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - tiver presentes razões de interesse público;

V - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o CIGAMVALI ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

VI - for impedido de licitar e contratar como CIGAMVALI ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

9.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 A comunicação do cancelamento do registro de preços, será feita por correspondência com aviso de recebimento ou por meio eletrônico, juntando-se comprovadamente nos autos do processo que deu origem ao cancelamento.

9.4 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o registro de preços a partir da data da última publicação.



9.5 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da aquisição dos produtos, objeto da presente Ata de Registro de Preços, correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de cada município consorciado.

10.2 O município consorciado, quando da contratação, especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA VIGÊNCIA

11.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao CIGAMVALI ou para os Municípios Consorciados a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo anteriormente indicada;

12.2 Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Município Consorciado poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Município Consorciado.

12.3 A existência de preços registrados não obriga os Municípios Consorciados a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o CIGAMVALI e os Municípios Consorciados, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.



12.5 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer Município Consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e desde que o fornecedor possua a referida capacidade de fornecimento.

12.6 – O CONTRATADO autoriza a coleta de dados pessoais e empresariais imprescindíveis a execução deste contrato, tendo sido informado quanto ao tratamento de dados que será realizado pelo MUNICÍPIO CONTRATANTE, nos termos da Lei nº 13.709/2018, especificamente quanto a coleta dos seguintes dados:

12.7 – Dados relacionados à sua identificação pessoal e empresarial DA CONTRATADA, da pessoa jurídica e do seu representante legal e funcionários, a fim de que se garanta a fiel contratação pelo respectivo titular do contrato;

12.8 – Dados relacionados ao endereço da sede da pessoa jurídica CONTRATADA tendo em vista a necessidade do CONTRATANTE enviar de documentos/notificações e outras garantias necessárias ao fiel cumprimento do contrato ora assinado;

12.9 – Os dados coletados com base no legítimo interesse do CONTRATANTE, bem como para garantir a fiel execução do contrato por parte da CONTRATANTE, fundamentam-se no artigo 7º da LGPD.

12.10 – O CONTRATANTE fica autorizada a compartilhar os dados do CONTRATADO agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para as finalidades listadas neste instrumento, desde que, sejam respeitados os princípios da boa-fé, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização e prestação de contas.

12.11 – O CONTRATANTE se responsabiliza por manter medidas de segurança, técnicas e administrativas suficientes a proteger os dados pessoais do Contratado e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), comunicando ao contratado, caso ocorra algum incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante, conforme artigo 48 da Lei nº 13.709/2018.

12.12 – O CONTRATANTE, é permitido manter e utilizar os dados pessoais e empresariais durante todo o período contratualmente firmado para as finalidades relacionadas nesse termo e ainda após o término da contratação para cumprimento de obrigação legal ou impostas por órgãos de fiscalização, nos termos do artigo 16 da Lei nº 13.709/2018.

12.13 – O CONTRATADO fica ciente de que a CONTRATANTE poderá permanecer utilizando os dados para as seguintes finalidades:

- a) Para cumprimento de obrigações decorrentes do objeto do contrato;
- b) Para cumprimento, pela CONTRATANTE, de obrigações impostas por órgãos de fiscalização;



- c) Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
- d) Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros;
- e) Para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;
- f) Quando necessário para atender aos interesses legítimos da CONTRATANTE ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

12.14 – O CONTRATADO autoriza o compartilhamento de seus dados, para os fins descritos nesta cláusula, com terceiros legalmente legítimos para defender os interesses do CONTRATANTE bem como do CONTRATADO.

12.15 – O CONTRATADO possui tempo determinado de 05 (cinco) anos para acesso aos próprios dados armazenados, podendo também solicitar a exclusão de dados que foram previamente coletados com seu consentimento.

12.16 – A exclusão de dados será efetuada sem que haja prejuízo por parte do CONTRATANTE, tendo em vista a necessidade de guarda de documentos por prazo determinado de 05 (cinco) anos. Para tanto, caso o CONTRATADO deseje efetuar a revogação de algum dado, deverá preencher uma declaração neste sentido.

12.17 – O CONTRATADO autoriza, neste mesmo ato, a guarda dos documentos (contratos/documentos fiscais/notificações/protocolos/ordens de serviços) - em que pese eles possuam dados pessoais - por parte DO CONTRATANTE a fim de que ela cumpra com o determinado nas demais normas que regulam o presente contrato, bem como para o cumprimento da obrigação legal nos termos do artigo 16, inciso I, da Lei Geral de Proteção de Dados.

12.18 – As disposições acima também refletem para as testemunhas e signatários deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 As partes elegem o Foro da Comarca de Jaraguá do Sul – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente termo, renunciando expressamente a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.2 Finalmente, por estarem justos e perfeitamente acordados, assinam os responsáveis legais das partes, o presente instrumento em duas vias de igual forma e idêntico teor, juntamente com testemunhas que também firmam abaixo, presentes que estiveram.

XXXXXXXXXX, dede 2022.



DOUGLAS ELIAS DA COSTA
PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO
VALE DO ITAPOCU

CONTRATADA

Testemunhas:

ASSESSORIA JURÍDICA

CIGAMERIOS**TERMOS ADITIVOS - PE 09/2022**

Publicação Nº 4252028

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01/2022 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 212/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 27/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2022

PARTES: CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS – CIGAMERIOS e a empresa DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - DIMASTER SC.

OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva reequilíbrio econômico-financeiro da relação contratual do item 510 conforme segue:

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	Valor Antigo R\$	Valor Atual R\$
510	COMPRIMIDO	METFORMINA – DOSE 500MG	PRATI DONADUZZI	GENERICO CX C/ 400	0,1050	0,1370

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 65, II, 'd', da Lei 8666/93.

DATA DA ASSINATURA: 14/10/2022

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 02/2022 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 211/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 27/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2022

PARTES: CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS – CIGAMERIOS e a empresa DESTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva reequilíbrio econômico-financeiro da relação contratual do item 40 conforme segue:

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	R\$ UN	Valor Atual R\$
555	FRASCO 50,00 ML	NISTATINA SUS-PENSÃO ORAL - DOSE 100.000 UI/ ML 50ML	PRATI	frasco	4,2000	4,2795

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 65, II, 'd', da Lei 8666/93.

DATA DA ASSINATURA: 14/10/2022

CIMA**CONTRATO N.º 27/2022 - CIMA**

Publicação Nº 4250031

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MAMPITUBA - CIMA

EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO Nº: 27/2022

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL MAMPITUBA - CIMA

CONTRATADA: RODRIGO MARCELINO DA SILVA 09911597997 (MEI); CNPJ: 48.112.185/0001-52

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BRITAGEM DE PEDRAS PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MAMPITUBA - CIMA, COMPREENDENDO: PREPARAÇÃO DO MATERIAL, TRANSPORTE DO MATERIAL, BRITAGEM E ESTOCAGEM DO MATERIAL BRITADO.

VALOR: R\$ 15.200,00 (QUINZE MIL E DUZENTOS REAIS)

VIGÊNCIA: 04/10/2022 À 31/12/2022

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.001.0004.0122.0001.2001.339000000000.010000000.

PRAIA GRANDE/SC, 04 DE OUTUBRO DE 2022

ELISANDRO PEREIRA MACHADO

PRESIDENTE DO CONSÓRCIO

CIM-AMUREL**EXTRATO CONTRATO Nº 28/2022**

Publicação Nº 4249848

EXTRATO DO CONTRATO Nº 28/2022

FUNDAMENTO: ESTE CONTRATO DECORRE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N. 23/2022, NA MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2022, HOMOLOGADO EM 28/09/2022, EM CONFORMIDADE COM O QUE CONSTA DO REFERIDO PROCESSO.

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM COM TRATOR DE ESTEIRA NO TERRENO ONDE SERÁ CONSTRUÍDA A USINA DE ASFALTO DO CIM-AMUREL, CONFORME CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS.
CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMUREL, CIM-AMUREL.

CNPJ/MF: 28.692.509/0001-61

EMPRESA CONTRATADA: JACO BUSS NETO

CNPJ/MF: 85.109.338/0001-39

VALOR DO CONTRATO: R\$16.500,00 (DEZESSEIS MIL E QUINHENTOS REAIS)

VIGÊNCIA: A vigência deste contrato se inicia na data de sua assinatura, encerrando-se em 31 de dezembro de 2022, ou com a entrega do objeto.

Tubarão/SC, 28 de setembro de 2022.

Ibaneis lembeck
Presidente do consórcio

PRIMEIRA ERRATA EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO 12/2022

Publicação Nº 4250085

PRIMEIRA ERRATA EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO 12/2022

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMUREL – CIM AMUREL
PREGÃO PRESENCIAL 12/2022

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMUREL – CIM-AMUREL publicou o Edital de Pregão Presencial nº 12/2022, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA OS VEÍCULOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMUREL - CIM-AMUREL, conforme as quantidades e nas condições descritas.

Diante da observação da assessoria jurídica do CIM-AMUREL, se faz necessário a retificação da Cláusula XIV – DO CONTRATO E RESCISÃO, unicamente quanto ao item 14.3 do Edital, da forma indicada abaixo:

Onde se lê:

“14.3 A vigência do contrato a ser assinado com os Licitantes vencedores iniciará na data de assinatura do contrato e findará em 31 de dezembro de 2022 ou quando terminarem as quantidades licitadas. ”

Leia-se:

“14.3 A vigência do contrato a ser assinado com os Licitantes vencedores iniciará na data de assinatura do contrato e findará em 31 de dezembro de 2023 ou quando terminarem as quantidades licitadas.”

Considerando, outrossim, que a modificação não afeta a formulação das propostas, na forma do art. 21, §4º da Lei nº 8.666/93, mantenha-se a data aprazada para abertura das propostas.

Reiteram-se as demais cláusulas do edital. Publique-se na forma da lei.

Tubarão/SC, 14 de outubro de 2022.

Ibaneis lembeck
Presidente do consórcio

CIASS**RESOLUCAO 20/2022**

Publicação Nº 4250510

CIASS – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

RESOLUÇÃO No 020/22, de 04 de Agosto de 2022.

NOMEIA SERVIDORES ACTs DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROFES.

SANDRO CIRIMBELLI, presidente do CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES, no uso das atribuições que lhe compete o art.25 do Estatuto/contrato.

RESOLVE

Art. 1º - Nomear conforme processo seletivo 001/2021 os Servidores ACTs abaixo relacionadas:

SERVIDOR CPF CARGO

Cinara Ranakoski Guetner Zeferino 056.339.789-60 Cuidadora Social

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Resolução, iniciará em 04 de Agosto de 2022 até 31 de Dezembro de 2022.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de Agosto de 2022.

SANDRO CIRIMBELLI

Presidente da CIASS DE TURVO

RESOLUCAO 21/2022

Publicação Nº 4250512

CIASS – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

RESOLUÇÃO No 021/22, de 05 de Agosto de 2022.

NOMEIA SERVIDORES ACTs DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROFES.

SANDRO CIRIMBELLI, presidente do CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES, no uso das atribuições que lhe compete o art.25 do Estatuto/contrato.

RESOLVE

Art. 1º - Nomear conforme processo seletivo 001/2021 os Servidores ACTs abaixo relacionadas:

SERVIDOR CPF CARGO

CAMILA MARTINS 135.704.249-36 Serviços gerais

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Resolução, iniciará em 05 de Agosto de 2022 até 31 de Dezembro de 2022.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 05 de Agosto de 2022.

SANDRO CIRIMBELLI

Presidente da CIASS DE TURVO

RESOLUCAO 22/2022

Publicação Nº 4250516

CIASS – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

RESOLUÇÃO No 022/22, de 12 de Agosto de 2022.

NOMEIA SERVIDORES ACTs DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROFES.

SANDRO CIRIMBELLI, presidente do CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES, no uso das atribuições que lhe compete o art.25 do Estatuto/contrato.

RESOLVE

Art. 1º - Nomear em caracter emergencial a Servidora ACT abaixo relacionada:

SERVIDOR CPF CARGO

LUCIANA FERRARI FERNANDES 039.994.109-65 Cuidador Social

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Resolução, iniciará em 12 de Agosto de 2022 até 31 de Dezembro de 2022.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 12 de Agosto de 2022.

SANDRO CIRIMBELLI

Presidente da CIASS DE TURVO

RESOLUCAO 23/2022

Publicação Nº 4250517

CIASS – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

RESOLUÇÃO No 023/22, de 15 de Agosto de 2022.

NOMEIA SERVIDORES ACTs DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROFES.

SANDRO CIRIMBELLI, presidente do CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES, no uso das atribuições que lhe compete o art.25 do Estatuto/contrato.

RESOLVE

Art. 1º - Nomear em caracter emergencial a Servidora ACT abaixo relacionada:

SERVIDOR CPF CARGO

DANIELE ALEXANDRE BOEIRA 108.920.159-18 Cuidador Social

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Resolução, iniciará em 08 de Agosto de 2022 até 31 de Dezembro de 2022.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 15 de Agosto de 2022.

SANDRO CIRIMBELLI

Presidente da CIASS DE TURVO

RESOLUCAO 24/2022

Publicação Nº 4250519

CIASS – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

RESOLUÇÃO No 024/22, de 24 de Agosto de 2022.

NOMEIA SERVIDORES ACTs DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROFES.

SANDRO CIRIMBELLI, presidente do CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES, no uso das atribuições que lhe compete o art.25 do Estatuto/contrato.

RESOLVE

Art. 1º - Nomear em caráter emergencial a Servidora ACT abaixo relacionada:

SERVIDOR CPF CARGO

ANA ELIZA PELEGRINI DE JESUS 814.627.000-04 Servicos Gerais

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Resolução, iniciará em 24 de Agosto de 2022 até 31 de Dezembro de 2022.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 24 de Agosto de 2022.

SANDRO CIRIMBELLI

Presidente da CIIASS DE TURVO

RESOLUCAO 25/2022

Publicação Nº 4250523

CIIASS – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

RESOLUÇÃO No 025/22, de 07 de Outubro de 2022.

NOMEIA SERVIDORES ACTs DO CIIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROFES.

SANDRO CIRIMBELLI, presidente do CIIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES, no uso das atribuições que lhe compete o art.25 do Estatuto/contrato.

RESOLVE

Art. 1º - Nomear em caráter emergencial a Servidora ACT abaixo relacionada:

SERVIDOR CPF CARGO

TATIANE SANTOS RITA 007.349.889-07 Cuidador Social

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Resolução, iniciará em 07 de Outubro de 2022 até 13 de Outubro de 2022.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 07 de Outubro de 2022.

SANDRO CIRIMBELLI

Presidente da CIIASS DE TURVO

RESOLUCAO 26/2022

Publicação Nº 4250527

CIIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

RESOLUÇÃO No 026/22, de 10 de Outubro de 2022.

NOMEIA COORDENADORA DO CIIASS PARA O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES CONFORME PROTOCOLO DE INTENCOES, ANEXO I, PROVIMENTO EM COMISSÃO.

SANDRO CIRIMBELLI, presidente do CIIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES, no uso das atribuições que lhe compete o art.25 do Estatuto/contrato.

RESOLVE

Art. 1º - Nomear Jadna Salvador da Silva, CPF 048.842.909-92 no Cargo de COORDENADORA DO CIIASS em comissão, conforme Anexo I do protocolo de intenções do CIIASS.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de Outubro de 2022.

SANDRO CIRIMBELLI
Presidente da CIASS DE TURVO

CIM-AMAI**EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL 01-2022 - USINA DE ASFALTO**

Publicação Nº 4252099

**PROCESSO LICITATÓRIO nº 001/2022****PREGÃO nº 001/2022 - TIPO PRESENCIAL****1. PREÂMBULO**

- 1.1. **O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMAI - CIM-AMAI**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 43.109.606/0001-72, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000; neste ato representada pelo Presidente, Sr. Oscar Martarello, Prefeito do Município de Xanxerê; torna público para conhecimento dos interessados que na data e local abaixo indicados fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **Menor preço por Item**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

TIPO: Menor Preço por Item;**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** até às 10:15 horas do dia 27/10/2022;**INÍCIO DA SESSÃO:** às 10:30 horas do dia 27/10/2022.**REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília (DF)**LOCAL:** Rua Floriano Peixoto, número 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000.**PREGOEIRO:** Daniel Strada; E-mail: cim-amai@amaisc.org.br; Telefone: (49) 3441-6600.**2. OBJETO**

- 2.1. O objeto da licitação é a aquisição de Usina de Asfalto, para implantação e estruturação de Usina de Asfalto, conforme transferência de recursos provenientes do Convênio nº 2022010945 (Programa Transferência) firmado com o Estado de Santa Catarina, de acordo com as especificações constantes no edital e seus anexos.

- 2.2. Constituem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

- 2.2.1. Anexo I – Termo de Referência;
- 2.2.2. Anexo II - Especificações Técnicas do Equipamento;
- 2.2.3. Anexo III – Modelo de Proposta de Preços;
- 2.2.4. Anexo IV – Carta de Credenciamento;
- 2.2.5. Anexo V – Modelo Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação;
- 2.2.6. Anexo VI – Modelo de Declaração de que não emprega menores de dezoito anos;
- 2.2.7. Anexo VII – Modelo Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação;
- 2.2.8. Anexo VIII – Minuta do Contrato.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.
- 3.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
 - 3.2.1. Não contemplem em seu objeto social o objeto ora licitado;
 - 3.2.2. Estejam constituídos sob a forma de consórcio;
 - 3.2.3. **Estejam cumprindo penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública motivada pelas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei nº 8.666/93;**
 - 3.2.4. Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
 - 3.2.5. O disposto no art. 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações;
 - 3.2.6. Estejam em situação irregular perante as Fazendas: União, Federal, Estadual, INSS e FGTS;
 - 3.2.7. Tenham em seu quadro, empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesseis) anos, efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 3.3. A simples participação na presente licitação implica na aceitação irretratável de todas as normas do Edital.

4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 4.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
 - 4.1.1. Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
 - 4.1.2. Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
 - 4.1.3. Abrir as propostas de preços;
 - 4.1.4. Analisar a aceitabilidade das propostas;
 - 4.1.5. Desclassificar propostas indicando os motivos;
 - 4.1.6. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
 - 4.1.7. Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
 - 4.1.8. Declarar o vencedor;
 - 4.1.9. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
 - 4.1.10. Elaborar a ata da sessão;
 - 4.1.11. Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
 - 4.1.12. Convocar o vencedor para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;
 - 4.1.13. Abrir processo administrativo para apuração de irregularidade visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

5. APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS ENVELOPES

- 5.1. Os envelopes "Proposta de Preços" e "Documentação de Habilitação" deverão ser indevassáveis, fechados e entregues ao **Setor de Jurídico do Consórcio CIM-AMAI**, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo:
 - 5.1.1. **Os envelopes: nº 01 - Proposta e nº 02 - Documentação de Habilitação deverão ser Protocolados no Setor Jurídico do Consórcio CIM-AMAI, situado na Rua Floriano**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



Peixoto, nº 100, Centro, na cidade de Xanxerê-SC, até às 10:15 horas do dia 27 de outubro de 2022.

- 5.2. Se decidirem entregar os envelopes no próprio dia da abertura, os Proponentes deverão comparecer na sede do Consórcio CIM-AMAI, com a necessária antecedência em relação ao prazo indicado no subitem 5.1, não se aceitando justificativas de atraso na entrega dos envelopes devido a problemas de trânsito, fila no Setor Jurídico para protocolo ou de qualquer outra natureza.
- 5.3. Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

CONSÓRCIO CIM-AMAI

CONSÓRCIO CIM-AMAI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2022

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS

ENVELOPE Nº 2 - HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

CNPJ DA PROPONENTE

CNPJ DA PROPONENTE

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

- 6.1. A abertura da sessão pública para o credenciamento do representante legal da licitante e abertura dos envelopes e demais atos dar-se-á às 10:30 horas do dia 27 de outubro de 2022, na sede do Consórcio CIM-AMAI, localizado à Rua Floriano Peixoto, nº 100, centro, na cidade de Xanxerê-SC.

7. DO CREDENCIAMENTO

- 7.1. No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para a representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, os quais deverão ser entregues ao Pregoeiro **fora** dos envelopes, salientamos que os mesmos não serão devolvidos, **em cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original**, conforme abaixo:

7.1.1. Sócio e/ou Proprietário:

- a) Carteira de Identidade ou documento equivalente;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, conforme o caso;
- c) Declarações constantes do item 7.2 e 7.3;
- d) Comprovantes constantes do item 7.4 e 7.5.

7.1.2. Representante:

- a) Carteira de Identidade ou documento;
- b) Procuração ou Carta de Credenciamento, conforme modelo do Anexo IV, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, visando à comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado;
- d) Declarações constantes do item 7.2 e 7.3;
- e) Comprovantes constantes do item 7.4 e 7.5.

- 7.2. Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, conforme o modelo do Anexo V;
- 7.3. Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação, conforme o modelo do Anexo VII.
- 7.4. Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS de que a empresa não está impedida de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.
- 7.5. Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP de que a empresa não sofreu sanções das quais decorra restrição ao direito de participar e de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.
- 7.6. As **microempresas e empresas de pequeno porte**, para ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar juntamente com o Credenciamento:
 - I.- Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias, da abertura das propostas.

- 7.6.1. As **MEIs (Microempreendedor Individual)** deverão apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual para ter preferência conforme subitem 7.6.

A participação nas condições previstas neste item implica no reconhecimento de não se encontrar em nenhuma das situações previstas no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06.

- 7.7. *Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, em separado dos envelopes de documentação e proposta;*
- 7.8. A comissão poderá realizar cópias de documentos essenciais ao credenciamento, declarações e autentica-los no momento do credenciamento, respeitando o princípio da livre concorrência e participação no certame;
- 7.9. Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores;
- 7.10. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, **sendo que deverão enviar o Contrato Social e as declarações constantes nos itens 7.2 e 7.3 e comprovantes constantes nos itens 7.4 e 7.5 em envelope separado da Habilitação e Proposta;**
 - 7.10.1. Na hipótese de ausência de apresentação das declarações constantes nos itens 7.2 e 7.3, e estando presente o representante legal na sala onde está ocorrendo a sessão e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes específicos inerentes ao presente Pregão, a falta do documento poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato, sendo necessário declarar de próprio punho ou verbalmente registrado em ata.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



7.10.2. A não apresentação da comprovação dos itens 7.4 e 7.5 poderá ser sanada e/ou consultado no momento do credenciamento pelo pregoeiro com base no art. 43, parágrafo 3º da Lei 8.666/93;

7.11. É vedado a uma só pessoa física representar mais de uma empresa neste Pregão.

8. PROPOSTAS DE PREÇOS (envelope 01)

- 8.1. **As propostas de preços (envelope nº 01) deverão ser entregues impressas**, em uma via, com suas páginas rubricadas, e a última **assinada pelo representante legal da empresa**, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, e deverão constar:
- 8.1.1. **Razão social**, endereço, telefone e o CNPJ da proponente;
- 8.1.2. **Nome do titular** ou do representante legalmente constituído com respectiva **assinatura**;
- 8.1.3. **Data**;
- 8.1.4. **Preço unitário** por item, grafado em algarismos, com duas casas decimais após a vírgula; em moeda brasileira corrente;
- 8.1.5. **Marca de cada item ofertado**. Quando a marca identificar a empresa participante, este campo deverá ser preenchido como “marca própria”;
- 8.1.6. **Conter prazo de entrega** do equipamento, não podendo ser superior a 90 (noventa) dias.

Nota 1: Nos preços propostos, a inclusão de todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, encargos sociais e inclusive as despesas de transporte do equipamento para entrega e instalação, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta Licitação.

8.2. As propostas financeiras deverão respeitar como limite máximo aqueles estipulados no Anexo I;

- 8.2.1. Serão desclassificadas as propostas que ultrapassarem o valor máximo estipulado no Anexo I.

Nota 2: na hipótese da proposta não estar rubricada e assinada, conforme exigido no subitem 8.1, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo aberto os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes específicos inerentes ao presente Pregão, a falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato.

9. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS E DO JULGAMENTO:

- 9.1. Somente serão aceitas as propostas cujos preços unitários ofertados não excedam o limite estimado pelo Consórcio, que é aquele descrito no Anexo I;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 9.2. O julgamento será realizado em conformidade com o Edital e as Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar 123/06 e demais normas pertinentes levando-se em conta, interesse do Serviço Público, os critérios de "**MENOR PREÇO POR ITEM**".
- 9.3. Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital e contiverem omissões, rasuras, entrelinhas ou forem ilegível, bem como com preços unitários superestimados ou inexequíveis, de acordo com os subitens anteriores;
- 9.4. Os quantitativos e valores indicados no Anexo I correspondem à média dos praticados no mercado e foram apurados para o efeito de estimar-se o valor objeto em licitação;
- 9.5. Nos preços propostos deverão constar e serem computadas todas as despesas, indispensáveis à realização do serviço, inclusive consumo de combustível, materiais de expediente, mão-de-obra, materiais, transporte dos materiais, encargos das leis sociais e quaisquer despesas acessórias e necessárias, não especificadas neste Edital, e relativo aos trabalhos, objeto desta licitação;
- 9.6. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a execução de todo o serviço, objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional quando devida e erro ou má interpretação de parte da proponente;
- 9.7. Quando todas as propostas forem desclassificadas, o órgão ou entidade poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de outras, escoimadas das causas referidas no subitem anterior.

10. DA VALIDADE DA PROPOSTA

- 10.1. As propostas apresentadas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de seu envio, de acordo com art. 6º da Lei nº 10.520/2002;
- 10.2. Os prazos de validade da proposta apresentados que, porventura, diverjam do determinado no subitem 10.1 serão desconsiderados, prevalecendo o prazo previsto no subitem acima.

11. DA HABILITAÇÃO (envelope 02):

I. REGULARIDADE JURÍDICA:

- a) Cópia do **Contrato Social e Alterações posteriores**, ou Cópia da última Alteração Consolidada (desde que conste o objeto social do contrato) registrados na Junta Comercial do Estado ou Registro Comercial para empresa individual e no caso de Sociedade por Ações o Ato Constitutivo acompanhado da Ata da Assembleia que elegeu a diretoria em exercício.
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
Obs: Caso o licitante tenha apresentado o Contrato Social no credenciamento, o mesmo fica dispensado do referido documento no envelope de habilitação.
- c) Declaração de que não emprega menores de dezoito anos, conforme anexo VI.
- d) Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação, conforme anexo VII.

II. REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- b) Certidão negativa de débitos perante a Fazenda Nacional, relativos a tributos e contribuições Federais;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- c) Prova de regularidade para com a Fazenda **Estadual**, relativo ao ICMS Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços;
- d) Prova de regular situação perante a Fazenda Pública **Municipal** do domicílio ou sede da licitante;
- e) Certidão Negativa de Débitos **Trabalhistas (CNDT)**;
- f) Certidão negativa de Falência e Concordata, fornecida pela Comarca do Tribunal de Justiça do Estado;
- g) Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS de que a empresa não está impedida de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.
- h) Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP de que a empresa não sofreu sanções das quais decorra ao direito de participar e de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.

III. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Comprovante de aptidão (em nome do Licitante) para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da Licitação, mediante apresentação de atestado emitido por entidade pública ou empresa privada (com identificação do emitente, descrição do objeto executado e assinada por pessoa devidamente identificada, hábil a responder em nome do emitente), indicando que a proponente tenha executado/fornecido objeto com características semelhantes ao objeto deste Edital, de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência e no anexo II deste Edital;
 - b) Prospecto do Equipamento ofertado, contendo todas as informações exigidas nas especificações técnicas de descritas no termo de referência e no anexo II deste Edital.
- 11.1. Se o licitante for à **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for à **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante da licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstos **neste item**.

12. SESSÃO DO PREGÃO

- 12.1. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro declarará aberta à sessão do PREGÃO, oportunidade em que não mais aceitará novo proponente, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.
- 12.2. **Da Classificação das Propostas**
 - 12.2.1. O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes que contêm a proposta Financeira avaliando o cumprimento das condições exigidas no edital.
 - 12.2.2. O Pregoeiro classificará o autor da proposta de **menor preço por item** e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 12.2.3. Se não houver, no mínimo 3 (três) propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.
- 12.2.4. Caso duas ou mais propostas comerciais em igualdade de condições fiquem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.
- 12.2.5. A Licitante que desistir de sua proposta escrita está sujeita às sanções administrativas previstas nestas Instruções.

12.3. Dos Lances Verbais

- 12.3.1. As licitantes classificadas terão a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, com valores distintos e decrescentes, a partir da proposta financeira classificada de maior valor e os demais lances, em ordem decrescente de valor, podendo o pregoeiro, definir no momento, lances mínimos;
- 12.3.2. Para a formulação de lances, poderá ser concedido tempo para o atendimento a eventuais necessidades de avaliação e de consulta à empresa pelo seu representante, por meio de telefone ou outros meios disponíveis;
- 12.3.3. Na hipótese em que houver mais de uma proposta igual de menor valor por item, sem que tenha havido oferta de lances verbais, a ordem de classificação dar-se-á mediante novo sorteio a ser realizado, na mesma sessão pública, pelo Pregoeiro;
- 12.3.4. **Não poderá haver desistência dos lances ofertados**, sujeitando-se a Licitante desistente às penalidades legais e às sanções administrativas previstas nestas Instruções;
- 12.3.5. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas;
- 12.3.6. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita e o valor estimado para a contratação;
- 12.3.7. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, será assegurada às microempresas e às empresas de pequeno porte, **que comprovaram tal situação**, como critério de desempate, preferência de contratação desde que as propostas apresentadas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço ofertado na fase de lances, observado o seguinte procedimento:
- A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor preço, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após a convocação do Pregoeiro, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
 - Não ocorrendo a contratação na forma do subitem "i", serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que se enquadrem na hipótese do subitem "i", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
 - A não-contratação nos termos previstos no subitem "i", ensejará a adjudicação do objeto licitado em favor da proposta originalmente vencedora;
 - O disposto no subitem "i" somente será aplicado quando o melhor preço ofertado na fase de lances não houver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



12.3.8. Aos proponentes vencedores não será necessário o envio de nova proposta readequando os valores de acordo com os lances, tal readequação será feita EXCLUSIVAMENTE pelo sistema utilizado pelo Consórcio CIM-AMAI.

12.4. Do Julgamento

- 12.4.1. O critério de julgamento será exclusivamente o de **Menor preço por item** ofertado.
- 12.4.2. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- 12.4.3. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.
- 12.4.4. Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.
- 12.4.5. Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.
- 12.4.6. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis para a regularização da documentação, conforme prevê o § 1º e 2º do Art. 43 da Lei Complementar nº 123/06, de 14 de dezembro de 2006.
- 12.4.7. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.
- 12.4.8. Se a oferta não for aceitável ou se a Licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação da habilitação da Licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as Instruções, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.
- 12.4.9. Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro poderá negociar para que seja obtido um melhor preço.
- 12.4.10. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio, e pelos licitantes.
- 12.4.11. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o Pregoeiro devolverá, aos licitantes, julgados desclassificados no certame, os envelopes "**Documentação de Habilitação**" inviolados, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

13. DA IMPUGNAÇÃO E DO RECURSO ADMINISTRATIVO

- 13.1. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar este edital, mediante protocolo na sede do Consórcio CIM-AMAI.
- 13.2. Os recursos/impugnações ao edital também poderão ser encaminhados por correio, desde que atendam ao prazo descrito no item 13.1.
- 13.3. Não serão aceitos recursos/impugnações ao edital enviado por fax e/ou email.
- 13.4. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

- 13.5. O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 13.6. Não serão admitidos recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela Licitante.
- 13.7. **A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.**
- 13.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.9. O resultado do recurso será divulgado mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios.

14. ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 14.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Competente.
- 14.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará a adjudicação e determinará a contratação, no prazo previsto neste edital.

15. DO PAGAMENTO

- 15.1. O pagamento será precedido da Nota Fiscal, consistindo em documento obrigatório.
- 15.2. Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à licitante para as devidas correções.
- 15.3. O pagamento ocorrerá mediante depósito ou transferência bancária em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.
- 15.4. A execução do objeto será mediante o regime de empreitada por preço unitário.
- 15.5. O pagamento será realizado em parcela única, no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega, instalação e pleno funcionamento da Usina de Asfalto.
- 15.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 15.7. Eventuais variações de preços dos equipamentos durante a execução do contrato não darão ensejo a qualquer aditivo contratual, devendo a proposta contemplar eventuais riscos relativos à flutuação dos preços.

16. DA VIGÊNCIA

- 16.1. O Contrato oriundo do Processo terá sua vigência de 12 (doze) meses contados a partir da sua publicação por extrato no órgão oficial, podendo ser prorrogado a vigência, até o limite legal previsto nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/1994.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500

**17. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:**

- 17.1. O fornecedor obriga-se a entregar a Usina de Asfalto em que foi declarado vencedor, no prazo máximo **de 90 (noventa) dias**, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento;
- 17.2. Endereço do local de entrega do objeto deste edital: **Município de Xanxerê, endereço a combinar.**

18. DAS OBRIGAÇÕES**18.1. DA CONTRATADA:**

- 18.1.1. Cumprir todas as exigências constantes do edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência e no Contrato.
- 18.1.2. Contatar a equipe técnica do CONTRATANTE, após a assinatura deste instrumento para, em conjunto, definirem a execução dos serviços, entrega e instalação do equipamento.
- 18.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.
- 18.1.4. Cumprir os prazos estabelecidos, sob pena de multa, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.
- 18.1.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços e dos fornecimentos sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
- 18.1.6. Manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.
- 18.1.7. Corrigir, alterar e/ou refazer no prazo definido pelo CONTRATANTE os serviços, mesmo que entregues e aceitos, desde que comprovada a existência de vícios de qualidade ou quantidade, alterações da estabilidade que comprometam a sua integridade.
- 18.1.8. Assumir inteira responsabilidade civil, penal e administrativa por danos e prejuízos que causar, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- 18.1.9. A CONTRATADA estará vinculada ao prazo de entrega previsto no Termo de Referência.
- 18.1.10. Adotar medidas, padrões de segurança de acesso e de integridade dos dados. Procedimentos especiais de segurança serão objeto de acordo específico entre as partes.
- 18.1.11. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal nº 8.666/93. A inadimplência da CONTRATADA não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.
- 18.1.12. Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados.
- 18.1.13. A CONTRATADA não pode alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 18.1.14. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua perfeita prestação.
- 18.1.15. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do CONTRATANTE.
- 18.1.16. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado.
- 18.1.17. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, em especial quanto aos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- 18.1.18. Repassar ao Contratante todas as vantagens promocionais oferecidas pelo fabricante dos softwares, que impactem no objeto do contrato firmado, bem como disponibilizar acesso à documentação comprobatória destas vantagens.
- 18.1.19. Designar representante comercial e representante técnico para atendimento. Ambos devem ser pertencentes ao quadro próprio da Contratada.
- 18.1.20. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do Objeto, devendo orientar seus empregados nesse sentido.
- 18.1.21. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do Gestor do Contrato inerentes à execução do Objeto contratual, desde que estejam em conformidade com as previsões editalícias, contratuais e legais.
- 18.1.22. A não cumprimento do disposto dos itens anteriores facultará ao CONTRATANTE a adoção de medidas objetivando possível rescisão contratual, incorrendo a CONTRATADA, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das demais penalidades legais.

18.2. DA CONTRATANTE:

- 18.2.1. Apresentar Autorização de Fornecimento, especificando o prazo e o local de entrega;
- 18.2.2. Efetuar o pagamento conforme definido no Edital, mediante apresentação da Nota Fiscal, desde que, atendidas as demais exigências estabelecidas neste Edital;
- 18.2.3. Fiscalizar a entrega.
- 18.2.4. O Fiscal do Contrato deverá comunicar qualquer irregularidade dos objetos não condizentes com o Edital.

19. DAS PENALIDADES:

- 19.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Consórcio CIM-AMAI, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui estabelecidas.
- 19.2. O descumprimento total ou parcial do contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades:
- 19.2.1. Advertência;
- 19.2.2. Multa:

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- a) No caso de não cumprimento do prazo de prestação de serviços do objeto, será aplicável à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 2% do valor contratual;
 - b) Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Consórcio CIM-AMAI poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo nº 87 da Lei nº 8.666/93, sendo que no caso de multa esta corresponderá a 2% sobre o valor total do contrato, limitada a 10% do valor contratual.
 - c) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratual quando a contratada ceder o contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização da contratante, devendo reassumir o contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;
- 19.3. Suspensão do direito de participar em licitações/contratos de qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 19.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com órgãos da administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;
- 19.5. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

20. DAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

- 20.1. Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre o presente **Edital** serão prestadas pelo Pregoeiro, podendo ser encontrado na sede do CIM-AMAI ou através do e-mail cim-amai@amaisc.org.br ou pelo telefone (49) 3441-6600, informando o número da licitação, nos dias úteis, das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:30 horas.
- 20.2. Informações complementares referentes ao item licitado serão prestadas pelo Sr. Daniel Strada, também pelo fone (49) 3441-6600.

21. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO:

- 21.1. O Consórcio CIM-AMAI designa como:
- 21.2. **Fiscal deste Edital**, o Sr. **Rivael Sander Freschi**, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos e procedimentais, e para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.
- 21.3. As exigências e a atuação da fiscalização pelo **CONTRATANTE** em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 22.1. As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame, correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



23. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1. Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil de expediente normal do Consórcio CIM-AMAI, subsequente as ora fixados.
- 23.2. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.
- 23.3. Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas de Preços como dos Documentos de Habilitação apresentados na Sessão.
- 23.4. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
- 23.5. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela depois de aberta a sessão do pregão.
- 23.6. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos conforme previsto no parágrafo 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.
- 23.7. É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento.
- 23.8. A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.
- 23.9. O Pregoeiro, no interesse do Consórcio, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação sendo possível à promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 23.10. Os preços não serão reajustados, salvo as situações previstas na forma da lei, observadas as disposições previstas no contrato.

Xanxerê-SC, 14 de outubro de 2022.

OSCAR MARTARELLO
Presidente do Consórcio CIM-AMAI
Prefeito do Município de Xanxerê

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

INTRODUÇÃO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMAI - CIM-AMAI, é um consórcio público, constituído na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 43.109.606/0001-72, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000; na forma da Lei Federal nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto Federal nº 6.017/07).

OBJETO

O objeto da licitação é a aquisição de Usina de Asfalto, para implantação e estruturação de Usina de Asfalto, conforme transferência de recursos provenientes do Convênio nº 2022010945 (Programa Transferência) firmado com o Estado de Santa Catarina, de acordo com as especificações constantes neste termo de referência e no Edital respectivo.

JUSTIFICATIVA

Esta licitação esta pautada no amplo diálogo entre o Governo Estadual de Santa Catarina e os municípios associados ao CIM-AMAI que anuíram com o programa da Usina de Asfalto, com a identificação das necessidades da região, objetivando a viabilização da correta operação de uma usina de asfalto, dentro das normas e condicionantes técnicas e ambientais e de serviço de pavimentação asfáltica, com capacidade de fornecer e produzir asfalto para dar condições de trafegabilidade, melhorar e manter vias de acesso de infraestrutura rural e urbana, contribuindo no desenvolvimento sócio econômico da região.

VALORES REFERENCIAIS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

Os valores referenciais para contratação são demonstrados no Quadro de Serviços e representam o valor unitário máximo tolerado para cada item baseado em pesquisa de mercado.

Item	Aquisição dos Equipamentos	Unidade	Qtde.	Total Máximo do item
01	Usina de Asfalto móvel contínua, capacidade de até 120 Toneladas, silo de CAP 60 (40/20), conforme especificações mínimas constantes no Anexo II, do Edital.			R\$ 3.459.912,50

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



O valor acima foi extraído através de orçamentos realizados com empresas do ramo, o qual foi realizado a média entre os valores, sendo definido como preço máximo para a apresentação de proposta de preço.

DA EXECUÇÃO E ENTREGA

A Contratada deverá entregar o equipamento, objeto deste termo, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais condições previstas no edital e contrato.

Mediante assinatura do contrato, a vencedora deverá fornecer plantas orientativas para obras civis necessárias para a instalação da usina e do Silos; encanamentos e demais obras necessárias a correta instalação da usina.

O prazo de entrega do equipamento e instalação deverá se dar num prazo máximo de 90 (noventa) dias após a ordem de faturamento e entrega.

Após a entrega do Equipamento a contratada deverá fornecer entrega técnica e treinamento teórico e prático, no local da operação da usina, de no mínimo 60 horas aos operadores designados pela contratante, abrangendo todos os aspectos do funcionamento, operação, manutenção preventiva diária, semanal e programada da usina, incluindo a operação, limpeza e manutenção do queimador; com entrega de manuais de operação; fornecimento de certificado de treinamento nominal a cada participante, assinado pelo responsável técnico da empresa e pelo responsável pelo treinamento, estando destacada a carga horária e o conteúdo aplicado.

O equipamento deverá ser entregue em endereço e local e indicado na Autorização de Fornecimento.

A empresa contratada é responsável pelo transporte; descarga; montagem; instalação; startup no local indicado pela contratante;

A instalação da usina deverá iniciar os trabalhos em até 72 horas após notificação por parte da contratante, a qual comunicará a conclusão das instalações de energia, obras civis e disponibilidade dos insumos necessários ao funcionamento da usina.

O equipamento deverá possuir garantir contra defeitos de fabricação e instalação de no mínimo 12 meses, sem limite de horas de uso.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Entregar os equipamentos conforme requisitos e especificações determinadas no Termo de Referência.

Manter equipe de profissionais especializados e capacitados para a realização de entrega técnica e treinamento, capaz de prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

Substituir, sempre que exigido pelo Contratante e independentemente de justificativa por parte deste, qualquer empregado, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse público. Submeter à apreciação e à aprovação prévia do Contratante qualquer serviço adicional que entenda que deva ser executado.

Prestar sempre que solicitado, esclarecimento de dúvidas relacionadas à prestação dos serviços e às funcionalidades da solução.

Manter informado o técnico do Contratante, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



Guardar sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham a ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas, respondendo contratual e legalmente pela inobservância deste item.

MEDIDAS ACAUTELADORAS

A Administração Pública pode, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, podendo haver retenção de pagamento se a Contratada incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a execução dos serviços.

É expressamente proibida a contratação de agente público, ou de familiar, vinculado ao CONTRATANTE, para a execução dos serviços mencionados neste documento.

Xanxerê-SC, 14 de outubro de 2022.

OSCAR MARTARELLO
Presidente do Consórcio CIM-AMAI
Prefeito do Município de Xanxerê

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO

ITEM 1 (1 UNIDADE) - USINA DE ASFALTO MÓVEL CONTÍNUA, CAPACIDADE 120 T/H, SILO DE CAP 60 (40/20), CONFORME AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

Capacidade de produção nominal da usina: até 120 t/h;

Capacidade de mobilidade: Construída sobre chassi rodoviário emplacado; suspensão em tandem com sistema de frenagem ABS; pés de apoio; sistema elétrico completo; com o número de identificação do veículo (VIN) indicando o fabricante da usina, que deverá estar habilitado junto ao Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN); conjunto chassi e usina de asfalto deverá estar em conformidade com as normas de tráfego dos órgãos nacionais e estaduais de trânsito (DETRAN, CONTRAN, etc);

Silos de agregados: 03 (três) silos de agregados individuais com no mínimo 6 m³ cada, com espera para instalação de prolongamentos, de acordo com projeto da usina; 01 (um) dos silos de agregado dividido em duas partes iguais; todos os silos de agregados devem ser equipados com grade de retenção para material sobre-tamanho; acionamento dos silos por motorreductor com controle de velocidade por inversor de frequência; correia extratora alimentadora do secador; motovibrador em cada um dos silos com acionamento automático e manual; plataforma lateral corrida contínua para inspeção dos silos, com escada e guarda corpo; capacidade de reversão do sentido de trabalho das esteiras (despejar o material oriundo dos silos de agregados para ambos os lados);

Pesagem dos agregados: Pesagem individual por silo, com células de carga blindadas a poeira e umidade;

Correias transportadoras: Planas; com capacidade de reversão de movimento para os dois sentidos; com proteção lateral vulcanizada; com medição e controle de velocidade através de sensores e comando total na cabine de comando;

Tambor Secador: De contrafluxo, com comporta de acesso para inspeção e manutenção; montado sobre roletes e acionado por motorredutores compatíveis, com capacidade de arranque nas diferentes situações da operação;

Queimador: Compatível para uso de diferentes combustíveis, com sensor de chama; capacidade calorífica compatível. Caso o fabricante do queimador não seja o mesmo fabricante da usina, fornecer o manual do respectivo fabricante do queimador em vernáculo português do Brasil (pt-BR), assim como termo de garantia respectivo;

Sistema de Filtragem: Com pré-coletor de material #200; transportador helicoidal para incorporação dos finos oriundos do filtro de mangas diretamente no misturador; sistema de troca rápida dos elementos filtrantes; com sistema de limpeza dos elementos filtrantes por ar comprimido alimentado por compressor; com sensores de temperatura e acionamento automático de segurança. Declaração da empresa que o sistema atende plenamente as normas ambientais vigentes junto aos órgãos ambientais nacionais e estaduais;

Misturador: Com ponto de coleta de amostra seca; com comporta de acesso para inspeção e manutenção; injeção direta de CAP no agregado; barra espargidora de CAP com aquecimento;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



Carregamento: Sistema de elevador de arraste de alta resistência a abrasão e desgaste; sensor de nível máximo; janela anti saturação; com comporta de acesso para inspeção e manutenção; silo metálico de armazenamento compatível com a capacidade da operação, não inferior a 1 m³, com sistema de abertura pneumático; altura livre do solo de no mínimo 3,60m;

Cabine de Comando: Acoplada a usina; fechada e climatizada; automação por sistema supervisório; painel de controle automatizado e intuitivo para opção de operação manual e previsão para monitoramento remoto; equipado com microcomputador padrão profissional, dotado de licenças de software, com tela LCD plana (mínimo de 19 polegadas); controlador CLP de última geração, de marca que possua utilização comprovada junto a indústria nacional há mais de 10 (dez) anos; cadeira do operador móvel e giratória, em espuma injetada, com regulagem de altura e inclinação, com apoio de braços e tecido lavável; monitor para monitoramento de câmeras de segurança; janelas de vidro padrão automobilístico; porta com tranca; piso da cabine emborrachado; **Segurança da Operação:** Disposição de botões de emergência; pintura de sinalização visual em todas as partes móveis da usina, de acordo com as normas de segurança vigentes; alarme sonoro interno na cabine e externo para emergências; quadro de força com vedação de poeira e umidade; botões de emergência; extintores de incêndio; pleno atendimento a NR-12;

Manutenção: Fornecimento de kit básico de insumos e ferramentas capazes à realização das “manutenções preventivas” da usina, do queimador, do Silo, inclusive dos encanamentos e linhas de CAP; devidamente acondicionados em caixa(s) de ferramenta(s) com tranca de cadeado, a serem entregues no ato do treinamento, aos operadores designados pelo Consórcio;

Compressor de ar: Dimensionado pelo fabricante da usina de acordo com as necessidades da operação, com todas as mangueiras, encanamentos e conexões necessárias, devidamente instalado na usina em local de fácil acesso; fornecer o manual do fabricante em vernáculo português do Brasil (pt-BR);

Silo CAP: Silo de armazenamento de CAP fixo horizontal; com revestimento térmico e proteção externa; Capacidade de 60.000 litros, sendo 40.000 litros para CAP e 20.000 litros para óleo combustível; Dotado de pontos para içamento com olhais e/ou sobre chassis rodoviário; Sistema de aquecimento compatível de acordo com o projeto e capacidade da operação; Bomba de asfalto controlada por inversor de frequência; Bomba de “recirculação e carga”, para recirculação de CAP no Silo e capacidade de bombeamento para descarga de CAP do caminhão transportador, no nível de operação do Silo; Dois agitadores de asfalto acionados por motorreductor (configurado para acionamento automático e manual); Tubulações de interligação do silo até a usina; Sensores de segurança para temperatura; Escada e guarda-corpo no acesso às bocas de visita do silo; Fornecimento de plantas e demais orientações para obras civis necessárias a instalação, inclusive projeto das contenções; registros, e demais itens de controle e segurança; sistema interligado por tubulações do CAP e combustível à usina; treinamento teórico e prático exclusivo para operação e manutenção preventiva do Silo (incluso dentro das 20 h/a mínimas requeridas neste edital), no local da operação da usina, aos operadores designados pela contratante, abrangendo todos os aspectos do funcionamento, operação, manutenção preventiva diária, semanal e programada do silo de CAP, incluído o sistema de aquecimento; bombas e agitadores, com entrega de certificado específico a cada um dos operadores designados pelo Consórcio;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



Instalação e Startup: Transporte; descarga; montagem; instalação; startup no local indicado pela contratante; fornecimento de plantas orientativas para obras civis necessárias a instalação da usina e do Silos; instalação do Silo, encanamentos e demais obras necessárias a correta instalação da usina; Startup da usina por parte do contratado, iniciando os trabalhos em até 72 horas após notificação por parte da contratante, a qual comunicará a conclusão das instalações de energia, obras civis e disponibilidade dos insumos necessários ao funcionamento da usina;

Entrega técnica: Entrega de declaração da empresa fornecedora da usina e do Silo, de que mantém estoque permanente de peças e componentes de reposição em sua sede, sejam nacionais ou importadas, com tempo máximo de disponibilização para coleta de transportadora de até 03 (três) dias úteis para itens normais de desgaste e componentes substituíveis através de simples aquisição no mercado; tempo máximo de disponibilização para coleta de 30 (trinta) dias corridos após a emissão da ordem de fornecimento para itens não considerados de desgaste padrão e que demandem fabricação;

Manuais de operação da usina: Todos devem ser fornecidos na língua portuguesa do Brasil (pt-BR);

Treinamento: Após transcorrido o período de montagem, instalação e startup dos equipamentos, o contratado deverá ofertar treinamento teórico e prático, no local da operação da usina, de no mínimo 60 horas aos operadores designados pela contratante, abrangendo todos os aspectos do funcionamento, operação, manutenção preventiva diária, semanal e programada da usina, incluindo a operação, limpeza e manutenção do queimador; com entrega de manuais de operação; fornecimento de certificado de treinamento nominal a cada participante, assinado pelo responsável técnico da empresa e pelo responsável pelo treinamento, estando destacada a carga horária e o conteúdo aplicado;

Garantia: padrão do fabricante, não sendo inferior a 12 (doze) meses para itens de fabricação própria e, de acordo com a garantia do respectivo fabricante para componentes adquiridos de terceiros. Os termos de garantia dos componentes fabricados por terceiros devem ser entregues no momento da entrega técnica, apensados em pasta específica, classificados e explicados de forma clara aos operadores e membros indicados pelo Consórcio, estando todos traduzidos para o vernáculo português do Brasil (pt-BR), se for o caso;

Equipamento com código FINAME.

Valor máximo: R\$ 3.459.912,50 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e doze reais e cinquenta centavos).

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500

**ANEXO III****MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**

(deverá acompanhar Prospecto e ficha Técnica do Equipamento)

Processo Licitatório nº 001/2022 CIM-AMAI

Pregão Presencial nº 001/2022 CIM-AMAI

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO e TELEFONE:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

2 - PREÇO

VALOR UNITÁRIO DO ITEM 01 R\$ _____ (Por extenso).

3 - CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente Licitação.

4 - PRAZO DE ENTREGA

Máximo de 90 (noventa) DIAS.

5 - VALIDADE DA PROPOSTA

60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

Obs.: Nos preços cotados estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta Licitação.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500





ANEXO IV

MODELO DE CREDENCIAMENTO

A empresa, inscrito no CNPJ nº, com sede à, neste ato representada pelo(s) diretores ou sócios, com qualificação completa (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador o Senhor (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere amplos poderes para junto ao Consórcio CIM-AMAI, praticar os atos necessários com relação à licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº/2022**, usando dos recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e em especial, para esta licitação.

Local, data

Assinatura e Carimbo

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500





ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE COM OS REQUISITOS
DE HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA)_____, CNPJ nº. , sediada (endereço completo)_____, **DECLARA**, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação no presente **Pregão Presencial nº/2022** e, ainda, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data, _____, ____ de _____ de 2022.

(nome e identidade do representante legal)

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500





ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr. _____, portador da cédula de identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, DECLARA que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos. Por ser verdade, firmamos a presente.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA
QUALIFICAÇÃO

Ao Consórcio CIM-AMAI

Pregão Presencial nº/2022

O signatário da presente, em nome da proponente, declara para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do artigo 32, parágrafo 2º e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Local, de de 2022.

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)

(carteira de identidade número e órgão emissor)

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



**ANEXO VIII -****MINUTA DO CONTRATO**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMAI - CIM-AMAI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 43.109.606/0001-72, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. OSCAR MARTARELLO**, portador da R.G. nº 1692088 SSP/SC e CPF sob o nº 461.817.769-15, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê-SC, denominada para este instrumento particular simplesmente de **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa:

....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º e Inscrição Estadual nº, estabelecida na Rua nº, na cidade de, neste ato representada pelo Sr., inscrito no CPF sob o nº e RG nº, doravante denominado **CONTRATADO**, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 8.883/94 e Lei n.º 9.648/98, firmam o presente que se regerá pelas Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto da licitação é a aquisição de Usina de Asfalto, para implantação e estruturação de Usina de Asfalto, conforme transferência de recursos provenientes do Convênio nº 2022010945 (Programa Transferência) firmado com o Estado de Santa Catarina; conforme especificações constantes no Termo de Referência que compõe o Anexo I do Edital e especificações do objeto no Anexo II.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

- 2.1 A Contratada deverá entregar o equipamento, objeto deste termo, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais condições previstas no edital e neste contrato.
- 2.2 Mediante assinatura do contrato, a vencedora deverá fornecer plantas orientativas para obras civis necessárias para a instalação da usina e do Silos; encanamentos e demais obras necessárias a correta instalação da usina
- 2.3 O prazo de entrega do equipamento e instalação deverá se dar num prazo máximo de 90 dias após a ordem de faturamento e entrega.
- 2.4 Após a entrega do Equipamento a contratada deverá fornecer entrega técnica e treinamento teórico e prático, no local da operação da usina, de no mínimo 60 horas aos operadores designados pela contratante, abrangendo todos os aspectos do funcionamento, operação, manutenção preventiva diária, semanal e programada da usina, incluindo a operação, limpeza e manutenção do queimador; com entrega de manuais de operação; fornecimento de certificado de treinamento nominal a cada participante, assinado pelo responsável técnico da empresa e pelo responsável pelo treinamento, estando destacada a carga horária e o conteúdo aplicado.
- 2.5 O equipamento deverá ser entregue em endereço e local e indicado na Autorização de Fornecimento.
- 2.6 A empresa contratada é responsável pelo transporte; descarga; montagem; instalação; startup no local indicado pela contratante;
- 2.7 A instalação da usina deverá iniciar os trabalhos em até 72 horas após notificação por parte da contratante, a qual comunicará a conclusão das instalações de energia, obras civis e disponibilidade dos insumos necessários ao funcionamento da usina;
- 2.8 O equipamento deverá possuir garantia contra defeitos de fabricação e instalação de no mínimo 12 (doze) meses, sem limite de horas de uso.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR TOTAL, PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

3.1 O valor total do presente Contrato é de R\$, para constante na cláusula primeira deste termo. O pagamento pela execução dos serviços do objeto da presente Licitação será feito em favor da Contratada, mediante depósito ou transferência bancária em sua conta corrente, após as entregas dos serviços, acompanhados da respectiva nota fiscal.

3.2 A execução do objeto deste contrato será mediante o regime de empreitada por preço unitário.

3.3 O pagamento se dará mediante a entrega e instalação do equipamento, nas condições previstas no Termo de Referência do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias após a certificação da Nota Fiscal.

3.4 O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.5 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhefor imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.6 Este contrato poderá ser revisto para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

3.7 O pedido, fundamentado e devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser encaminhado ao CONTRATANTE, não sendo apreciado o pedido de revisão de preços que não comprovar o desequilíbrio sofrido.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas para a execução do objeto do presente contrato correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1 No caso de atraso injustificado por parte do contratado para o início dos serviços ou para a conclusão final dos serviços, sujeitar-se-á as penalidades previstas no Edital e neste Contrato.

5.2 Pela inexecução total ou parcial do Contrato o CIM-AMAI poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções contratuais: advertência, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, suspensão temporária de participação em Licitação, impedimento de contratar com o CIM-AMAI e com todos os Municípios Consorciados por prazo não superior a 2 (dois) anos e declaração de inidoneidade, nos termos dos artigos 86 e 87, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

5.3 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, implicará na multa de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

5.4 Poderão ainda ser aplicadas as seguintes penalidades:

I- Por atraso ou paralização da execução superior a 10 (dez) dias do prazo de execução dos serviços, fica o CONTRATADO sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato, a ser calculado desde o 11º (décimo primeiro) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.

II- Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, canceladas as ordens de serviços e aplicada multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor do contrato.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



III - Dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao CIM-AMAI ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Contratado o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.

As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 O presente Contrato poderá ser rescindido, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 O presente Contrato terá vigência de 6(seis) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado a vigência, até o limite legal previsto nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/1994.

CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório Presencial nº 01/2022, Edital de Pregão, na forma Presencial nº 01/2022.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Cumprir todas as exigências constantes do edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência e no Contrato.

9.2 Contatar a equipe técnica do CONTRATANTE, após a assinatura deste instrumento para, em conjunto, definirem a execução dos serviços.

9.3 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.

9.4 Cumprir os prazos estabelecidos, sob pena de multa, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

9.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços e dos fornecimentos sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

9.6 Manter equipe de profissionais especializados e capacitados para a realização de entrega técnica e treinamento, capaz de prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

9.7 Corrigir, alterar e/ou refazer no prazo definido pelo CONTRATANTE os serviços, mesmo que entregues e aceitos, desde que comprovada a existência de vícios de qualidade ou quantidade, alterações da estabilidade que comprometam a sua integridade.

9.8 Assumir inteira responsabilidade civil, penal e administrativa por danos e prejuízos que causar, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.9 A CONTRATADA estará vinculada ao prazo de entrega previsto no Termo de Referência.

9.10 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.11 A inadimplência da CONTRATADA não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

9.12 Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



9.13 A CONTRATADA não pode alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos.

9.14 Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua perfeita prestação.

9.15 Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado.

9.16 Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, em especial quanto aos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

9.17 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do Gestor do Contrato inerentes à execução do Objeto contratual, desde que estejam em conformidade com as previsões editalícias, contratuais e legais.

9.18 O não cumprimento do disposto dos itens anteriores facultará ao CONTRATANTE a adoção de medidas objetivando possível rescisão contratual, incorrendo a CONTRATADA, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das demais penalidades legais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 Aplicam-se à execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 É competente o foro da Comarca de Xanxerê-SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavram e assinam, em (3) três vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, obrigando-se por si, seus herdeiros e/ou sucessores a cumpri-los em todos os seus termos.

Local... (SC), de de 2022.

OSCAR MARTARELLO
PRESIDENTE DO CIM-AMAI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ

CONTRATADA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL 02-2022 - SILOS EMULSÃO

Publicação Nº 4252103

**PROCESSO LICITATÓRIO nº 002/2022****PREGÃO nº 002/2022 - TIPO PRESENCIAL****1. PREÂMBULO**

- 1.1. **O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMAI - CIM-AMAI**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 43.109.606/0001-72, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000; neste ato representada pelo Presidente, Sr. Oscar Martarello, Prefeito do Município de Xanxerê; torna público para conhecimento dos interessados que na data e local abaixo indicados fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **Menor preço por Item**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

TIPO: Menor Preço por Item;**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** até às 15:15 horas do dia 31/10/2022;**INÍCIO DA SESSÃO:** às 15:30 horas do dia 31/10/2022.**REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília (DF)**LOCAL:** Rua Floriano Peixoto, número 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000.**PREGOEIRO:** Daniel Strada; E-mail: cim-amai@amaisc.org.br; Telefone: (49) 3441-6600.**2. OBJETO**

- 2.1. O objeto da licitação é a aquisição de Silos para emulsão/CM-30, novo, para estrutura de Usina de Asfalto, conforme transferência de recursos provenientes do Convênio nº 2022010945 (Programa Transferência) firmado com o Estado de Santa Catarina, de acordo com as especificações constantes no edital e seus anexos, notadamente o termo de referência (anexo I) e especificações técnicas do equipamento (anexo II).

- 2.2. Constituem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

- 2.2.1. Anexo I – Termo de Referência;
- 2.2.2. Anexo II - Especificações Técnicas do Equipamento;
- 2.2.3. Anexo III – Modelo de Proposta de Preços;
- 2.2.4. Anexo IV – Carta de Credenciamento;
- 2.2.5. Anexo V – Modelo Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação;
- 2.2.6. Anexo VI – Modelo de Declaração de que não emprega menores de dezoito anos;
- 2.2.7. Anexo VII – Modelo Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação;
- 2.2.8. Anexo VIII – Minuta do Contrato.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.
- 3.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
 - 3.2.1. Não contemplem em seu objeto social o objeto ora licitado;
 - 3.2.2. Estejam constituídos sob a forma de consórcio;
 - 3.2.3. **Estejam cumprindo penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública motivada pelas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei nº 8.666/93;**
 - 3.2.4. Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
 - 3.2.5. O disposto no art. 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações;
 - 3.2.6. Estejam em situação irregular perante as Fazendas: União, Federal, Estadual, INSS e FGTS;
 - 3.2.7. Tenham em seu quadro, empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesseis) anos, efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 3.3. A simples participação na presente licitação implica na aceitação irretratável de todas as normas do Edital.

4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 4.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
 - 4.1.1. Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
 - 4.1.2. Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
 - 4.1.3. Abrir as propostas de preços;
 - 4.1.4. Analisar a aceitabilidade das propostas;
 - 4.1.5. Desclassificar propostas indicando os motivos;
 - 4.1.6. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
 - 4.1.7. Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
 - 4.1.8. Declarar o vencedor;
 - 4.1.9. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
 - 4.1.10. Elaborar a ata da sessão;
 - 4.1.11. Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
 - 4.1.12. Convocar o vencedor para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;
 - 4.1.13. Abrir processo administrativo para apuração de irregularidade visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

5. APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS ENVELOPES

- 5.1. Os envelopes "Proposta de Preços" e "Documentação de Habilitação" deverão ser indevassáveis, fechados e entregues ao **Setor de Jurídico do Consórcio CIM-AMAI**, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo:
 - 5.1.1. **Os envelopes: nº 01 - Proposta e nº 02 - Documentação de Habilitação deverão ser Protocolados no Setor Jurídico do Consórcio CIM-AMAI, situado na Rua Floriano**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



Peixoto, nº 100, Centro, na cidade de Xanxerê-SC, até às 14:15 horas do dia 31 de outubro de 2022.

- 5.2. Se decidirem entregar os envelopes no próprio dia da abertura, os Proponentes deverão comparecer na sede do Consórcio CIM-AMAI, com a necessária antecedência em relação ao prazo indicado no subitem 5.1, não se aceitando justificativas de atraso na entrega dos envelopes devido a problemas de trânsito, fila no Setor Jurídico para protocolo ou de qualquer outra natureza.
- 5.3. Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

CONSÓRCIO CIM-AMAI

CONSÓRCIO CIM-AMAI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2022

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS

ENVELOPE Nº 2 - HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

CNPJ DA PROPONENTE

CNPJ DA PROPONENTE

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

- 6.1. A abertura da sessão pública para o credenciamento do representante legal da licitante e abertura dos envelopes e demais atos dar-se-á às 13:30 horas do dia 31 de outubro de 2022, na sede do Consórcio CIM-AMAI, localizado à Rua Floriano Peixoto, nº 100, centro, na cidade de Xanxerê-SC.

7. DO CREDENCIAMENTO

- 7.1. No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para a representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, os quais deverão ser entregues ao Pregoeiro **fora** dos envelopes, salientamos que os mesmos não serão devolvidos, **em cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original**, conforme abaixo:

7.1.1. Sócio e/ou Proprietário:

- a) Carteira de Identidade ou documento equivalente;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, conforme o caso;
- c) Declarações constantes do item 7.2 e 7.3;
- d) Comprovantes constantes do item 7.4 e 7.5.

7.1.2. Representante:

- a) Carteira de Identidade ou documento;
- b) Procuração ou Carta de Credenciamento, conforme modelo do Anexo IV, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, visando à comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado;
- d) Declarações constantes do item 7.2 e 7.3;
- e) Comprovantes constantes do item 7.4 e 7.5.

- 7.2. Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, conforme o modelo do Anexo V;
- 7.3. Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação, conforme o modelo do Anexo VII.
- 7.4. Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS de que a empresa não está impedida de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.
- 7.5. Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP de que a empresa não sofreu sanções das quais decorra restrição ao direito de participar e de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.
- 7.6. As **microempresas e empresas de pequeno porte**, para ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar juntamente com o Credenciamento:
 - I.- Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias, da abertura das propostas.

- 7.6.1. As **MEIs (Microempreendedor Individual)** deverão apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual para ter preferência conforme subitem 7.6.

A participação nas condições previstas neste item implica no reconhecimento de não se encontrar em nenhuma das situações previstas no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06.

- 7.7. *Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, em separado dos envelopes de documentação e proposta;*
- 7.8. A comissão poderá realizar cópias de documentos essenciais ao credenciamento, declarações e autentica-los no momento do credenciamento, respeitando o princípio da livre concorrência e participação no certame;
- 7.9. Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores;
- 7.10. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, **sendo que deverão enviar o Contrato Social e as declarações constantes nos itens 7.2 e 7.3 e comprovantes constantes nos itens 7.4 e 7.5 em envelope separado da Habilitação e Proposta;**
 - 7.10.1. Na hipótese de ausência de apresentação das declarações constantes nos itens 7.2 e 7.3, e estando presente o representante legal na sala onde está ocorrendo a sessão e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes específicos inerentes ao presente Pregão, a falta do documento poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato, sendo necessário declarar de próprio punho ou verbalmente registrado em ata.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



7.10.2. A não apresentação da comprovação dos itens 7.4 e 7.5 poderá ser sanada e/ou consultado no momento do credenciamento pelo pregoeiro com base no art. 43, parágrafo 3º da Lei 8.666/93;

7.11. É vedado a uma só pessoa física representar mais de uma empresa neste Pregão.

8. PROPOSTAS DE PREÇOS (envelope 01)

- 8.1. **As propostas de preços (envelope nº 01) deverão ser entregues impressas**, em uma via, com suas páginas rubricadas, e a última **assinada pelo representante legal da empresa**, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, e deverão constar:
- 8.1.1. **Razão social**, endereço, telefone e o CNPJ da proponente;
- 8.1.2. **Nome do titular** ou do representante legalmente constituído com respectiva **assinatura**;
- 8.1.3. **Data**;
- 8.1.4. **Preço unitário** por item/quantidade e, também, o **valor global**, ambos grafados em algarismos, com duas casas decimais após a vírgula; em moeda brasileira corrente;
- 8.1.5. **Marca de cada item ofertado**. Quando a marca identificar a empresa participante, este campo deverá ser preenchido como “marca própria”;
- 8.1.6. **Conter prazo de entrega** do equipamento, não podendo ser superior a 90 (noventa) dias.

Nota 1: Nos preços propostos, a inclusão de todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, encargos sociais e inclusive as despesas de transporte do equipamento para entrega e instalação, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta Licitação.

8.2. As propostas financeiras deverão respeitar como limite máximo aqueles estipulados no Anexo I;

- 8.2.1. Serão desclassificadas as propostas que ultrapassarem o valor máximo estipulado no Anexo I.

Nota 2: na hipótese da proposta não estar rubricada e assinada, conforme exigido no subitem 8.1, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo aberto os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes específicos inerentes ao presente Pregão, a falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato.

9. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS E DO JULGAMENTO:

- 9.1. Somente serão aceitas as propostas cujos preços unitários ofertados não excedam o limite estimado pelo Consórcio, que é aquele descrito no Anexo I;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 9.2. O julgamento será realizado em conformidade com o Edital e as Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar 123/06 e demais normas pertinentes levando-se em conta, interesse do Serviço Público, os critérios de "**MENOR PREÇO POR ITEM**".
- 9.3. Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital e contiverem omissões, rasuras, entrelinhas ou forem ilegível, bem como com preços unitários superestimados ou inexequíveis, de acordo com os subitens anteriores;
- 9.4. Os quantitativos e valores indicados no Anexo I correspondem à média dos praticados no mercado e foram apurados para o efeito de estimar-se o valor objeto em licitação;
- 9.5. Nos preços propostos deverão constar e serem computadas todas as despesas, indispensáveis à realização do serviço, inclusive consumo de combustível, materiais de expediente, mão-de-obra, materiais, transporte dos materiais, encargos das leis sociais e quaisquer despesas acessórias e necessárias, não especificadas neste Edital, e relativo aos trabalhos, objeto desta licitação;
- 9.6. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a execução de todo o serviço, objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional quando devida e erro ou má interpretação de parte da proponente;
- 9.7. Quando todas as propostas forem desclassificadas, o órgão ou entidade poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de outras, escoimadas das causas referidas no subitem anterior.

10. DA VALIDADE DA PROPOSTA

- 10.1. As propostas apresentadas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de seu envio, de acordo com art. 6º da Lei nº 10.520/2002;
- 10.2. Os prazos de validade da proposta apresentados que, porventura, diverjam do determinado no subitem 10.1 serão desconsiderados, prevalecendo o prazo previsto no subitem acima.

11. DA HABILITAÇÃO (envelope 02):

I. REGULARIDADE JURÍDICA:

- a) Cópia do **Contrato Social e Alterações posteriores**, ou Cópia da última Alteração Consolidada (desde que conste o objeto social do contrato) registrados na Junta Comercial do Estado ou Registro Comercial para empresa individual e no caso de Sociedade por Ações o Ato Constitutivo acompanhado da Ata da Assembleia que elegeu a diretoria em exercício.
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
Obs: Caso o licitante tenha apresentado o Contrato Social no credenciamento, o mesmo fica dispensado do referido documento no envelope de habilitação.
- c) Declaração de que não emprega menores de dezoito anos, conforme anexo VI.
- d) Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação, conforme anexo VII.

II. REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- b) Certidão negativa de débitos perante a Fazenda Nacional, relativos a tributos e contribuições Federais;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- c) Prova de regularidade para com a Fazenda **Estadual**, relativo ao ICMS Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços;
- d) Prova de regular situação perante a Fazenda Pública **Municipal** do domicílio ou sede da licitante;
- e) Certidão Negativa de Débitos **Trabalhistas (CNDT)**;
- f) Certidão negativa de Falência e Concordata, fornecida pela Comarca do Tribunal de Justiça do Estado;
- g) Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS de que a empresa não está impedida de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.
- h) Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP de que a empresa não sofreu sanções das quais decorra ao direito de participar e de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.

III. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Comprovante de aptidão (em nome do Licitante) para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da Licitação, mediante apresentação de atestado emitido por entidade pública ou empresa privada (com identificação do emitente, descrição do objeto executado e assinada por pessoa devidamente identificada, hábil a responder em nome do emitente), indicando que a proponente tenha executado/fornecido objeto com características semelhantes ao objeto deste Edital, de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência e no anexo II deste Edital;
- b) Prospecto do Equipamento ofertado, contendo todas as informações exigidas nas especificações técnicas de descritas no termo de referência e no anexo II deste Edital.

- 11.1. Se o licitante for à **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for à **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante da licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstos **neste item**.

12. SESSÃO DO PREGÃO

- 12.1. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro declarará aberta à sessão do PREGÃO, oportunidade em que não mais aceitará novo proponente, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.
- 12.2. **Da Classificação das Propostas**
- 12.2.1. O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes que contêm a proposta Financeira avaliando o cumprimento das condições exigidas no edital.
- 12.2.2. O Pregoeiro classificará o autor da proposta de **menor preço por item** e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 12.2.3. Se não houver, no mínimo 3 (três) propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.
- 12.2.4. Caso duas ou mais propostas comerciais em igualdade de condições fiquem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.
- 12.2.5. A Licitante que desistir de sua proposta escrita está sujeita às sanções administrativas previstas nestas Instruções.

12.3. Dos Lances Verbais

- 12.3.1. As licitantes classificadas terão a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, com valores distintos e decrescentes, a partir da proposta financeira classificada de maior valor e os demais lances, em ordem decrescente de valor, podendo o pregoeiro, definir no momento, lances mínimos;
- 12.3.2. Para a formulação de lances, poderá ser concedido tempo para o atendimento a eventuais necessidades de avaliação e de consulta à empresa pelo seu representante, por meio de telefone ou outros meios disponíveis;
- 12.3.3. Na hipótese em que houver mais de uma proposta igual de menor valor por item, sem que tenha havido oferta de lances verbais, a ordem de classificação dar-se-á mediante novo sorteio a ser realizado, na mesma sessão pública, pelo Pregoeiro;
- 12.3.4. **Não poderá haver desistência dos lances ofertados**, sujeitando-se a Licitante desistente às penalidades legais e às sanções administrativas previstas nestas Instruções;
- 12.3.5. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas;
- 12.3.6. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita e o valor estimado para a contratação;
- 12.3.7. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, será assegurada às microempresas e às empresas de pequeno porte, **que comprovaram tal situação**, como critério de desempate, preferência de contratação desde que as propostas apresentadas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço ofertado na fase de lances, observado o seguinte procedimento:
- A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor preço, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após a convocação do Pregoeiro, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
 - Não ocorrendo a contratação na forma do subitem "i", serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que se enquadrem na hipótese do subitem "i", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
 - A não-contratação nos termos previstos no subitem "i", ensejará a adjudicação do objeto licitado em favor da proposta originalmente vencedora;
 - O disposto no subitem "i" somente será aplicado quando o melhor preço ofertado na fase de lances não houver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



12.3.8. Aos proponentes vencedores não será necessário o envio de nova proposta readequando os valores de acordo com os lances, tal readequação será feita EXCLUSIVAMENTE pelo sistema utilizado pelo Consórcio CIM-AMAI.

12.4. Do Julgamento

- 12.4.1. O critério de julgamento será exclusivamente o de **Menor preço por item** ofertado.
- 12.4.2. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- 12.4.3. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.
- 12.4.4. Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.
- 12.4.5. Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.
- 12.4.6. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis para a regularização da documentação, conforme prevê o § 1º e 2º do Art. 43 da Lei Complementar nº 123/06, de 14 de dezembro de 2006.
- 12.4.7. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.
- 12.4.8. Se a oferta não for aceitável ou se a Licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação da habilitação da Licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as Instruções, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.
- 12.4.9. Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro poderá negociar para que seja obtido um melhor preço.
- 12.4.10. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio, e pelos licitantes.
- 12.4.11. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o Pregoeiro devolverá, aos licitantes, julgados desclassificados no certame, os envelopes "**Documentação de Habilitação**" inviolados, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

13. DA IMPUGNAÇÃO E DO RECURSO ADMINISTRATIVO

- 13.1. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar este edital, mediante protocolo na sede do Consórcio CIM-AMAI.
- 13.2. Os recursos/impugnações ao edital também poderão ser encaminhados por correio, desde que atendam ao prazo descrito no item 13.1.
- 13.3. Não serão aceitos recursos/impugnações ao edital enviado por fax e/ou email.
- 13.4. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

- 13.5. O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 13.6. Não serão admitidos recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela Licitante.
- 13.7. **A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.**
- 13.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.9. O resultado do recurso será divulgado mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios.

14. ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 14.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Competente.
- 14.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará a adjudicação e determinará a contratação, no prazo previsto neste edital.

15. DO PAGAMENTO

- 15.1. O pagamento será precedido da Nota Fiscal, consistindo em documento obrigatório.
- 15.2. Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à licitante para as devidas correções.
- 15.3. O pagamento ocorrerá mediante depósito ou transferência bancária em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.
- 15.4. A execução do objeto será mediante o regime de empreitada por preço unitário.
- 15.5. O pagamento será realizado em parcela única, no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega, instalação e pleno funcionamento do equipamento licitado.
- 15.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 15.7. Eventuais variações de preços dos equipamentos durante a execução do contrato não darão ensejo a qualquer aditivo contratual, devendo a proposta contemplar eventuais riscos relativos à flutuação dos preços.

16. DA VIGÊNCIA

- 16.1 O Contrato oriundo do Processo terá sua vigência de 12 (doze) meses contados a partir da sua publicação por extrato no órgão oficial, podendo ser prorrogado a vigência, até o limite legal previsto nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/1994.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500

**17. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:**

- 17.1. O fornecedor obriga-se a entregar o(s) equipamento(s) licitado(s) em que foi declarado vencedor, no prazo máximo **de 90 (noventa) dias**, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento;
- 17.2. Endereço do local de entrega do objeto deste edital: **Município de Xanxerê, endereço a combinar.**

18. DAS OBRIGAÇÕES**18.1. DA CONTRATADA:**

- 18.1.1. Cumprir todas as exigências constantes do edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência e no Contrato.
- 18.1.2. Contatar a equipe técnica do CONTRATANTE, após a assinatura deste instrumento para, em conjunto, definirem a execução dos serviços, entrega e instalação do equipamento.
- 18.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.
- 18.1.4. Cumprir os prazos estabelecidos, sob pena de multa, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.
- 18.1.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços e dos fornecimentos sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
- 18.1.6. Manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.
- 18.1.7. Corrigir, alterar e/ou refazer no prazo definido pelo CONTRATANTE os serviços, mesmo que entregues e aceitos, desde que comprovada a existência de vícios de qualidade ou quantidade, alterações da estabilidade que comprometam a sua integridade.
- 18.1.8. Assumir inteira responsabilidade civil, penal e administrativa por danos e prejuízos que causar, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- 18.1.9. A CONTRATADA estará vinculada ao prazo de entrega previsto no Termo de Referência.
- 18.1.10. Adotar medidas, padrões de segurança de acesso e de integridade dos dados. Procedimentos especiais de segurança serão objeto de acordo específico entre as partes.
- 18.1.11. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal nº 8.666/93. A inadimplência da CONTRATADA não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.
- 18.1.12. Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados.
- 18.1.13. A CONTRATADA não pode alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 18.1.14. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua perfeita prestação.
- 18.1.15. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do CONTRATANTE.
- 18.1.16. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado.
- 18.1.17. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, em especial quanto aos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- 18.1.18. Repassar ao Contratante todas as vantagens promocionais oferecidas pelo fabricante dos softwares, que impactem no objeto do contrato firmado, bem como disponibilizar acesso à documentação comprobatória destas vantagens.
- 18.1.19. Designar representante comercial e representante técnico para atendimento. Ambos devem ser pertencentes ao quadro próprio da Contratada.
- 18.1.20. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do Objeto, devendo orientar seus empregados nesse sentido.
- 18.1.21. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do Gestor do Contrato inerentes à execução do Objeto contratual, desde que estejam em conformidade com as previsões editalícias, contratuais e legais.
- 18.1.22. A não cumprimento do disposto dos itens anteriores facultará ao CONTRATANTE a adoção de medidas objetivando possível rescisão contratual, incorrendo a CONTRATADA, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das demais penalidades legais.

18.2. DA CONTRATANTE:

- 18.2.1. Apresentar Autorização de Fornecimento, especificando o prazo e o local de entrega;
- 18.2.2. Efetuar o pagamento conforme definido no Edital, mediante apresentação da Nota Fiscal, desde que, atendidas as demais exigências estabelecidas neste Edital;
- 18.2.3. Fiscalizar a entrega.
- 18.2.4. O Fiscal do Contrato deverá comunicar qualquer irregularidade dos objetos não condizentes com o Edital.

19. DAS PENALIDADES:

- 19.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Consórcio CIM-AMAI, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui estabelecidas.
- 19.2. O descumprimento total ou parcial do contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades:
- 19.2.1. Advertência;
- 19.2.2. Multa:

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- a) No caso de não cumprimento do prazo de prestação de serviços do objeto, será aplicável à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 2% do valor contratual;
 - b) Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Consórcio CIM-AMAI poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo nº 87 da Lei nº 8.666/93, sendo que no caso de multa esta corresponderá a 2% sobre o valor total do contrato, limitada a 10% do valor contratual.
 - c) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratual quando a contratada ceder o contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização da contratante, devendo reassumir o contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;
- 19.3. Suspensão do direito de participar em licitações/contratos de qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 19.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com órgãos da administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;
- 19.5. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

20. DAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

- 20.1. Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre o presente **Edital** serão prestadas pelo Pregoeiro, podendo ser encontrado na sede do CIM-AMAI ou através do e-mail cim-amai@amaisc.org.br ou pelo telefone (49) 3441-6600, informando o número da licitação, nos dias úteis, das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:30 horas.
- 20.2. Informações complementares referentes ao item licitado serão prestadas pelo Sr. Daniel Strada, também pelo fone (49) 3441-6600.

21. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO:

- 21.1. O Consórcio CIM-AMAI designa como:
- 21.2. **Fiscal deste Edital**, o Sr. **Rivael Sander Freschi**, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos e procedimentais, e para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.
- 21.3. As exigências e a atuação da fiscalização pelo **CONTRATANTE** em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 22.1. As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame, correrão por conta de dotação orçamentária vigente.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



23. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1. Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil de expediente normal do Consórcio CIM-AMAI, subsequente as ora fixados.
- 23.2. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.
- 23.3. Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas de Preços como dos Documentos de Habilitação apresentados na Sessão.
- 23.4. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
- 23.5. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela depois de aberta a sessão do pregão.
- 23.6. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos conforme previsto no parágrafo 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.
- 23.7. É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento.
- 23.8. A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.
- 23.9. O Pregoeiro, no interesse do Consórcio, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação sendo possível à promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 23.10. Os preços não serão reajustados, salvo as situações previstas na forma da lei, observadas as disposições previstas no contrato.

Xanxerê-SC, 14 de outubro de 2022.

OSCAR MARTARELLO
Presidente do Consórcio CIM-AMAI
Prefeito do Município de Xanxerê

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

INTRODUÇÃO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMAI - CIM-AMAI, é um consórcio público, constituído na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 43.109.606/0001-72, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000; na forma da Lei Federal nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto Federal nº 6.017/07).

OBJETO

O objeto da licitação é a aquisição de Silos para emulsão/CM-30, novo, para estrutura de Usina de Asfalto, conforme transferência de recursos provenientes do Convênio nº 2022010945 (Programa Transferência) firmado com o Estado de Santa Catarina, de acordo com as especificações constantes no edital, neste termo de referência e nas especificações técnicas do equipamento (anexo II).

JUSTIFICATIVA

Esta licitação esta pautada no amplo diálogo entre o Governo Estadual de Santa Catarina e os municípios associados ao CIM-AMAI que anuíram com o programa da Usina de Asfalto, com a identificação das necessidades da região, objetivando a viabilização da correta operação de uma usina de asfalto, dentro das normas e condicionantes técnicas e ambientais e de serviço de pavimentação asfáltica, com capacidade de fornecer e produzir asfalto para dar condições de trafegabilidade, melhorar e manter vias de acesso de infraestrutura rural e urbana, contribuindo no desenvolvimento sócio econômico da região.

VALORES REFERENCIAIS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

Os valores referenciais para contratação são demonstrados no Quadro de Serviços e representam o valor unitário máximo tolerado para cada item baseado em pesquisa de mercado.

Item	Aquisição dos Equipamentos	Unidade	Qtde.	Total Máximo do item
01	Silo para emulsão/CM-30, novo, capacidade igual ou superior a 30.000 litros, conforme especificações mínimas constantes no anexo II do edital.	Unidade	02	R\$ 308.263,33

O valor acima foi extraído através de orçamentos realizados com empresas do ramo, o qual foi realizado a média entre os valores, sendo definido como preço máximo para a apresentação de proposta de preço.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



DA EXECUÇÃO E ENTREGA

A Contratada deverá entregar o equipamento, instalar, realizar testes e deixá-lo em perfeito estado de funcionamento, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais condições previstas no edital.

Não será admitido qualquer custo extra referente ao transporte, instalação e testes, sendo que ficará a cargo da empresa vencedora do objeto.

O prazo de entrega do equipamento e instalação deverá se dar num prazo máximo de 90 dias após a ordem de faturamento e entrega.

Após a entrega do Equipamento a contratada deverá fornecer entrega técnica abrangendo todos os aspectos de funcionamento, operação, manutenção preventiva e corretiva.

O equipamento deverá ser entregue em endereço e local e indicado na Autorização de Fornecimento.

A empresa contratada é responsável pelo transporte até o local indicado pela contratante;

O objeto desta licitação deverá possuir garantia de no mínimo 12 meses, sem limite de horas de uso.

No período de garantia, os serviços de assistência técnica serão efetuados e o problema solucionado num prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da solicitação/notificação oficial.

Se a Contratada não puder atender dentro do prazo estabelecido, justificará e comprovará por escrito os motivos, ficando a prorrogação por mais 10 (dez) dias úteis (máximo) condicionada à aceitação do Contratante.

A Contratada deverá prestar assistência técnica e demais assessoramentos necessários ao recebimento, uso e manutenção da máquina. Deverá garantir o fornecimento de peças sobressalentes e componentes da máquina e componentes (originais ou genuínas), durante o período de 10 (dez) anos, a partir da data da assinatura do termo de recebimento definitivo do veículo ou equipamento.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Entregar os equipamentos conforme requisitos e especificações determinadas no Termo de Referência.

Manter equipe de profissionais especializados e capacitados para a realização de entrega técnica e treinamento, capaz de prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

Substituir, sempre que exigido pelo Contratante e independentemente de justificativa por parte deste, qualquer empregado, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse público. Submeter à apreciação e à aprovação prévia do Contratante qualquer serviço adicional que entenda que deva ser executado.

Prestar sempre que solicitado, esclarecimento de dúvidas relacionadas à prestação dos serviços e às funcionalidades da solução.

Manter informado o técnico do Contratante, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



Guardar sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham a ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas, respondendo contratual e legalmente pela inobservância deste item.

MEDIDAS ACAUTELADORAS

A Administração Pública pode, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, podendo haver retenção de pagamento se a Contratada incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a execução dos serviços.

É expressamente proibida a contratação de agente público, ou de familiar, vinculado ao CONTRATANTE, para a execução dos serviços mencionados neste documento.

Xanxerê-SC, 14 de outubro de 2022.

OSCAR MARTARELLO
Presidente do Consórcio CIM-AMAI
Prefeito do Município de Xanxerê

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500





ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO

ITEM 1 (2 UNIDADES) - SILO PARA EMULSÃO/CM-30, CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

Silo para emulsão/CM-30, Novo, capacidade igual ou superior a 30.000 litros; construído em chapa 3/16" de alta resistência; com olhais para içamento; boa de visita 450mm, escada e guarda-corpo no acesso à boca de visita do silo; formato decagonal dobrado em chapa 4,75 mm; uma escotilha na parte superior com diâmetro de 24" com vedação hermética; uma conexão de saída de 1 ½ "; uma conexão de entrada de 1 ½; respiro quadrado de 50x50mm; visor de nível; maçarico tipo jatão à gás e serpentina de 6 polegadas confeccionada em tubo de aço schedule. Pintura externa com fundo anticorrosivo e esmalte sintético.

Inclusa bacia coletora, compatível com a capacidade do tanque, para armazenamento do produto em caso de vazamentos para evitar dano ambiental.

Deverá conter preparação para instalação de sistema de aquecimento

Entrega: O equipamento deverá ser entregue no Município de Xanxerê, sem custo de frete, e instalado em local a ser informado na Autorização, realizado teste de forma a estar em perfeito estado de funcionamento.

Entrega técnica: A entrega técnica deverá ser realizada juntamente da entrega do equipamento, devendo ser agendada anteriormente e ser realizada por técnico especializado e capacitado indicando todas as funcionalidades do equipamento, e detalhes técnicos de manuseio e manutenção preventiva do equipamento.

Manuais de operação: Todos devem ser fornecidos na língua portuguesa do Brasil (pt-BR);

Garantia: padrão do fabricante, não sendo inferior a 12 (doze) meses para itens de fabricação própria e, de acordo com a garantia do respectivo fabricante para componentes adquiridos de terceiros. Os termos de garantia dos componentes fabricados por terceiros devem ser entregues no momento da entrega técnica, apensados em pasta específica, classificados e explicados de forma clara aos operadores e membros indicados pelo Consórcio, estando todos traduzidos para a língua portuguesa do Brasil (pt-BR), se for o caso;

Valor Máximo: R\$ 308.263,33 (trezentos e oito mil duzentos e sessenta e três e reais e trinta e três centavos), cada.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500

**ANEXO III****MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**

(deverá acompanhar Prospecto e ficha Técnica do Equipamento)

Processo Licitatório nº 002/2022 CIM-AMAI

Pregão Presencial nº 002/2022 CIM-AMAI

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO e TELEFONE:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

2 - PREÇO

VALOR UNITÁRIO DO ITEM 01 R\$ _____ (Por extenso).

3 - CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente Licitação.

4 - PRAZO DE ENTREGA

Máximo de 90 (noventa) DIAS.

5 - VALIDADE DA PROPOSTA

60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

Obs.: Nos preços cotados estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta Licitação.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



ANEXO IV

MODELO DE CREDENCIAMENTO

A empresa, inscrito no CNPJ nº, com sede à, neste ato representada pelo(s) diretores ou sócios, com qualificação completa (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador o Senhor (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere amplos poderes para junto ao Consórcio CIM-AMAI, praticar os atos necessários com relação à licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº/2022**, usando dos recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e em especial, para esta licitação.

Local, data

Assinatura e Carimbo

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500





ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE COM OS REQUISITOS
DE HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA)_____, CNPJ nº. , sediada (endereço completo)_____, **DECLARA**, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação no presente **Pregão Presencial nº/2022** e, ainda, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data, _____, ____ de _____ de 2022.

(nome e identidade do representante legal)

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500





ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr. _____, portador da cédula de identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, DECLARA que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos. Por ser verdade, firmamos a presente.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500





ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA
QUALIFICAÇÃO

Ao Consórcio CIM-AMAI

Pregão Presencial nº/2022

O signatário da presente, em nome da proponente, declara para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do artigo 32, parágrafo 2º e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Local, de de 2022.

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)

(carteira de identidade número e órgão emissor)

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



**ANEXO VIII -****MINUTA DO CONTRATO**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMAI - CIM-AMAI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 43.109.606/0001-72, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. OSCAR MARTARELLO**, portador da R.G. nº 1692088 SSP/SC e CPF sob o nº 461.817.769-15, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê-SC, denominada para este instrumento particular simplesmente de **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa:

....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º e Inscrição Estadual nº, estabelecida na Rua, nº, na cidade de, neste ato representada pelo Sr., inscrito no CPF sob o nº e RG nº, doravante denominado **CONTRATADO**, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 8.883/94 e Lei n.º 9.648/98, firmam o presente que se regerá pelas Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto da licitação é a aquisição de Silos para emulsão/CM-30, novo, para estrutura de Usina de Asfalto, conforme transferência de recursos provenientes do Convênio nº 2022010945 (Programa Transferência) firmado com o Estado de Santa Catarina, de acordo com as especificações constantes no edital e seus anexos, notadamente o termo de referência (anexo I) e especificações técnicas do equipamento (anexo II).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

- 2.1 A Contratada deverá entregar o equipamento, instalar, realizar testes e deixa-lo em perfeito estado de funcionamento, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais condições previstas no edital.
- 2.2 Não será admitido qualquer custo extra referente ao transporte, instalação e testes, sendo que ficará a cargo da empresa vencedora do objeto.
- 2.3 O prazo de entrega do equipamento deverá se dar num prazo máximo de 90 dias após a ordem de faturamento e entrega.
- 2.4 Após a entrega do Equipamento a contratada deverá fornecer entrega técnica abrangendo todos os aspectos do funcionamento, operação, manutenção preventiva e corretiva.
- 2.5 O equipamento deverá ser entregue em endereço e local e indicado na Autorização de Fornecimento.
- 2.6 A empresa contratada é responsável pelo transporte até o local indicado pela contratante;
- 2.7 O equipamento deverá possuir garantir contra defeitos de fabricação e instalação de no mínimo 12 meses, sem limite de horas de uso.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR TOTAL, PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

3.1 O valor total do presente Contrato é de R\$, para constante na cláusula primeira deste termo.

3.2 O pagamento pela execução dos serviços do objeto da presente Licitação será feito em favor da Contratada, mediante depósito ou transferência bancária em sua conta corrente, após as entregas dos serviços, acompanhados da respectiva nota fiscal.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 3.3 A execução do objeto deste contrato será mediante o regime de empreitada por preço unitário.
- 3.4 O pagamento se dará mediante a entrega e instalação do equipamento, nas condições previstas no Termo de Referência do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias após a certificação da Nota Fiscal.
- 3.5 O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.
- 3.6 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 3.7 Este contrato poderá ser revisto para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- 3.8 O pedido, fundamentado e devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser encaminhado ao CONTRATANTE, não sendo apreciado o pedido de revisão de preços quando não comprovar o desequilíbrio sofrido.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1 As despesas para a execução do objeto do presente contrato correrão por conta de dotação orçamentária vigente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

- 5.1 No caso de atraso injustificado por parte do contratado para o início dos serviços ou para a conclusão final dos serviços, sujeitar-se-á as penalidades previstas no Edital e neste Contrato.
- 5.2 Pela inexecução total ou parcial do Contrato o CIM-AMAI poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções contratuais: advertência, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, suspensão temporária de participação em Licitação, impedimento de contratar com o CIM-AMAI e com todos os Municípios Consorciados por prazo não superior a 2 (dois) anos e declaração de inidoneidade, nos termos dos artigos 86 e 87, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.
- 5.3 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, implicará na multa de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
- 5.4 Poderão ainda ser aplicadas as seguintes penalidades:
- I- Por atraso ou paralização da execução superior a 10 (dez) dias do prazo de execução dos serviços, fica o CONTRATADO sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato, a ser calculado desde o 11º (décimo primeiro) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.
 - II- Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, canceladas as ordens de serviços e aplicada multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor do contrato.
 - III - Dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao CIM-AMAI ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Contratado o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.
- As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 O presente Contrato poderá ser rescindido, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 O presente Contrato terá vigência de 6(seis) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado a vigência, até o limite legal previsto nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/1994.

CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório Presencial nº 02/2022, Edital de Pregão, na forma Presencial nº 02/2022.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1 Cumprir todas as exigências constantes do edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência e no Contrato.
- 9.2 Contatar a equipe técnica do CONTRATANTE, após a assinatura deste instrumento para, em conjunto, definirem a execução dos serviços.
- 9.3 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.
- 9.4 Cumprir os prazos estabelecidos, sob pena de multa, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.
- 9.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços e dos fornecimentos sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
- 9.6 Manter equipe de profissionais especializados e capacitados para a realização de entrega técnica e treinamento, capaz de prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.
- 9.7 Corrigir, alterar e/ou refazer no prazo definido pelo CONTRATANTE os serviços, mesmo que entregues e aceitos, desde que comprovada a existência de vícios de qualidade ou quantidade, alterações da estabilidade que comprometam a sua integridade.
- 9.8 Assumir inteira responsabilidade civil, penal e administrativa por danos e prejuízos que causar, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- 9.9 A CONTRATADA estará vinculada ao prazo de entrega previsto no Termo de Referência.
- 9.10 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal nº 8.666/93.
- 9.11 A inadimplência da CONTRATADA não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.
- 9.12 Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados.
- 9.13 A CONTRATADA não pode alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos.
- 9.14 Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua perfeita prestação.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



9.15 Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado.

9.16 Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, em especial quanto aos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

9.17 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do Gestor do Contrato inerentes à execução do Objeto contratual, desde que estejam em conformidade com as previsões editalícias, contratuais e legais.

9.18 O não cumprimento do disposto dos itens anteriores facultará ao CONTRATANTE a adoção de medidas objetivandopossível rescisão contratual, incorrendo a CONTRATADA, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das demais penalidades legais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 Aplicam-se à execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 É competente o foro da Comarca de Xanxerê-SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presentecontrato.

E, por estarem justos e contratados, lavram e assinam, em (3) três vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, obrigando-se por si, seus herdeiros e/ou sucessores a cumpri-los em todos os seus termos.

Local... (SC), de de 2022.

OSCAR MARTARELLO
PRESIDENTE DO CIM-AMAI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ

CONTRATADA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL 03-2022 - BRITADOR PRIMÁRIO MÓVEL

Publicação Nº 4252106

**PROCESSO LICITATÓRIO nº 003/2022****PREGÃO nº 003/2022 - TIPO PRESENCIAL****1. PREÂMBULO**

- 1.1. **O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMAI - CIM-AMAI**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 43.109.606/0001-72, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000; neste ato representada pelo Presidente, Sr. Oscar Martarello, Prefeito do Município de Xanxerê; torna público para conhecimento dos interessados que na data e local abaixo indicados fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **Menor preço por Item**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

TIPO: Menor Preço por Item;**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** até às 08:45 horas do dia 31/10/2022;**INÍCIO DA SESSÃO:** às 09:00 horas do dia 31/10/2022.**REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília (DF)**LOCAL:** Rua Floriano Peixoto, número 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000.**PREGOEIRO:** Daniel Strada; E-mail: cim-amai@amaisc.org.br; Telefone: (49) 3441-6600.**2. OBJETO**

- 2.1. O objeto da licitação é a aquisição de Britar Primário Móvel, novo, para estrutura de Usina de Asfalto, conforme transferência de recursos provenientes do Convênio nº 2022010945 (Programa Transferência) firmado com o Estado de Santa Catarina, de acordo com as especificações constantes no edital e seus anexos, notadamente o termo de referência (anexo I) e especificações técnicas do equipamento (anexo II).

- 2.2. Constituem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

- 2.2.1. Anexo I – Termo de Referência;
- 2.2.2. Anexo II - Especificações Técnicas do Equipamento;
- 2.2.3. Anexo III – Modelo de Proposta de Preços;
- 2.2.4. Anexo IV – Carta de Credenciamento;
- 2.2.5. Anexo V – Modelo Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação;
- 2.2.6. Anexo VI – Modelo de Declaração de que não emprega menores de dezoito anos;
- 2.2.7. Anexo VII – Modelo Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação;
- 2.2.8. Anexo VIII – Minuta do Contrato.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.
- 3.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
 - 3.2.1. Não contemplem em seu objeto social o objeto ora licitado;
 - 3.2.2. Estejam constituídos sob a forma de consórcio;
 - 3.2.3. **Estejam cumprindo penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública motivada pelas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei nº 8.666/93;**
 - 3.2.4. Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
 - 3.2.5. O disposto no art. 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações;
 - 3.2.6. Estejam em situação irregular perante as Fazendas: União, Federal, Estadual, INSS e FGTS;
 - 3.2.7. Tenham em seu quadro, empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesseis) anos, efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 3.3. A simples participação na presente licitação implica na aceitação irretratável de todas as normas do Edital.

4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 4.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
 - 4.1.1. Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
 - 4.1.2. Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
 - 4.1.3. Abrir as propostas de preços;
 - 4.1.4. Analisar a aceitabilidade das propostas;
 - 4.1.5. Desclassificar propostas indicando os motivos;
 - 4.1.6. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
 - 4.1.7. Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
 - 4.1.8. Declarar o vencedor;
 - 4.1.9. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
 - 4.1.10. Elaborar a ata da sessão;
 - 4.1.11. Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
 - 4.1.12. Convocar o vencedor para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;
 - 4.1.13. Abrir processo administrativo para apuração de irregularidade visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

5. APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS ENVELOPES

- 5.1. Os envelopes "Proposta de Preços" e "Documentação de Habilitação" deverão ser indevassáveis, fechados e entregues ao **Setor de Jurídico do Consórcio CIM-AMAI**, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo:
 - 5.1.1. **Os envelopes: nº 01 - Proposta e nº 02 - Documentação de Habilitação deverão ser Protocolados no Setor Jurídico do Consórcio CIM-AMAI, situado na Rua Floriano**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



Peixoto, nº 100, Centro, na cidade de Xanxerê-SC, até às 08:45 horas do dia 31 de outubro de 2022.

- 5.2. Se decidirem entregar os envelopes no próprio dia da abertura, os Proponentes deverão comparecer na sede do Consórcio CIM-AMAI, com a necessária antecedência em relação ao prazo indicado no subitem 5.1, não se aceitando justificativas de atraso na entrega dos envelopes devido a problemas de trânsito, fila no Setor Jurídico para protocolo ou de qualquer outra natureza.
- 5.3. Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

CONSÓRCIO CIM-AMAI

CONSÓRCIO CIM-AMAI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2022

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS

ENVELOPE Nº 2 - HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

CNPJ DA PROPONENTE

CNPJ DA PROPONENTE

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

- 6.1. A abertura da sessão pública para o credenciamento do representante legal da licitante e abertura dos envelopes e demais atos dar-se-á às 09:00 horas do dia 31 de outubro de 2022, na sede do Consórcio CIM-AMAI, localizado à Rua Floriano Peixoto, nº 100, centro, na cidade de Xanxerê-SC.

7. DO CREDENCIAMENTO

- 7.1. No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para a representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, os quais deverão ser entregues ao Pregoeiro **fora** dos envelopes, salientamos que os mesmos não serão devolvidos, **em cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original**, conforme abaixo:

7.1.1. Sócio e/ou Proprietário:

- a) Carteira de Identidade ou documento equivalente;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, conforme o caso;
- c) Declarações constantes do item 7.2 e 7.3;
- d) Comprovantes constantes do item 7.4 e 7.5.

7.1.2. Representante:

- a) Carteira de Identidade ou documento;
- b) Procuração ou Carta de Credenciamento, conforme modelo do Anexo IV, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, visando à comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado;
- d) Declarações constantes do item 7.2 e 7.3;
- e) Comprovantes constantes do item 7.4 e 7.5.

- 7.2. Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, conforme o modelo do Anexo V;
- 7.3. Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação, conforme o modelo do Anexo VII.
- 7.4. Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS de que a empresa não está impedida de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.
- 7.5. Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP de que a empresa não sofreu sanções das quais decorra restrição ao direito de participar e de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.
- 7.6. As **microempresas e empresas de pequeno porte**, para ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar juntamente com o Credenciamento:
- I.- Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias, da abertura das propostas.
- 7.6.1. As **MEIs (Microempreendedor Individual)** deverão apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual para ter preferência conforme subitem 7.6.

A participação nas condições previstas neste item implica no reconhecimento de não se encontrar em nenhuma das situações previstas no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06.

- 7.7. *Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, em separado dos envelopes de documentação e proposta;*
- 7.8. A comissão poderá realizar cópias de documentos essenciais ao credenciamento, declarações e autentica-los no momento do credenciamento, respeitando o princípio da livre concorrência e participação no certame;
- 7.9. Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores;
- 7.10. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, **sendo que deverão enviar o Contrato Social e as declarações constantes nos itens 7.2 e 7.3 e comprovantes constantes nos itens 7.4 e 7.5 em envelope separado da Habilitação e Proposta;**
- 7.10.1. Na hipótese de ausência de apresentação das declarações constantes nos itens 7.2 e 7.3, e estando presente o representante legal na sala onde está ocorrendo a sessão e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes específicos inerentes ao presente Pregão, a falta do documento poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato, sendo necessário declarar de próprio punho ou verbalmente registrado em ata.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



7.10.2. A não apresentação da comprovação dos itens 7.4 e 7.5 poderá ser sanada e/ou consultado no momento do credenciamento pelo pregoeiro com base no art. 43, parágrafo 3º da Lei 8.666/93;

7.11. É vedado a uma só pessoa física representar mais de uma empresa neste Pregão.

8. PROPOSTAS DE PREÇOS (envelope 01)

- 8.1. **As propostas de preços (envelope nº 01) deverão ser entregues impressas**, em uma via, com suas páginas rubricadas, e a última **assinada pelo representante legal da empresa**, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, e deverão constar:
- 8.1.1. **Razão social**, endereço, telefone e o CNPJ da proponente;
- 8.1.2. **Nome do titular** ou do representante legalmente constituído com respectiva **assinatura**;
- 8.1.3. **Data**;
- 8.1.4. **Preço unitário** por item/quantidade, grafado em algarismos, com duas casas decimais após a vírgula; em moeda brasileira corrente;
- 8.1.5. **Marca de cada item ofertado**. Quando a marca identificar a empresa participante, este campo deverá ser preenchido como “marca própria”;
- 8.1.6. **Conter prazo de entrega** do equipamento, não podendo ser superior a 90 (noventa) dias.

Nota 1: Nos preços propostos, a inclusão de todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, encargos sociais e inclusive as despesas de transporte do equipamento para entrega e instalação, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta Licitação.

8.2. As propostas financeiras deverão respeitar como limite máximo aqueles estipulados no Anexo I;

- 8.2.1. Serão desclassificadas as propostas que ultrapassarem o valor máximo estipulado no Anexo I.

Nota 2: na hipótese da proposta não estar rubricada e assinada, conforme exigido no subitem 8.1, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo aberto os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes específicos inerentes ao presente Pregão, a falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato.

9. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS E DO JULGAMENTO:

- 9.1. Somente serão aceitas as propostas cujos preços unitários ofertados não excedam o limite estimado pelo Consórcio, que é aquele descrito no Anexo I;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 9.2. O julgamento será realizado em conformidade com o Edital e as Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar 123/06 e demais normas pertinentes levando-se em conta, interesse do Serviço Público, os critérios de "**MENOR PREÇO POR ITEM**".
- 9.3. Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital e contiverem omissões, rasuras, entrelinhas ou forem ilegível, bem como com preços unitários superestimados ou inexequíveis, de acordo com os subitens anteriores;
- 9.4. Os quantitativos e valores indicados no Anexo I correspondem à média dos praticados no mercado e foram apurados para o efeito de estimar-se o valor objeto em licitação;
- 9.5. Nos preços propostos deverão constar e serem computadas todas as despesas, indispensáveis à realização do serviço, inclusive consumo de combustível, materiais de expediente, mão-de-obra, materiais, transporte dos materiais, encargos das leis sociais e quaisquer despesas acessórias e necessárias, não especificadas neste Edital, e relativo aos trabalhos, objeto desta licitação;
- 9.6. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a execução de todo o serviço, objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional quando devida e erro ou má interpretação de parte da proponente;
- 9.7. Quando todas as propostas forem desclassificadas, o órgão ou entidade poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de outras, escoimadas das causas referidas no subitem anterior.

10. DA VALIDADE DA PROPOSTA

- 10.1. As propostas apresentadas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de seu envio, de acordo com art. 6º da Lei nº 10.520/2002;
- 10.2. Os prazos de validade da proposta apresentados que, porventura, diverjam do determinado no subitem 10.1 serão desconsiderados, prevalecendo o prazo previsto no subitem acima.

11. DA HABILITAÇÃO (envelope 02):

I. REGULARIDADE JURÍDICA:

- a) Cópia do **Contrato Social e Alterações posteriores**, ou Cópia da última Alteração Consolidada (desde que conste o objeto social do contrato) registrados na Junta Comercial do Estado ou Registro Comercial para empresa individual e no caso de Sociedade por Ações o Ato Constitutivo acompanhado da Ata da Assembleia que elegeu a diretoria em exercício.
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
Obs: Caso o licitante tenha apresentado o Contrato Social no credenciamento, o mesmo fica dispensado do referido documento no envelope de habilitação.
- c) Declaração de que não emprega menores de dezoito anos, conforme anexo VI.
- d) Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação, conforme anexo VII.

II. REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- b) Certidão negativa de débitos perante a Fazenda Nacional, relativos a tributos e contribuições Federais;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- c) Prova de regularidade para com a Fazenda **Estadual**, relativo ao ICMS Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços;
- d) Prova de regular situação perante a Fazenda Pública **Municipal** do domicílio ou sede da licitante;
- e) Certidão Negativa de Débitos **Trabalhistas (CNDT)**;
- f) Certidão negativa de Falência e Concordata, fornecida pela Comarca do Tribunal de Justiça do Estado;
- g) Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS de que a empresa não está impedida de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.
- h) Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP de que a empresa não sofreu sanções das quais decorra ao direito de participar e de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.

III. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Comprovante de aptidão (em nome do Licitante) para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da Licitação, mediante apresentação de atestado emitido por entidade pública ou empresa privada (com identificação do emitente, descrição do objeto executado e assinada por pessoa devidamente identificada, hábil a responder em nome do emitente), indicando que a proponente tenha executado/fornecido objeto com características semelhantes ao objeto deste Edital, de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência e no anexo II deste Edital;
- b) Prospecto do Equipamento ofertado, contendo todas as informações exigidas nas especificações técnicas de descritas no termo de referência e no anexo II deste Edital; acompanhado da ART de fabricação do equipamento, em nome da Fabricante, devendo o mesmo estar assinado e emitido por engenheiro mecânico registrado no CREA e responsável legal da fabricante;
- c) Relação das Unidades credenciadas como prestadores de serviços de manutenção rotineira, revisões periódicas, ou serviços técnicos acionados por chamados afins, com capacidade de atendimento na região oeste do Estado de Santa Catarina, mediante apresentação dos respectivos cartões de CNPJ e contratos de prestação de assistência técnica com o fabricante;
- d) Declaração do representante legal da empresa, de que a marca da máquina ou equipamento ofertado é a mesma marca do fabricante da máquina ou equipamento.

- 11.1. Se o licitante for à **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for à **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante da licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstos **neste item**.

12. SESSÃO DO PREGÃO

- 12.1. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro declarará aberta à sessão do PREGÃO, oportunidade em que não mais aceitará novo proponente, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

12.2. Da Classificação das Propostas

- 12.2.1. O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes que contêm a proposta Financeira avaliando o cumprimento das condições exigidas no edital.
- 12.2.2. O Pregoeiro classificará o autor da proposta de **menor preço por item** e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.
- 12.2.3. Se não houver, no mínimo 3 (três) propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.
- 12.2.4. Caso duas ou mais propostas comerciais em igualdade de condições fiquem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.
- 12.2.5. A Licitante que desistir de sua proposta escrita está sujeita às sanções administrativas previstas nestas Instruções.

12.3. Dos Lances Verbais

- 12.3.1. As licitantes classificadas terão a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, com valores distintos e decrescentes, a partir da proposta financeira classificada de maior valor e os demais lances, em ordem decrescente de valor, podendo o pregoeiro, definir no momento, lances mínimos;
- 12.3.2. Para a formulação de lances, poderá ser concedido tempo para o atendimento a eventuais necessidades de avaliação e de consulta à empresa pelo seu representante, por meio de telefone ou outros meios disponíveis;
- 12.3.3. Na hipótese em que houver mais de uma proposta igual de menor valor por item, sem que tenha havido oferta de lances verbais, a ordem de classificação dar-se-á mediante novo sorteio a ser realizado, na mesma sessão pública, pelo Pregoeiro;
- 12.3.4. **Não poderá haver desistência dos lances ofertados**, sujeitando-se a Licitante desistente às penalidades legais e às sanções administrativas previstas nestas Instruções;
- 12.3.5. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas;
- 12.3.6. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita e o valor estimado para a contratação;
- 12.3.7. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, será assegurada às microempresas e às empresas de pequeno, **que comprovaram tal situação**, como critério de desempate, preferência de contratação desde que as propostas apresentadas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço ofertado na fase de lances, observado o seguinte procedimento:
 - i. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor preço, no prazo

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- máximo de 5 (cinco) minutos após a convocação do Pregoeiro, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- ii. Não ocorrendo a contratação na forma do subitem “i”, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que se enquadrem na hipótese do subitem “i”, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
 - iii. A não-contratação nos termos previstos no subitem “i”, ensejará a adjudicação do objeto licitado em favor da proposta originalmente vencedora;
 - iv. O disposto no subitem “i” somente será aplicado quando o melhor preço ofertado na fase de lances não houver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte.

12.3.8. Aos proponentes vencedores não será necessário o envio de nova proposta readequando os valores de acordo com os lances, tal readequação será feita EXCLUSIVAMENTE pelo sistema utilizado pelo Consórcio CIM-AMAI.

12.4. Do Julgamento

- 12.4.1. O critério de julgamento será exclusivamente o de **Menor preço por item** ofertado.
- 12.4.2. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- 12.4.3. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.
- 12.4.4. Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.
- 12.4.5. Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.
- 12.4.6. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis para a regularização da documentação, conforme prevê o § 1º e 2º do Art. 43 da Lei Complementar nº 123/06, de 14 de dezembro de 2006.
- 12.4.7. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.
- 12.4.8. Se a oferta não for aceitável ou se a Licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação da habilitação da Licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as Instruções, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.
- 12.4.9. Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro poderá negociar para que seja obtido um melhor preço.
- 12.4.10. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio, e pelos licitantes.
- 12.4.11. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o Pregoeiro devolverá, aos licitantes, julgados desclassificados no certame, os envelopes “**Documentação de Habilitação**” inviolados, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



13. DA IMPUGNAÇÃO E DO RECURSO ADMINISTRATIVO

- 13.1. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar este edital, mediante protocolo na sede do Consórcio CIM-AMAI.
- 13.2. Os recursos/impugnações ao edital também poderão ser encaminhados por correio, desde que atendam ao prazo descrito no item 13.1.
- 13.3. Não serão aceitos recursos/impugnações ao edital enviado por fax e/ou email.
- 13.4. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 13.5. O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 13.6. Não serão admitidos recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela Licitante.
- 13.7. **A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.**
- 13.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.9. O resultado do recurso será divulgado mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios.

14. ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 14.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Competente.
- 14.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará a adjudicação e determinará a contratação, no prazo previsto neste edital.

15. DO PAGAMENTO

- 15.1. O pagamento será precedido da Nota Fiscal, consistindo em documento obrigatório.
- 15.2. Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à licitante para as devidas correções.
- 15.3. O pagamento ocorrerá mediante depósito ou transferência bancária em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.
- 15.4. A execução do objeto será mediante o regime de empreitada por preço unitário.
- 15.5. O pagamento será realizado em parcela única, no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega, instalação e pleno funcionamento do equipamento licitado.
- 15.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 15.7. Eventuais variações de preços dos equipamentos durante a execução do contrato não darão ensejo a qualquer aditivo contratual, devendo a proposta contemplar eventuais riscos relativos à flutuação dos preços.

16. DA VIGÊNCIA

16.1 O Contrato oriundo do Processo terá sua vigência de 12 (doze) meses contados a partir da sua publicação por extrato no órgão oficial, podendo ser prorrogado a vigência, até o limite legal previsto nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/1994.

17. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

- 17.1. O fornecedor obriga-se a entregar o(s) equipamento(s) licitado(s) em que foi declarado vencedor, no prazo máximo **de 90 (noventa) dias**, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento;
- 17.2. Endereço do local de entrega do objeto deste edital: **Município de Xanxerê, endereço a combinar.**

18. DAS OBRIGAÇÕES

18.1. DA CONTRATADA:

- 18.1.1. Cumprir todas as exigências constantes do edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência e no Contrato.
- 18.1.2. Contatar a equipe técnica do CONTRATANTE, após a assinatura deste instrumento para, em conjunto, definirem a execução dos serviços, entrega e instalação do equipamento.
- 18.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.
- 18.1.4. Cumprir os prazos estabelecidos, sob pena de multa, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.
- 18.1.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços e dos fornecimentos sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
- 18.1.6. Manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.
- 18.1.7. Corrigir, alterar e/ou refazer no prazo definido pelo CONTRATANTE os serviços, mesmo que entregues e aceitos, desde que comprovada a existência de vícios de qualidade ou quantidade, alterações da estabilidade que comprometam a sua integridade.
- 18.1.8. Assumir inteira responsabilidade civil, penal e administrativa por danos e prejuízos que causar, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- 18.1.9. A CONTRATADA estará vinculada ao prazo de entrega previsto no Termo de Referência.
- 18.1.10. Adotar medidas, padrões de segurança de acesso e de integridade dos dados. Procedimentos especiais de segurança serão objeto de acordo específico entre as partes.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 18.1.11. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal nº 8.666/93. A inadimplência da CONTRATADA não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.
- 18.1.12. Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados.
- 18.1.13. A CONTRATADA não pode alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos.
- 18.1.14. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua perfeita prestação.
- 18.1.15. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do CONTRATANTE.
- 18.1.16. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado.
- 18.1.17. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, em especial quanto aos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- 18.1.18. Repassar ao Contratante todas as vantagens promocionais oferecidas pelo fabricante dos softwares, que impactem no objeto do contrato firmado, bem como disponibilizar acesso à documentação comprobatória destas vantagens.
- 18.1.19. Designar representante comercial e representante técnico para atendimento. Ambos devem ser pertencentes ao quadro próprio da Contratada.
- 18.1.20. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do Objeto, devendo orientar seus empregados nesse sentido.
- 18.1.21. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do Gestor do Contrato inerentes à execução do Objeto contratual, desde que estejam em conformidade com as previsões editalícias, contratuais e legais.
- 18.1.22. A não cumprimento do disposto dos itens anteriores facultará ao CONTRATANTE a adoção de medidas objetivando possível rescisão contratual, incorrendo a CONTRATADA, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das demais penalidades legais.
- 18.2. DA CONTRATANTE:**
- 18.2.1. Apresentar Autorização de Fornecimento, especificando o prazo e o local de entrega;
- 18.2.2. Efetuar o pagamento conforme definido no Edital, mediante apresentação da Nota Fiscal, desde que, atendidas as demais exigências estabelecidas neste Edital;
- 18.2.3. Fiscalizar a entrega.
- 18.2.4. O Fiscal do Contrato deverá comunicar qualquer irregularidade dos objetos não condizentes com o Edital.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



19. DAS PENALIDADES:

- 19.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Consórcio CIM-AMAI, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui estabelecidas.
- 19.2. O descumprimento total ou parcial do contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades:
 - 19.2.1. Advertência;
 - 19.2.2. Multa:
 - a) No caso de não cumprimento do prazo de prestação de serviços do objeto, será aplicável à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 5% do valor contratual;
 - b) Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Consórcio CIM-AMAI poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo nº 87 da Lei nº 8.666/93, sendo que no caso de multa esta corresponderá a 10% sobre o valor total do contrato, limitada a 10% do valor contratual.
 - c) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratual quando a contratada ceder o contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização da contratante, devendo reassumir o contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;
- 19.3. Suspensão do direito de participar em licitações/contratos de qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 19.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com órgãos da administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;
- 19.5. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

20. DAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

- 20.1. Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre o presente **Edital** serão prestadas pelo Pregoeiro, podendo ser encontrado na sede do CIM-AMAI ou através do e-mail cim-amai@amaisc.org.br ou pelo telefone (49) 3441-6600, informando o número da licitação, nos dias úteis, das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:30 horas.
- 20.2. Informações complementares referentes ao item licitado serão prestadas pelo Sr. Daniel Strada, também pelo fone (49) 3441-6600.

21. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO:

- 21.1. O Consórcio CIM-AMAI designa como:
- 21.2. **Fiscal deste Edital**, o Sr. **Rivael Sander Freschi**, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos e procedimentais, e para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 21.3. As exigências e a atuação da fiscalização pelo **CONTRATANTE** em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 22.1. As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame, correrão por conta de dotação orçamentária vigente.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1. Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil de expediente normal do Consórcio CIM-AMAI, subsequente as ora fixados.
- 23.2. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.
- 23.3. Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas de Preços como dos Documentos de Habilitação apresentados na Sessão.
- 23.4. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
- 23.5. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela depois de aberta a sessão do pregão.
- 23.6. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos conforme previsto no parágrafo 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.
- 23.7. É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento.
- 23.8. A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.
- 23.9. O Pregoeiro, no interesse do Consórcio, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação sendo possível à promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 23.10. Os preços não serão reajustados, salvo as situações previstas na forma da lei, observadas as disposições previstas no contrato.

Xanxerê-SC, 14 de outubro de 2022.

OSCAR MARTARELLO
Presidente do Consórcio CIM-AMAI
Prefeito do Município de Xanxerê
CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

INTRODUÇÃO

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMAI - CIM-AMAI**, é um consórcio público, constituído na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 43.109.606/0001-72, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000; na forma da Lei Federal nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto Federal nº 6.017/07).

OBJETO

O objeto da licitação é a aquisição de Britar Primário Móvel, novo, para estrutura de Usina de Asfalto, conforme transferência de recursos provenientes do Convênio nº 2022010945 (Programa Transferência) firmado com o Estado de Santa Catarina, de acordo com as especificações constantes no edital e seus anexos, notadamente neste termo de referência e especificações técnicas do equipamento (anexo II).

JUSTIFICATIVA

Esta licitação esta pautada no amplo diálogo entre o Governo Estadual de Santa Catarina e os municípios associados ao CIM-AMAI que anuíram com o programa da Usina de Asfalto, com a identificação das necessidades da região, objetivando a viabilização da correta operação de uma usina de asfalto, dentro das normas e condicionantes técnicas e ambientais e de serviço de pavimentação asfáltica, com capacidade de fornecer e produzir asfalto para dar condições de trafegabilidade, melhorar e manter vias de acesso de infraestrutura rural e urbana, contribuindo no desenvolvimento sócio econômico da região.

VALORES REFERENCIAIS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

Os valores referenciais para contratação são demonstrados no Quadro de Serviços e representam o valor unitário máximo tolerado para cada item baseado em pesquisa de mercado.

Item	Aquisição dos Equipamentos	Unidade	Qtde.	Total Máximo do item
01	Britador Primário Móvel, novo, consonante detalhado nas especificações técnicas do equipamento no Anexo II deste edital.	Unidade	01	R\$ 779.500,00

O valor acima foi extraído através de orçamentos realizados com empresas do ramo, o qual foi realizado a média entre os valores, sendo definido como preço máximo para a apresentação de proposta de preço.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



DA EXECUÇÃO E ENTREGA

A Contratada deverá entregar o equipamento, instalar, realizar testes e deixá-lo em perfeito estado de funcionamento, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais condições previstas no edital.

Não será admitido qualquer custo extra referente ao transporte, instalação e testes, sendo que ficará a cargo da empresa vencedora do objeto.

O prazo de entrega do equipamento e instalação deverá se dar num prazo máximo de 90 dias após a ordem de faturamento e entrega.

Após a entrega do Equipamento a contratada deverá fornecer entrega técnica abrangendo todos os aspectos do funcionamento, operação, manutenção preventiva e corretiva.

O equipamento deverá ser entregue em endereço e local e indicado na Autorização de Fornecimento.

A empresa contratada é responsável pelo transporte até o local indicado pela contratante;

O objeto desta licitação deverá possuir garantia de no mínimo 12 meses, sem limite de horas de uso.

No período de garantia, os serviços de assistência técnica serão efetuados e o problema solucionado num prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da solicitação/notificação oficial.

Se a Contratada não puder atender dentro do prazo estabelecido, justificará e comprovará por escrito os motivos, ficando a prorrogação por mais 10 (dez) dias úteis (máximo) condicionada à aceitação do Contratante.

A Contratada deverá prestar assistência técnica e demais assessoramentos necessários ao recebimento, uso e manutenção da máquina. Deverá garantir o fornecimento de peças sobressalentes e componentes da máquina e componentes (originais ou genuínas), durante o período de 10 (dez) anos, a partir da data da assinatura do termo de recebimento definitivo do veículo ou equipamento.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Entregar os equipamentos conforme requisitos e especificações determinadas no Termo de Referência.

Manter equipe de profissionais especializados e capacitados para a realização de entrega técnica e treinamento, capaz de prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

Substituir, sempre que exigido pelo Contratante e independentemente de justificativa por parte deste, qualquer empregado, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse público. Submeter à apreciação e à aprovação prévia do Contratante qualquer serviço adicional que entenda que deva ser executado.

Prestar sempre que solicitado, esclarecimento de dúvidas relacionadas à prestação dos serviços e às funcionalidades da solução.

Manter informado o técnico do Contratante, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



Guardar sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham a ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas, respondendo contratual e legalmente pela inobservância deste item.

MEDIDAS ACAUTELADORAS

A Administração Pública pode, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, podendo haver retenção de pagamento se a Contratada incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a execução dos serviços.

É expressamente proibida a contratação de agente público, ou de familiar, vinculado ao CONTRATANTE, para a execução dos serviços mencionados neste documento.

Xanxerê-SC, 14 de outubro de 2022.

OSCAR MARTARELLO
Presidente do Consórcio CIM-AMAI
Prefeito do Município de Xanxerê

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO

ITEM 1 (1 UNIDADE) - BRITADOR PRIMÁRIO MÓVEL, CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

Britador primário, novo, com dimensões para alimentação igual ou superior a 620 mm de largura e 400 mm de comprimento; Estrutura em aço SAE 1020, queixo em aço fundido e ou em aço soldado com (04) quatro rolamentos específicos para operação de britagem; regulagem na saída do material britado através de cunha horizontal e vertical; Mandíbulas em liga de manganês com no mínimo 14 e 13 dentes;

Peso mínimo do conjunto de 12.000 Kg;

Conjunto de sapatas com regulagem de altura;

Chassi de viga "U" de no mínimo 300mmx7,20mm, comprimento mínimo de 6000mm, montado sobre dois eixos, sendo um eixo traseiro com rodados e pneus duplos e um eixo dianteiro com rodado e pneus simples; com pneus 275; com duas vigas estabilizadoras fixadas ao chassi, com cambão para rebocar;

Acionamento do britador por motor estacionário a Diesel com potência mínima de 72 Kw, com transmissão de força;

Silo alimentador com volume igual ou superior a 5m³ em chapas de aço SAE 1020, com mesa alimentadora com comprimento mínimo de 2000mm e largura mínima de 600mm, com acionamento via eletromagnética e ou sistema hidráulico;

Esteira(s) transportadora(s) com comprimento mínimo de 6000mm, composta por correia de 22", com duas tramas de lona com roletes de carga e roletes de retorno sustentados em perfil "U"; com dimensões mínimas de 60x150x60mm com acionamento via sistema em correia em "V" e ou sistema hidráulico através de motor e bombas específicas;

Equipamento com bateria, painel de comando com horímetro, temperatura, pressão de óleo, chave de ignição, toldo, passarelas de circulação, guarda corpo, proteção de correias e volantes para segurança do Operador;

Entrega técnica: A entrega técnica deverá ser realizada juntamente da entrega do equipamento, devendo ser agendada anteriormente e ser realizada por técnico especializado e capacitado indicando todas as funcionalidades do equipamento, e detalhes técnicos de manuseio e manutenção preventiva do equipamento. Juntamente da entrega do equipamento deverá ser entregue Projeto e ART de Fabricação do Equipamento;

Manuais de operação: Todos devem ser fornecidos na língua portuguesa do Brasil (pt-BR);

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



Treinamento: Após transcorrido o período de montagem, instalação e startup dos equipamentos, o contratado deverá ofertar treinamento teórico e prático, no local da operação da usina, de no mínimo 20 (vinte) horas aos operadores designados pela contratante, abrangendo todos os aspectos do funcionamento, operação, EPI, manutenção preventiva diária, semanal e programada da usina, incluindo a operação, limpeza e manutenção do britador; com entrega de manuais de operação; fornecimento de certificado de treinamento nominal a cada participante, assinado pelo responsável da empresa e pelo responsável pelo treinamento, estando destacada a carga horária e o conteúdo aplicado;

Garantia: padrão do fabricante, não sendo inferior a 12 (doze) meses para itens de fabricação própria e, de acordo com a garantia do respectivo fabricante para componentes adquiridos de terceiros. Os termos de garantia dos componentes fabricados por terceiros devem ser entregues no momento da entrega técnica, apensados em pasta específica, classificados e explicados de forma clara aos operadores e membros indicados pelo Consórcio, estando todos traduzidos para a língua portuguesa do Brasil (pt-BR), se for o caso;

Assistência Técnica: Comprovar disponibilidade de assistência técnica para atendimento na região Oeste, no Estado de Santa Catarina;

ART: Fornecimento de Anotação de Responsabilidade Técnica de fabricação do equipamento, expedido pelo órgão de classe do responsável técnico da empresa.

Valor Máximo: R\$ 779.500,00 (setecentos e setenta e nove mil e quinhentos reais).

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500

**ANEXO III****MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**

(deverá acompanhar Prospecto e ficha Técnica do Equipamento)

Processo Licitatório nº 003/2022 CIM-AMAI

Pregão Presencial nº 003/2022 CIM-AMAI

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO e TELEFONE:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

2 - PREÇO

VALOR UNITÁRIO DO ITEM 01 R\$ _____ (Por extenso).

3 - CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente Licitação.

4 - PRAZO DE ENTREGA

Máximo de 90 (noventa) DIAS.

5 - VALIDADE DA PROPOSTA

60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

Obs.: Nos preços cotados estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta Licitação.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500





ANEXO IV

MODELO DE CREDENCIAMENTO

A empresa, inscrito no CNPJ nº, com sede à, neste ato representada pelo(s) diretores ou sócios, com qualificação completa (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador o Senhor (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere amplos poderes para junto ao Consórcio CIM-AMAI, praticar os atos necessários com relação à licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº/2022**, usando dos recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e em especial, para esta licitação.

Local, data

Assinatura e Carimbo

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500





ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE COM OS REQUISITOS
DE HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA)_____, CNPJ nº. , sediada (endereço completo)_____, **DECLARA**, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação no presente **Pregão Presencial nº/2022** e, ainda, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data, _____, ____ de _____ de 2022.

(nome e identidade do representante legal)

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr. _____, portador da cédula de identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, DECLARA que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos. Por ser verdade, firmamos a presente.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA
QUALIFICAÇÃO

Ao Consórcio CIM-AMAI

Pregão Presencial nº/2022

O signatário da presente, em nome da proponente , declara para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do artigo 32, parágrafo 2º e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Local, de de 2022.

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)

(carteira de identidade número e órgão emissor)

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



**ANEXO VIII -****MINUTA DO CONTRATO**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMAI - CIM-AMAI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 43.109.606/0001-72, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. OSCAR MARTARELLO**, portador da R.G. nº 1692088 SSP/SC e CPF sob o nº 461.817.769-15, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê-SC, denominada para este instrumento particular simplesmente de **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa:

....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º e Inscrição Estadual nº, estabelecida na Rua nº, na cidade de, neste ato representada pelo Sr., inscrito no CPF sob o nº e RG nº, doravante denominado **CONTRATADO**, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 8.883/94 e Lei n.º 9.648/98, firmam o presente que se regerá pelas Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto da licitação é a aquisição de Britar Primário Móvel, novo, para estrutura de Usina de Asfalto, conforme transferência de recursos provenientes do Convênio nº 2022010945 (Programa Transferência) firmado com o Estado de Santa Catarina, de acordo com as especificações constantes no edital e seus anexos, notadamente o termo de referência (anexo I) e especificações técnicas do equipamento (anexo II).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

- 2.1 A Contratada deverá entregar o equipamento, instalar, realizar testes e deixa-lo em perfeito estado de funcionamento, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais condições previstas no edital.
- 2.2 Não será admitido qualquer custo extra referente ao transporte, instalação e testes, sendo que ficará a cargo da empresa vencedora do objeto.
- 2.3 O prazo de entrega do equipamento deverá se dar num prazo máximo de 90 dias após a ordem de faturamento e entrega.
- 2.4 Após a entrega do Equipamento a contratada deverá fornecer entrega técnica abrangendo todos os aspectos do funcionamento, operação, manutenção preventiva e corretiva.
- 2.5 O equipamento deverá ser entregue em endereço e local e indicado na Autorização de Fornecimento.
- 2.6 A empresa contratada é responsável pelo transporte até o local indicado pela contratante;
- 2.7 O equipamento deverá possuir garantir contra defeitos de fabricação e instalação de no mínimo 12 meses, sem limite de horas de uso.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR TOTAL, PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

- 3.1 O valor total do presente Contrato é de R\$, para constante na cláusula primeira deste termo.
- 3.2 O pagamento pela execução dos serviços do objeto da presente Licitação será feito em favor da Contratada, mediante depósito ou transferência bancária em sua conta corrente, após as entregas dos serviços, acompanhados da respectiva nota fiscal.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 3.3 A execução do objeto deste contrato será mediante o regime de empreitada por preço unitário.
- 3.4 O pagamento se dará mediante a entrega e instalação do equipamento, nas condições previstas no Termo de Referência do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias após a certificação da Nota Fiscal.
- 3.5 O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.
- 3.6 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 3.7 Este contrato poderá ser revisto para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- 3.8 O pedido, fundamentado e devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser encaminhado ao CONTRATANTE, não sendo apreciado o pedido de revisão de preços quando não comprovar o desequilíbrio sofrido.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1 As despesas para a execução do objeto do presente contrato correrão por conta de dotação orçamentária vigente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

- 5.1 No caso de atraso injustificado por parte do contratado para o início dos serviços ou para a conclusão final dos serviços, sujeitar-se-á as penalidades previstas no Edital e neste Contrato.
- 5.2 Pela inexecução total ou parcial do Contrato o CIM-AMAI poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções contratuais: advertência, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, suspensão temporária de participação em Licitação, impedimento de contratar com o CIM-AMAI e com todos os Municípios Consorciados por prazo não superior a 2 (dois) anos e declaração de inidoneidade, nos termos dos artigos 86 e 87, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.
- 5.3 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, implicará na multa de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
- 5.4 Poderão ainda ser aplicadas as seguintes penalidades:
- I- Por atraso ou paralização da execução superior a 10 (dez) dias do prazo de execução dos serviços, fica o CONTRATADO sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato, a ser calculado desde o 11º (décimo primeiro) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.
- II- Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, canceladas as ordens de serviços e aplicada multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor do contrato.
- III - Dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao CIM-AMAI ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Contratado o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.
- As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 O presente Contrato poderá ser rescindido, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 O presente Contrato terá vigência de 6(seis) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado a vigência, até o limite legal previsto nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/1994.

CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório Presencial nº 03/2022, Edital de Pregão, na forma Presencial nº 03/2022.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1 Cumprir todas as exigências constantes do edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência e no Contrato.
- 9.2 Contatar a equipe técnica do CONTRATANTE, após a assinatura deste instrumento para, em conjunto, definirem a execução dos serviços.
- 9.3 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.
- 9.4 Cumprir os prazos estabelecidos, sob pena de multa, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.
- 9.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços e dos fornecimentos sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
- 9.6 Manter equipe de profissionais especializados e capacitados para a realização de entrega técnica e treinamento, capaz de prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.
- 9.7 Corrigir, alterar e/ou refazer no prazo definido pelo CONTRATANTE os serviços, mesmo que entregues e aceitos, desde que comprovada a existência de vícios de qualidade ou quantidade, alterações da estabilidade que comprometam a sua integridade.
- 9.8 Assumir inteira responsabilidade civil, penal e administrativa por danos e prejuízos que causar, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- 9.9 A CONTRATADA estará vinculada ao prazo de entrega previsto no Termo de Referência.
- 9.10 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal nº 8.666/93.
- 9.11 A inadimplência da CONTRATADA não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.
- 9.12 Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados.
- 9.13 A CONTRATADA não pode alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos.
- 9.14 Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua perfeita prestação.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



9.15 Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado.

9.16 Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, em especial quanto aos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

9.17 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do Gestor do Contrato inerentes à execução do Objeto contratual, desde que estejam em conformidade com as previsões editalícias, contratuais e legais.

9.18 O não cumprimento do disposto dos itens anteriores facultará ao CONTRATANTE a adoção de medidas objetivando possível rescisão contratual, incorrendo a CONTRATADA, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das demais penalidades legais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 Aplicam-se à execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 É competente o foro da Comarca de Xanxerê-SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavram e assinam, em (3) três vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, obrigando-se por si, seus herdeiros e/ou sucessores a cumpri-los em todos os seus termos.

Local... (SC), de de 2022.

OSCAR MARTARELLO
PRESIDENTE DO CIM-AMAI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ

CONTRATADA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL 04 -2022 - ESPARGIDOR E CAMINHÃO PARA TRANSPORTE DO ESPARGIDOR
Publicação Nº 4252109

PROCESSO LICITATÓRIO nº 004/2022

PREGÃO nº 004/2022 - TIPO PRESENCIAL

1. PREÂMBULO

- 1.1. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMAI - CIM-AMAI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 43.109.606/0001-72, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000; neste ato representada pelo Presidente, Sr. Oscar Martarello, Prefeito do Município de Xanxerê; torna público para conhecimento dos interessados que na data e local abaixo indicados fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **Menor preço por Item**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

TIPO: Menor Preço por Item;

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 13:45 horas do dia 31/10/2022;

INÍCIO DA SESSÃO: às 14:00 horas do dia 31/10/2022.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

LOCAL: Rua Floriano Peixoto, número 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000.

PREGOEIRO: Daniel Strada; E-mail: cim-amai@amaisc.org.br; Telefone: (49) 3441-6600.

2. OBJETO

- 2.1. O objeto da licitação é a aquisição de Espargidor e Caminhão para Transporte de Espargidor, ambos novos, ano/modelo mínimo 2021, conforme transferência de recursos provenientes do Convênio nº 2022010945 (Programa Transferência) firmado com o Estado de Santa Catarina, de acordo com as especificações constantes no edital e seus anexos, notadamente o termo de referência (anexo I) e especificações técnicas do equipamento (anexo II).

- 2.2. Constituem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

- 2.2.1. Anexo I - Termo de Referência;
- 2.2.2. Anexo II - Especificações Técnicas do Equipamento;
- 2.2.3. Anexo III - Modelo de Proposta de Preços;
- 2.2.4. Anexo IV - Carta de Credenciamento;
- 2.2.5. Anexo V - Modelo Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação;
- 2.2.6. Anexo VI - Modelo de Declaração de que não emprega menores de dezoito anos;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



2.2.7. Anexo VII – Modelo Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação;

2.2.8. Anexo VIII – Minuta do Contrato.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.
- 3.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
 - 3.2.1. Não contemplem em seu objeto social o objeto ora licitado;
 - 3.2.2. Estejam constituídos sob a forma de consórcio;
 - 3.2.3. **Estejam cumprindo penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública motivada pelas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei nº 8.666/93;**
 - 3.2.4. Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
 - 3.2.5. O disposto no art. 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações;
 - 3.2.6. Estejam em situação irregular perante as Fazendas: União, Federal, Estadual, INSS e FGTS;
 - 3.2.7. Tenham em seu quadro, empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesseis) anos, efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 3.3. A simples participação na presente licitação implica na aceitação irretratável de todas as normas do Edital.

4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 4.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
 - 4.1.1. Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
 - 4.1.2. Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
 - 4.1.3. Abrir as propostas de preços;
 - 4.1.4. Analisar a aceitabilidade das propostas;
 - 4.1.5. Desclassificar propostas indicando os motivos;
 - 4.1.6. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
 - 4.1.7. Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
 - 4.1.8. Declarar o vencedor;
 - 4.1.9. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
 - 4.1.10. Elaborar a ata da sessão;
 - 4.1.11. Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
 - 4.1.12. Convocar o vencedor para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;
 - 4.1.13. Abrir processo administrativo para apuração de irregularidade visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



5. APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS ENVELOPES

5.1. Os envelopes "Proposta de Preços" e "Documentação de Habilitação" deverão ser indevassáveis, fechados e entregues ao **Setor de Jurídico do Consórcio CIM-AMAI**, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo:

5.1.1. **Os envelopes: nº 01 – Proposta e nº 02 – Documentação de Habilitação deverão ser Protocolados no Setor Jurídico do Consórcio CIM-AMAI, situado na Rua Floriano Peixoto, nº 100, Centro, na cidade de Xanxerê-SC, até às 13:45 horas do dia 31 de outubro de 2022.**

5.2. Se decidirem entregar os envelopes no próprio dia da abertura, os Proponentes deverão comparecer na sede do Consórcio CIM-AMAI, com a necessária antecedência em relação ao prazo indicado no subitem 5.1, não se aceitando justificativas de atraso na entrega dos envelopes devido a problemas de trânsito, fila no Setor Jurídico para protocolo ou de qualquer outra natureza.

5.3. Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

CONSÓRCIO CIM-AMAI

CONSÓRCIO CIM-AMAI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2022

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS

ENVELOPE Nº 2 - HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

CNPJ DA PROPONENTE

CNPJ DA PROPONENTE

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

6.1. **A abertura da sessão pública para o credenciamento do representante legal da licitante e abertura dos envelopes e demais atos dar-se-á às 14:00 horas do dia 31 de outubro de 2022, na sede do Consórcio CIM-AMAI, localizado à Rua Floriano Peixoto, nº 100, centro, na cidade de Xanxerê-SC.**

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para a representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, os quais deverão ser entregues ao Pregoeiro **fora** dos envelopes, salientamos que os mesmos não serão devolvidos, **em cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original**, conforme abaixo:

7.1.1. Sócio e/ou Proprietário:

- Carteira de Identidade ou documento equivalente;
- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, conforme o caso;
- Declarações constantes do item 7.2 e 7.3;
- Comprovantes constantes do item 7.4 e 7.5.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500

**7.1.2.Representante:**

- a) Carteira de Identidade ou documento;
- b) Procuração ou Carta de Credenciamento, conforme modelo do Anexo IV, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social;
- c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, visando à comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado;
- d) Declarações constantes do item 7.2 e 7.3;
- e) Comprovantes constantes do item 7.4 e 7.5.

- 7.2. Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, conforme o modelo do Anexo V;
- 7.3. Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação, conforme o modelo do Anexo VII.
- 7.4. Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS de que a empresa não está impedida de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.
- 7.5. Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP de que a empresa não sofreu sanções das quais decorra restrição ao direito de participar e de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.
- 7.6. As **microempresas e empresas de pequeno porte**, para ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar juntamente com o Credenciamento:
I.- Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias, da abertura das propostas.

- 7.6.1.As **MEIs (Microempreendedor Individual)** deverão apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual para ter preferência conforme subitem 7.6.

A participação nas condições previstas neste item implica no reconhecimento de não se encontrar em nenhuma das situações previstas no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06.

- 7.7. *Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, em separado dos envelopes de documentação e proposta;*
- 7.8. A comissão poderá realizar cópias de documentos essenciais ao credenciamento, declarações e autenticá-los no momento do credenciamento, respeitando o princípio da livre concorrência e participação no certame;
- 7.9. Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores;
- 7.10. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, **sendo que deverão enviar o Contrato Social e as declarações constantes nos itens 7.2 e 7.3 e comprovantes constantes nos itens 7.4 e 7.5 em envelope separado da Habilitação e Proposta;**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 7.10.1. Na hipótese de ausência de apresentação das declarações constantes nos itens 7.2 e 7.3, e estando presente o representante legal na sala onde está ocorrendo a sessão e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes específicos inerentes ao presente Pregão, a falta do documento poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato, sendo necessário declarar de próprio punho ou verbalmente registrado em ata.
- 7.10.2. A não apresentação da comprovação dos itens 7.4 e 7.5 poderá ser sanada e/ou consultado no momento do credenciamento pelo pregoeiro com base no art. 43, parágrafo 3º da Lei 8.666/93;
- 7.11. É vedado a uma só pessoa física representar mais de uma empresa neste Pregão.

8. PROPOSTAS DE PREÇOS (envelope 01)

- 8.1. **As propostas de preços (envelope nº 01) deverão ser entregues impressas**, em uma via, com suas páginas rubricadas, e a última **assinada pelo representante legal da empresa**, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, e deverão constar:
- 8.1.1. **Razão social**, endereço, telefone e o CNPJ da proponente;
- 8.1.2. **Nome do titular** ou do representante legalmente constituído com respectiva **assinatura**;
- 8.1.3. **Data**;
- 8.1.4. **Preço unitário** por item/quantidade, grafado em algarismos, com duas casas decimais após a vírgula; em moeda brasileira corrente;
- 8.1.5. **Marca de cada item ofertado**. Quando a marca identificar a empresa participante, este campo deverá ser preenchido como “marca própria”;
- 8.1.6. **Conter prazo de entrega** do equipamento, não podendo ser superior a 90 (noventa) dias.

Nota 1: Nos preços propostos, a inclusão de todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, encargos sociais e inclusive as despesas de transporte do equipamento para entrega e instalação, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunística do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta Licitação.

- 8.2. **As propostas financeiras deverão respeitar como limite máximo aqueles estipulados no Anexo I;**
- 8.2.1. Serão desclassificadas as propostas que ultrapassarem o valor máximo estipulado no **Anexo I**.

Nota 2: na hipótese da proposta não estar rubricada e assinada, conforme exigido no subitem 8.1, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo aberto os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



específicos inerentes ao presente Pregão, a falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato.

9. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS E DO JULGAMENTO:

- 9.1. Somente serão aceitas as propostas cujos preços unitários ofertados não excedam o limite estimado pelo Consórcio, que é aquele descrito no Anexo I;
- 9.2. O julgamento será realizado em conformidade com o Edital e as Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar 123/06 e demais normas pertinentes levando-se em conta, interesse do Serviço Público, os critérios de "**MENOR PREÇO POR ITEM**".
- 9.3. Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital e contiverem omissões, rasuras, entrelinhas ou forem ilegíveis, bem como com preços unitários superestimados ou inexequíveis, de acordo com os subitens anteriores;
- 9.4. Os quantitativos e valores indicados no Anexo I correspondem à média dos praticados no mercado e foram apurados para o efeito de estimar-se o valor objeto em licitação;
- 9.5. Nos preços propostos deverão constar e serem computadas todas as despesas, indispensáveis à realização do serviço, inclusive consumo de combustível, materiais de expediente, mão-de-obra, materiais, transporte dos materiais, encargos das leis sociais e quaisquer despesas acessórias e necessárias, não especificadas neste Edital, e relativo aos trabalhos, objeto desta licitação;
- 9.6. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a execução de todo o serviço, objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional quando devida e erro ou má interpretação de parte da proponente;
- 9.7. Quando todas as propostas forem desclassificadas, o órgão ou entidade poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de outras, escoimadas das causas referidas no subitem anterior.

10. DA VALIDADE DA PROPOSTA

- 10.1. As propostas apresentadas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de seu envio, de acordo com art. 6º da Lei nº 10.520/2002;
- 10.2. Os prazos de validade da proposta apresentados que, porventura, diverjam do determinado no subitem 10.1 serão desconsiderados, prevalecendo o prazo previsto no subitem acima.

11. DA HABILITAÇÃO (envelope 02):

I. REGULARIDADE JURÍDICA:

- a) Cópia do **Contrato Social e Alterações posteriores**, ou Cópia da última Alteração Consolidada (desde que conste o objeto social do contrato) registrados na Junta Comercial do Estado ou Registro Comercial para empresa individual e no caso de Sociedade por Ações o Ato Constitutivo acompanhado da Ata da Assembleia que elegeu a diretoria em exercício.
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
Obs: Caso o licitante tenha apresentado o Contrato Social no credenciamento, o mesmo fica dispensado do referido documento no envelope de habilitação.
- c) Declaração de que não emprega menores de dezoito anos, conforme anexo VI.
- d) Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação,

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



conforme anexo VII.

II. REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- b) Certidão negativa de débitos perante a Fazenda Nacional, relativos a tributos e contribuições **Federais**;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda **Estadual**, relativo ao ICMS Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços;
- d) Prova de regular situação perante a Fazenda Pública **Municipal** do domicílio ou sede da licitante;
- e) Certidão Negativa de Débitos **Trabalhistas** (CNDT);
- f) Certidão negativa de Falência e Concordata, fornecida pela Comarca do Tribunal de Justiça do Estado;
- g) Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS de que a empresa não está impedida de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.
- h) Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP de que a empresa não sofreu sanções das quais decorra ao direito de participar e de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.

III. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Comprovante de aptidão (em nome do Licitante) para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da Licitação, mediante apresentação de atestado emitido por entidade pública ou empresa privada (com identificação do emitente, descrição do objeto executado e assinada por pessoa devidamente identificada, hábil a responder em nome do emitente), indicando que a proponente tenha executado/fornecido objeto com características semelhantes ao objeto deste Edital, de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência e no anexo II deste Edital;
- b) Prospecto do(s) veículo(s) ofertado(s), contendo todas as informações exigidas nas especificações técnicas descritas no termo de referência para cada item;
- c) Carta de Exclusividade ou Contrato entre a concessionária/Autorizada e o fabricante.

- 11.1. Se o licitante for à **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for à **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante da licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstos **neste item**.

12. SESSÃO DO PREGÃO

- 12.1. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro declarará aberta à sessão do PREGÃO, oportunidade em que não mais aceitará novo proponente, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



12.2. Da Classificação das Propostas

- 12.2.1. O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes que contêm a proposta Financeira avaliando o cumprimento das condições exigidas no edital.
- 12.2.2. O Pregoeiro classificará o autor da proposta de **menor preço por item** e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.
- 12.2.3. Se não houver, no mínimo 3 (três) propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.
- 12.2.4. Caso duas ou mais propostas comerciais em igualdade de condições fiquem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.
- 12.2.5. A Licitante que desistir de sua proposta escrita está sujeita às sanções administrativas previstas nestas Instruções.

12.3. Dos Lances Verbais

- 12.3.1. As licitantes classificadas terão a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, com valores distintos e decrescentes, a partir da proposta financeira classificada de maior valor e os demais lances, em ordem decrescente de valor, podendo o pregoeiro, definir no momento, lances mínimos;
- 12.3.2. Para a formulação de lances, poderá ser concedido tempo para o atendimento a eventuais necessidades de avaliação e de consulta à empresa pelo seu representante, por meio de telefone ou outros meios disponíveis;
- 12.3.3. Na hipótese em que houver mais de uma proposta igual de menor valor por item, sem que tenha havido oferta de lances verbais, a ordem de classificação dar-se-á mediante novo sorteio a ser realizado, na mesma sessão pública, pelo Pregoeiro;
- 12.3.4. **Não poderá haver desistência dos lances ofertados**, sujeitando-se a Licitante desistente às penalidades legais e às sanções administrativas previstas nestas Instruções;
- 12.3.5. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas;
- 12.3.6. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita e o valor estimado para a contratação;
- 12.3.7. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, será assegurada às microempresas e às empresas de pequeno porte, **que comprovaram tal situação**, como critério de desempate, preferência de contratação desde que as propostas apresentadas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço ofertado na fase de lances, observado o seguinte procedimento:
 - i. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor preço, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após a convocação do Pregoeiro, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
 - ii. Não ocorrendo a contratação na forma do subitem "i", serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que se enquadrem na hipótese do subitem "i", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- iii. A não-contratação nos termos previstos no subitem “i”, ensejará a adjudicação do objeto licitado em favor da proposta originalmente vencedora;
- iv. O disposto no subitem “i” somente será aplicado quando o melhor preço ofertado na fase de lances não houver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte.

12.3.8. Aos proponentes vencedores não será necessário o envio de nova proposta readequando os valores de acordo com os lances, tal readequação será feita EXCLUSIVAMENTE pelo sistema utilizado pelo Consórcio CIM-AMAI.

12.4. Do Julgamento

- 12.4.1. O critério de julgamento será exclusivamente o de **Menor preço por item** ofertado.
- 12.4.2. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- 12.4.3. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.
- 12.4.4. Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.
- 12.4.5. Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.
- 12.4.6. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis para a regularização da documentação, conforme prevê o § 1º e 2º do Art. 43 da Lei Complementar nº 123/06, de 14 de dezembro de 2006.
- 12.4.7. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.
- 12.4.8. Se a oferta não for aceitável ou se a Licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação da habilitação da Licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as Instruções, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.
- 12.4.9. Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro poderá negociar para que seja obtido um melhor preço.
- 12.4.10. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio, e pelos licitantes.
- 12.4.11. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o Pregoeiro devolverá, aos licitantes, julgados desclassificados no certame, os envelopes “**Documentação de Habilitação**” inviolados, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

13. DA IMPUGNAÇÃO E DO RECURSO ADMINISTRATIVO

- 13.1. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar este edital, mediante protocolo na sede do Consórcio CIM-AMAI.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 13.2. Os recursos/impugnações ao edital também poderão ser encaminhados por correio, desde que atendam ao prazo descrito no item 13.1.
- 13.3. Não serão aceitos recursos/impugnações ao edital enviado por fax e/ou email.
- 13.4. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 13.5. O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 13.6. Não serão admitidos recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela Licitante.
- 13.7. **A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.**
- 13.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.9. O resultado do recurso será divulgado mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios.

14. ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 14.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Competente.
- 14.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará a adjudicação e determinará a contratação, no prazo previsto neste edital.

15. DO PAGAMENTO

- 15.1. O pagamento será precedido da Nota Fiscal, consistindo em documento obrigatório.
- 15.2. Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à licitante para as devidas correções.
- 15.3. O pagamento ocorrerá mediante depósito ou transferência bancária em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.
- 15.4. A execução do objeto será mediante o regime de empreitada por preço unitário.
- 15.5. O pagamento será realizado em parcela única, no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega, instalação e pleno funcionamento do equipamento licitado.
- 15.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 15.7. Eventuais variações de preços dos equipamentos durante a execução do contrato não darão ensejo a qualquer aditivo contratual, devendo a proposta contemplar eventuais riscos relativos à flutuação dos preços.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



16. DA VIGÊNCIA

16.1 O Contrato oriundo do Processo terá sua vigência de (12) doze meses contados a partir da sua publicação por extrato no órgão oficial, podendo ser prorrogado a vigência, até o limite legal previsto nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/1994.

17. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

- 17.1. O fornecedor obriga-se a entregar o(s) equipamento(s) licitado(s) em que foi declarado vencedor, no prazo máximo **de 90 (noventa) dias**, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento;
- 17.2. Endereço do local de entrega do objeto deste edital: **Município de Xanxerê, endereço a combinar.**

18. DAS OBRIGAÇÕES

18.1. DA CONTRATADA:

- 18.1.1. Cumprir todas as exigências constantes do edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência e no Contrato.
- 18.1.2. Contatar a equipe técnica do CONTRATANTE, após a assinatura deste instrumento para, em conjunto, definirem a execução dos serviços, entrega e instalação do equipamento.
- 18.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.
- 18.1.4. Cumprir os prazos estabelecidos, sob pena de multa, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.
- 18.1.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços e dos fornecimentos sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
- 18.1.6. Manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.
- 18.1.7. Corrigir, alterar e/ou refazer no prazo definido pelo CONTRATANTE os serviços, mesmo que entregues e aceitos, desde que comprovada a existência de vícios de qualidade ou quantidade, alterações da estabilidade que comprometam a sua integridade.
- 18.1.8. Assumir inteira responsabilidade civil, penal e administrativa por danos e prejuízos que causar, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- 18.1.9. A CONTRATADA estará vinculada ao prazo de entrega previsto no Termo de Referência.
- 18.1.10. Adotar medidas, padrões de segurança de acesso e de integridade dos dados. Procedimentos especiais de segurança serão objeto de acordo específico entre as partes.
- 18.1.11. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal nº 8.666/93. A inadimplência da CONTRATADA não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste Contrato, razão

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.
- 18.1.12. Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados.
- 18.1.13. A CONTRATADA não pode alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos.
- 18.1.14. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua perfeita prestação.
- 18.1.15. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do CONTRATANTE.
- 18.1.16. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado.
- 18.1.17. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, em especial quanto aos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- 18.1.18. Repassar ao Contratante todas as vantagens promocionais oferecidas pelo fabricante dos softwares, que impactem no objeto do contrato firmado, bem como disponibilizar acesso à documentação comprobatória destas vantagens.
- 18.1.19. Designar representante comercial e representante técnico para atendimento. Ambos devem ser pertencentes ao quadro próprio da Contratada.
- 18.1.20. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do Objeto, devendo orientar seus empregados nesse sentido.
- 18.1.21. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do Gestor do Contrato inerentes à execução do Objeto contratual, desde que estejam em conformidade com as previsões editalícias, contratuais e legais.
- 18.1.22. A não cumprimento do disposto dos itens anteriores facultará ao CONTRATANTE a adoção de medidas objetivando possível rescisão contratual, incorrendo a CONTRATADA, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das demais penalidades legais.

18.2. DA CONTRATANTE:

- 18.2.1. Apresentar Autorização de Fornecimento, especificando o prazo e o local de entrega;
- 18.2.2. Efetuar o pagamento conforme definido no Edital, mediante apresentação da Nota Fiscal, desde que, atendidas as demais exigências estabelecidas neste Edital;
- 18.2.3. Fiscalizar a entrega.
- 18.2.4. O Fiscal do Contrato deverá comunicar qualquer irregularidade dos objetos não condizentes com o Edital.

19. DAS PENALIDADES:

- 19.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Consórcio CIM-AMAI,

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui estabelecidas.

- 19.2. O descumprimento total ou parcial do contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades:

19.2.1. Advertência;

19.2.2. Multa:

- a) No caso de não cumprimento do prazo de prestação de serviços do objeto, será aplicável à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 5% do valor contratual;
 - b) Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Consórcio CIM-AMAI poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo nº 87 da Lei nº 8.666/93, sendo que no caso de multa esta corresponderá a 10% sobre o valor total do contrato, limitada a 10% do valor contratual.
 - c) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratual quando a contratada ceder o contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização da contratante, devendo reassumir o contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;
- 19.3. Suspensão do direito de participar em licitações/contratos de qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 19.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com órgãos da administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;
- 19.5. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

20. DAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

- 20.1. Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre o presente **Edital** serão prestadas pelo Pregoeiro, podendo ser encontrado na sede do CIM-AMAI ou através do e-mail cim-amai@amaisc.org.br ou pelo telefone (49) 3441-6600, informando o número da licitação, nos dias úteis, das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:30 horas.
- 20.2. Informações complementares referentes ao item licitado serão prestadas pelo Sr. Daniel Strada, também pelo fone (49) 3441-6600.

21. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO:

- 21.1. O Consórcio CIM-AMAI designa como:
- 21.2. **Fiscal deste Edital**, o Sr. **Rivael Sander Freschi**, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos e procedimentais, e para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.
- 21.3. As exigências e a atuação da fiscalização pelo **CONTRATANTE** em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 22.1. As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame, correrão por conta de dotação orçamentária vigente.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1. Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil de expediente normal do Consórcio CIM-AMAI, subsequente as ora fixados.
- 23.2. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.
- 23.3. Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas de Preços como dos Documentos de Habilitação apresentados na Sessão.
- 23.4. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
- 23.5. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela depois de aberta a sessão do pregão.
- 23.6. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos conforme previsto no parágrafo 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.
- 23.7. É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento.
- 23.8. A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.
- 23.9. O Pregoeiro, no interesse do Consórcio, poderá releva omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação sendo possível à promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 23.10. Os preços não serão reajustados, salvo as situações previstas na forma da lei, observadas as disposições previstas no contrato.

Xanxerê-SC, 14 de outubro de 2022.

OSCAR MARTARELLO
Presidente do Consórcio CIM-AMAI
Prefeito do Município de Xanxerê

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

INTRODUÇÃO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMAI - CIM-AMAI, é um consórcio público, constituído na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 43.109.606/0001-72, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000; na forma da Lei Federal nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto Federal nº 6.017/07).

OBJETO

O objeto da licitação é a aquisição de Espargidor e Caminhão para Transporte de Espargidor, ambos novos, ano/modelo mínimo 2021, conforme transferência de recursos provenientes do Convênio nº 2022010945 (Programa Transferência) firmado com o Estado de Santa Catarina, de acordo com as especificações constantes no edital e seus anexos, notadamente neste termo de referência e especificações técnicas do equipamento (anexo II).

JUSTIFICATIVA

Esta licitação esta pautada no amplo diálogo entre o Governo Estadual de Santa Catarina e os municípios associados ao CIM-AMAI que anuíram com o programa da Usina de Asfalto, com a identificação das necessidades da região, objetivando a viabilização da correta operação de uma usina de asfalto, dentro das normas e condicionantes técnicas e ambientais e de serviço de pavimentação asfáltica, com capacidade de fornecer e produzir asfalto para dar condições de trafegabilidade, melhorar e manter vias de acesso de infraestrutura rural e urbana, contribuindo no desenvolvimento sócio econômico da região.

VALORES REFERENCIAIS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

Os valores referenciais para contratação são demonstrados no Quadro de Serviços e representam o valor unitário máximo tolerado para cada item baseado em pesquisa de mercado.

Item	Aquisição dos Equipamentos	Unidade	Qtd e.	Total Máximo do item
01	Espargidor 6.000 Litros, novo, zero hora, consonante termo de especificações mínimas delineadas no anexo II deste edital.	Unidade	01	R\$ 230.235,67
02	Caminhão para Transporte de Espargidor, Tração 4X2, novo, zero quilômetro, mínimo 14 toneladas, consonante termo de especificações mínimas delineadas no anexo II deste edital.	Unidade	01	R\$ 396.271,00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



O valor acima foi extraído através de orçamentos realizados com empresas do ramo, o qual foi realizado a média entre os valores, sendo definido como preço máximo para a apresentação de proposta de preço.

DA EXECUÇÃO E ENTREGA

A Contratada deverá entregar o equipamento, instalar, realizar testes e deixá-lo em perfeito estado de funcionamento, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais condições previstas no edital.

Não será admitido qualquer custo extra referente ao transporte, instalação e testes, sendo que ficará a cargo da empresa vencedora do objeto.

O prazo de entrega do equipamento e instalação deverá se dar num prazo máximo de 90 dias após a ordem de faturamento e entrega.

Após a entrega do Equipamento a contratada deverá fornecer entrega técnica abrangendo todos os aspectos de funcionamento, operação, manutenção preventiva e corretiva.

O equipamento deverá ser entregue em endereço e local e indicado na Autorização de Fornecimento.

A empresa contratada é responsável pelo transporte até o local indicado pela contratante;

O objeto desta licitação deverá possuir garantia de no mínimo 12 meses, sem limite de horas de uso.

No período de garantia, os serviços de assistência técnica serão efetuados e o problema solucionado num prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da solicitação/notificação oficial.

Se a Contratada não puder atender dentro do prazo estabelecido, justificará e comprovará por escrito os motivos, ficando a prorrogação por mais 10 (dez) dias úteis (máximo) condicionada à aceitação do Contratante.

A Contratada deverá prestar assistência técnica e demais assessoramentos necessários ao recebimento, uso e manutenção da máquina. Deverá garantir o fornecimento de peças sobressalentes e componentes da máquina e componentes (originais ou genuínos), durante o período de 10 (dez) anos, a partir da data da assinatura do termo de recebimento definitivo do veículo ou equipamento.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Entregar os veículos conforme requisitos e especificações determinadas no Termo de Referência.

Manter equipe de profissionais especializados e capacitados para a realização de entrega técnica e treinamento, capaz de prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

Substituir, sempre que exigido pelo Contratante e independentemente de justificativa por parte deste, qualquer empregado, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse público. Submeter à apreciação e à aprovação prévia do Contratante qualquer serviço adicional que entenda que deva ser executado.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



Prestar sempre que solicitado, esclarecimento de dúvidas relacionadas à prestação dos serviços e às funcionalidades da solução.

Manter informado o técnico do Contratante, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.

Guardar sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham a ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas, respondendo contratual e legalmente pela inobservância deste item.

MEDIDAS ACAUTELADORAS

A Administração Pública pode, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, podendo haver retenção de pagamento se a Contratada incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a execução dos serviços.

É expressamente proibida a contratação de agente público, ou de familiar, vinculado ao CONTRATANTE, para a execução dos serviços mencionados neste documento.

Xanxerê-SC, 14 de outubro de 2022.

OSCAR MARTARELLO
Presidente do Consórcio CIM-AMAI
Prefeito do Município de Xanxerê

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO

ITEM 1 (1 UNIDADE) - ESPARGIDOR 6.000 LITROS

Novo, zero hora, ano e modelo de fabricação mínimo de 2021;

Espargidor hidrostático com plataforma de operação e painel de comando; Acionamento por tomada de força; Tanque para 6.000 (seis mil) litros; construído em chapa de aço carbono compatível com a operação finalística do equipamento; isolamento térmico compatível com a operação finalística do equipamento; revestimento em chapa de inox; canoa de contenção;

Sistema de emulsão com bomba de emulsão de engrenagem; Sistema de aquecimento com maçarico de alta pressão alimentado por diesel; serpentina;

Barra espargidora com no mínimo 36 bicos e registros em aço inox; sistema de ajuste de altura hidráulico; Dupla caneta de pintura com mangueira e bico aspersor individual; Sistema hidráulico completo compatível com a operação;

Sistema de recirculação da barra espargidora; Sistema de limpeza da bomba de emulsão, das tubulações, da barra espargidora, do filtro e da caneta aspersora, através de óleo diesel pressurizado; Sistema de controle eletrônico de vazão tipo "IHM", interligado a quinta-roda;

Plataforma do operador com banco e guarda corpo; Plataforma e guarda corpo para tampas superiores do tanque;

Giroflex duplo e fixo instalado sobre o teto do caminhão na cor laranja;

Sistema de luzes estroboscópicas;

Alarme sonoro para manobras "a marcha ré";

Em conformidade com INMETRO RTQ7C;

Entrega técnica deverá ser realizada com a entrega do equipamento, devendo ser realizada por técnico especializado e capacitado indicando todas as funcionalidades do equipamento e detalhes técnicos de manuseio e manutenção preventiva do equipamento;

Treinamento após a entrega técnica, o contratado deverá ofertar treinamento teórico e prático, no local da operação visando o correto funcionamento do equipamento e demais rotinas de utilização e manutenção com entrega do manual em vernáculo Português do Brasil (pt-BR);

Comprovar disponibilidade de assistência técnica especializada na região Oeste, no Estado de Santa Catarina;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



Garantia padrão do fabricante, não inferior a 12 (doze) meses.

Valor Máximo: 230.235,67 (duzentos e trinta mil, duzentos e trinta e cinco reais e sessenta e sete centavos).

ITEM 2 (1 UNIDADE) - CAMINHÃO PARA TRANSPORTE DE ESPARGIDOR, TRACÇÃO 4X2, 14 TONELADAS, CONFORME AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

Caminhão, Novo, zero quilometro, ano de fabricação mínimo 2021, tração 4x2, com 2 portas, cor branca.

Motor: mínimo 4 cilindros, potência igual ou superior a 180 cv, torque máximo igual ou superior a 700Nm, Padrão de emissões de poluentes Proconve P-7.

Observação: motor deve ser fabricado pelo mesmo fabricante do equipamento.

Direção: elétrica, hidráulica ou eletro-hidráulica.

Câmbio: manual, automático ou automatizado, com 6 marchas a frente e uma a ré.

Freios: Freios de serviço a tambor, Freios anti-bloqueio ABS, distribuição eletrônica de frenagem EBD ou equivalente.

Chassi: com longarina reta de perfil tipo escada;

Capacidade: igual ou superior a 14 toneladas.

Rodas e Pneus: Pneus novos condizentes com as dimensões do caminhão e especificação do modelo.

Dimensões: Cabine curta, teto baixo, capacidade 2 (dois) ocupantes.

Sistema de segurança: Equipado com sonoro de marcha ré e cinto de segurança com três pontos.

Conforto: Ar condicionado, controle elétrico dos vidros e travas das portas, assento ergonômico do motorista com suspensão de ar. Conter rádio AM/FM, com entradas em USB ou cartão de memória.

Demais itens: jogo de tapetes, tacógrafo e demais itens de série conforme catálogo comercial.

Treinamento: Após a entrega técnica, o contratado deverá ofertar treinamento teórico e prático, com carga horária julgada adequada pelo fabricante ao correto funcionamento do equipamento, aos operadores designados pela contratante, abrangendo todos os aspectos do funcionamento, operação, manutenção preventiva diária, semanal e programada, incluindo a operação e demais rotinas de utilização e manutenção; com entrega de manual de operação;

Manuais de operação: Todos devem ser fornecidos na língua portuguesa do Brasil (pt-BR);

Garantia: padrão do fabricante, não sendo inferior a 12 (doze) meses para itens de fabricação própria e, de acordo com a garantia do respectivo fabricante para componentes adquiridos de terceiros. Os termos de garantia dos componentes fabricados por terceiros devem ser entregues no momento da entrega técnica, apensados em pasta específica, classificados e explicados de forma clara aos operadores e membros indicados pelo Consórcio, estando todos traduzidos para o vernáculo português do Brasil (pt-BR), se for o caso;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



Observação: o veículo deverá ser entregue na empresa que fará a instalação do tanque espargidor - a ser informado em momento oportuno pelo CIM-AMAI - com a medida de chassi adequada para receber o tanque sobre o chassi.

Valor Máximo: R\$ 396.271,00 (trezentos e noventa e seis mil, duzentos e setenta e um reais).

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



**ANEXO III****MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**

(deverá acompanhar Prospecto e ficha Técnica do Equipamento)

Processo Licitatório nº 004/2022 CIM-AMAI

Pregão Presencial nº 004/2022 CIM-AMAI

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO e TELEFONE:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

2 - PREÇO

VALOR UNITÁRIO DO ITEM ____; R\$ _____ (Por extenso).

3 - CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente Licitação.

4 - PRAZO DE ENTREGA

Máximo de 90 (noventa) DIAS.

5 - VALIDADE DA PROPOSTA

60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

Obs.: Nos preços cotados estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta Licitação.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



ANEXO IV

MODELO DE CREDENCIAMENTO

A empresa, inscrito no CNPJ nº, com sede à, neste ato representada pelo(s) diretores ou sócios, com qualificação completa (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador o Senhor (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere amplos poderes para junto ao Consórcio CIM-AMAI, praticar os atos necessários com relação à licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº/2022**, usando dos recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e em especial, para esta licitação.

Local, data

Assinatura e Carimbo

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500





ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE COM OS REQUISITOS
DE HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA)_____, CNPJ nº. , sediada (endereço completo)_____, **DECLARA**, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação no presente **Pregão Presencial nº/2022** e, ainda, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data, _____, ____ de _____ de 2022.

(nome e identidade do representante legal)

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500





ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr. _____, portador da cédula de identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, DECLARA que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos. Por ser verdade, firmamos a presente.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA
QUALIFICAÇÃO

Ao Consórcio CIM-AMAI

Pregão Presencial nº/2022

O signatário da presente, em nome da proponente, declara para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do artigo 32, parágrafo 2º e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Local, de de 2022.

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)

(carteira de identidade número e órgão emissor)

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



**ANEXO VIII -****MINUTA DO CONTRATO**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMAI - CIM-AMAI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 43.109.606/0001-72, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. OSCAR MARTARELLO**, portador da R.G. nº 1692088 SSP/SC e CPF sob o nº 461.817.769-15, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê-SC, denominada para este instrumento particular simplesmente de **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa:

....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º e Inscrição Estadual nº, estabelecida na Rua nº, na cidade de, neste ato representada pelo Sr., inscrito no CPF sob o nº e RG nº, doravante denominado **CONTRATADO**, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 8.883/94 e Lei n.º 9.648/98, firmam o presente que se regerá pelas Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto da licitação é a aquisição Espargidor e Caminhão para Transporte de Espargidor, ambos novos, ano/modelo mínimo 2021, conforme transferência de recursos provenientes do Convênio nº 2022010945 (Programa Transferência) firmado com o Estado de Santa Catarina, de acordo com as especificações constantes no edital e seus anexos, notadamente o termo de referência (anexo I) e especificações técnicas do equipamento (anexo II).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

- 2.1 A Contratada deverá entregar o equipamento, instalar, realizar testes e deixa-lo em perfeito estado de funcionamento, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais condições previstas no edital.
- 2.2 Não será admitido qualquer custo extra referente ao transporte, instalação e testes, sendo que ficará a cargo da empresa vencedora do objeto.
- 2.3 O prazo de entrega do equipamento deverá se dar num prazo máximo de 90 dias após a ordem de faturamento e entrega.
- 2.4 Após a entrega do Equipamento a contratada deverá fornecer entrega técnica abrangendo todos os aspectos do funcionamento, operação, manutenção preventiva e corretiva.
- 2.5 O equipamento deverá ser entregue em endereço e local e indicado na Autorização de Fornecimento.
- 2.6 A empresa contratada é responsável pelo transporte até o local indicado pela contratante;
- 2.7 Os veículos deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação e instalação de no mínimo 12 meses, sem limite de quilometragem de uso, ou se a garantia de fábrica for com prazo superior, considerar-se-á o da superior.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR TOTAL, PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

3.1 O valor total do presente Contrato é de R\$, para constante na cláusula primeira deste termo.

3.2 O pagamento pela execução dos serviços do objeto da presente Licitação será feito em favor da Contratada, mediante depósito ou transferência bancária em sua conta corrente, após as entregas dos serviços, acompanhados da

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



respectiva nota fiscal.

3.3 A execução do objeto deste contrato será mediante o regime de empreitada por preço unitário.

3.4 O pagamento se dará mediante a entrega e instalação do equipamento, nas condições previstas no Termo de Referência do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias após a certificação da Nota Fiscal.

3.5 O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.6 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.7 Este contrato poderá ser revisto para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

3.8 O pedido, fundamentado e devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser encaminhado ao CONTRATANTE, não sendo apreciado o pedido de revisão de preços quando não comprovar o desequilíbrio sofrido.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas para a execução do objeto do presente contrato correrão por conta de dotação orçamentária vigente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1 No caso de atraso injustificado por parte do contratado para o início dos serviços ou para a conclusão final dos serviços, sujeitar-se-á as penalidades previstas no Edital e neste Contrato.

5.2 Pela inexecução total ou parcial do Contrato o CIM-AMAI poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções contratuais: advertência, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, suspensão temporária de participação em Licitação, impedimento de contratar com o CIM-AMAI e com todos os Municípios Consorciados por prazo não superior a 2 (dois) anos e declaração de inidoneidade, nos termos dos artigos 86 e 87, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

5.3 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, implicará na multa de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

5.4 Poderão ainda ser aplicadas as seguintes penalidades:

I- Por atraso ou paralização da execução superior a 10 (dez) dias do prazo de execução dos serviços, fica o CONTRATADO sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato, a ser calculado desde o 11º (décimo primeiro) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.

II- Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, canceladas as ordens de serviços e aplicada multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor do contrato.

III - Dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao CIM-AMAI ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Contratado o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 O presente Contrato poderá ser rescindido, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 O presente Contrato terá vigência de 6(seis) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado a vigência, até o limite legal previsto nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/1994.

CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório Presencial nº 04/2022, Edital de Pregão, na forma Presencial nº 04/2022.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Cumprir todas as exigências constantes do edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência e no Contrato.

9.2 Contatar a equipe técnica do CONTRATANTE, após a assinatura deste instrumento para, em conjunto, definirem a execução dos serviços.

9.3 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.

9.4 Cumprir os prazos estabelecidos, sob pena de multa, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

9.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços e dos fornecimentos sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

9.6 Manter equipe de profissionais especializados e capacitados para a realização de entrega técnica e treinamento, capaz de prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

9.7 Corrigir, alterar e/ou refazer no prazo definido pelo CONTRATANTE os serviços, mesmo que entregues e aceitos, desde que comprovada a existência de vícios de qualidade ou quantidade, alterações da estabilidade que comprometam a sua integridade.

9.8 Assumir inteira responsabilidade civil, penal e administrativa por danos e prejuízos que causar, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.9 A CONTRATADA estará vinculada ao prazo de entrega previsto no Termo de Referência.

9.10 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.11 A inadimplência da CONTRATADA não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

9.12 Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados.

9.13 A CONTRATADA não pode alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



fatos.

9.14 Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua perfeita prestação.

9.15 Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado.

9.16 Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, em especial quanto aos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

9.17 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do Gestor do Contrato inerentes à execução do Objeto contratual, desde que estejam em conformidade com as previsões editalícias, contratuais e legais.

9.18 O não cumprimento do disposto dos itens anteriores facultará ao CONTRATANTE a adoção de medidas objetivando possível rescisão contratual, incorrendo a CONTRATADA, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das demais penalidades legais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 Aplicam-se à execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 É competente o foro da Comarca de Xanxerê-SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavram e assinam, em (3) três vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, obrigando-se por si, seus herdeiros e/ou sucessores a cumpri-los em todos os seus termos.

Local... (SC), de de 2022.

OSCAR MARTARELLO
PRESIDENTE DO CIM-AMAI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ

CONTRATADA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL 05 -2022 - CAMINHÃO E CARROCERIA PARA TRANSPORTE GERAL, DE PESSOAL E DE SINALIZAÇÃO

Publicação Nº 4252111

**PROCESSO LICITATÓRIO nº 005/2022****PREGÃO nº 005/2022 - TIPO PRESENCIAL****1. PREÂMBULO**

- 1.1. **O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMAI - CIM-AMAI**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 43.109.606/0001-72, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000; neste ato representada pelo Presidente, Sr. Oscar Martarello, Prefeito do Município de Xanxerê; torna público para conhecimento dos interessados que na data e local abaixo indicados fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **Menor preço por Item**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

TIPO: Menor Preço por Item;**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** até às 10:15 horas do dia 01/11/2022;**INÍCIO DA SESSÃO:** às 10:30 horas do dia 01/11/2022.**REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília (DF)**LOCAL:** Rua Floriano Peixoto, número 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000.**PREGOEIRO:** Daniel Strada; E-mail: cim-amai@amaisc.org.br; Telefone: (49) 3441-6600.**2. OBJETO**

- 2.1. O objeto da licitação é a aquisição de caminhão e carroceria aberta para transporte geral, de pessoal e de sinalização, ambos novos; conforme transferência de recursos provenientes do Convênio nº 2022010945 (Programa Transferência) firmado com o Estado de Santa Catarina, de acordo com as especificações constantes no edital e seus anexos, notadamente o termo de referência (anexo I) e especificações técnicas do equipamento (anexo II).

- 2.2. Constituem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

- 2.2.1. Anexo I – Termo de Referência;
- 2.2.2. Anexo II - Especificações Técnicas do Equipamento;
- 2.2.3. Anexo III – Modelo de Proposta de Preços;
- 2.2.4. Anexo IV – Carta de Credenciamento;
- 2.2.5. Anexo V – Modelo Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação;
- 2.2.6. Anexo VI – Modelo de Declaração de que não emprega menores de dezoito anos;
- 2.2.7. Anexo VII – Modelo Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação;
- 2.2.8. Anexo VIII – Minuta do Contrato.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.
- 3.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
 - 3.2.1. Não contemplem em seu objeto social o objeto ora licitado;
 - 3.2.2. Estejam constituídos sob a forma de consórcio;
 - 3.2.3. **Estejam cumprindo penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública motivada pelas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei nº 8.666/93;**
 - 3.2.4. Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
 - 3.2.5. O disposto no art. 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações;
 - 3.2.6. Estejam em situação irregular perante as Fazendas: União, Federal, Estadual, INSS e FGTS;
 - 3.2.7. Tenham em seu quadro, empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesseis) anos, efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 3.3. A simples participação na presente licitação implica na aceitação irretratável de todas as normas do Edital.

4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 4.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
 - 4.1.1. Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
 - 4.1.2. Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
 - 4.1.3. Abrir as propostas de preços;
 - 4.1.4. Analisar a aceitabilidade das propostas;
 - 4.1.5. Desclassificar propostas indicando os motivos;
 - 4.1.6. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
 - 4.1.7. Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
 - 4.1.8. Declarar o vencedor;
 - 4.1.9. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
 - 4.1.10. Elaborar a ata da sessão;
 - 4.1.11. Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
 - 4.1.12. Convocar o vencedor para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;
 - 4.1.13. Abrir processo administrativo para apuração de irregularidade visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

5. APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS ENVELOPES

- 5.1. Os envelopes "Proposta de Preços" e "Documentação de Habilitação" deverão ser indevassáveis, fechados e entregues ao **Setor de Jurídico do Consórcio CIM-AMAI**, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo:
 - 5.1.1. **Os envelopes: nº 01 - Proposta e nº 02 - Documentação de Habilitação deverão ser Protocolados no Setor Jurídico do Consórcio CIM-AMAI, situado na Rua Floriano**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



Peixoto, nº 100, Centro, na cidade de Xanxerê-SC, até às 10:15 horas do dia 01 de novembro de 2022.

- 5.2. Se decidirem entregar os envelopes no próprio dia da abertura, os Proponentes deverão comparecer na sede do Consórcio CIM-AMAI, com a necessária antecedência em relação ao prazo indicado no subitem 5.1, não se aceitando justificativas de atraso na entrega dos envelopes devido a problemas de trânsito, fila no Setor Jurídico para protocolo ou de qualquer outra natureza.
- 5.3. Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

CONSÓRCIO CIM-AMAI

CONSÓRCIO CIM-AMAI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2022

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS

ENVELOPE Nº 2 - HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

CNPJ DA PROPONENTE

CNPJ DA PROPONENTE

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

- 6.1. A abertura da sessão pública para o credenciamento do representante legal da licitante e abertura dos envelopes e demais atos dar-se-á às 10:30 horas do dia 01 de novembro de 2022, na sede do Consórcio CIM-AMAI, localizado à Rua Floriano Peixoto, nº 100, centro, na cidade de Xanxerê-SC.

7. DO CREDENCIAMENTO

- 7.1. No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para a representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, os quais deverão ser entregues ao Pregoeiro **fora** dos envelopes, salientamos que os mesmos não serão devolvidos, **em cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original**, conforme abaixo:

7.1.1. Sócio e/ou Proprietário:

- a) Carteira de Identidade ou documento equivalente;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, conforme o caso;
- c) Declarações constantes do item 7.2 e 7.3;
- d) Comprovantes constantes do item 7.4 e 7.5.

7.1.2. Representante:

- a) Carteira de Identidade ou documento;
- b) Procuração ou Carta de Credenciamento, conforme modelo do Anexo IV, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, visando à comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado;
- d) Declarações constantes do item 7.2 e 7.3;
- e) Comprovantes constantes do item 7.4 e 7.5.

- 7.2. Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, conforme o modelo do Anexo V;
- 7.3. Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação, conforme o modelo do Anexo VII.
- 7.4. Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS de que a empresa não está impedida de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.
- 7.5. Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP de que a empresa não sofreu sanções das quais decorra restrição ao direito de participar e de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.
- 7.6. As **microempresas e empresas de pequeno porte**, para ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar juntamente com o Credenciamento:
- I.- Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias, da abertura das propostas.
- 7.6.1. As **MEIs (Microempreendedor Individual)** deverão apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual para ter preferência conforme subitem 7.6.

A participação nas condições previstas neste item implica no reconhecimento de não se encontrar em nenhuma das situações previstas no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06.

- 7.7. *Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, em separado dos envelopes de documentação e proposta;*
- 7.8. A comissão poderá realizar cópias de documentos essenciais ao credenciamento, declarações e autentica-los no momento do credenciamento, respeitando o princípio da livre concorrência e participação no certame;
- 7.9. Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores;
- 7.10. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, **sendo que deverão enviar o Contrato Social e as declarações constantes nos itens 7.2 e 7.3 e comprovantes constantes nos itens 7.4 e 7.5 em envelope separado da Habilitação e Proposta;**
- 7.10.1. Na hipótese de ausência de apresentação das declarações constantes nos itens 7.2 e 7.3, e estando presente o representante legal na sala onde está ocorrendo a sessão e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes específicos inerentes ao presente Pregão, a falta do documento poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato, sendo necessário declarar de próprio punho ou verbalmente registrado em ata.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



7.10.2. A não apresentação da comprovação dos itens 7.4 e 7.5 poderá ser sanada e/ou consultado no momento do credenciamento pelo pregoeiro com base no art. 43, parágrafo 3º da Lei 8.666/93;

7.11. É vedado a uma só pessoa física representar mais de uma empresa neste Pregão.

8. PROPOSTAS DE PREÇOS (envelope 01)

- 8.1. **As propostas de preços (envelope nº 01) deverão ser entregues impressas**, em uma via, com suas páginas rubricadas, e a última **assinada pelo representante legal da empresa**, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, e deverão constar:
- 8.1.1. **Razão social**, endereço, telefone e o CNPJ da proponente;
- 8.1.2. **Nome do titular** ou do representante legalmente constituído com respectiva **assinatura**;
- 8.1.3. **Data**;
- 8.1.4. **Preço unitário** por item/quantidade, grafado em algarismos, com duas casas decimais após a vírgula; em moeda brasileira corrente;
- 8.1.5. **Marca de cada item ofertado**. Quando a marca identificar a empresa participante, este campo deverá ser preenchido como “marca própria”;
- 8.1.6. **Conter prazo de entrega** do equipamento, não podendo ser superior a 90 (noventa) dias.

Nota 1: Nos preços propostos, a inclusão de todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, encargos sociais e inclusive as despesas de transporte do equipamento para entrega e instalação, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta Licitação.

8.2. As propostas financeiras deverão respeitar como limite máximo aqueles estipulados no Anexo I;

- 8.2.1. Serão desclassificadas as propostas que ultrapassarem o valor máximo estipulado no Anexo I.

Nota 2: na hipótese da proposta não estar rubricada e assinada, conforme exigido no subitem 8.1, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo aberto os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes específicos inerentes ao presente Pregão, a falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato.

9. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS E DO JULGAMENTO:

- 9.1. Somente serão aceitas as propostas cujos preços unitários ofertados não excedam o limite estimado pelo Consórcio, que é aquele descrito no Anexo I;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 9.2. O julgamento será realizado em conformidade com o Edital e as Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar 123/06 e demais normas pertinentes levando-se em conta, interesse do Serviço Público, os critérios de "**MENOR PREÇO POR ITEM**".
- 9.3. Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital e contiverem omissões, rasuras, entrelinhas ou forem ilegível, bem como com preços unitários superestimados ou inexequíveis, de acordo com os subitens anteriores;
- 9.4. Os quantitativos e valores indicados no Anexo I correspondem à média dos praticados no mercado e foram apurados para o efeito de estimar-se o valor objeto em licitação;
- 9.5. Nos preços propostos deverão constar e serem computadas todas as despesas, indispensáveis à realização do serviço, inclusive consumo de combustível, materiais de expediente, mão-de-obra, materiais, transporte dos materiais, encargos das leis sociais e quaisquer despesas acessórias e necessárias, não especificadas neste Edital, e relativo aos trabalhos, objeto desta licitação;
- 9.6. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a execução de todo o serviço, objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional quando devida e erro ou má interpretação de parte da proponente;
- 9.7. Quando todas as propostas forem desclassificadas, o órgão ou entidade poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de outras, escoimadas das causas referidas no subitem anterior.

10. DA VALIDADE DA PROPOSTA

- 10.1. As propostas apresentadas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de seu envio, de acordo com art. 6º da Lei nº 10.520/2002;
- 10.2. Os prazos de validade da proposta apresentados que, porventura, diverjam do determinado no subitem 10.1 serão desconsiderados, prevalecendo o prazo previsto no subitem acima.

11. DA HABILITAÇÃO (envelope 02):

I. REGULARIDADE JURÍDICA:

- a) Cópia do **Contrato Social e Alterações posteriores**, ou Cópia da última Alteração Consolidada (desde que conste o objeto social do contrato) registrados na Junta Comercial do Estado ou Registro Comercial para empresa individual e no caso de Sociedade por Ações o Ato Constitutivo acompanhado da Ata da Assembleia que elegeu a diretoria em exercício.
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
Obs: Caso o licitante tenha apresentado o Contrato Social no credenciamento, o mesmo fica dispensado do referido documento no envelope de habilitação.
- c) Declaração de que não emprega menores de dezoito anos, conforme anexo VI.
- d) Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação, conforme anexo VII.

II. REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- b) Certidão negativa de débitos perante a Fazenda Nacional, relativos a tributos e contribuições Federais;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- c) Prova de regularidade para com a Fazenda **Estadual**, relativo ao ICMS Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços;
- d) Prova de regular situação perante a Fazenda Pública **Municipal** do domicílio ou sede da licitante;
- e) Certidão Negativa de Débitos **Trabalhistas (CNDT)**;
- f) Certidão negativa de Falência e Concordata, fornecida pela Comarca do Tribunal de Justiça do Estado;
- g) Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS de que a empresa não está impedida de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.
- h) Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP de que a empresa não sofreu sanções das quais decorra ao direito de participar e de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.

III. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Comprovante de aptidão (em nome do Licitante) para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da Licitação, mediante apresentação de atestado emitido por entidade pública ou empresa privada (com identificação do emitente, descrição do objeto executado e assinada por pessoa devidamente identificada, hábil a responder em nome do emitente), indicando que a proponente tenha executado/fornecido objeto com características semelhantes ao objeto deste Edital, de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência e no anexo II deste Edital;
- b) Prospecto do(s) veículo(s) ofertado(s), contendo todas as informações exigidas nas especificações técnicas descritas no termo de referência para cada item;
- c) Carta de Exclusividade ou Contrato entre a concessionária/Autorizada e o fabricante;
- d) Relação das Unidades credenciadas como prestadores de serviços de manutenção rotineira, revisões periódicas, ou serviços técnicos acionados por chamados afins, com capacidade de atendimento na região oeste do Estado de Santa Catarina, mediante apresentação dos respectivos cartões de CNPJ e contratos de prestação de assistência técnica com o fabricante;
- e) Declaração do representante legal da empresa, de que a marca da máquina ou equipamento ofertado é a mesma marca do fabricante da máquina ou equipamento.

- 11.1. Se o licitante for à **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for à **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante da licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstos **neste item**.

12. SESSÃO DO PREGÃO

- 12.1. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro declarará aberta à sessão do PREGÃO, oportunidade em que não mais aceitará novo proponente, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



12.2. Da Classificação das Propostas

- 12.2.1. O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes que contêm a proposta Financeira avaliando o cumprimento das condições exigidas no edital.
- 12.2.2. O Pregoeiro classificará o autor da proposta de **menor preço por item** e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.
- 12.2.3. Se não houver, no mínimo 3 (três) propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.
- 12.2.4. Caso duas ou mais propostas comerciais em igualdade de condições fiquem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.
- 12.2.5. A Licitante que desistir de sua proposta escrita está sujeita às sanções administrativas previstas nestas Instruções.

12.3. Dos Lances Verbais

- 12.3.1. As licitantes classificadas terão a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, com valores distintos e decrescentes, a partir da proposta financeira classificada de maior valor e os demais lances, em ordem decrescente de valor, podendo o pregoeiro, definir no momento, lances mínimos;
- 12.3.2. Para a formulação de lances, poderá ser concedido tempo para o atendimento a eventuais necessidades de avaliação e de consulta à empresa pelo seu representante, por meio de telefone ou outros meios disponíveis;
- 12.3.3. Na hipótese em que houver mais de uma proposta igual de menor valor por item, sem que tenha havido oferta de lances verbais, a ordem de classificação dar-se-á mediante novo sorteio a ser realizado, na mesma sessão pública, pelo Pregoeiro;
- 12.3.4. **Não poderá haver desistência dos lances ofertados**, sujeitando-se a Licitante desistente às penalidades legais e às sanções administrativas previstas nestas Instruções;
- 12.3.5. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas;
- 12.3.6. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita e o valor estimado para a contratação;
- 12.3.7. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, será assegurada às microempresas e às empresas de pequeno porte, **que comprovarem tal situação**, como critério de desempate, preferência de contratação desde que as propostas apresentadas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço ofertado na fase de lances, observado o seguinte procedimento:
 - i. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor preço, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após a convocação do Pregoeiro, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- ii. Não ocorrendo a contratação na forma do subitem “i”, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que se enquadrem na hipótese do subitem “i”, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- iii. A não-contratação nos termos previstos no subitem “i”, ensejará a adjudicação do objeto licitado em favor da proposta originalmente vencedora;
- iv. O disposto no subitem “i” somente será aplicado quando o melhor preço ofertado na fase de lances não houver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte.

12.3.8. Aos proponentes vencedores não será necessário o envio de nova proposta readequando os valores de acordo com os lances, tal readequação será feita EXCLUSIVAMENTE pelo sistema utilizado pelo Consórcio CIM-AMAI.

12.4. Do Julgamento

- 12.4.1. O critério de julgamento será exclusivamente o de **Menor preço por item** ofertado.
- 12.4.2. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- 12.4.3. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.
- 12.4.4. Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.
- 12.4.5. Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.
- 12.4.6. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis para a regularização da documentação, conforme prevê o § 1º e 2º do Art. 43 da Lei Complementar nº 123/06, de 14 de dezembro de 2006.
- 12.4.7. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.
- 12.4.8. Se a oferta não for aceitável ou se a Licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação da habilitação da Licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as Instruções, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.
- 12.4.9. Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro poderá negociar para que seja obtido um melhor preço.
- 12.4.10. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio, e pelos licitantes.
- 12.4.11. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o Pregoeiro devolverá, aos licitantes, julgados desclassificados no certame, os envelopes “**Documentação de Habilitação**” inviolados, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



13. DA IMPUGNAÇÃO E DO RECURSO ADMINISTRATIVO

- 13.1. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar este edital, mediante protocolo na sede do Consórcio CIM-AMAI.
- 13.2. Os recursos/impugnações ao edital também poderão ser encaminhados por correio, desde que atendam ao prazo descrito no item 13.1.
- 13.3. Não serão aceitos recursos/impugnações ao edital enviado por fax e/ou email.
- 13.4. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 13.5. O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 13.6. Não serão admitidos recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela Licitante.
- 13.7. **A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.**
- 13.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.9. O resultado do recurso será divulgado mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios.

14. ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 14.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Competente.
- 14.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará a adjudicação e determinará a contratação, no prazo previsto neste edital.

15. DO PAGAMENTO

- 15.1. O pagamento será precedido da Nota Fiscal, consistindo em documento obrigatório.
- 15.2. Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à licitante para as devidas correções.
- 15.3. O pagamento ocorrerá mediante depósito ou transferência bancária em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.
- 15.4. A execução do objeto será mediante o regime de empreitada por preço unitário.
- 15.5. O pagamento será realizado em parcela única, no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega, instalação e pleno funcionamento do equipamento licitado.
- 15.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 15.7. Eventuais variações de preços dos equipamentos durante a execução do contrato não darão ensejo a qualquer aditivo contratual, devendo a proposta contemplar eventuais riscos relativos à flutuação dos preços.

16. DA VIGÊNCIA

16.1 O Contrato oriundo do Processo terá sua vigência de 12 (doze) meses contados a partir da sua publicação por extrato no órgão oficial, podendo ser prorrogado a vigência, até o limite legal previsto nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/1994.

17. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

- 17.1. O fornecedor obriga-se a entregar o(s) equipamento(s) licitado(s) em que foi declarado vencedor, no prazo máximo **de 90 (noventa) dias**, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento;
- 17.2. Endereço do local de entrega do objeto deste edital: **Município de Xanxerê, endereço a combinar.**

18. DAS OBRIGAÇÕES

18.1. DA CONTRATADA:

- 18.1.1. Cumprir todas as exigências constantes do edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência e no Contrato.
- 18.1.2. Contatar a equipe técnica do CONTRATANTE, após a assinatura deste instrumento para, em conjunto, definirem a execução dos serviços, entrega e instalação do equipamento.
- 18.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.
- 18.1.4. Cumprir os prazos estabelecidos, sob pena de multa, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.
- 18.1.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços e dos fornecimentos sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
- 18.1.6. Manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.
- 18.1.7. Corrigir, alterar e/ou refazer no prazo definido pelo CONTRATANTE os serviços, mesmo que entregues e aceitos, desde que comprovada a existência de vícios de qualidade ou quantidade, alterações da estabilidade que comprometam a sua integridade.
- 18.1.8. Assumir inteira responsabilidade civil, penal e administrativa por danos e prejuízos que causar, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- 18.1.9. A CONTRATADA estará vinculada ao prazo de entrega previsto no Termo de Referência.
- 18.1.10. Adotar medidas, padrões de segurança de acesso e de integridade dos dados. Procedimentos especiais de segurança serão objeto de acordo específico entre as partes.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 18.1.11. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal nº 8.666/93. A inadimplência da CONTRATADA não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.
- 18.1.12. Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados.
- 18.1.13. A CONTRATADA não pode alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos.
- 18.1.14. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua perfeita prestação.
- 18.1.15. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do CONTRATANTE.
- 18.1.16. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado.
- 18.1.17. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, em especial quanto aos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- 18.1.18. Repassar ao Contratante todas as vantagens promocionais oferecidas pelo fabricante dos softwares, que impactem no objeto do contrato firmado, bem como disponibilizar acesso à documentação comprobatória destas vantagens.
- 18.1.19. Designar representante comercial e representante técnico para atendimento. Ambos devem ser pertencentes ao quadro próprio da Contratada.
- 18.1.20. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do Objeto, devendo orientar seus empregados nesse sentido.
- 18.1.21. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do Gestor do Contrato inerentes à execução do Objeto contratual, desde que estejam em conformidade com as previsões editalícias, contratuais e legais.
- 18.1.22. A não cumprimento do disposto dos itens anteriores facultará ao CONTRATANTE a adoção de medidas objetivando possível rescisão contratual, incorrendo a CONTRATADA, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das demais penalidades legais.
- 18.2. DA CONTRATANTE:**
- 18.2.1. Apresentar Autorização de Fornecimento, especificando o prazo e o local de entrega;
- 18.2.2. Efetuar o pagamento conforme definido no Edital, mediante apresentação da Nota Fiscal, desde que, atendidas as demais exigências estabelecidas neste Edital;
- 18.2.3. Fiscalizar a entrega.
- 18.2.4. O Fiscal do Contrato deverá comunicar qualquer irregularidade dos objetos não condizentes com o Edital.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



19. DAS PENALIDADES:

- 19.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Consórcio CIM-AMAI, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui estabelecidas.
- 19.2. O descumprimento total ou parcial do contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades:
 - 19.2.1. Advertência;
 - 19.2.2. Multa:
 - a) No caso de não cumprimento do prazo de prestação de serviços do objeto, será aplicável à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 5% do valor contratual;
 - b) Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Consórcio CIM-AMAI poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo nº 87 da Lei nº 8.666/93, sendo que no caso de multa esta corresponderá a 10% sobre o valor total do contrato, limitada a 10% do valor contratual.
 - c) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratual quando a contratada ceder o contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização da contratante, devendo reassumir o contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;
- 19.3. Suspensão do direito de participar em licitações/contratos de qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 19.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com órgãos da administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;
- 19.5. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

20. DAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

- 20.1. Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre o presente **Edital** serão prestadas pelo Pregoeiro, podendo ser encontrado na sede do CIM-AMAI ou através do e-mail cim-amai@amaisc.org.br ou pelo telefone (49) 3441-6600, informando o número da licitação, nos dias úteis, das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:30 horas.
- 20.2. Informações complementares referentes ao item licitado serão prestadas pelo Sr. Daniel Strada, também pelo fone (49) 3441-6600.

21. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO:

- 21.1. O Consórcio CIM-AMAI designa como:
- 21.2. **Fiscal deste Edital**, o Sr. **Rivael Sander Freschi**, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos e procedimentais, e para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 21.3. As exigências e a atuação da fiscalização pelo **CONTRATANTE** em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 22.1. As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame, correrão por conta de dotação orçamentária vigente.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1. Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil de expediente normal do Consórcio CIM-AMAI, subsequente as ora fixados.
- 23.2. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.
- 23.3. Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas de Preços como dos Documentos de Habilitação apresentados na Sessão.
- 23.4. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
- 23.5. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela depois de aberta a sessão do pregão.
- 23.6. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos conforme previsto no parágrafo 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.
- 23.7. É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento.
- 23.8. A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.
- 23.9. O Pregoeiro, no interesse do Consórcio, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação sendo possível à promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 23.10. Os preços não serão reajustados, salvo as situações previstas na forma da lei, observadas as disposições previstas no contrato.

Xanxerê-SC, 14 de outubro de 2022.

OSCAR MARTARELLO
Presidente do Consórcio CIM-AMAI
Prefeito do Município de Xanxerê
CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

INTRODUÇÃO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMAI - CIM-AMAI, é um consórcio público, constituído na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 43.109.606/0001-72, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000; na forma da Lei Federal nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto Federal nº 6.017/07).

OBJETO

O objeto da licitação é a aquisição de caminhão e carroceria aberta para transporte geral, de pessoal e de sinalização, ambos novos; conforme transferência de recursos provenientes do Convênio nº 2022010945 (Programa Transferência) firmado com o Estado de Santa Catarina, de acordo com as especificações constantes no edital e seus anexos, notadamente neste termo de referência e especificações técnicas do equipamento (anexo II).

JUSTIFICATIVA

Esta licitação esta pautada no amplo diálogo entre o Governo Estadual de Santa Catarina e os municípios associados ao CIM-AMAI que anuíram com o programa da Usina de Asfalto, com a identificação das necessidades da região, objetivando a viabilização da correta operação de uma usina de asfalto, dentro das normas e condicionantes técnicas e ambientais e de serviço de pavimentação asfáltica, com capacidade de fornecer e produzir asfalto para dar condições de trafegabilidade, melhorar e manter vias de acesso de infraestrutura rural e urbana, contribuindo no desenvolvimento sócio econômico da região.

VALORES REFERENCIAIS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

Os valores referenciais para contratação são demonstrados no Quadro de Serviços e representam o valor unitário máximo tolerado para cada item baseado em pesquisa de mercado.

Item	Aquisição dos Equipamentos	Unidade	Qtd e.	Total Máximo do item
01	Caminhão Cabine Dupla/Estendida, para transporte geral, de pessoal e de sinalização; Tração 4X2, novo, zero quilômetro, mínimo 4,2 Toneladas; consoante termo de especificações mínimas delineadas no anexo II deste edital.	Unidade	01	R\$ 390.221,29
02	Carroceria Aberta para Transporte Geral, de Pessoal e de Sinalização; consoante termo de especificações	Unidade	01	R\$ 46.686,67

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



	mínimas delineadas no anexo II deste edital.			
--	--	--	--	--

O valor acima foi extraído através de orçamentos realizados com empresas do ramo, o qual foi realizado a média entre os valores, sendo definido como preço máximo para a apresentação de proposta de preço.

DA EXECUÇÃO E ENTREGA

A Contratada deverá entregar o equipamento, instalar, realizar testes e deixa-lo em perfeito estado de funcionamento, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais condições previstas no edital.

Não será admitido qualquer custo extra referente ao transporte, instalação e testes, sendo que ficará a cargo da empresa vencedora do objeto.

O prazo de entrega do equipamento e instalação deverá se dar num prazo máximo de 90 dias após a ordem de faturamento e entrega.

Após a entrega do Equipamento a contratada deverá fornecer entrega técnica abrangendo todos os aspectos do funcionamento, operação, manutenção preventiva e corretiva.

O equipamento deverá ser entregue em endereço e local e indicado na Autorização de Fornecimento.

A empresa contratada é responsável pelo transporte até o local indicado pela contratante;

O objeto desta licitação deverá possuir garantia de no mínimo 12 meses, sem limite de horas de uso.

No período de garantia, os serviços de assistência técnica serão efetuados e o problema solucionado num prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da solicitação/notificação oficial.

Se a Contratada não puder atender dentro do prazo estabelecido, justificará e comprovará por escrito os motivos, ficando a prorrogação por mais 10 (dez) dias úteis (máximo) condicionada à aceitação do Contratante.

A Contratada deverá prestar assistência técnica e demais assessoramentos necessários ao recebimento, uso e manutenção da máquina. Deverá garantir o fornecimento de peças sobressalentes e componentes da máquina e componentes (originais ou genuínas), durante o período de 10 (dez) anos, a partir da data da assinatura do termo de recebimento definitivo do veículo ou equipamento.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Entregar os veículos conforme requisitos e especificações determinadas no Termo de Referência.

Manter equipe de profissionais especializados e capacitados para a realização de entrega técnica e treinamento, capaz de prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



Substituir, sempre que exigido pelo Contratante e independentemente de justificativa por parte deste, qualquer empregado, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse público. Submeter à apreciação e à aprovação prévia do Contratante qualquer serviço adicional que entenda que deva ser executado.

Prestar sempre que solicitado, esclarecimento de dúvidas relacionadas à prestação dos serviços e às funcionalidades da solução.

Manter informado o técnico do Contratante, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.

Guardar sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham a ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas, respondendo contratual e legalmente pela inobservância deste item.

MEDIDAS ACAUTELADORAS

A Administração Pública pode, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, podendo haver retenção de pagamento se a Contratada incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a execução dos serviços.

É expressamente proibida a contratação de agente público, ou de familiar, vinculado ao CONTRATANTE, para a execução dos serviços mencionados neste documento.

Xanxerê-SC, 14 de outubro de 2022.

OSCAR MARTARELLO
Presidente do Consórcio CIM-AMAI
Prefeito do Município de Xanxerê

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO

ITEM 1 (1 UNIDADE) - CAMINHÃO CABINE DUPLA / ESTENDIDA; PARA TRANSPORTE GERAL, DE PESSOAL E DE SINALIZAÇÃO; CONFORME CARACTERÍSTICA MÍNIMAS:

Caminhão cabine dupla/estendida ou complementar, Novo, zero quilometro, ano de fabricação mínimo 2021, tração 4x2, com 4 portas, cor branca.

Motor: à diesel mínimo 4 cilindros, potência igual ou superior a 125kw, torque máximo igual ou superior a 430Nm, Padrão de emissões de poluentes Proconve P-7.

Observação: motor deve ser fabricado pelo mesmo fabricante do equipamento.

Direção: elétrica, hidráulica ou eletro-hidráulica.

Câmbio: manual, automático ou automatizado, com 6 marchas a frente e uma a ré.

Freios: Freios de serviço a tambor, Freios anti-bloqueio ABS, distribuição eletrônica de frenagem EBD ou equivalente.

Chassi: com longarina reta de perfil tipo escada;

Capacidade: peso bruto total igual ou superior a 4,2 toneladas.

Rodas e Pneus: Pneus novos condizentes com as dimensões do caminhão e especificação do modelo.

Dimensões: Cabine curta, estendida ou complementar, teto baixo, capacidade no mínimo 5 (dois) ocupantes (motorista mais 4 passageiros).

Sistema de segurança: Equipado com sonoro de marcha ré e cinto de segurança com três pontos.

Iluminação: sistema de luzes estroboscópicas

Conforto: Ar condicionado, controle elétrico dos vidros e travas das portas, assento ergonômico do motorista com suspensão de ar. Conter rádio AM/FM, com entradas em USB ou cartão de memória.

Demais itens: jogo de tapetes, tacógrafo e demais itens de série conforme catálogo comercial, giroflex instalado no teto, na cor laranja.

Entrega técnica: A entrega técnica deverá ser realizada juntamente da entrega do equipamento, devendo ser agendada anteriormente e ser realizada por técnico especializado e capacitado indicando todas as funcionalidades do equipamento (caminhão e equipamento de pintura), e detalhes técnicos de manuseio e manutenção preventiva do equipamento.

Treinamento: Após a entrega técnica, o contratado deverá ofertar treinamento teórico e prático, com carga horária julgada adequada pelo fabricante ao correto funcionamento do equipamento, aos operadores designados pela contratante, abrangendo todos os aspectos do funcionamento, operação, manutenção preventiva diária, semanal e programada, incluindo a operação e demais rotinas de utilização e manutenção; com entrega de manual de operação;

Manuais de operação: Todos devem ser fornecidos na língua portuguesa do Brasil (pt-BR);

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



Garantia: padrão do fabricante, não sendo inferior a 12 (doze) meses para itens de fabricação própria e, de acordo com a garantia do respectivo fabricante para componentes adquiridos de terceiros. Os termos de garantia dos componentes fabricados por terceiros devem ser entregues no momento da entrega técnica, apensados em pasta específica, classificados e explicados de forma clara aos operadores e membros indicados pelo Consórcio, estando todos traduzidos para a língua portuguesa do Brasil (PT-BR), se for o caso;

Observação: o veículo deverá ser entregue na empresa que fará a instalação da CARROCERIA ABERTA.

Valor Máximo: R\$ 390.221,29 (trezentos e noventa mil, duzentos e vinte e um reais e vinte e nove centavos).

ITEM 2 (1 UNIDADE) - CARROCERIA ABERTA PARA TRANSPORTE GERAL, DE PESSOAL E SINALIZAÇÃO; CONFORME CARACTERÍSTICA MÍNIMAS:

Equipamento Novo; Carroceria metálica tipo “uso geral”; com fundo metálico, tampas laterais e traseira metálicas; “malhal” metálico na altura da cabina; pintura de segurança nas tampas laterais e traseira; com as seguintes medidas de referência: comprimento 4.500 mm externo; largura 2.300 mm externo; altura das tampas 500 mm; assoalho em chapa xadrez 3,00mm; Para-lamas com badanas; Dispositivos para amarração de carga; Para-choque traseiro móvel; Protetores laterais em alumínio (ciclistas);

Faixas refletivas laterais; Pintura em tintas PU na cor branca; Caixa ferramenta em PVC; Certificado de Adequação a Legislação de Trânsito (CAT) do Inmetro, conforme legislação;

Garantia mínima de 12 meses.

Observação: As medidas finais devem ser confirmadas com a direção do Consórcio, mediante o resultado da seleção do item “CAMINHÃO PARA TRANSPORTE GERAL, DE PESSOAL E DE SINALIZAÇÃO”, constante neste edital.

Valor Máximo: 46.686,67 (quarenta e seis mil, seiscentos e oitenta e seis mil reais e sessenta e sete centavos).

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500

**ANEXO III****MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**

(deverá acompanhar Prospecto e ficha Técnica do Equipamento)

Processo Licitatório nº 005/2022 CIM-AMAI

Pregão Presencial nº 005/2022 CIM-AMAI

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO e TELEFONE:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

2 - PREÇO

VALOR UNITÁRIO DO ITEM ____; R\$ _____ (Por extenso).

3 - CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente Licitação.

4 - PRAZO DE ENTREGA

Máximo de 90 (noventa) DIAS.

5 - VALIDADE DA PROPOSTA

60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

Obs.: Nos preços cotados estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta Licitação.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



ANEXO IV

MODELO DE CREDENCIAMENTO

A empresa, inscrito no CNPJ nº, com sede à, neste ato representada pelo(s) diretores ou sócios, com qualificação completa (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador o Senhor (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere amplos poderes para junto ao Consórcio CIM-AMAI, praticar os atos necessários com relação à licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº/2022**, usando dos recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e em especial, para esta licitação.

Local, data

Assinatura e Carimbo

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500





ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE COM OS REQUISITOS
DE HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA)_____, CNPJ nº. , sediada (endereço completo)_____, **DECLARA**, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação no presente **Pregão Presencial nº/2022** e, ainda, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data, _____, ____ de _____ de 2022.

(nome e identidade do representante legal)

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr. _____, portador da cédula de identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, DECLARA que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos. Por ser verdade, firmamos a presente.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA
QUALIFICAÇÃO

Ao Consórcio CIM-AMAI

Pregão Presencial nº/2022

O signatário da presente, em nome da proponente , declara para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do artigo 32, parágrafo 2º e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Local, de de 2022.

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)

(carteira de identidade número e órgão emissor)

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



ANEXO VIII -

MINUTA DO CONTRATO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMAI - CIM-AMAI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 43.109.606/0001-72, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. OSCAR MARTARELLO**, portador da R.G. nº 1692088 SSP/SC e CPF sob o nº 461.817.769-15, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê-SC, denominada para este instrumento particular simplesmente de **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa:

....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º e Inscrição Estadual nº, estabelecida na Rua nº, na cidade de, neste ato representada pelo Sr., inscrito no CPF sob o nº e RG nº, doravante denominado **CONTRATADO**, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 8.883/94 e Lei n.º 9.648/98, firmam o presente que se regerá pelas Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto da licitação é a aquisição de caminhão e carroceria aberta para transporte geral, de pessoal e de sinalização, ambos novos; conforme transferência de recursos provenientes do Convênio nº 2022010945 (Programa Transferência) firmado com o Estado de Santa Catarina, de acordo com as especificações constantes no edital e seus anexos, notadamente o termo de referência (anexo I) e especificações técnicas do equipamento (anexo II).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

- 2.1 A Contratada deverá entregar o equipamento, instalar, realizar testes e deixa-lo em perfeito estado de funcionamento, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais condições previstas no edital.
- 2.2 Não será admitido qualquer custo extra referente ao transporte, instalação e testes, sendo que ficará a cargo da empresa vencedora do objeto.
- 2.3 O prazo de entrega do equipamento deverá se dar num prazo máximo de 90 dias após a ordem de faturamento e entrega.
- 2.4 Após a entrega do Equipamento a contratada deverá fornecer entrega técnica abrangendo todos os aspectos do funcionamento, operação, manutenção preventiva e corretiva.
- 2.5 O equipamento deverá ser entregue em endereço e local e indicado na Autorização de Fornecimento.
- 2.6 A empresa contratada é responsável pelo transporte até o local indicado pela contratante;
- 2.7 Os veículos deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação e instalação de no mínimo 12 meses, sem limite de quilometragem de uso, ou se a garantia de fábrica for com prazo superior, considerar-se-á o da superior.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR TOTAL, PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

3.1 O valor total do presente Contrato é de R\$, para constante na cláusula primeira deste termo.

3.2 O pagamento pela execução dos serviços do objeto da presente Licitação será feito em favor da Contratada, mediante depósito ou transferência bancária em sua conta corrente, após as entregas dos serviços, acompanhados da

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



respectiva nota fiscal.

3.3 A execução do objeto deste contrato será mediante o regime de empreitada por preço unitário.

3.4 O pagamento se dará mediante a entrega e instalação do equipamento, nas condições previstas no Termo de Referência do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias após a certificação da Nota Fiscal.

3.5 O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.6 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.7 Este contrato poderá ser revisto para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

3.8 O pedido, fundamentado e devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser encaminhado ao CONTRATANTE, não sendo apreciado o pedido de revisão de preços quando não comprovar o desequilíbrio sofrido.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas para a execução do objeto do presente contrato correrão por conta de dotação orçamentária vigente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1 No caso de atraso injustificado por parte do contratado para o início dos serviços ou para a conclusão final dos serviços, sujeitar-se-á as penalidades previstas no Edital e neste Contrato.

5.2 Pela inexecução total ou parcial do Contrato o CIM-AMAI poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções contratuais: advertência, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, suspensão temporária de participação em Licitação, impedimento de contratar com o CIM-AMAI e com todos os Municípios Consorciados por prazo não superior a 2 (dois) anos e declaração de inidoneidade, nos termos dos artigos 86 e 87, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

5.3 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, implicará na multa de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

5.4 Poderão ainda ser aplicadas as seguintes penalidades:

I- Por atraso ou paralização da execução superior a 10 (dez) dias do prazo de execução dos serviços, fica o CONTRATADO sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato, a ser calculado desde o 11º (décimo primeiro) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.

II- Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, canceladas as ordens de serviços e aplicada multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor do contrato.

III - Dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao CIM-AMAI ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Contratado o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 O presente Contrato poderá ser rescindido, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 O presente Contrato terá vigência de 6(seis) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado a vigência, até o limite legal previsto nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/1994.

CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório Presencial nº 05/2022, Edital de Pregão, na forma Presencial nº 05/2022.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Cumprir todas as exigências constantes do edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência e no Contrato.

9.2 Contatar a equipe técnica do CONTRATANTE, após a assinatura deste instrumento para, em conjunto, definirem a execução dos serviços.

9.3 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.

9.4 Cumprir os prazos estabelecidos, sob pena de multa, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

9.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços e dos fornecimentos sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

9.6 Manter equipe de profissionais especializados e capacitados para a realização de entrega técnica e treinamento, capaz de prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

9.7 Corrigir, alterar e/ou refazer no prazo definido pelo CONTRATANTE os serviços, mesmo que entregues e aceitos, desde que comprovada a existência de vícios de qualidade ou quantidade, alterações da estabilidade que comprometam a sua integridade.

9.8 Assumir inteira responsabilidade civil, penal e administrativa por danos e prejuízos que causar, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.9 A CONTRATADA estará vinculada ao prazo de entrega previsto no Termo de Referência.

9.10 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.11 A inadimplência da CONTRATADA não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

9.12 Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados.

9.13 A CONTRATADA não pode alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



fatos.

9.14 Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua perfeita prestação.

9.15 Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado.

9.16 Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, em especial quanto aos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

9.17 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do Gestor do Contrato inerentes à execução do Objeto contratual, desde que estejam em conformidade com as previsões editalícias, contratuais e legais.

9.18 O não cumprimento do disposto dos itens anteriores facultará ao CONTRATANTE a adoção de medidas objetivando possível rescisão contratual, incorrendo a CONTRATADA, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das demais penalidades legais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 Aplicam-se à execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 É competente o foro da Comarca de Xanxerê-SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavram e assinam, em (3) três vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, obrigando-se por si, seus herdeiros e/ou sucessores a cumpri-los em todos os seus termos.

Local... (SC), de de 2022.

OSCAR MARTARELLO
PRESIDENTE DO CIM-AMAI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ

CONTRATADA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL 06 -2022 - CAMINHÃO E EQUIPAMENTO PARA PINTURA DE SINALIZAÇÃO

Publicação Nº 4252113

**PROCESSO LICITATÓRIO nº 006/2022****PREGÃO nº 006/2022 - TIPO PRESENCIAL****1. PREÂMBULO**

- 1.1. **O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMAI - CIM-AMAI**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 43.109.606/0001-72, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000; neste ato representada pelo Presidente, Sr. Oscar Martarello, Prefeito do Município de Xanxerê; torna público para conhecimento dos interessados que na data e local abaixo indicados fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **Menor preço por Item**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

TIPO: Menor Preço por Item;**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** até às 13:45 horas do dia 01/11/2022;**INÍCIO DA SESSÃO:** às 14:00 horas do dia 01/11/2022.**REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília (DF)**LOCAL:** Rua Floriano Peixoto, número 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000.**PREGOEIRO:** Daniel Strada; E-mail: cim-amai@amaisc.org.br; Telefone: (49) 3441-6600.**2. OBJETO**

- 2.1. O objeto da licitação é a aquisição de Caminhão e Equipamento para pintura de sinalização, ambos novos, ano/modelo mínimo 2021, conforme transferência de recursos provenientes do Convênio nº 2022010945 (Programa Transferência) firmado com o Estado de Santa Catarina, de acordo com as especificações constantes no edital e seus anexos, notadamente o termo de referência (anexo I) e especificações técnicas do equipamento (anexo II).

- 2.2. Constituem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

- 2.2.1. Anexo I – Termo de Referência;
- 2.2.2. Anexo II - Especificações Técnicas do Equipamento;
- 2.2.3. Anexo III – Modelo de Proposta de Preços;
- 2.2.4. Anexo IV – Carta de Credenciamento;
- 2.2.5. Anexo V – Modelo Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação;
- 2.2.6. Anexo VI – Modelo de Declaração de que não emprega menores de dezoito anos;
- 2.2.7. Anexo VII – Modelo Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação;
- 2.2.8. Anexo VIII – Minuta do Contrato.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.
- 3.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
 - 3.2.1. Não contemplem em seu objeto social o objeto ora licitado;
 - 3.2.2. Estejam constituídos sob a forma de consórcio;
 - 3.2.3. **Estejam cumprindo penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública motivada pelas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei nº 8.666/93;**
 - 3.2.4. Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
 - 3.2.5. O disposto no art. 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações;
 - 3.2.6. Estejam em situação irregular perante as Fazendas: União, Federal, Estadual, INSS e FGTS;
 - 3.2.7. Tenham em seu quadro, empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesseis) anos, efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 3.3. A simples participação na presente licitação implica na aceitação irretratável de todas as normas do Edital.

4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 4.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
 - 4.1.1. Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
 - 4.1.2. Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
 - 4.1.3. Abrir as propostas de preços;
 - 4.1.4. Analisar a aceitabilidade das propostas;
 - 4.1.5. Desclassificar propostas indicando os motivos;
 - 4.1.6. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
 - 4.1.7. Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
 - 4.1.8. Declarar o vencedor;
 - 4.1.9. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
 - 4.1.10. Elaborar a ata da sessão;
 - 4.1.11. Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
 - 4.1.12. Convocar o vencedor para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;
 - 4.1.13. Abrir processo administrativo para apuração de irregularidade visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

5. APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS ENVELOPES

- 5.1. Os envelopes "Proposta de Preços" e "Documentação de Habilitação" deverão ser indevassáveis, fechados e entregues ao **Setor de Jurídico do Consórcio CIM-AMAI**, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo:
 - 5.1.1. **Os envelopes: nº 01 - Proposta e nº 02 - Documentação de Habilitação deverão ser Protocolados no Setor Jurídico do Consórcio CIM-AMAI, situado na Rua Floriano**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



Peixoto, nº 100, Centro, na cidade de Xanxerê-SC, até às 13:45 horas do dia 01 de novembro de 2022.

- 5.2. Se decidirem entregar os envelopes no próprio dia da abertura, os Proponentes deverão comparecer na sede do Consórcio CIM-AMAI, com a necessária antecedência em relação ao prazo indicado no subitem 5.1, não se aceitando justificativas de atraso na entrega dos envelopes devido a problemas de trânsito, fila no Setor Jurídico para protocolo ou de qualquer outra natureza.
- 5.3. Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

CONSÓRCIO CIM-AMAI

CONSÓRCIO CIM-AMAI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2022

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS

ENVELOPE Nº 2 - HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

CNPJ DA PROPONENTE

CNPJ DA PROPONENTE

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

- 6.1. A abertura da sessão pública para o credenciamento do representante legal da licitante e abertura dos envelopes e demais atos dar-se-á **às 14:00 horas do dia 01 de novembro de 2022**, na sede do Consórcio CIM-AMAI, localizado à Rua Floriano Peixoto, nº 100, centro, na cidade de Xanxerê-SC.

7. DO CREDENCIAMENTO

- 7.1. No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para a representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, os quais deverão ser entregues ao Pregoeiro **fora** dos envelopes, salientamos que os mesmos não serão devolvidos, **em cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original**, conforme abaixo:

7.1.1. Sócio e/ou Proprietário:

- a) Carteira de Identidade ou documento equivalente;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, conforme o caso;
- c) Declarações constantes do item 7.2 e 7.3;
- d) Comprovantes constantes do item 7.4 e 7.5.

7.1.2. Representante:

- a) Carteira de Identidade ou documento;
- b) Procuração ou Carta de Credenciamento, conforme modelo do Anexo IV, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, visando à comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado;
- d) Declarações constantes do item 7.2 e 7.3;
- e) Comprovantes constantes do item 7.4 e 7.5.

- 7.2. Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, conforme o modelo do Anexo V;
- 7.3. Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação, conforme o modelo do Anexo VII.
- 7.4. Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS de que a empresa não está impedida de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.
- 7.5. Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP de que a empresa não sofreu sanções das quais decorra restrição ao direito de participar e de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.
- 7.6. As **microempresas e empresas de pequeno porte**, para ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar juntamente com o Credenciamento:
 - I.- Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias, da abertura das propostas.
- 7.6.1. As **MEIs (Microempreendedor Individual)** deverão apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual para ter preferência conforme subitem 7.6.

A participação nas condições previstas neste item implica no reconhecimento de não se encontrar em nenhuma das situações previstas no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06.

- 7.7. *Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, em separado dos envelopes de documentação e proposta;*
- 7.8. A comissão poderá realizar cópias de documentos essenciais ao credenciamento, declarações e autentica-los no momento do credenciamento, respeitando o princípio da livre concorrência e participação no certame;
- 7.9. Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores;
- 7.10. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, **sendo que deverão enviar o Contrato Social e as declarações constantes nos itens 7.2 e 7.3 e comprovantes constantes nos itens 7.4 e 7.5 em envelope separado da Habilitação e Proposta;**
 - 7.10.1. Na hipótese de ausência de apresentação das declarações constantes nos itens 7.2 e 7.3, e estando presente o representante legal na sala onde está ocorrendo a sessão e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes específicos inerentes ao presente Pregão, a falta do documento poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato, sendo necessário declarar de próprio punho ou verbalmente registrado em ata.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



7.10.2. A não apresentação da comprovação dos itens 7.4 e 7.5 poderá ser sanada e/ou consultado no momento do credenciamento pelo pregoeiro com base no art. 43, parágrafo 3º da Lei 8.666/93;

7.11. É vedado a uma só pessoa física representar mais de uma empresa neste Pregão.

8. PROPOSTAS DE PREÇOS (envelope 01)

- 8.1. **As propostas de preços (envelope nº 01) deverão ser entregues impressas**, em uma via, com suas páginas rubricadas, e a última **assinada pelo representante legal da empresa**, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, e deverão constar:
- 8.1.1. **Razão social**, endereço, telefone e o CNPJ da proponente;
- 8.1.2. **Nome do titular** ou do representante legalmente constituído com respectiva **assinatura**;
- 8.1.3. **Data**;
- 8.1.4. **Preço unitário** por item/quantidade, grafado em algarismos, com duas casas decimais após a vírgula; em moeda brasileira corrente;
- 8.1.5. **Marca de cada item ofertado**. Quando a marca identificar a empresa participante, este campo deverá ser preenchido como “marca própria”;
- 8.1.6. **Conter prazo de entrega** do equipamento, não podendo ser superior a 90 (noventa) dias.

Nota 1: Nos preços propostos, a inclusão de todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, encargos sociais e inclusive as despesas de transporte do equipamento para entrega e instalação, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta Licitação.

8.2. As propostas financeiras deverão respeitar como limite máximo aqueles estipulados no Anexo I;

- 8.2.1. Serão desclassificadas as propostas que ultrapassarem o valor máximo estipulado no Anexo I.

Nota 2: na hipótese da proposta não estar rubricada e assinada, conforme exigido no subitem 8.1, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo aberto os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes específicos inerentes ao presente Pregão, a falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato.

9. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS E DO JULGAMENTO:

- 9.1. Somente serão aceitas as propostas cujos preços unitários ofertados não excedam o limite estimado pelo Consórcio, que é aquele descrito no Anexo I;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 9.2. O julgamento será realizado em conformidade com o Edital e as Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar 123/06 e demais normas pertinentes levando-se em conta, interesse do Serviço Público, os critérios de "**MENOR PREÇO POR ITEM**".
- 9.3. Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital e contiverem omissões, rasuras, entrelinhas ou forem ilegível, bem como com preços unitários superestimados ou inexequíveis, de acordo com os subitens anteriores;
- 9.4. Os quantitativos e valores indicados no Anexo I correspondem à média dos praticados no mercado e foram apurados para o efeito de estimar-se o valor objeto em licitação;
- 9.5. Nos preços propostos deverão constar e serem computadas todas as despesas, indispensáveis à realização do serviço, inclusive consumo de combustível, materiais de expediente, mão-de-obra, materiais, transporte dos materiais, encargos das leis sociais e quaisquer despesas acessórias e necessárias, não especificadas neste Edital, e relativo aos trabalhos, objeto desta licitação;
- 9.6. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a execução de todo o serviço, objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional quando devida e erro ou má interpretação de parte da proponente;
- 9.7. Quando todas as propostas forem desclassificadas, o órgão ou entidade poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de outras, escoimadas das causas referidas no subitem anterior.

10. DA VALIDADE DA PROPOSTA

- 10.1. As propostas apresentadas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de seu envio, de acordo com art. 6º da Lei nº 10.520/2002;
- 10.2. Os prazos de validade da proposta apresentados que, porventura, diverjam do determinado no subitem 10.1 serão desconsiderados, prevalecendo o prazo previsto no subitem acima.

11. DA HABILITAÇÃO (envelope 02):

I. REGULARIDADE JURÍDICA:

- a) Cópia do **Contrato Social e Alterações posteriores**, ou Cópia da última Alteração Consolidada (desde que conste o objeto social do contrato) registrados na Junta Comercial do Estado ou Registro Comercial para empresa individual e no caso de Sociedade por Ações o Ato Constitutivo acompanhado da Ata da Assembleia que elegeu a diretoria em exercício.
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
Obs: Caso o licitante tenha apresentado o Contrato Social no credenciamento, o mesmo fica dispensado do referido documento no envelope de habilitação.
- c) Declaração de que não emprega menores de dezoito anos, conforme anexo VI.
- d) Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação, conforme anexo VII.

II. REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- b) Certidão negativa de débitos perante a Fazenda Nacional, relativos a tributos e contribuições **Federais**;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- c) Prova de regularidade para com a Fazenda **Estadual**, relativo ao ICMS Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços;
- d) Prova de regular situação perante a Fazenda Pública **Municipal** do domicílio ou sede da licitante;
- e) Certidão Negativa de Débitos **Trabalhistas** (CNDT);
- f) Certidão negativa de Falência e Concordata, fornecida pela Comarca do Tribunal de Justiça do Estado;
- g) Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS de que a empresa não está impedida de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>;
- h) Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP de que a empresa não sofreu sanções das quais decorra ao direito de participar e de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.

III. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Comprovante de aptidão (em nome do Licitante) para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da Licitação, mediante apresentação de atestado emitido por entidade pública ou empresa privada (com identificação do emitente, descrição do objeto executado e assinada por pessoa devidamente identificada, hábil a responder em nome do emitente), indicando que a proponente tenha executado/fornecido objeto com características semelhantes ao objeto deste Edital, de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência e no anexo II deste Edital;
- b) Prospecto do(s) veículo(s) ofertado(s), contendo todas as informações exigidas nas especificações técnicas descritas no termo de referência para cada item;
- c) Carta de Exclusividade ou Contrato entre a concessionária/Autorizada e o fabricante.

- 11.1. Se o licitante for à **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for à **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante da licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstos **neste item**.

12. SESSÃO DO PREGÃO

- 12.1. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro declarará aberta à sessão do PREGÃO, oportunidade em que não mais aceitará novo proponente, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

12.2. Da Classificação das Propostas

- 12.2.1. O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes que contêm a proposta Financeira avaliando o cumprimento das condições exigidas no edital.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 12.2.2. O Pregoeiro classificará o autor da proposta de **menor preço por item** e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.
- 12.2.3. Se não houver, no mínimo 3 (três) propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.
- 12.2.4. Caso duas ou mais propostas comerciais em igualdade de condições fiquem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.
- 12.2.5. A Licitante que desistir de sua proposta escrita está sujeita às sanções administrativas previstas nestas Instruções.

12.3. Dos Lances Verbais

- 12.3.1. As licitantes classificadas terão a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, com valores distintos e decrescentes, a partir da proposta financeira classificada de maior valor e os demais lances, em ordem decrescente de valor, podendo o pregoeiro, definir no momento, lances mínimos;
- 12.3.2. Para a formulação de lances, poderá ser concedido tempo para o atendimento a eventuais necessidades de avaliação e de consulta à empresa pelo seu representante, por meio de telefone ou outros meios disponíveis;
- 12.3.3. Na hipótese em que houver mais de uma proposta igual de menor valor por item, sem que tenha havido oferta de lances verbais, a ordem de classificação dar-se-á mediante novo sorteio a ser realizado, na mesma sessão pública, pelo Pregoeiro;
- 12.3.4. **Não poderá haver desistência dos lances ofertados**, sujeitando-se a Licitante desistente às penalidades legais e às sanções administrativas previstas nestas Instruções;
- 12.3.5. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas;
- 12.3.6. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita e o valor estimado para a contratação;
- 12.3.7. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, será assegurada às microempresas e às empresas de pequeno porte, **que comprovaram tal situação**, como critério de desempate, preferência de contratação desde que as propostas apresentadas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço ofertado na fase de lances, observado o seguinte procedimento:
- A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor preço, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após a convocação do Pregoeiro, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
 - Não ocorrendo a contratação na forma do subitem "i", serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que se enquadrem na hipótese do subitem "i", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
 - A não-contratação nos termos previstos no subitem "i", ensejará a adjudicação do objeto licitado em favor da proposta originalmente vencedora;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- iv. O disposto no subitem “i” somente será aplicado quando o melhor preço ofertado na fase de lances não houver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte.

12.3.8. Aos proponentes vencedores não será necessário o envio de nova proposta readequando os valores de acordo com os lances, tal readequação será feita EXCLUSIVAMENTE pelo sistema utilizado pelo Consórcio CIM-AMAI.

12.4. Do Julgamento

- 12.4.1. O critério de julgamento será exclusivamente o de **Menor preço por item** ofertado.
- 12.4.2. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- 12.4.3. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.
- 12.4.4. Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.
- 12.4.5. Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.
- 12.4.6. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis para a regularização da documentação, conforme prevê o § 1º e 2º do Art. 43 da Lei Complementar nº 123/06, de 14 de dezembro de 2006.
- 12.4.7. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.
- 12.4.8. Se a oferta não for aceitável ou se a Licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação da habilitação da Licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as Instruções, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.
- 12.4.9. Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro poderá negociar para que seja obtido um melhor preço.
- 12.4.10. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio, e pelos licitantes.
- 12.4.11. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o Pregoeiro devolverá, aos licitantes, julgados desclassificados no certame, os envelopes “**Documentação de Habilitação**” inviolados, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

13. DA IMPUGNAÇÃO E DO RECURSO ADMINISTRATIVO

- 13.1. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar este edital, mediante protocolo na sede do Consórcio CIM-AMAI.
- 13.2. Os recursos/impugnações ao edital também poderão ser encaminhados por correio, desde que atendam ao prazo descrito no item 13.1.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 13.3. Não serão aceitos recursos/impugnações ao edital enviado por fax e/ou email.
- 13.4. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 13.5. O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 13.6. Não serão admitidos recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela Licitante.
- 13.7. **A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.**
- 13.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.9. O resultado do recurso será divulgado mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios.

14. ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 14.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Competente.
- 14.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará a adjudicação e determinará a contratação, no prazo previsto neste edital.

15. DO PAGAMENTO

- 15.1. O pagamento será precedido da Nota Fiscal, consistindo em documento obrigatório.
- 15.2. Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à licitante para as devidas correções.
- 15.3. O pagamento ocorrerá mediante depósito ou transferência bancária em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.
- 15.4. A execução do objeto será mediante o regime de empreitada por preço unitário.
- 15.5. O pagamento será realizado em parcela única, no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega, instalação e pleno funcionamento do equipamento licitado.
- 15.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 15.7. Eventuais variações de preços dos equipamentos durante a execução do contrato não darão ensejo a qualquer aditivo contratual, devendo a proposta contemplar eventuais riscos relativos à flutuação dos preços.

16. DA VIGÊNCIA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



16.1 O Contrato oriundo do Processo terá sua vigência de 12 (doze) meses contados a partir da sua publicação por extrato no órgão oficial, podendo ser prorrogado a vigência, até o limite legal previsto nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/1994.

17. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

- 17.1. O fornecedor obriga-se a entregar o(s) equipamento(s) licitado(s) em que foi declarado vencedor, no prazo máximo **de 90 (noventa) dias**, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento;
- 17.2. Endereço do local de entrega do objeto deste edital: **Município de Xanxerê, endereço a combinar.**

18. DAS OBRIGAÇÕES

18.1. DA CONTRATADA:

- 18.1.1. Cumprir todas as exigências constantes do edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência e no Contrato.
- 18.1.2. Contatar a equipe técnica do CONTRATANTE, após a assinatura deste instrumento para, em conjunto, definirem a execução dos serviços, entrega e instalação do equipamento.
- 18.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.
- 18.1.4. Cumprir os prazos estabelecidos, sob pena de multa, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.
- 18.1.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços e dos fornecimentos sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
- 18.1.6. Manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.
- 18.1.7. Corrigir, alterar e/ou refazer no prazo definido pelo CONTRATANTE os serviços, mesmo que entregues e aceitos, desde que comprovada a existência de vícios de qualidade ou quantidade, alterações da estabilidade que comprometam a sua integridade.
- 18.1.8. Assumir inteira responsabilidade civil, penal e administrativa por danos e prejuízos que causar, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- 18.1.9. A CONTRATADA estará vinculada ao prazo de entrega previsto no Termo de Referência.
- 18.1.10. Adotar medidas, padrões de segurança de acesso e de integridade dos dados. Procedimentos especiais de segurança serão objeto de acordo específico entre as partes.
- 18.1.11. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal nº 8.666/93. A inadimplência da CONTRATADA não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 18.1.12. Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados.
- 18.1.13. A CONTRATADA não pode alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos.
- 18.1.14. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua perfeita prestação.
- 18.1.15. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do CONTRATANTE.
- 18.1.16. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado.
- 18.1.17. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, em especial quanto aos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- 18.1.18. Repassar ao Contratante todas as vantagens promocionais oferecidas pelo fabricante dos softwares, que impactem no objeto do contrato firmado, bem como disponibilizar acesso à documentação comprobatória destas vantagens.
- 18.1.19. Designar representante comercial e representante técnico para atendimento. Ambos devem ser pertencentes ao quadro próprio da Contratada.
- 18.1.20. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do Objeto, devendo orientar seus empregados nesse sentido.
- 18.1.21. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do Gestor do Contrato inerentes à execução do Objeto contratual, desde que estejam em conformidade com as previsões editalícias, contratuais e legais.
- 18.1.22. A não cumprimento do disposto dos itens anteriores facultará ao CONTRATANTE a adoção de medidas objetivando possível rescisão contratual, incorrendo a CONTRATADA, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das demais penalidades legais.

18.2. DA CONTRATANTE:

- 18.2.1. Apresentar Autorização de Fornecimento, especificando o prazo e o local de entrega;
- 18.2.2. Efetuar o pagamento conforme definido no Edital, mediante apresentação da Nota Fiscal, desde que, atendidas as demais exigências estabelecidas neste Edital;
- 18.2.3. Fiscalizar a entrega.
- 18.2.4. O Fiscal do Contrato deverá comunicar qualquer irregularidade dos objetos não condizentes com o Edital.

19. DAS PENALIDADES:

- 19.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Consórcio CIM-AMAI, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui estabelecidas.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 19.2. O descumprimento total ou parcial do contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades:
- 19.2.1. Advertência;
- 19.2.2. Multa:
- a) No caso de não cumprimento do prazo de prestação de serviços do objeto, será aplicável à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 5% do valor contratual;
 - b) Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Consórcio CIM-AMAI poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo nº 87 da Lei nº 8.666/93, sendo que no caso de multa esta corresponderá a 10% sobre o valor total do contrato, limitada a 10% do valor contratual.
 - c) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratual quando a contratada ceder o contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização da contratante, devendo reassumir o contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;
- 19.3. Suspensão do direito de participar em licitações/contratos de qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 19.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com órgãos da administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;
- 19.5. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

20. DAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

- 20.1. Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre o presente Edital serão prestadas pelo Pregoeiro, podendo ser encontrado na sede do CIM-AMAI ou através do e-mail cim-amai@amaisc.org.br ou pelo telefone (49) 3441-6600, informando o número da licitação, nos dias úteis, das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:30 horas.
- 20.2. Informações complementares referentes ao item licitado serão prestadas pelo Sr. Daniel Strada, também pelo fone (49) 3441-6600.

21. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO:

- 21.1. O Consórcio CIM-AMAI designa como:
- 21.2. Fiscal deste Edital, o Sr. Rivaél Sander Freschi, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos e procedimentais, e para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.
- 21.3. As exigências e a atuação da fiscalização pelo CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 22.1. As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame, correrão por conta de dotação orçamentária vigente.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1. Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil de expediente normal do Consórcio CIM-AMAI, subsequente as ora fixados.
- 23.2. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.
- 23.3. Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas de Preços como dos Documentos de Habilitação apresentados na Sessão.
- 23.4. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
- 23.5. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela depois de aberta a sessão do pregão.
- 23.6. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos conforme previsto no parágrafo 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.
- 23.7. É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento.
- 23.8. A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.
- 23.9. O Pregoeiro, no interesse do Consórcio, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação sendo possível à promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 23.10. Os preços não serão reajustados, salvo as situações previstas na forma da lei, observadas as disposições previstas no contrato.

Xanxerê-SC, 14 de outubro de 2022.

OSCAR MARTARELLO
Presidente do Consórcio CIM-AMAI
Prefeito do Município de Xanxerê

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

INTRODUÇÃO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMAI - CIM-AMAI, é um consórcio público, constituído na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 43.109.606/0001-72, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000; na forma da Lei Federal nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto Federal nº 6.017/07).

OBJETO

O objeto da licitação é a aquisição de Caminhão e Equipamento para pintura de sinalização, ambos novos, ano/modelo mínimo 2021, conforme transferência de recursos provenientes do Convênio nº 2022010945 (Programa Transferência) firmado com o Estado de Santa Catarina, de acordo com as especificações constantes no edital e seus anexos, notadamente neste termo de referência e especificações técnicas do equipamento (anexo II).

JUSTIFICATIVA

Esta licitação esta pautada no amplo diálogo entre o Governo Estadual de Santa Catarina e os municípios associados ao CIM-AMAI que anuíram com o programa da Usina de Asfalto, com a identificação das necessidades da região, objetivando a viabilização da correta operação de uma usina de asfalto, dentro das normas e condicionantes técnicas e ambientais e de serviço de pavimentação asfáltica, com capacidade de fornecer e produzir asfalto para dar condições de trafegabilidade, melhorar e manter vias de acesso de infraestrutura rural e urbana, contribuindo no desenvolvimento sócio econômico da região.

VALORES REFERENCIAIS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

Os valores referenciais para contratação são demonstrados no Quadro de Serviços e representam o valor unitário máximo tolerado para cada item baseado em pesquisa de mercado.

Item	Aquisição dos Equipamentos	Unidade	Qtd e.	Total Máximo do item
01	Caminhão para Pintura de Sinalização, Tração 4X2, novo, zero quilômetro, mínimo 8,5 toneladas; consonante termo de especificações mínimas delineadas no anexo II deste edital.	Unidade	01	R\$ 526.333,33
02	Equipamento de Pintura de Sinalização, novo, zero hora, ano e modelo de fabricação mínimo de 2021; consonante termo de especificações mínimas delineadas no anexo II deste edital.	Unidade	01	R\$ 340.000,00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



O valor acima foi extraído através de orçamentos realizados com empresas do ramo, o qual foi realizado a média entre os valores, sendo definido como preço máximo para a apresentação de proposta de preço.

DA EXECUÇÃO E ENTREGA

A Contratada deverá entregar o equipamento, instalar, realizar testes e deixá-lo em perfeito estado de funcionamento, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais condições previstas no edital.

Não será admitido qualquer custo extra referente ao transporte, instalação e testes, sendo que ficará a cargo da empresa vencedora do objeto.

O prazo de entrega do equipamento e instalação deverá se dar num prazo máximo de 90 dias após a ordem de faturamento e entrega.

Após a entrega do Equipamento a contratada deverá fornecer entrega técnica abrangendo todos os aspectos de funcionamento, operação, manutenção preventiva e corretiva.

O equipamento deverá ser entregue em endereço e local e indicado na Autorização de Fornecimento.

A empresa contratada é responsável pelo transporte até o local indicado pela contratante;

O objeto desta licitação deverá possuir garantia de no mínimo 12 meses, sem limite de horas de uso.

No período de garantia, os serviços de assistência técnica serão efetuados e o problema solucionado num prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da solicitação/notificação oficial.

Se a Contratada não puder atender dentro do prazo estabelecido, justificará e comprovará por escrito os motivos, ficando a prorrogação por mais 10 (dez) dias úteis (máximo) condicionada à aceitação do Contratante.

A Contratada deverá prestar assistência técnica e demais assessoramentos necessários ao recebimento, uso e manutenção da máquina. Deverá garantir o fornecimento de peças sobressalentes e componentes da máquina e componentes (originais ou genuínos), durante o período de 10 (dez) anos, a partir da data da assinatura do termo de recebimento definitivo do veículo ou equipamento.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Entregar os veículos conforme requisitos e especificações determinadas no Termo de Referência.

Manter equipe de profissionais especializados e capacitados para a realização de entrega técnica e treinamento, capaz de prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

Substituir, sempre que exigido pelo Contratante e independentemente de justificativa por parte deste, qualquer empregado, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse público. Submeter à apreciação e à aprovação prévia do Contratante qualquer serviço adicional que entenda que deva ser executado.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



Prestar sempre que solicitado, esclarecimento de dúvidas relacionadas à prestação dos serviços e às funcionalidades da solução.

Manter informado o técnico do Contratante, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.

Guardar sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham a ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas, respondendo contratual e legalmente pela inobservância deste item.

MEDIDAS ACAUTELADORAS

A Administração Pública pode, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, podendo haver retenção de pagamento se a Contratada incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a execução dos serviços.

É expressamente proibida a contratação de agente público, ou de familiar, vinculado ao CONTRATANTE, para a execução dos serviços mencionados neste documento.

Xanxerê-SC, 14 de outubro de 2022.

OSCAR MARTARELLO
Presidente do Consórcio CIM-AMAI
Prefeito do Município de Xanxerê

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO

ITEM 1 (1 UNIDADE) - CAMINHÃO PARA PINTURA DE SINALIZAÇÃO, CONFORME AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

Caminhão, Novo, zero quilometro, ano de fabricação mínimo 2021, tração 4x2, com 2 portas, cor branca.

Motor: mínimo 4 cilindros, potência igual ou superior a 150 cv, torque máximo igual ou superior a 580Nm, Padrão de emissões de poluentes Proconve P-7.

Observação: motor deve ser fabricado pelo mesmo fabricante do equipamento.

Direção: elétrica, hidráulica ou eletro-hidráulica.

Câmbio: manual, automático ou automatizado, com 6 marchas a frente e uma a ré.

Freios: Freios de serviço a tambor, Freios anti-bloqueio ABS, distribuição eletrônica de frenagem EBD ou equivalente.

Chassi: com longarina reta de perfil tipo escada;

Capacidade: igual ou superior a 8,5 toneladas.

Rodas e Pneus: Pneus novos condizentes com as dimensões do caminhão e especificação do modelo.

Dimensões: Cabine curta, teto baixo, capacidade 2 (dois) ocupantes.

Sistema de segurança: Equipado com sonoro de marcha ré e cinto de segurança com três pontos.

Conforto: Ar condicionado, controle elétrico dos vidros e travas das portas, assento ergonômico do motorista com suspensão de ar.

Demais itens: jogo de tapetes, tacógrafo e demais itens de série conforme catálogo comercial. Conter rádio AM/FM, com entradas em USB ou cartão de memória.

Entrega técnica: A entrega técnica deverá ser realizada juntamente da entrega do equipamento, devendo ser agendada anteriormente e ser realizada por técnico especializado e capacitado indicando todas as funcionalidades do equipamento (caminhão e equipamento de pintura), e detalhes técnicos de manuseio e manutenção preventiva do equipamento.

Treinamento: Após a entrega técnica, o contratado deverá ofertar treinamento teórico e prático, com carga horária julgada adequada pelo fabricante ao correto funcionamento do equipamento, aos operadores designados pela contratante, abrangendo todos os aspectos do funcionamento, operação, manutenção preventiva diária, semanal e programada, incluindo a operação e demais rotinas de utilização e manutenção; com entrega de manual de operação;

Manuais de operação: Todos devem ser fornecidos na língua portuguesa do Brasil (pt-BR);

Garantia: padrão do fabricante, não sendo inferior a 12 (doze) meses para itens de fabricação própria e, de acordo com a garantia do respectivo fabricante para componentes adquiridos de terceiros. Os termos de garantia dos componentes fabricados por terceiros devem ser entregues no momento da

CÓNSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



entrega técnica, apensados em pasta específica, classificados e explicados de forma clara aos operadores e membros indicados pelo Consórcio, estando todos traduzidos para a língua portuguesa do Brasil (pt-BR), se for o caso;

Observação: o veículo deverá ser entregue na empresa que fará a instalação do EQUIPAMENTO DE PINTURA E SINALIZAÇÃO.

Valor Máximo: R\$ 526.333,33 (quinhentos e vinte e seis mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

ITEM 2 (1 UNIDADE) - EQUIPAMENTO DE PINTURA DE SINALIZAÇÃO:

Novo, zero hora, ano e modelo de fabricação mínimo de 2021;

Equipamento para pintura de sinalização horizontal; para faixas de 10cm a 20cm; com capacidade máxima de 400 litros; autonomia mínima para 800 m²; capaz de demarcar duas faixas contínuas e interrompidas simultaneamente; capaz de pintar no eixo e no bordo; pistolas à esquerda e à direita;

Capacidade para aplicação de tinta a frio e a base de água;

Capacidade para aplicação de esferas de vidro; Tanques de aço inox; Tanque para microesfera pressurizado;

Sistema hidráulico compatível com a elevação do conjunto de pintura; Sistema elétrico compatível com a especificação do veículo;

Tanque de tinta: 02(dois) tanques com capacidade de 200 (duzentos) litros cada, com tampa monobloco de 350mm de diâmetro e sistema de segurança contra abertura accidental;

Tanque de tinta auxiliar: 01 (um) tanque para tinta com capacidade de 100 (cem) litros, com tampa monobloco de 350mm de diâmetro e chapa de 25mm de espessura e sistema de segurança contra abertura accidental;

Tanque de microesfera: 01 (um) tanque para microesferas de vidro com capacidade de no mínimo 200 (duzentos) litros, com tampa monobloco de 350mm de diâmetro e chapa de 25mm de espessura e sistema de segurança contra abertura accidental;

Filtros: 02 (dois) filtros para tinta com peneiras; Tanques de solventes: 02 (dois) tanques para solvente com capacidade de 5 (cinco) litros para diluição da tinta e limpeza do sistema ao final de cada dia de trabalho; Estrutura pintada com tinta PU;

Escada basculante com porta cone basculante na traseira que também deverá servir de tampa traseira, com porta objetos, com suporte para cadeado e guarda de ferramentas e utensílios;

O equipamento terá estrutura de proteção (cobertura) metálica no comprimento do chassi do veículo;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



Válvula de segurança: todos os tanques de pressão deverão possuir válvulas de segurança; Válvulas solenóide: 03 (três) válvulas solenóides para acionamento automático das pistolas mecânicas por meio de cabo com botoeiras; Motor/compressor: 01 (uma) unidade de compressor de 100 pés; Reguladores de pressão para os tanques para controlar a pressão interna de cada tanque independentemente;

Pistolas mecânicas: 03 (três) pistolas mecânicas de pintura por aspersão para pintura de faixas seccionadas e continuas com acionamento elétrico pneumático;

Espalhadores mecânicos: 03 (três) pistolas para aspersão de esferas de vidro, com regulagem de quantidade para aplicação desejada com acionamento elétrico pneumático; Pistola manual: 01(uma) pistola longa para pintura manual com mangueira resistente a solvente para tinta e 15m de mangueira para ar comprimido, com acionamento manual; Carrinho manual: 01(um) carrinho manual para pintura de estacionamento e faixas com regulagem de 0,10cm a 0,45cm, com acionamento pneumático;

Painel: composto por 01 (um) programador de cadencia digital e as demais chaves de acionamento de setas de direcionamento de tráfego e iluminação; Carrinho mecânico pantográfico: 02(dois) carinhos para pintura mecânica, com suporte para as pistolas mecânicas de tintas e espalhadores de esfera, com abertura por meio de pistões hidráulicos e elevação por meio de pistões pneumáticos que permitem a pintura dos dois lados do veículo simultânea ou individual;

Agitadores de tinta: agitadores movidos por meio de motores hidráulicos para cada tanque de tinta para a diluição e homogeneidade da tinta ser aplicada;

Guia: deverá possuir suporte para guia de orientação do motorista; Iluminação: o equipamento terá iluminação no teto a LED, e iluminação para os carrinhos e pistolas conforme as normas de trânsito vigentes; Sinalização: o equipamento deverá possuir sinalização refletiva conforme as normas de trânsito vigentes; deverá possuir setas direcionadoras de tráfego com iluminação e relé, com botão liga/desligada independente; com giroflex duplo e fixo instalado sobre o teto na cor laranja; com sistema de luzes estroboscópicas;

Entrega técnica deverá ser realizada com a entrega do equipamento, devendo ser realizada por técnico especializado e capacitado indicando todas as funcionalidades do equipamento e detalhes técnicos de manuseio e manutenção preventiva do equipamento;

Treinamento após a entrega técnica, o contratado deverá ofertar treinamento teórico e prático, no local da operação visando o correto funcionamento do equipamento e demais rotinas de utilização e manutenção; com entrega do manual em vernáculo Português do Brasil (pt-BR); Comprovar disponibilidade de assistência técnica especializada na região Oeste, Estado de Santa Catarina;

Garantia padrão do fabricante, não inferior a 12 (doze) meses.

Valor Máximo: R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais).

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500

**ANEXO III****MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**

(deverá acompanhar Prospecto e ficha Técnica do Equipamento)

Processo Licitatório nº 006/2022 CIM-AMAI

Pregão Presencial nº 006/2022 CIM-AMAI

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO e TELEFONE:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

2 - PREÇO

VALOR UNITÁRIO DO ITEM ____; R\$ _____ (Por extenso).

3 - CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente Licitação.

4 - PRAZO DE ENTREGA

Máximo de 90 (noventa) DIAS.

5 - VALIDADE DA PROPOSTA

60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

Obs.: Nos preços cotados estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta Licitação.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500





ANEXO IV

MODELO DE CREDENCIAMENTO

A empresa, inscrito no CNPJ nº, com sede à, neste ato representada pelo(s) diretores ou sócios, com qualificação completa (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador o Senhor (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere amplos poderes para junto ao Consórcio CIM-AMAI, praticar os atos necessários com relação à licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº/2022**, usando dos recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e em especial, para esta licitação.

Local, data

Assinatura e Carimbo

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500





ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE COM OS REQUISITOS
DE HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA)_____, CNPJ nº. , sediada (endereço completo)_____, **DECLARA**, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação no presente **Pregão Presencial nº/2022** e, ainda, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data, _____, ____ de _____ de 2022.

(nome e identidade do representante legal)

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500





ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr. _____, portador da cédula de identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, DECLARA que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos. Por ser verdade, firmamos a presente.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA
QUALIFICAÇÃO

Ao Consórcio CIM-AMAI

Pregão Presencial nº/2022

O signatário da presente, em nome da proponente , declara para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do artigo 32, parágrafo 2º e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Local, de de 2022.

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)

(carteira de identidade número e órgão emissor)

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



**ANEXO VIII -****MINUTA DO CONTRATO**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMAI - CIM-AMAI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 43.109.606/0001-72, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. OSCAR MARTARELLO**, portador da R.G. nº 1692088 SSP/SC e CPF sob o nº 461.817.769-15, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê-SC, denominada para este instrumento particular simplesmente de **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa:

....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º e Inscrição Estadual nº, estabelecida na Rua nº, na cidade de, neste ato representada pelo Sr., inscrito no CPF sob o nº e RG nº, doravante denominado **CONTRATADO**, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 8.883/94 e Lei n.º 9.648/98, firmam o presente que se regerá pelas Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto da licitação é a aquisição de Caminhão e Equipamento para pintura de sinalização, ambos novos, ano/modelo mínimo 2021, conforme transferência de recursos provenientes do Convênio nº 2022010945 (Programa Transferência) firmado com o Estado de Santa Catarina, de acordo com as especificações constantes no edital e seus anexos, notadamente o termo de referência (anexo I) e especificações técnicas do equipamento (anexo II).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

- 2.1 A Contratada deverá entregar o equipamento, instalar, realizar testes e deixa-lo em perfeito estado de funcionamento, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais condições previstas no edital.
- 2.2 Não será admitido qualquer custo extra referente ao transporte, instalação e testes, sendo que ficará a cargo da empresa vencedora do objeto.
- 2.3 O prazo de entrega do equipamento deverá se dar num prazo máximo de 90 dias após a ordem de faturamento e entrega.
- 2.4 Após a entrega do Equipamento a contratada deverá fornecer entrega técnica abrangendo todos os aspectos do funcionamento, operação, manutenção preventiva e corretiva.
- 2.5 O equipamento deverá ser entregue em endereço e local e indicado na Autorização de Fornecimento.
- 2.6 A empresa contratada é responsável pelo transporte até o local indicado pela contratante;
- 2.7 Os veículos deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação e instalação de no mínimo 12 meses, sem limite de quilometragem de uso, ou se a garantia de fábrica for com prazo superior, considerar-se-á o da superior.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR TOTAL, PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

3.1 O valor total do presente Contrato é de R\$, para constante na cláusula primeira deste termo.

3.2 O pagamento pela execução dos serviços do objeto da presente Licitação será feito em favor da Contratada, mediante depósito ou transferência bancária em sua conta corrente, após as entregas dos serviços, acompanhados da

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



respectiva nota fiscal.

3.3 A execução do objeto deste contrato será mediante o regime de empreitada por preço unitário.

3.4 O pagamento se dará mediante a entrega e instalação do equipamento, nas condições previstas no Termo de Referência do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias após a certificação da Nota Fiscal.

3.5 O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.6 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.7 Este contrato poderá ser revisto para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

3.8 O pedido, fundamentado e devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser encaminhado ao CONTRATANTE, não sendo apreciado o pedido de revisão de preços quando não comprovar o desequilíbrio sofrido.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas para a execução do objeto do presente contrato correrão por conta de dotação orçamentária vigente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1 No caso de atraso injustificado por parte do contratado para o início dos serviços ou para a conclusão final dos serviços, sujeitar-se-á as penalidades previstas no Edital e neste Contrato.

5.2 Pela inexecução total ou parcial do Contrato o CIM-AMAI poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções contratuais: advertência, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, suspensão temporária de participação em Licitação, impedimento de contratar com o CIM-AMAI e com todos os Municípios Consorciados por prazo não superior a 2 (dois) anos e declaração de inidoneidade, nos termos dos artigos 86 e 87, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

5.3 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, implicará na multa de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

5.4 Poderão ainda ser aplicadas as seguintes penalidades:

I- Por atraso ou paralização da execução superior a 10 (dez) dias do prazo de execução dos serviços, fica o CONTRATADO sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato, a ser calculado desde o 11º (décimo primeiro) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.

II- Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, canceladas as ordens de serviços e aplicada multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor do contrato.

III - Dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao CIM-AMAI ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Contratado o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 O presente Contrato poderá ser rescindido, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 O presente Contrato terá vigência de 6(seis) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado a vigência, até o limite legal previsto nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/1994.

CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório Presencial nº 06/2022, Edital de Pregão, na forma Presencial nº 06/2022.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Cumprir todas as exigências constantes do edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência e no Contrato.

9.2 Contatar a equipe técnica do CONTRATANTE, após a assinatura deste instrumento para, em conjunto, definirem a execução dos serviços.

9.3 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.

9.4 Cumprir os prazos estabelecidos, sob pena de multa, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

9.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços e dos fornecimentos sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

9.6 Manter equipe de profissionais especializados e capacitados para a realização de entrega técnica e treinamento, capaz de prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

9.7 Corrigir, alterar e/ou refazer no prazo definido pelo CONTRATANTE os serviços, mesmo que entregues e aceitos, desde que comprovada a existência de vícios de qualidade ou quantidade, alterações da estabilidade que comprometam a sua integridade.

9.8 Assumir inteira responsabilidade civil, penal e administrativa por danos e prejuízos que causar, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.9 A CONTRATADA estará vinculada ao prazo de entrega previsto no Termo de Referência.

9.10 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.11 A inadimplência da CONTRATADA não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

9.12 Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados.

9.13 A CONTRATADA não pode alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



atos.

9.14 Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua perfeita prestação.

9.15 Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado.

9.16 Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, em especial quanto aos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

9.17 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do Gestor do Contrato inerentes à execução do Objeto contratual, desde que estejam em conformidade com as previsões editalícias, contratuais e legais.

9.18 O não cumprimento do disposto dos itens anteriores facultará ao CONTRATANTE a adoção de medidas objetivando possível rescisão contratual, incorrendo a CONTRATADA, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das demais penalidades legais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 Aplicam-se à execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 É competente o foro da Comarca de Xanxerê-SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavram e assinam, em (3) três vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, obrigando-se por si, seus herdeiros e/ou sucessores a cumpri-los em todos os seus termos.

Local... (SC), de de 2022.

OSCAR MARTARELLO
PRESIDENTE DO CIM-AMAI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ

CONTRATADA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL 07 -2022 - EQUIPAMENTOS PESADOS -ROLO, FRESADORA, ETC

Publicação Nº 4252115

**PROCESSO LICITATÓRIO nº 007/2022****PREGÃO nº 007/2022 - TIPO PRESENCIAL****1. PREÂMBULO**

- 1.1. **O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMAI - CIM-AMAI**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 43.109.606/0001-72, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000; neste ato representada pelo Presidente, Sr. Oscar Martarello, Prefeito do Município de Xanxerê; torna público para conhecimento dos interessados que na data e local abaixo indicados fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **Menor preço por Item**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

TIPO: Menor Preço por Item;**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** até às 13:45 horas do dia 27/10/2022;**INÍCIO DA SESSÃO:** às 14:00 horas do dia 27/10/2022.**REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília (DF)**LOCAL:** Rua Floriano Peixoto, número 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000.**PREGOEIRO:** Daniel Strada; E-mail: cim-amai@amaisc.org.br; Telefone: (49) 3441-6600.**2. OBJETO**

- 2.1. O objeto da licitação é a aquisição de Máquinas e Equipamentos novos, zero hora, fabricação mínimo 2021, conforme transferência de recursos provenientes do Convênio nº 2022010945 (Programa Transferência) firmado com o Estado de Santa Catarina, de acordo com as especificações constantes no edital e seus anexos, notadamente o termo de referência (anexo I) e especificações técnicas do equipamento (anexo II).

- 2.2. Constituem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

- 2.2.1. Anexo I – Termo de Referência;
- 2.2.2. Anexo II - Especificações Técnicas do Equipamento;
- 2.2.3. Anexo III – Modelo de Proposta de Preços;
- 2.2.4. Anexo IV – Carta de Credenciamento;
- 2.2.5. Anexo V – Modelo Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação;
- 2.2.6. Anexo VI – Modelo de Declaração de que não emprega menores de dezoito anos;
- 2.2.7. Anexo VII – Modelo Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação;
- 2.2.8. Anexo VIII – Minuta do Contrato.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.
- 3.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
 - 3.2.1. Não contemplem em seu objeto social o objeto ora licitado;
 - 3.2.2. Estejam constituídos sob a forma de consórcio;
 - 3.2.3. **Estejam cumprindo penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública motivada pelas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei nº 8.666/93;**
 - 3.2.4. Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
 - 3.2.5. O disposto no art. 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações;
 - 3.2.6. Estejam em situação irregular perante as Fazendas: União, Federal, Estadual, INSS e FGTS;
 - 3.2.7. Tenham em seu quadro, empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesseis) anos, efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 3.3. A simples participação na presente licitação implica na aceitação irretratável de todas as normas do Edital.

4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 4.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
 - 4.1.1. Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
 - 4.1.2. Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
 - 4.1.3. Abrir as propostas de preços;
 - 4.1.4. Analisar a aceitabilidade das propostas;
 - 4.1.5. Desclassificar propostas indicando os motivos;
 - 4.1.6. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
 - 4.1.7. Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
 - 4.1.8. Declarar o vencedor;
 - 4.1.9. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
 - 4.1.10. Elaborar a ata da sessão;
 - 4.1.11. Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
 - 4.1.12. Convocar o vencedor para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;
 - 4.1.13. Abrir processo administrativo para apuração de irregularidade visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

5. APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS ENVELOPES

- 5.1. Os envelopes "Proposta de Preços" e "Documentação de Habilitação" deverão ser indevassáveis, fechados e entregues ao **Setor de Jurídico do Consórcio CIM-AMAI**, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo:
 - 5.1.1. **Os envelopes: nº 01 - Proposta e nº 02 - Documentação de Habilitação deverão ser Protocolados no Setor Jurídico do Consórcio CIM-AMAI, situado na Rua Floriano**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



Peixoto, nº 100, Centro, na cidade de Xanxerê-SC, até às 13:45 horas do dia 27 de outubro de 2022.

- 5.2. Se decidirem entregar os envelopes no próprio dia da abertura, os Proponentes deverão comparecer na sede do Consórcio CIM-AMAI, com a necessária antecedência em relação ao prazo indicado no subitem 5.1, não se aceitando justificativas de atraso na entrega dos envelopes devido a problemas de trânsito, fila no Setor Jurídico para protocolo ou de qualquer outra natureza.
- 5.3. Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

CONSÓRCIO CIM-AMAI

CONSÓRCIO CIM-AMAI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2022

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS

ENVELOPE Nº 2 - HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

CNPJ DA PROPONENTE

CNPJ DA PROPONENTE

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

- 6.1. A abertura da sessão pública para o credenciamento do representante legal da licitante e abertura dos envelopes e demais atos dar-se-á às 14:00 horas do dia 27 de outubro de 2022, na sede do Consórcio CIM-AMAI, localizado à Rua Floriano Peixoto, nº 100, centro, na cidade de Xanxerê-SC.

7. DO CREDENCIAMENTO

- 7.1. No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para a representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, os quais deverão ser entregues ao Pregoeiro **fora** dos envelopes, salientamos que os mesmos não serão devolvidos, **em cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original**, conforme abaixo:

7.1.1. Sócio e/ou Proprietário:

- a) Carteira de Identidade ou documento equivalente;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, conforme o caso;
- c) Declarações constantes do item 7.2 e 7.3;
- d) Comprovantes constantes do item 7.4 e 7.5.

7.1.2. Representante:

- a) Carteira de Identidade ou documento;
- b) Procuração ou Carta de Credenciamento, conforme modelo do Anexo IV, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, visando à comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado;
- d) Declarações constantes do item 7.2 e 7.3;
- e) Comprovantes constantes do item 7.4 e 7.5.

- 7.2. Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, conforme o modelo do Anexo V;
- 7.3. Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação, conforme o modelo do Anexo VII.
- 7.4. Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS de que a empresa não está impedida de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.
- 7.5. Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP de que a empresa não sofreu sanções das quais decorra restrição ao direito de participar e de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.
- 7.6. As **microempresas e empresas de pequeno porte**, para ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar juntamente com o Credenciamento:
 - I.- Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias, da abertura das propostas.
- 7.6.1. As **MEIs (Microempreendedor Individual)** deverão apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual para ter preferência conforme subitem 7.6.

A participação nas condições previstas neste item implica no reconhecimento de não se encontrar em nenhuma das situações previstas no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06.

- 7.7. Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, **em separado dos envelopes de documentação e proposta**;
- 7.8. A comissão poderá realizar cópias de documentos essenciais ao credenciamento, declarações e autentica-los no momento do credenciamento, respeitando o princípio da livre concorrência e participação no certame;
- 7.9. Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores;
- 7.10. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, **sendo que deverão enviar o Contrato Social e as declarações constantes nos itens 7.2 e 7.3 e comprovantes constantes nos itens 7.4 e 7.5 em envelope separado da Habilitação e Proposta**;
- 7.10.1. Na hipótese de ausência de apresentação das declarações constantes nos itens 7.2 e 7.3, e estando presente o representante legal na sala onde está ocorrendo a sessão e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes específicos inerentes ao presente Pregão, a falta do documento poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato, sendo necessário declarar de próprio punho ou verbalmente registrado em ata.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



7.10.2. A não apresentação da comprovação dos itens 7.4 e 7.5 poderá ser sanada e/ou consultado no momento do credenciamento pelo pregoeiro com base no art. 43, parágrafo 3º da Lei 8.666/93;

7.11. É vedado a uma só pessoa física representar mais de uma empresa neste Pregão.

8. PROPOSTAS DE PREÇOS (envelope 01)

- 8.1. **As propostas de preços (envelope nº 01) deverão ser entregues impressas**, em uma via, com suas páginas rubricadas, e a última **assinada pelo representante legal da empresa**, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, e deverão constar:
- 8.1.1. **Razão social**, endereço, telefone e o CNPJ da proponente;
- 8.1.2. **Nome do titular** ou do representante legalmente constituído com respectiva **assinatura**;
- 8.1.3. **Data**;
- 8.1.4. **Preço unitário** por item/quantidade, grafado em algarismos, com duas casas decimais após a vírgula; em moeda brasileira corrente;
- 8.1.5. **Marca de cada item ofertado**. Quando a marca identificar a empresa participante, este campo deverá ser preenchido como “marca própria”;
- 8.1.6. **Conter prazo de entrega** do equipamento, não podendo ser superior a 90 (noventa) dias.

Nota 1: Nos preços propostos, a inclusão de todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, encargos sociais e inclusive as despesas de transporte do equipamento para entrega e instalação, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infelizmente do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta Licitação.

8.2. As propostas financeiras deverão respeitar como limite máximo aqueles estipulados no Anexo I;

- 8.2.1. Serão desclassificadas as propostas que ultrapassarem o valor máximo estipulado no Anexo I.

Nota 2: na hipótese da proposta não estar rubricada e assinada, conforme exigido no subitem 8.1, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo aberto os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes específicos inerentes ao presente Pregão, a falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato.

9. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS E DO JULGAMENTO:

- 9.1. Somente serão aceitas as propostas cujos preços unitários ofertados não excedam o limite estimado pelo Consórcio, que é aquele descrito no Anexo I;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 9.2. O julgamento será realizado em conformidade com o Edital e as Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar 123/06 e demais normas pertinentes levando-se em conta, interesse do Serviço Público, os critérios de "**MENOR PREÇO POR ITEM**".
- 9.3. Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital e contiverem omissões, rasuras, entrelinhas ou forem ilegível, bem como com preços unitários superestimados ou inexequíveis, de acordo com os subitens anteriores;
- 9.4. Os quantitativos e valores indicados no Anexo I correspondem à média dos praticados no mercado e foram apurados para o efeito de estimar-se o valor objeto em licitação;
- 9.5. Nos preços propostos deverão constar e serem computadas todas as despesas, indispensáveis à realização do serviço, inclusive consumo de combustível, materiais de expediente, mão-de-obra, materiais, transporte dos materiais, encargos das leis sociais e quaisquer despesas acessórias e necessárias, não especificadas neste Edital, e relativo aos trabalhos, objeto desta licitação;
- 9.6. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a execução de todo o serviço, objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional quando devida e erro ou má interpretação de parte da proponente;
- 9.7. Quando todas as propostas forem desclassificadas, o órgão ou entidade poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de outras, escoimadas das causas referidas no subitem anterior.

10. DA VALIDADE DA PROPOSTA

- 10.1. As propostas apresentadas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de seu envio, de acordo com art. 6º da Lei nº 10.520/2002;
- 10.2. Os prazos de validade da proposta apresentados que, porventura, diverjam do determinado no subitem 10.1 serão desconsiderados, prevalecendo o prazo previsto no subitem acima.

11. DA HABILITAÇÃO (envelope 02):

I. REGULARIDADE JURÍDICA:

- a) Cópia do **Contrato Social e Alterações posteriores**, ou Cópia da última Alteração Consolidada (desde que conste o objeto social do contrato) registrados na Junta Comercial do Estado ou Registro Comercial para empresa individual e no caso de Sociedade por Ações o Ato Constitutivo acompanhado da Ata da Assembleia que elegeu a diretoria em exercício.
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
Obs: Caso o licitante tenha apresentado o Contrato Social no credenciamento, o mesmo fica dispensado do referido documento no envelope de habilitação.
- c) Declaração de que não emprega menores de dezoito anos, conforme anexo VI.
- d) Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação, conforme anexo VII.

II. REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- b) Certidão negativa de débitos perante a Fazenda Nacional, relativos a tributos e contribuições Federais;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- c) Prova de regularidade para com a Fazenda **Estadual**, relativo ao ICMS Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços;
- d) Prova de regular situação perante a Fazenda Pública **Municipal** do domicílio ou sede da licitante;
- e) Certidão Negativa de Débitos **Trabalhistas (CNDT)**;
- f) Certidão negativa de Falência e Concordata, fornecida pela Comarca do Tribunal de Justiça do Estado;
- g) Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS de que a empresa não está impedida de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.
- h) Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP de que a empresa não sofreu sanções das quais decorra ao direito de participar e de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.

III. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Comprovante de aptidão (em nome do Licitante) para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da Licitação, mediante apresentação de atestado emitido por entidade pública ou empresa privada (com identificação do emitente, descrição do objeto executado e assinada por pessoa devidamente identificada, hábil a responder em nome do emitente), indicando que a proponente tenha executado/fornecido objeto com características semelhantes ao objeto deste Edital, de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência e no anexo II deste Edital;
- b) Prospecto do(s) equipamento(s) ofertado(s), contendo todas as informações exigidas nas especificações técnicas descritas no termo de referência para cada item;
- c) Carta de Exclusividade ou Contrato entre a concessionária/Autorizada e o fabricante;
- d) Relação das Unidades credenciadas como prestadores de serviços de manutenção rotineira, revisões periódicas, ou serviços técnicos acionados por chamados afins, com capacidade de atendimento na região oeste do Estado de Santa Catarina, mediante apresentação dos respectivos cartões de CNPJ e contratos de prestação de assistência técnica com o fabricante;
- e) Declaração do representante legal da empresa, de que a marca da máquina ou equipamento ofertado é a mesma marca do fabricante da máquina ou equipamento.

- 11.1. Se o licitante for à **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for à **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante da licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstos **neste item**.

12. SESSÃO DO PREGÃO

- 12.1. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro declarará aberta à sessão do PREGÃO, oportunidade em que não mais aceitará novo proponente, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



12.2. Da Classificação das Propostas

- 12.2.1. O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes que contêm a proposta Financeira avaliando o cumprimento das condições exigidas no edital.
- 12.2.2. O Pregoeiro classificará o autor da proposta de **menor preço por item** e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.
- 12.2.3. Se não houver, no mínimo 3 (três) propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.
- 12.2.4. Caso duas ou mais propostas comerciais em igualdade de condições fiquem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.
- 12.2.5. A Licitante que desistir de sua proposta escrita está sujeita às sanções administrativas previstas nestas Instruções.

12.3. Dos Lances Verbais

- 12.3.1. As licitantes classificadas terão a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, com valores distintos e decrescentes, a partir da proposta financeira classificada de maior valor e os demais lances, em ordem decrescente de valor, podendo o pregoeiro, definir no momento, lances mínimos;
- 12.3.2. Para a formulação de lances, poderá ser concedido tempo para o atendimento a eventuais necessidades de avaliação e de consulta à empresa pelo seu representante, por meio de telefone ou outros meios disponíveis;
- 12.3.3. Na hipótese em que houver mais de uma proposta igual de menor valor por item, sem que tenha havido oferta de lances verbais, a ordem de classificação dar-se-á mediante novo sorteio a ser realizado, na mesma sessão pública, pelo Pregoeiro;
- 12.3.4. **Não poderá haver desistência dos lances ofertados**, sujeitando-se a Licitante desistente às penalidades legais e às sanções administrativas previstas nestas Instruções;
- 12.3.5. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas;
- 12.3.6. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita e o valor estimado para a contratação;
- 12.3.7. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, será assegurada às microempresas e às empresas de pequeno porte, **que comprovarem tal situação**, como critério de desempate, preferência de contratação desde que as propostas apresentadas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço ofertado na fase de lances, observado o seguinte procedimento:
 - i. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor preço, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após a convocação do Pregoeiro, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- ii. Não ocorrendo a contratação na forma do subitem “i”, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que se enquadrem na hipótese do subitem “i”, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- iii. A não-contratação nos termos previstos no subitem “i”, ensejará a adjudicação do objeto licitado em favor da proposta originalmente vencedora;
- iv. O disposto no subitem “i” somente será aplicado quando o melhor preço ofertado na fase de lances não houver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte.

12.3.8. Aos proponentes vencedores não será necessário o envio de nova proposta readequando os valores de acordo com os lances, tal readequação será feita EXCLUSIVAMENTE pelo sistema utilizado pelo Consórcio CIM-AMAI.

12.4. Do Julgamento

- 12.4.1. O critério de julgamento será exclusivamente o de **Menor preço por item** ofertado.
- 12.4.2. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- 12.4.3. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.
- 12.4.4. Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.
- 12.4.5. Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.
- 12.4.6. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis para a regularização da documentação, conforme prevê o § 1º e 2º do Art. 43 da Lei Complementar nº 123/06, de 14 de dezembro de 2006.
- 12.4.7. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.
- 12.4.8. Se a oferta não for aceitável ou se a Licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação da habilitação da Licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as Instruções, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.
- 12.4.9. Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro poderá negociar para que seja obtido um melhor preço.
- 12.4.10. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio, e pelos licitantes.
- 12.4.11. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o Pregoeiro devolverá, aos licitantes, julgados desclassificados no certame, os envelopes “**Documentação de Habilitação**” inviolados, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



13. DA IMPUGNAÇÃO E DO RECURSO ADMINISTRATIVO

- 13.1. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar este edital, mediante protocolo na sede do Consórcio CIM-AMAI.
- 13.2. Os recursos/impugnações ao edital também poderão ser encaminhados por correio, desde que atendam ao prazo descrito no item 13.1.
- 13.3. Não serão aceitos recursos/impugnações ao edital enviado por fax e/ou email.
- 13.4. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 13.5. O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 13.6. Não serão admitidos recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela Licitante.
- 13.7. **A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.**
- 13.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.9. O resultado do recurso será divulgado mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios.

14. ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 14.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Competente.
- 14.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará a adjudicação e determinará a contratação, no prazo previsto neste edital.

15. DO PAGAMENTO

- 15.1. O pagamento será precedido da Nota Fiscal, consistindo em documento obrigatório.
- 15.2. Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à licitante para as devidas correções.
- 15.3. O pagamento ocorrerá mediante depósito ou transferência bancária em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.
- 15.4. A execução do objeto será mediante o regime de empreitada por preço unitário.
- 15.5. O pagamento será realizado em parcela única, no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega, instalação e pleno funcionamento do equipamento licitado.
- 15.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 15.7. Eventuais variações de preços dos equipamentos durante a execução do contrato não darão ensejo a qualquer aditivo contratual, devendo a proposta contemplar eventuais riscos relativos à flutuação dos preços.

16. DA VIGÊNCIA

16.1 O Contrato oriundo do Processo terá sua vigência de 12 (doze) meses contados a partir da sua publicação por extrato no órgão oficial, podendo ser prorrogado a vigência, até o limite legal previsto nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/1994.

17. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

- 17.1. O fornecedor obriga-se a entregar o(s) equipamento(s) licitado(s) em que foi declarado vencedor, no prazo máximo **de 90 (noventa) dias**, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento;
- 17.2. Endereço do local de entrega do objeto deste edital: **Município de Xanxerê, endereço a combinar.**

18. DAS OBRIGAÇÕES

18.1. DA CONTRATADA:

- 18.1.1. Cumprir todas as exigências constantes do edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência e no Contrato.
- 18.1.2. Contatar a equipe técnica do CONTRATANTE, após a assinatura deste instrumento para, em conjunto, definirem a execução dos serviços, entrega e instalação do equipamento.
- 18.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.
- 18.1.4. Cumprir os prazos estabelecidos, sob pena de multa, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.
- 18.1.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços e dos fornecimentos sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
- 18.1.6. Manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.
- 18.1.7. Corrigir, alterar e/ou refazer no prazo definido pelo CONTRATANTE os serviços, mesmo que entregues e aceitos, desde que comprovada a existência de vícios de qualidade ou quantidade, alterações da estabilidade que comprometam a sua integridade.
- 18.1.8. Assumir inteira responsabilidade civil, penal e administrativa por danos e prejuízos que causar, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- 18.1.9. A CONTRATADA estará vinculada ao prazo de entrega previsto no Termo de Referência.
- 18.1.10. Adotar medidas, padrões de segurança de acesso e de integridade dos dados. Procedimentos especiais de segurança serão objeto de acordo específico entre as partes.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 18.1.11. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal nº 8.666/93. A inadimplência da CONTRATADA não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.
- 18.1.12. Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados.
- 18.1.13. A CONTRATADA não pode alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos.
- 18.1.14. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua perfeita prestação.
- 18.1.15. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do CONTRATANTE.
- 18.1.16. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado.
- 18.1.17. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, em especial quanto aos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- 18.1.18. Repassar ao Contratante todas as vantagens promocionais oferecidas pelo fabricante dos softwares, que impactem no objeto do contrato firmado, bem como disponibilizar acesso à documentação comprobatória destas vantagens.
- 18.1.19. Designar representante comercial e representante técnico para atendimento. Ambos devem ser pertencentes ao quadro próprio da Contratada.
- 18.1.20. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do Objeto, devendo orientar seus empregados nesse sentido.
- 18.1.21. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do Gestor do Contrato inerentes à execução do Objeto contratual, desde que estejam em conformidade com as previsões editalícias, contratuais e legais.
- 18.1.22. A não cumprimento do disposto dos itens anteriores facultará ao CONTRATANTE a adoção de medidas objetivando possível rescisão contratual, incorrendo a CONTRATADA, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das demais penalidades legais.
- 18.2. DA CONTRATANTE:**
- 18.2.1. Apresentar Autorização de Fornecimento, especificando o prazo e o local de entrega;
- 18.2.2. Efetuar o pagamento conforme definido no Edital, mediante apresentação da Nota Fiscal, desde que, atendidas as demais exigências estabelecidas neste Edital;
- 18.2.3. Fiscalizar a entrega.
- 18.2.4. O Fiscal do Contrato deverá comunicar qualquer irregularidade dos objetos não condizentes com o Edital.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



19. DAS PENALIDADES:

- 19.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Consórcio CIM-AMAI, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui estabelecidas.
- 19.2. O descumprimento total ou parcial do contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades:
 - 19.2.1. Advertência;
 - 19.2.2. Multa:
 - a) No caso de não cumprimento do prazo de prestação de serviços do objeto, será aplicável à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 5% do valor contratual;
 - b) Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Consórcio CIM-AMAI poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo nº 87 da Lei nº 8.666/93, sendo que no caso de multa esta corresponderá a 10% sobre o valor total do contrato, limitada a 10% do valor contratual.
 - c) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratual quando a contratada ceder o contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização da contratante, devendo reassumir o contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;
- 19.3. Suspensão do direito de participar em licitações/contratos de qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 19.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com órgãos da administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;
- 19.5. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

20. DAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

- 20.1. Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre o presente **Edital** serão prestadas pelo Pregoeiro, podendo ser encontrado na sede do CIM-AMAI ou através do e-mail cim-amai@amaisc.org.br ou pelo telefone (49) 3441-6600, informando o número da licitação, nos dias úteis, das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:30 horas.
- 20.2. Informações complementares referentes ao item licitado serão prestadas pelo Sr. Daniel Strada, também pelo fone (49) 3441-6600.

21. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO:

- 21.1. O Consórcio CIM-AMAI designa como:
- 21.2. **Fiscal deste Edital**, o Sr. **Rivael Sander Freschi**, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos e procedimentais, e para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 21.3. As exigências e a atuação da fiscalização pelo **CONTRATANTE** em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 22.1. As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame, correrão por conta de dotação orçamentária vigente.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1. Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil de expediente normal do Consórcio CIM-AMAI, subsequente as ora fixados.
- 23.2. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.
- 23.3. Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas de Preços como dos Documentos de Habilitação apresentados na Sessão.
- 23.4. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
- 23.5. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela depois de aberta a sessão do pregão.
- 23.6. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos conforme previsto no parágrafo 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.
- 23.7. É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento.
- 23.8. A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.
- 23.9. O Pregoeiro, no interesse do Consórcio, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação sendo possível à promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 23.10. Os preços não serão reajustados, salvo as situações previstas na forma da lei, observadas as disposições previstas no contrato.

Xanxerê-SC, 14 de outubro de 2022.

OSCAR MARTARELLO
Presidente do Consórcio CIM-AMAI
Prefeito do Município de Xanxerê

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

INTRODUÇÃO

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMAI - CIM-AMAI**, é um consórcio público, constituído na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 43.109.606/0001-72, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000; na forma da Lei Federal nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto Federal nº 6.017/07).

OBJETO

O objeto da licitação é a aquisição de Máquinas e Equipamentos novos, zero hora, fabricação mínimo 2021, conforme transferência de recursos provenientes do Convênio nº 2022010945 (Programa Transferência) firmado com o Estado de Santa Catarina, de acordo com as especificações constantes no edital e seus anexos, notadamente neste termo de referência e especificações técnicas do equipamento (anexo II).

JUSTIFICATIVA

Esta licitação esta pautada no amplo diálogo entre o Governo Estadual de Santa Catarina e os municípios associados ao CIM-AMAI que anuíram com o programa da Usina de Asfalto, com a identificação das necessidades da região, objetivando a viabilização da correta operação de uma usina de asfalto, dentro das normas e condicionantes técnicas e ambientais e de serviço de pavimentação asfáltica, com capacidade de fornecer e produzir asfalto para dar condições de trafegabilidade, melhorar e manter vias de acesso de infraestrutura rural e urbana, contribuindo no desenvolvimento sócio econômico da região.

VALORES REFERENCIAIS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

Os valores referenciais para contratação são demonstrados no Quadro de Serviços e representam o valor unitário máximo tolerado para cada item baseado em pesquisa de mercado.

Item	Aquisição dos Equipamentos	Unidade	Qtd e.	Total Máximo do item
01	Vibro Acabadora de Asfalto Autopropulsada, consonante termo de especificações mínimas delineadas no anexo II deste edital.	Unidade	01	R\$ 1.210.548,53
02	Rolo Compactador Vibratório Tandem Articulado, consonante termo de especificações mínimas delineadas no anexo II deste edital.	Unidade	01	R\$ 724.000,00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



03	Rolo Compactador Vibratório Tandem Leve Conjugado Placa/Pneumático, consonante termo de especificações mínimas delineadas no anexo II deste edital.	Unidade 01 unidade	R\$ 412.617,00
04	Pá Carregadeira Sobre Rodas, consonante termo de especificações mínimas delineadas no anexo II deste edital.	Unidade 01 Unidade	R\$ 641.799,99
05	Rolo Pneumático Estático, consonante termo de especificações mínimas delineadas no anexo II deste edital.	Unidade 01 Unidade	R\$ 787.000,00
06	Mini Carregadeira, consonante termo de especificações mínimas delineadas no anexo II deste edital.	Unidade 01 Unidade	R\$ 376.750,00
07	Fresadora de Pequeno Porte, consonante termo de especificações mínimas delineadas no anexo II deste edital.	Unidade 01 Unidade	R\$ 142.120,79

O valor acima foi extraído através de orçamentos realizados com empresas do ramo, o qual foi realizado a média entre os valores, sendo definido como preço máximo para a apresentação de proposta de preço.

DA EXECUÇÃO E ENTREGA

A Contratada deverá entregar o equipamento, objeto deste termo, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais condições previstas no edital e neste contrato.

O prazo de entrega da Máquinas/Equipamentos deverá se dar num prazo de 90 dias após a ordem de faturamento e entrega. O prazo de entrega poderá ser prorrogado mediante justificativa e autorização do consórcio.

Após a entrega das Máquinas, a contratada deverá fornecer entrega técnica abrangendo todos os aspectos do funcionamento, operação, manutenção preventiva e corretiva.

As Maquinas deverão ser entregues no Município de Xanxerê, em endereço e local e indicado na Autorização de Fornecimento.

A empresa contratada é responsável pelo transporte até o local indicado pela contratante.

O objeto desta licitação deverá possuir garantia de no mínimo 12 meses, sem limite de horas de uso.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



Assistências Técnicas e de Manutenção: as Máquinas deverão ter pelo menos uma concessionária/técnico autorizada no Estado de Santa Catarina para assistência técnica. A comprovação deverá ser feita através de documento assinado pela proponente, onde conste a relação da(s) concessionária(s) autorizada(s) com endereço completo, telefone, e-mail, etc.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Entregar as máquinas conforme requisitos e especificações determinadas no Termo de Referência.

Manter equipe de profissionais especializados e capacitados para a realização de entrega técnica e treinamento, capaz de prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

Substituir, sempre que exigido pelo Contratante e independentemente de justificativa por parte deste, qualquer empregado, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse público. Submeter à apreciação e à aprovação prévia do Contratante qualquer serviço adicional que entenda que deva ser executado.

Prestar sempre que solicitado, esclarecimento de dúvidas relacionadas à prestação dos serviços e às funcionalidades da solução.

Manter informado o técnico do Contratante, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.

Guardar sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham a ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas, respondendo contratual e legalmente pela inobservância deste item.

MEDIDAS ACAUTELADORAS

A Administração Pública pode, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, podendo haver retenção de pagamento se a Contratada incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a execução dos serviços.

É expressamente proibida a contratação de agente público, ou de familiar, vinculado ao CONTRATANTE, para a execução dos serviços mencionados neste documento.

Xanxerê-SC, 14 de outubro de 2022.

OSCAR MARTARELLO
Presidente do Consórcio CIM-AMAI
Prefeito do Município de Xanxerê

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO

ITEM 1 (1 UNIDADE) - VIBRO ACABADORA DE ASFALTO AUTOPROPULSADA, CONFORME AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

Nova, zero hora, ano e modelo de fabricação mínima de 2021.

Capacidade mínima de produção de 300 toneladas/h.

Motor: Cummins, 4 cilindros, potência mínima de 100 HP, deverá atender as normas de emissão de poluentes (MAR1 ou TIER3).

Observação: motor deve ser fabricado pelo mesmo fabricante do equipamento.

Propulsão / Direção: Transmissão hidrostática, freio de acionamento com discos em banho de óleo, direção eletrônica. Duas esteiras com áreas totais de contato aproximadas de 238cmx26cm. Velocidade de pavimentação mínima de 0 a 27m/min. Velocidade de deslocamento de 0 a 50m/min.

Silo: Capacidade de recebimento de materiais com laterais basculantes através de 2 cilindros hidráulicos de dupla ação. Capacidade mínima de 10.500kg de mistura asfáltica.

Transporte do material: dois transportadores independentes acionados por motores hidráulicos com controle automático ou manual de velocidade. Duas comportas para controle de fluxo para passagem do material. Controle de alimentação através de válvula proporcional para controle da velocidade dos transportadores. Sistema de caracol do tipo sem fim com diâmetro de 325mm.

Sistema de controle e direção: Comando de avanço e retrocesso eletrônico, display indicador das funções do motor e controle da máquina, inclusive sistema de diagnóstico de falhas em tempo real. Sistema de direção com comando joystick. Alarme para marcha ré.

Mesa Pavimentadora: extensível eletronicamente, com vibradores com frequência mínima de 0 a 42 revoluções por segundo. Largura mínima de pavimentação mesa fechada de 1.700mm e mesa aberta hidráulicamente 3.500mm. Espessura de pavimentação mínima de 20 a 250mm. Sistema de aquecimento por queimadores GLP. Com regulagem angular de forma hidráulica, ou pneumática ou elétrica. Toldo em fibra, Iluminação para trabalho noturno, sinalizador estroboscópico amarelo.

Entrega técnica: A entrega técnica deverá ser realizada juntamente da entrega do equipamento, devendo ser agendada anteriormente e ser realizada por técnico especializado e capacitado indicando todas as funcionalidades do equipamento, e detalhes técnicos de manuseio e manutenção preventiva do equipamento.

Treinamento: Após a entrega técnica, o contratado deverá ofertar treinamento teórico e prático, no local de aplicação da massa asfáltica, de no mínimo 40 (quarenta) horas/aula, visando o correto funcionamento da vibroacabadora, desde que não inferior a carga horária de 20 h/a, aos operadores designados pela contratante, abrangendo todos os aspectos do funcionamento, operação,

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



manutenção preventiva diária, semanal e programada, incluindo a operação e demais rotinas de utilização e manutenção; com entrega de manual de operação;

Manuais de operação: Todos devem ser fornecidos na língua portuguesa do Brasil (pt-BR);

Garantia: padrão do fabricante, não sendo inferior a 12 (doze) meses para itens de fabricação própria e, de acordo com a garantia do respectivo fabricante para componentes adquiridos de terceiros. Os termos de garantia dos componentes fabricados por terceiros devem ser entregues no momento da entrega técnica, apensados em pasta específica, classificados e explicados de forma clara aos operadores e membros indicados pelo Consórcio, estando todos traduzidos para o vernáculo português do Brasil (pt-BR), se for o caso;

Equipamento com código FINAME.

Valor máximo: R\$ 1.210.548,53 (um milhão, duzentos e dez mil, quinhentos e quarenta e oito reais e cinquenta e três centavos).

ITEM 2 (1 UNIDADE) - ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO TANDEM ARTICULADO, CONFORME AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

Nova, zero hora, ano e modelo de fabricação mínima de 2021.

Motor: 4 cilindros, potência mínima de 120 HP/90kw, deverá atender as normas de emissão de poluentes (MAR1 ou TIER3);

Observação: motor deve ser fabricado pelo mesmo fabricante do equipamento.

Dimensões: Peso operacional mínima de 9.000 kg; comprimento total mínimo de 4.400mm, largura do cilindro mínimo de 1.600mm Sistema de vibração dos tambores com 02 (duas) amplitudes mínimas de 37/66 mm e 02 (duas) frequências mínimas de 40/50 hz; 02 (duas) forças de centrífuga dianteira mínimas de 60/75 kn. Conter todos os equipamentos de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN;

Cabine: Fechada, com ar condicionado, com proteção de no mínimo contra capotamento/certificação ROPS; Alarme sonoro para manobras "a marcha ré"; conter também rádio AM/FM, com entradas em USB ou cartão de memória.

Entrega técnica: A entrega técnica deverá ser realizada juntamente da entrega do equipamento, devendo ser agendada anteriormente e ser realizada por técnico especializado e capacitado indicando todas as funcionalidades do equipamento, e detalhes técnicos de manuseio e manutenção preventiva do equipamento.

Treinamento: Após a entrega técnica, o contratado deverá ofertar treinamento teórico e prático, com carga horária de no mínimo 40 (quarenta) horas/aula, visando o correto funcionamento do equipamento, aos operadores designados pela contratante, abrangendo todos os aspectos do funcionamento, operação, manutenção preventiva diária, semanal e programada, incluindo a operação e demais rotinas de utilização e manutenção; com entrega de manual de operação;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



Manuais de operação: Todos devem ser fornecidos na língua portuguesa do Brasil (pt-BR);

Garantia: padrão do fabricante, não sendo inferior a 12 (doze) meses para itens de fabricação própria e, de acordo com a garantia do respectivo fabricante para componentes adquiridos de terceiros. Os termos de garantia dos componentes fabricados por terceiros devem ser entregues no momento da entrega técnica, apensados em pasta específica, classificados e explicados de forma clara aos operadores e membros indicados pelo Consórcio, estando todos traduzidos para o vernáculo português do Brasil (pt-BR), se for o caso;

Equipamento com código FINAME.

Valor máximo: R\$ 724.000,00 (setecentos e vinte e quatro mil reais).

ITEM 3 (1 UNIDADE) - ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO TANDEM LEVE CONJUGADO PLACA/PNEUMÁTICOS, CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

Rolo Compactador Vibratório Tandem, Leve Conjugado placa/pneumáticos, Novo, zero hora, motor à diesel de no mínimo 3 cilindros, potência igual ou superior a 46HP, Peso operacional igual ou superior a 2.000 kg; Largura do rolo liso igual ou superior a 1.000 mm; Controle de tração por válvula hidráulica anti-patinamento; vibração e direção por sistema hidrostático; arrefecimento por água; Tanque de combustível igual ou superior a 35 litros, Reservatório de água igual ou superior a 160 litros. Sistema de aspersão pressurizado; Alarme sonoro para manobras "a marcha ré"; Estrutura protetora contra capotagem (Rollover Protective Structure - ROPS); sistema de iluminação;

Observação: motor deve ser fabricado pelo mesmo fabricante do equipamento.

Entrega técnica: A entrega técnica deverá ser realizada juntamente da entrega do equipamento, devendo ser agendada anteriormente e ser realizada por técnico especializado e capacitado indicando todas as funcionalidades do equipamento, e detalhes técnicos de manuseio e manutenção preventiva do equipamento.

Manuais de operação: Todos devem ser fornecidos na língua portuguesa do Brasil (pt-BR);

Garantia: padrão do fabricante, não sendo inferior a 12 (doze) meses para itens de fabricação própria e, de acordo com a garantia do respectivo fabricante para componentes adquiridos de terceiros. Os termos de garantia dos componentes fabricados por terceiros devem ser entregues no momento da entrega técnica, apensados em pasta específica, classificados e explicados de forma clara aos operadores e membros indicados pelo Consórcio, estando todos traduzidos para a língua portuguesa do Brasil (pt-BR), se for o caso;

Valor Máximo: R\$ 412.617,00 (quatrocentos e doze mil, seiscentos e dezessete reais).

ITEM 4 (1 UNIDADE) - PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS, CONFORME AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

Nova, zero hora, ano e modelo de fabricação mínima de 2021.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



Dimensões: Peso Operacional maior ou igual a 11.000kg; capacidade mínima da caçamba 2,00m³ com dentes e segmentos, Tração 4x4;

Motor: Mínimo de 4 cilindros, Potência bruta igual ou superior a 130 HP, deverá atender as normas de emissão de poluentes (MAR1 ou TIER3);

Observação: motor deve ser fabricado pelo mesmo fabricante do equipamento.

Cabine: Fechada, com proteção de no mínimo contra capotamento/certificação ROPS e filtro anti-poeira;

Conforto: Ar-condicionado, assento do operador ergonômico, ajustável, com apoio para os braços e suspensão. Deverá ainda estar equipada com Rádio AM/FM e alarme sonoro de manobras de marcha ré. Pneus compatíveis com equipamento. Conter todos os equipamentos de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. Garantia mínima de 12 meses, independentemente da quantidade de horas.

Entrega técnica: A entrega técnica deverá ser realizada juntamente da entrega do equipamento, devendo ser agendada anteriormente e ser realizada por técnico especializado e capacitado indicando todas as funcionalidades do equipamento, e detalhes técnicos de manuseio e manutenção preventiva do equipamento.

Treinamento: Após a entrega técnica, o contratado deverá ofertar treinamento teórico e prático, com carga horária de no mínimo 20 (vinte) horas/aula visando o correto funcionamento do equipamento, aos operadores designados pela contratante, abrangendo todos os aspectos do funcionamento, operação, manutenção preventiva diária, semanal e programada, incluindo a operação e demais rotinas de utilização e manutenção; com entrega de manual de operação;

Manuais de operação: Todos devem ser fornecidos na língua portuguesa do Brasil (pt-BR);

Garantia: padrão do fabricante, não sendo inferior a 12 (doze) meses para itens de fabricação própria e, de acordo com a garantia do respectivo fabricante para componentes adquiridos de terceiros. Os termos de garantia dos componentes fabricados por terceiros devem ser entregues no momento da entrega técnica, apensados em pasta específica, classificados e explicados de forma clara aos operadores e membros indicados pelo Consórcio, estando todos traduzidos para a língua portuguesa do Brasil (pt-BR), se for o caso;

Valor Máximo: R\$ 641.799,99 (seiscentos e quarenta e um mil, setecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

ITEM 5 (1 UNIDADE) - ROLO PNEUMÁTICO ESTÁTICOXO, CONFORME AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

Novo, zero hora, ano e modelo de fabricação mínima de 2021.

Dimensões: Peso operacional com lastro igual ou superior de 24.000 kg; Pneus com rodas superpostas de no mínimo 3 rodas dianteiras oscilantes e 4 traseiras fixas. Freio de serviço

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



hidrostático, freios de emergência e estacionamento por molas, transmissão hidrostática composta por bomba, dois motores de pistões axiais e redutores planetários.

Motor: mínimo de 4 cilindros, Potência igual ou superior 100 HP. Reservatório borrifador de água de no mínimo 300 litros;

Observação: motor deve ser fabricado pelo mesmo fabricante do equipamento.

Cabine: Fechada, com proteção de no mínimo contra capotamento/certificação ROPS;

Conforto: Ar-condicionado, assento do operador ergonômico, ajustável, com apoio para os braços e suspensão. Deverá ainda estar equipada com Rádio AM/FM e alarme sonoro de manobras de marcha ré. Pneus compatíveis com equipamento. Conter todos os equipamentos de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. Garantia mínima de 12 meses, independentemente da quantidade de horas.

Entrega técnica: A entrega técnica deverá ser realizada juntamente da entrega do equipamento, devendo ser agendada anteriormente e ser realizada por técnico especializado e capacitado indicando todas as funcionalidades do equipamento, e detalhes técnicos de manuseio e manutenção preventiva do equipamento.

Manuais de operação: Todos devem ser fornecidos na língua portuguesa do Brasil (PT-BR);

Treinamento: Após a entrega técnica, o contratado deverá ofertar treinamento teórico e prático, com carga horária de no mínimo 40 (quarenta) horas/aula, visando o correto funcionamento do equipamento, aos operadores designados pela contratante, abrangendo todos os aspectos do funcionamento, operação, manutenção preventiva diária, semanal e programada, incluindo a operação e demais rotinas de utilização e manutenção; com entrega de manual de operação;

Garantia: padrão do fabricante, não sendo inferior a 12 (doze) meses para itens de fabricação própria e, de acordo com a garantia do respectivo fabricante para componentes adquiridos de terceiros. Os termos de garantia dos componentes fabricados por terceiros devem ser entregues no momento da entrega técnica, apensados em pasta específica, classificados e explicados de forma clara aos operadores e membros indicados pelo Consórcio, estando todos traduzidos para a língua portuguesa do Brasil (pt-BR), se for o caso;

Valor Máximo: R\$ 787.000,00 (setecentos e oitenta e sete mil reais).

ITEM 6 - (1 UNIDADE) - MINI CARREGADEIRA, CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

Nova, zero hora, ano e modelo de fabricação mínimo 2021. Equipada com motor a diesel mínimo de 4 cilindros, com potência mínima de 58HP. Sistema hidráulico. Capacidade mínima de carga operacional de 700 kg, Peso operacional igual ou superior a 2.900kg. Caçamba com volume mínimo de 0,35m³. Cabine ROPS/FOPS, fechada com ar condicionado. Linha hidráulica auxiliar para instalação de implementos. Giroflex simples fixo instalado sobre o teto na cor laranja; Alarme sonoro

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



para manobras “a marcha ré”. Equipamento deverá possuir Linha hidráulica auxiliar para instalação de implemento fresadora de pequeno porte.

Observação: motor deve ser fabricado pelo mesmo fabricante do equipamento.

Entrega técnica: A entrega técnica deverá ser realizada juntamente da entrega do equipamento, devendo ser agendada anteriormente e ser realizada por técnico especializado e capacitado indicando todas as funcionalidades do equipamento, e detalhes técnicos de manuseio e manutenção preventiva do equipamento.

Manuais de operação: Todos devem ser fornecidos na língua portuguesa do Brasil (pt-BR);

Garantia: padrão do fabricante, não sendo inferior a 12 (doze) meses para itens de fabricação própria e, de acordo com a garantia do respectivo fabricante para componentes adquiridos de terceiros. Os termos de garantia dos componentes fabricados por terceiros devem ser entregues no momento da entrega técnica, apensados em pasta específica, classificados e explicados de forma clara aos operadores e membros indicados pelo Consórcio, estando todos traduzidos para a língua portuguesa do Brasil (pt-BR), se for o caso;

Valor Máximo: R\$ 376.750,00 (trezentos e setenta e seis mil, setecentos e cinquenta reais).

ITEM 7 (1 UNIDADE) - FRESADORA DE PEQUENO PORTE, CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

Equipamento fresador de asfalto, novo, com deslocamento lateral hidráulico, inclinação vertical; regulagem de altura do tambor; rodas de apoio; Largura de corte igual ou superior a 600 mm; profundidade de corte igual ou superior a 6”; Chicote elétrico para joystick; Equipamento com adaptação para acoplar em qualquer marca de Mini Carregadeira.

Entrega técnica: A entrega técnica deverá ser realizada juntamente da entrega do equipamento, devendo ser agendada anteriormente e ser realizada por técnico especializado e capacitado indicando todas as funcionalidades do equipamento, e detalhes técnicos de manuseio e manutenção preventiva do equipamento.

Manuais de operação: Todos devem ser fornecidos na língua portuguesa do Brasil (pt-BR);

Garantia: padrão do fabricante, não sendo inferior a 12 (doze) meses para itens de fabricação própria e, de acordo com a garantia do respectivo fabricante para componentes adquiridos de terceiros. Os termos de garantia dos componentes fabricados por terceiros devem ser entregues no momento da entrega técnica, apensados em pasta específica, classificados e explicados de forma clara aos operadores e membros indicados pelo Consórcio, estando todos traduzidos para a língua portuguesa do Brasil (pt-BR), se for o caso;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



Valor máximo: R\$ 142.120,79 (cento e quarenta e dois mil cento e vinte reais e setenta e nove centavos).

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



**ANEXO III****MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**

(deverá acompanhar Prospecto e ficha Técnica do Equipamento)

Processo Licitatório nº 007/2022 CIM-AMAI

Pregão Presencial nº 007/2022 CIM-AMAI

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO e TELEFONE:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

2 - PREÇO

VALOR UNITÁRIO DO ITEM ____; R\$ _____ (Por extenso).

3 - CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente Licitação.

4 - PRAZO DE ENTREGA

Máximo de 90 (noventa) DIAS.

5 - VALIDADE DA PROPOSTA

60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

Obs.: Nos preços cotados estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta Licitação.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500





ANEXO IV

MODELO DE CREDENCIAMENTO

A empresa, inscrito no CNPJ nº, com sede à, neste ato representada pelo(s) diretores ou sócios, com qualificação completa (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador o Senhor (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere amplos poderes para junto ao Consórcio CIM-AMAI, praticar os atos necessários com relação à licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº/2022**, usando dos recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e em especial, para esta licitação.

Local, data

Assinatura e Carimbo

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500





ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE COM OS REQUISITOS
DE HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA)_____, CNPJ nº. , sediada (endereço completo)_____, **DECLARA**, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação no presente **Pregão Presencial nº/2022** e, ainda, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data, _____, ____ de _____ de 2022.

(nome e identidade do representante legal)

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr. _____, portador da cédula de identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, DECLARA que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos. Por ser verdade, firmamos a presente.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500





ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA
QUALIFICAÇÃO

Ao Consórcio CIM-AMAI

Pregão Presencial nº/2022

O signatário da presente, em nome da proponente , declara para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do artigo 32, parágrafo 2º e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Local, de de 2022.

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)

(carteira de identidade número e órgão emissor)

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



**ANEXO VIII -****MINUTA DO CONTRATO**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMAI - CIM-AMAI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 43.109.606/0001-72, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. OSCAR MARTARELLO**, portador da R.G. nº 1692088 SSP/SC e CPF sob o nº 461.817.769-15, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê-SC, denominada para este instrumento particular simplesmente de **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa:

....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º e Inscrição Estadual nº, estabelecida na Rua nº, na cidade de, neste ato representada pelo Sr., inscrito no CPF sob o nº e RG nº, doravante denominado **CONTRATADO**, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 8.883/94 e Lei n.º 9.648/98, firmam o presente que se regerá pelas Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto da licitação é a aquisição de Máquinas e Equipamentos Novos, zero hora, fabricação mínimo 2021, conforme transferência de recursos provenientes do Convênio nº 2022010945 (Programa Transferência) firmado com o Estado de Santa Catarina, de acordo com as especificações constantes no edital e seus anexos, notadamente o termo de referência (anexo I) e especificações técnicas do equipamento (anexo II).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

- 2.1 A Contratada deverá entregar o equipamento, instalar, realizar testes e deixa-lo em perfeito estado de funcionamento, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais condições previstas no edital.
- 2.2 Não será admitido qualquer custo extra referente ao transporte, instalação e testes, sendo que ficará a cargo da empresa vencedora do objeto.
- 2.3 O prazo de entrega do equipamento deverá se dar num prazo máximo de 90 dias após a ordem de faturamento e entrega.
- 2.4 Após a entrega do Equipamento a contratada deverá fornecer entrega técnica abrangendo todos os aspectos do funcionamento, operação, manutenção preventiva e corretiva.
- 2.5 O equipamento deverá ser entregue em endereço e local e indicado na Autorização de Fornecimento.
- 2.6 A empresa contratada é responsável pelo transporte até o local indicado pela contratante;
- 2.7 As Máquinas e Equipamentos deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação e instalação de no mínimo 12 meses, sem limite de quilometragem de uso, ou se a garantia de fábrica for com prazo superior, considerar-se-á o da superior.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR TOTAL, PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

3.1 O valor total do presente Contrato é de R\$, para constante na cláusula primeira deste termo.

3.2 O pagamento pela execução dos serviços do objeto da presente Licitação será feito em favor da Contratada, mediante depósito ou transferência bancária em sua conta corrente, após as entregas dos serviços, acompanhados da

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



respectiva nota fiscal.

3.3 A execução do objeto deste contrato será mediante o regime de empreitada por preço unitário.

3.4 O pagamento se dará mediante a entrega e instalação do equipamento, nas condições previstas no Termo de Referência do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias após a certificação da Nota Fiscal.

3.5 O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.6 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.7 Este contrato poderá ser revisto para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

3.8 O pedido, fundamentado e devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser encaminhado ao CONTRATANTE, não sendo apreciado o pedido de revisão de preços quando não comprovar o desequilíbrio sofrido.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas para a execução do objeto do presente contrato correrão por conta de dotação orçamentária vigente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1 No caso de atraso injustificado por parte do contratado para o início dos serviços ou para a conclusão final dos serviços, sujeitar-se-á as penalidades previstas no Edital e neste Contrato.

5.2 Pela inexecução total ou parcial do Contrato o CIM-AMAI poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções contratuais: advertência, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, suspensão temporária de participação em Licitação, impedimento de contratar com o CIM-AMAI e com todos os Municípios Consorciados por prazo não superior a 2 (dois) anos e declaração de inidoneidade, nos termos dos artigos 86 e 87, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

5.3 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, implicará na multa de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

5.4 Poderão ainda ser aplicadas as seguintes penalidades:

I- Por atraso ou paralização da execução superior a 10 (dez) dias do prazo de execução dos serviços, fica o CONTRATADO sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato, a ser calculado desde o 11º (décimo primeiro) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.

II- Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, canceladas as ordens de serviços e aplicada multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor do contrato.

III - Dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao CIM-AMAI ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Contratado o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 O presente Contrato poderá ser rescindido, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 O presente Contrato terá vigência de 6(seis) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado a vigência, até o limite legal previsto nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/1994.

CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório Presencial nº 07/2022, Edital de Pregão, na forma Presencial nº 07/2022.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Cumprir todas as exigências constantes do edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência e no Contrato.

9.2 Contatar a equipe técnica do CONTRATANTE, após a assinatura deste instrumento para, em conjunto, definirem a execução dos serviços.

9.3 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.

9.4 Cumprir os prazos estabelecidos, sob pena de multa, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

9.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços e dos fornecimentos sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

9.6 Manter equipe de profissionais especializados e capacitados para a realização de entrega técnica e treinamento, capaz de prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

9.7 Corrigir, alterar e/ou refazer no prazo definido pelo CONTRATANTE os serviços, mesmo que entregues e aceitos, desde que comprovada a existência de vícios de qualidade ou quantidade, alterações da estabilidade que comprometam a sua integridade.

9.8 Assumir inteira responsabilidade civil, penal e administrativa por danos e prejuízos que causar, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.9 A CONTRATADA estará vinculada ao prazo de entrega previsto no Termo de Referência.

9.10 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.11 A inadimplência da CONTRATADA não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

9.12 Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados.

9.13 A CONTRATADA não pode alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERÊ -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



fatos.

9.14 Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua perfeita prestação.

9.15 Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado.

9.16 Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, em especial quanto aos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

9.17 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do Gestor do Contrato inerentes à execução do Objeto contratual, desde que estejam em conformidade com as previsões editalícias, contratuais e legais.

9.18 O não cumprimento do disposto dos itens anteriores facultará ao CONTRATANTE a adoção de medidas objetivando possível rescisão contratual, incorrendo a CONTRATADA, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das demais penalidades legais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 Aplicam-se à execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 É competente o foro da Comarca de Xanxerê-SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavram e assinam, em (3) três vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, obrigando-se por si, seus herdeiros e/ou sucessores a cumpri-los em todos os seus termos.

Local... (SC), de de 2022.

OSCAR MARTARELLO
PRESIDENTE DO CIM-AMAI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ

CONTRATADA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL 08 -2022 - KIT DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA

Publicação Nº 4252119

**PROCESSO LICITATÓRIO nº 008/2022****PREGÃO nº 008/2022 - TIPO PRESENCIAL****1. PREÂMBULO**

- 1.1. **O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMAI - CIM-AMAI**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 43.109.606/0001-72, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000; neste ato representada pelo Presidente, Sr. Oscar Martarello, Prefeito do Município de Xanxerê; torna público para conhecimento dos interessados que na data e local abaixo indicados fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **Menor preço por Item**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

TIPO: Menor Preço por Item;**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** até às 13:45 horas do dia 04/11/2022;**INÍCIO DA SESSÃO:** às 14:00 horas do dia 04/11/2022.**REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília (DF)**LOCAL:** Rua Floriano Peixoto, número 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000.**PREGOEIRO:** Daniel Strada; E-mail: cim-amai@amaisc.org.br; Telefone: (49) 3441-6600.**2. OBJETO**

- 2.1. O objeto da licitação é a aquisição de Kit de Equipamento de Sinalização e Segurança; conforme transferência de recursos provenientes do Convênio nº 2022010945 (Programa Transferência) firmado com o Estado de Santa Catarina, de acordo com as especificações constantes no edital e seus anexos, notadamente o termo de referência (anexo I) e especificações técnicas do equipamento (anexo II).

- 2.2. Constituem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

- 2.2.1. Anexo I – Termo de Referência;
- 2.2.2. Anexo II - Especificações Técnicas do Equipamento;
- 2.2.3. Anexo III – Modelo de Proposta de Preços;
- 2.2.4. Anexo IV – Carta de Credenciamento;
- 2.2.5. Anexo V – Modelo Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação;
- 2.2.6. Anexo VI – Modelo de Declaração de que não emprega menores de dezoito anos;
- 2.2.7. Anexo VII – Modelo Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação;
- 2.2.8. Anexo VIII – Minuta do Contrato.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.
- 3.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
 - 3.2.1. Não contemplem em seu objeto social o objeto ora licitado;
 - 3.2.2. Estejam constituídos sob a forma de consórcio;
 - 3.2.3. **Estejam cumprindo penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública motivada pelas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei nº 8.666/93;**
 - 3.2.4. Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
 - 3.2.5. O disposto no art. 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações;
 - 3.2.6. Estejam em situação irregular perante as Fazendas: União, Federal, Estadual, INSS e FGTS;
 - 3.2.7. Tenham em seu quadro, empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesseis) anos, efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 3.3. A simples participação na presente licitação implica na aceitação irretratável de todas as normas do Edital.

4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 4.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
 - 4.1.1. Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
 - 4.1.2. Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
 - 4.1.3. Abrir as propostas de preços;
 - 4.1.4. Analisar a aceitabilidade das propostas;
 - 4.1.5. Desclassificar propostas indicando os motivos;
 - 4.1.6. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
 - 4.1.7. Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
 - 4.1.8. Declarar o vencedor;
 - 4.1.9. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
 - 4.1.10. Elaborar a ata da sessão;
 - 4.1.11. Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
 - 4.1.12. Convocar o vencedor para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;
 - 4.1.13. Abrir processo administrativo para apuração de irregularidade visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

5. APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS ENVELOPES

- 5.1. Os envelopes "Proposta de Preços" e "Documentação de Habilitação" deverão ser indevassáveis, fechados e entregues ao **Setor de Jurídico do Consórcio CIM-AMAI**, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo:
 - 5.1.1. **Os envelopes: nº 01 - Proposta e nº 02 - Documentação de Habilitação deverão ser Protocolados no Setor Jurídico do Consórcio CIM-AMAI, situado na Rua Floriano**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



Peixoto, nº 100, Centro, na cidade de Xanxerê-SC, até às 13:45 horas do dia 04 de novembro de 2022.

- 5.2. Se decidirem entregar os envelopes no próprio dia da abertura, os Proponentes deverão comparecer na sede do Consórcio CIM-AMAI, com a necessária antecedência em relação ao prazo indicado no subitem 5.1, não se aceitando justificativas de atraso na entrega dos envelopes devido a problemas de trânsito, fila no Setor Jurídico para protocolo ou de qualquer outra natureza.
- 5.3. Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

CONSÓRCIO CIM-AMAI

CONSÓRCIO CIM-AMAI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2022

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS

ENVELOPE Nº 2 - HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

CNPJ DA PROPONENTE

CNPJ DA PROPONENTE

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

- 6.1. A abertura da sessão pública para o credenciamento do representante legal da licitante e abertura dos envelopes e demais atos dar-se-á às 14:00 horas do dia 04 de novembro de 2022, na sede do Consórcio CIM-AMAI, localizado à Rua Floriano Peixoto, nº 100, centro, na cidade de Xanxerê-SC.

7. DO CREDENCIAMENTO

- 7.1. No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para a representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, os quais deverão ser entregues ao Pregoeiro **fora** dos envelopes, salientamos que os mesmos não serão devolvidos, **em cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original**, conforme abaixo:

7.1.1. Sócio e/ou Proprietário:

- a) Carteira de Identidade ou documento equivalente;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, conforme o caso;
- c) Declarações constantes do item 7.2 e 7.3;
- d) Comprovantes constantes do item 7.4 e 7.5.

7.1.2. Representante:

- a) Carteira de Identidade ou documento;
- b) Procuração ou Carta de Credenciamento, conforme modelo do Anexo IV, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, visando à comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado;
- d) Declarações constantes do item 7.2 e 7.3;
- e) Comprovantes constantes do item 7.4 e 7.5.

- 7.2. Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, conforme o modelo do Anexo V;
- 7.3. Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação, conforme o modelo do Anexo VII.
- 7.4. Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS de que a empresa não está impedida de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.
- 7.5. Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP de que a empresa não sofreu sanções das quais decorra restrição ao direito de participar e de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.
- 7.6. As **microempresas e empresas de pequeno porte**, para ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar juntamente com o Credenciamento:
 - I.- Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias, da abertura das propostas.
- 7.6.1. As **MEIs (Microempreendedor Individual)** deverão apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual para ter preferência conforme subitem 7.6.

A participação nas condições previstas neste item implica no reconhecimento de não se encontrar em nenhuma das situações previstas no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06.

- 7.7. *Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, em separado dos envelopes de documentação e proposta;*
- 7.8. A comissão poderá realizar cópias de documentos essenciais ao credenciamento, declarações e autentica-los no momento do credenciamento, respeitando o princípio da livre concorrência e participação no certame;
- 7.9. Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores;
- 7.10. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, **sendo que deverão enviar o Contrato Social e as declarações constantes nos itens 7.2 e 7.3 e comprovantes constantes nos itens 7.4 e 7.5 em envelope separado da Habilitação e Proposta;**
 - 7.10.1. Na hipótese de ausência de apresentação das declarações constantes nos itens 7.2 e 7.3, e estando presente o representante legal na sala onde está ocorrendo a sessão e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes específicos inerentes ao presente Pregão, a falta do documento poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato, sendo necessário declarar de próprio punho ou verbalmente registrado em ata.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



7.10.2. A não apresentação da comprovação dos itens 7.4 e 7.5 poderá ser sanada e/ou consultado no momento do credenciamento pelo pregoeiro com base no art. 43, parágrafo 3º da Lei 8.666/93;

7.11. É vedado a uma só pessoa física representar mais de uma empresa neste Pregão.

8. PROPOSTAS DE PREÇOS (envelope 01)

- 8.1. **As propostas de preços (envelope nº 01) deverão ser entregues impressas**, em uma via, com suas páginas rubricadas, e a última **assinada pelo representante legal da empresa**, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, e deverão constar:
- 8.1.1. **Razão social**, endereço, telefone e o CNPJ da proponente;
- 8.1.2. **Nome do titular** ou do representante legalmente constituído com respectiva **assinatura**;
- 8.1.3. **Data**;
- 8.1.4. **Preço unitário** por item/quantidade, grafado em algarismos, com duas casas decimais após a vírgula; em moeda brasileira corrente;
- 8.1.5. **Conter prazo de entrega** do equipamento, não podendo ser superior a 90 (noventa) dias.

Nota 1: Nos preços propostos, a inclusão de todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, encargos sociais e inclusive as despesas de transporte do equipamento para entrega e instalação, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta Licitação.

8.2. As propostas financeiras deverão respeitar como limite máximo aqueles estipulados no Anexo I;

- 8.2.1. Serão desclassificadas as propostas que ultrapassarem o valor máximo estipulado no Anexo I.

Nota 2: na hipótese da proposta não estar rubricada e assinada, conforme exigido no subitem 8.1, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo aberto os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes específicos inerentes ao presente Pregão, a falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato.

9. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS E DO JULGAMENTO:

- 9.1. Somente serão aceitas as propostas cujos preços unitários ofertados não excedam o limite estimado pelo Consórcio, que é aquele descrito no Anexo I;
- 9.2. O julgamento será realizado em conformidade com o Edital e as Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar 123/06 e demais normas pertinentes levando-se em conta, interesse do Serviço Público, os critérios de "**MENOR PREÇO POR ITEM**".

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 9.3. Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital e contiverem omissões, rasuras, entrelinhas ou forem ilegível, bem como com preços unitários superestimados ou inexequíveis, de acordo com os subitens anteriores;
- 9.4. Os quantitativos e valores indicados no Anexo I correspondem à média dos praticados no mercado e foram apurados para o efeito de estimar-se o valor objeto em licitação;
- 9.5. Nos preços propostos deverão constar e serem computadas todas as despesas, indispensáveis à realização do serviço, inclusive consumo de combustível, materiais de expediente, mão-de-obra, materiais, transporte dos materiais, encargos das leis sociais e quaisquer despesas acessórias e necessárias, não especificadas neste Edital, e relativo aos trabalhos, objeto desta licitação;
- 9.6. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a execução de todo o serviço, objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional quando devida e erro ou má interpretação de parte da proponente;
- 9.7. Quando todas as propostas forem desclassificadas, o órgão ou entidade poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de outras, escoimadas das causas referidas no subitem anterior.

10. DA VALIDADE DA PROPOSTA

- 10.1. As propostas apresentadas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de seu envio, de acordo com art. 6º da Lei nº 10.520/2002;
- 10.2. Os prazos de validade da proposta apresentados que, porventura, divirjam do determinado no subitem 10.1 serão desconsiderados, prevalecendo o prazo previsto no subitem acima.

11. DA HABILITAÇÃO (envelope 02):

I. REGULARIDADE JURÍDICA:

- a) Cópia do **Contrato Social e Alterações posteriores**, ou Cópia da última Alteração Consolidada (desde que conste o objeto social do contrato) registrados na Junta Comercial do Estado ou Registro Comercial para empresa individual e no caso de Sociedade por Ações o Ato Constitutivo acompanhado da Ata da Assembleia que elegeu a diretoria em exercício.
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**).
Obs: Caso o licitante tenha apresentado o Contrato Social no credenciamento, o mesmo fica dispensado do referido documento no envelope de habilitação.
- c) Declaração de que não emprega menores de dezoito anos, conforme anexo VI.
- d) Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação, conforme anexo VII.

II. REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);
- b) Certidão negativa de débitos perante a Fazenda Nacional, relativos a tributos e contribuições **Federais**;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda **Estadual**, relativo ao ICMS Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- d) Prova de regular situação perante a Fazenda Pública **Municipal** do domicílio ou sede da licitante;
- e) Certidão Negativa de Débitos **Trabalhistas (CNDT)**;
- f) Certidão negativa de Falência e Concordata, fornecida pela Comarca do Tribunal de Justiça do Estado;
- g) Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS de que a empresa não está impedida de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.
- h) Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP de que a empresa não sofreu sanções das quais decorra ao direito de participar e de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.

11.1. Se o licitante for à **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for à **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, excetos aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante da licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstos **neste item**.

12. SESSÃO DO PREGÃO

12.1. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro declarará aberta à sessão do PREGÃO, oportunidade em que não mais aceitará novo proponente, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

12.2. Da Classificação das Propostas

- 12.2.1. O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes que contêm a proposta Financeira avaliando o cumprimento das condições exigidas no edital.
- 12.2.2. O Pregoeiro classificará o autor da proposta de **menor preço por item** e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.
- 12.2.3. Se não houver, no mínimo 3 (três) propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.
- 12.2.4. Caso duas ou mais propostas comerciais em igualdade de condições fiquem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.
- 12.2.5. A Licitante que desistir de sua proposta escrita está sujeita às sanções administrativas previstas nestas Instruções.

12.3. Dos Lances Verbais

- 12.3.1. As licitantes classificadas terão a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, com valores distintos e

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



decrecentes, a partir da proposta financeira classificada de maior valor e os demais lances, em ordem decrescente de valor, podendo o pregoeiro, definir no momento, lances mínimos;

- 12.3.2. Para a formulação de lances, poderá ser concedido tempo para o atendimento a eventuais necessidades de avaliação e de consulta à empresa pelo seu representante, por meio de telefone ou outros meios disponíveis;
- 12.3.3. Na hipótese em que houver mais de uma proposta igual de menor valor por item, sem que tenha havido oferta de lances verbais, a ordem de classificação dar-se-á mediante novo sorteio a ser realizado, na mesma sessão pública, pelo Pregoeiro;
- 12.3.4. **Não poderá haver desistência dos lances ofertados**, sujeitando-se a Licitante desistente às penalidades legais e às sanções administrativas previstas nestas Instruções;
- 12.3.5. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas;
- 12.3.6. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita e o valor estimado para a contratação;
- 12.3.7. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, será assegurada às microempresas e às empresas de pequeno, **que comprovaram tal situação**, como critério de desempate, preferência de contratação desde que as propostas apresentadas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço ofertado na fase de lances, observado o seguinte procedimento:
- A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor preço, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após a convocação do Pregoeiro, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
 - Não ocorrendo a contratação na forma do subitem "i", serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que se enquadrem na hipótese do subitem "i", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
 - A não-contratação nos termos previstos no subitem "i", ensejará a adjudicação do objeto licitado em favor da proposta originalmente vencedora;
 - O disposto no subitem "i" somente será aplicado quando o melhor preço ofertado na fase de lances não houver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte.

12.3.8. **Aos proponentes vencedores não será necessário o envio de nova proposta readequando os valores de acordo com os lances, tal readequação será feita EXCLUSIVAMENTE pelo sistema utilizado pelo Consórcio CIM-AMAI.**

12.4. Do Julgamento

- 12.4.1. O critério de julgamento será exclusivamente o de **Menor preço por item** ofertado.
- 12.4.2. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- 12.4.3. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.
- 12.4.4. Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 12.4.5. Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.
- 12.4.6. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis para a regularização da documentação, conforme prevê o § 1º e 2º do Art. 43 da Lei Complementar nº 123/06, de 14 de dezembro de 2006.
- 12.4.7. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.
- 12.4.8. Se a oferta não for aceitável ou se a Licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação da habilitação da Licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as Instruções, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.
- 12.4.9. Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro poderá negociar para que seja obtido um melhor preço.
- 12.4.10. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio, e pelos licitantes.
- 12.4.11. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o Pregoeiro devolverá, aos licitantes, julgados desclassificados no certame, os envelopes "**Documentação de Habilitação**" inviolados, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

13. DA IMPUGNAÇÃO E DO RECURSO ADMINISTRATIVO

- 13.1. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar este edital, mediante protocolo na sede do Consórcio CIM-AMAI.
- 13.2. Os recursos/impugnações ao edital também poderão ser encaminhados por correio, desde que atendam ao prazo descrito no item 13.1.
- 13.3. Não serão aceitos recursos/impugnações ao edital enviado por fax e/ou email.
- 13.4. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 13.5. O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 13.6. Não serão admitidos recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela Licitante.
- 13.7. **A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.**
- 13.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.9. O resultado do recurso será divulgado mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



14. ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 14.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Competente.
- 14.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará a adjudicação e determinará a contratação, no prazo previsto neste edital.

15. DO PAGAMENTO

- 15.1. O pagamento será precedido da Nota Fiscal, consistindo em documento obrigatório.
- 15.2. Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à licitante para as devidas correções.
- 15.3. O pagamento ocorrerá mediante depósito ou transferência bancária em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.
- 15.4. O pagamento será realizado em parcela única, no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega, instalação e pleno funcionamento do equipamento licitado.
- 15.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 15.6. Eventuais variações de preços dos equipamentos durante a execução do contrato não darão ensejo a qualquer aditivo contratual, devendo a proposta contemplar eventuais riscos relativos à flutuação dos preços.

16. DA VIGÊNCIA

- 16.1 O Contrato oriundo do Processo terá sua vigência de 12 (doze) meses contados a partir da sua publicação por extrato no órgão oficial, podendo ser prorrogado a vigência, até o limite legal previsto nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/1994.

17. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

- 17.1. O fornecedor obriga-se a entregar o(s) equipamento(s) licitado(s) em que foi declarado vencedor, no prazo máximo **de 90 (noventa) dias**, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento;
- 17.2. Endereço do local de entrega do objeto deste edital: **Município de Xanxerê, endereço a combinar.**

18. DAS OBRIGAÇÕES

18.1. DA CONTRATADA:

- 18.1.1. Cumprir todas as exigências constantes do edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência e no Contrato.
- 18.1.2. Entregar o objeto da licitação conforme especificações, quantidade e prazo descritos neste edital e no respectivo Contrato; sob pena de multa.
- 18.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.
- 18.1.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços e dos fornecimentos sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 18.1.5. Manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.
- 18.1.6. Corrigir, alterar e/ou refazer no prazo definido pelo CONTRATANTE os serviços, mesmo que entregues e aceitos, desde que comprovada a existência de vícios de qualidade ou quantidade, alterações da estabilidade que comprometam a sua integridade.
- 18.1.7. Assumir inteira responsabilidade civil, penal e administrativa por danos e prejuízos que causar, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- 18.1.8. A CONTRATADA estará vinculada ao prazo de entrega previsto no Termo de Referência.
- 18.1.9. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal nº 8.666/93. A inadimplência da CONTRATADA não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.
- 18.1.10. Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados.
- 18.1.11. A CONTRATADA não pode alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos.
- 18.1.12. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua perfeita prestação.
- 18.1.13. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço e objeto contratado.
- 18.1.14. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, em especial quanto aos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- 18.1.15. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do Objeto, devendo orientar seus empregados nesse sentido.
- 18.1.16. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do Gestor do Contrato inerentes à execução do Objeto contratual, desde que estejam em conformidade com as previsões editalícias, contratuais e legais.
- 18.1.17. O não cumprimento do disposto dos itens anteriores facultará ao CONTRATANTE a adoção de medidas objetivando possível rescisão contratual, incorrendo a CONTRATADA, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das demais penalidades legais.

18.2. DA CONTRATANTE:

- 18.2.1. Apresentar Autorização de Fornecimento, especificando o prazo e o local de entrega;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 18.2.2. Efetuar o pagamento conforme definido no Edital, mediante apresentação da Nota Fiscal, desde que, atendidas as demais exigências estabelecidas neste Edital;
- 18.2.3. Fiscalizar a entrega.
- 18.2.4. O Fiscal do Contrato deverá comunicar qualquer irregularidade dos objetos não condizentes com o Edital.

19. DAS PENALIDADES:

- 19.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Consórcio CIM-AMAI, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui estabelecidas.
- 19.2. O descumprimento total ou parcial do contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades:
- 19.2.1. Advertência;
- 19.2.2. Multa:
- a) No caso de não cumprimento do prazo de prestação de serviços do objeto, será aplicável à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 10% do valor contratual;
 - b) Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Consórcio CIM-AMAI poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo nº 87 da Lei nº 8.666/93, sendo que no caso de multa esta corresponderá a 20% sobre o valor total do contrato.
 - c) Multa de 15% (dez por cento) do valor contratual quando a contratada ceder o contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização da contratante, devendo reassumir o contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;
- 19.3. Suspensão do direito de participar em licitações/contratos de qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 19.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com órgãos da administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;
- 19.5. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

20. DAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

- 20.1. Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre o presente Edital serão prestadas pelo Pregoeiro, podendo ser encontrado na sede do CIM-AMAI ou através do e-mail cim-amai@amaisc.org.br ou pelo telefone (49) 3441-6600, informando o número da licitação, nos dias úteis, das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:30 horas.
- 20.2. Informações complementares referentes ao item licitado serão prestadas pelo Sr. Daniel Strada, também pelo fone (49) 3441-6600.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



21. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO:

- 21.1. O Consórcio CIM-AMAI designa como:
- 21.2. **Fiscal deste Edital**, o Sr. **Rivael Sander Freschi**, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos e procedimentais, e para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.
- 21.3. As exigências e a atuação da fiscalização pelo **CONTRATANTE** em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 22.1. As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame, correrão por conta de dotação orçamentária vigente.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1. Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil de expediente normal do Consórcio CIM-AMAI, subsequente as ora fixados.
- 23.2. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.
- 23.3. Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas de Preços como dos Documentos de Habilitação apresentados na Sessão.
- 23.4. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
- 23.5. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela depois de aberta a sessão do pregão.
- 23.6. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos conforme previsto no parágrafo 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.
- 23.7. É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento.
- 23.8. A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.
- 23.9. O Pregoeiro, no interesse do Consórcio, poderá releva omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação sendo possível à promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 23.10. Os preços não serão reajustados, salvo as situações previstas na forma da lei, observadas as disposições previstas no contrato.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



Xanxerê-SC, 14 de outubro de 2022.

OSCAR MARTARELLO
Presidente do Consórcio CIM-AMAI
Prefeito do Município de Xanxerê

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

INTRODUÇÃO

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMAI - CIM-AMAI**, é um consórcio público, constituído na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 43.109.606/0001-72, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000; na forma da Lei Federal nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto Federal nº 6.017/07).

OBJETO

O objeto da licitação é a aquisição de Kit de Equipamento de Sinalização e Segurança; conforme transferência de recursos provenientes do Convênio nº 2022010945 (Programa Transferência) firmado com o Estado de Santa Catarina, de acordo com as especificações constantes no edital e seus anexos, notadamente neste termo de referência e especificações técnicas do equipamento (anexo II).

JUSTIFICATIVA

Esta licitação esta pautada no amplo diálogo entre o Governo Estadual de Santa Catarina e os municípios associados ao CIM-AMAI que anuíram com o programa da Usina de Asfalto, com a identificação das necessidades da região, objetivando a viabilização da correta operação de uma usina de asfalto, dentro das normas e condicionantes técnicas e ambientais e de serviço de pavimentação asfáltica, com capacidade de fornecer e produzir asfalto para dar condições de trafegabilidade, melhorar e manter vias de acesso de infraestrutura rural e urbana, contribuindo no desenvolvimento sócio econômico da região.

VALORES REFERENCIAIS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

Os valores referenciais para contratação são demonstrados no Quadro de Serviços e representam o valor unitário máximo tolerado para cada item baseado em pesquisa de mercado.

Item	Descrição do Kit de Equipamento de Sinalização e Segurança.	Unidade	Qtd e.	Total Máximo do item
01	50 (cinquenta) cones de sinalização rodoviária na cor laranja, consonante termo de especificações mínimas delineadas no anexo II deste edital. 12 (doze) placas metálicas - para atender os dois lados do segmento onde se está executando a pavimentação; consonante termo de especificações mínimas delineadas no anexo II deste edital.	Unidade	01	R\$ 15.657,33

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



O valor acima foi extraído através de orçamentos realizados com empresas do ramo, o qual foi realizado a média entre os valores, sendo definido como preço máximo para a apresentação de proposta de preço.

DA EXECUÇÃO E ENTREGA

A Contratada deverá entregar o objeto deste termo, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais condições previstas no edital e neste contrato.

O prazo de entrega do objeto deverá se dar num prazo de 90 dias após a ordem de faturamento e entrega. O prazo de entrega poderá ser prorrogado mediante justificativa e autorização do consórcio.

O item licitado deverá ser entregue no Município de Xanxerê, em endereço e local e indicado na Autorização de Fornecimento.

A empresa contratada é responsável pelo transporte até o local indicado pela contratante.

O objeto desta licitação deverá possuir garantia de no mínimo 12 meses.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Entregar as máquinas conforme requisitos e especificações determinadas no Termo de Referência.

Manter equipe de profissionais especializados e capacitados para a realização de entrega técnica e treinamento, capaz de prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

Substituir os equipamentos e itens licitados, no prazo máximo de 10 (dez) dias, quando apresentarem avarias, defeitos de fabricação ou vícios ocultos, sendo gratuitamente se no transcurso do período de garantia.

Submeter à apreciação e à aprovação prévia do Contratante qualquer serviço adicional que entenda que deva ser executado.

Manter informado o técnico do Contratante, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.

Guardar sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham a ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas, respondendo contratual e legalmente pela inobservância deste item.

MEDIDAS ACAUTELADORAS

A Administração Pública pode, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, podendo haver retenção de pagamento se a Contratada incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a execução dos serviços.

É expressamente proibida a contratação de agente público, ou de familiar, vinculado ao CONTRATANTE, para a execução dos serviços mencionados neste documento.

Xanxerê-SC, 14 de outubro de 2022.

OSCAR MARTARELLO
Presidente do Consórcio CIM-AMAI
Prefeito do Município de Xanxerê

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500





ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO KIT LICITADO

**ITEM 1 (1 UNIDADE) - KIT DE EQUIPAMENTO DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA,
CONFORME AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:**

I - 50 (cinquenta) cones de sinalização rodoviária na cor laranja; novos; construídos em material Semiflexível; Peso mínimo de 4,8 kg; Altura mínima de 75 cm; Faixas refletivas na cor branca.

II - 12 (doze) placas metálicas – para atender os dois lados do segmento onde se está executando a pavimentação - com medidas mínimas de 80 cm X 100 cm, com suporte, novas, sendo:

- a) 02 (duas) “ATENÇÃO OBRAS – CIM-AMAI”;
- b) 02 (duas) “PERIGO MÁQUINAS NA PISTA”;
- c) 02 (duas) “Obras a 1.000m”;
- d) 02 (duas) “Obras a 500m”;
- e) 02 (duas) “Obras a 300m”;
- f) 02 (duas) “Obras a 100m”.

Preço Máximo R\$ 15.657,33

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



**ANEXO III****MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**

(deverá acompanhar Prospecto e ficha Técnica do Equipamento)

Processo Licitatório nº 008/2022 CIM-AMAI

Pregão Presencial nº 008/2022 CIM-AMAI

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO e TELEFONE:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

2 - PREÇO

VALOR UNITÁRIO DO ITEM ____; R\$ _____ (Por extenso).

3 - CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente Licitação.

4 - PRAZO DE ENTREGA

Máximo de 90 (noventa) DIAS.

5 - VALIDADE DA PROPOSTA

60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

Obs.: Nos preços cotados estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta Licitação.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



ANEXO IV

MODELO DE CREDENCIAMENTO

A empresa, inscrito no CNPJ nº, com sede à, neste ato representada pelo(s) diretores ou sócios, com qualificação completa (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador o Senhor (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere amplos poderes para junto ao Consórcio CIM-AMAI, praticar os atos necessários com relação à licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº/2022**, usando dos recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e em especial, para esta licitação.

Local, data

Assinatura e Carimbo

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500





ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE COM OS REQUISITOS
DE HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA)_____, CNPJ nº. , sediada (endereço completo)_____, **DECLARA**, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação no presente **Pregão Presencial nº/2022** e, ainda, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data, _____, ____ de _____ de 2022.

(nome e identidade do representante legal)

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500





ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr. _____, portador da cédula de identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, DECLARA que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos. Por ser verdade, firmamos a presente.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500





ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA
QUALIFICAÇÃO

Ao Consórcio CIM-AMAI

Pregão Presencial nº/2022

O signatário da presente, em nome da proponente , declara para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do artigo 32, parágrafo 2º e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Local, de de 2022.

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)

(carteira de identidade número e órgão emissor)

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



**ANEXO VIII -****MINUTA DO CONTRATO**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMAI - CIM-AMAI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 43.109.606/0001-72, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. OSCAR MARTARELLO**, portador da R.G. nº 1692088 SSP/SC e CPF sob o nº 461.817.769-15, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê-SC, denominada para este instrumento particular simplesmente de **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa:

....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º e Inscrição Estadual nº, estabelecida na Rua nº, na cidade de, neste ato representada pelo Sr., inscrito no CPF sob o nº e RG nº, doravante denominado **CONTRATADO**, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 8.883/94 e Lei n.º 9.648/98, firmam o presente que se regerá pelas Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto da licitação é a aquisição de Kit de Equipamento de Sinalização e Segurança; conforme transferência de recursos provenientes do Convênio nº 2022010945 (Programa Transferência) firmado com o Estado de Santa Catarina, de acordo com as especificações constantes no edital e seus anexos, notadamente o termo de referência (anexo I) e especificações técnicas do equipamento (anexo II).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

- 2.1 A Contratada deverá entregar o objeto licitado, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais condições previstas no edital.
- 2.2 Não será admitido qualquer custo extra referente ao transporte, instalação e testes, sendo que ficará a cargo da empresa vencedora do objeto.
- 2.3 O prazo de entrega do objeto licitado deverá se dar num prazo máximo de 90 dias após a ordem de faturamento e entrega.
- 2.4 O equipamento deverá ser entregue em endereço e local e indicado na Autorização de Fornecimento.
- 2.5 A empresa contratada é responsável pelo transporte até o local indicado pela contratante;
- 2.6 O objeto licitado deverá ter garantia contra defeitos de fabricação de no mínimo 12 meses; ou se a garantia de fábrica for com prazo superior, considerar-se-á o da superior.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR TOTAL, PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

- 3.1 O valor total do presente Contrato é de R\$, para constante na cláusula primeira deste termo.
- 3.2 O pagamento pela entrega do objeto da presente Licitação será feito em favor da Contratada, mediante depósito ou transferência bancária em sua conta corrente, após as entregas dos serviços, acompanhados da respectiva nota fiscal.
- 3.3 O pagamento se dará mediante a entrega do objeto licitado, nas condições previstas no Termo de Referência do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias após a certificação da Nota Fiscal.
- 3.4 O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



3.5 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.6 Este contrato poderá ser revisto para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

3.7 O pedido, fundamentado e devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser encaminhado ao CONTRATANTE, não sendo apreciado o pedido de revisão de preços que não comprovar o desequilíbrio sofrido.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas para a execução do objeto do presente contrato correrão por conta de dotação orçamentária vigente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1 No caso de atraso injustificado por parte do contratado para o início dos serviços ou para a conclusão final dos serviços, sujeitar-se-á as penalidades previstas no Edital e neste Contrato.

5.2 Pela inexecução total ou parcial do Contrato o CIM-AMAI poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções contratuais: advertência, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, suspensão temporária de participação em Licitação, impedimento de contratar com o CIM-AMAI e com todos os Municípios Consorciados por prazo não superior a 2 (dois) anos e declaração de inidoneidade, nos termos dos artigos 86 e 87, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

5.3 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, implicará na multa de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

5.4 Poderão ainda ser aplicadas as seguintes penalidades:

I- Por atraso ou paralização da execução superior a 10 (dez) dias do prazo de execução dos serviços, fica o CONTRATADO sujeito a multa de 10% (dez por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato, a ser calculado desde o 11º (décimo primeiro) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.

II- Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, canceladas as ordens de serviços e aplicada multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor do contrato.

III - Dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao CIM-AMAI ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Contratado o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.

As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 O presente Contrato poderá ser rescindido, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 O presente Contrato terá vigência de 6(seis) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado a vigência, até o limite legal previsto nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/1994.

CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório Presencial nº 08/2022, Edital de Pregão, na forma Presencial nº 08/2022.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1 Cumprir todas as exigências constantes do edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência e no Contrato.
- 9.2 Entregar o objeto da licitação conforme especificações, quantidade e prazo descritos neste edital e no respectivo Contrato; sob pena de multa.
- 9.3 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.
- 9.4 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços e dos fornecimentos sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
- 9.5 Manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.
- 9.6 Corrigir, alterar e/ou refazer no prazo definido pelo CONTRATANTE os serviços, mesmo que entregues e aceitos, desde que comprovada a existência de vícios de qualidade ou quantidade, alterações da estabilidade que comprometam a sua integridade.
- 9.7 Assumir inteira responsabilidade civil, penal e administrativa por danos e prejuízos que causar, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- 9.8 A CONTRATADA estará vinculada ao prazo de entrega previsto no Termo de Referência.
- 9.9 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal nº 8.666/93. A inadimplência da CONTRATADA não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.
- 9.10 Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados.
- 9.11 A CONTRATADA não pode alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos.
- 9.12 Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua perfeita prestação.
- 9.13 Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço e objeto contratado.
- 9.14 Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, em especial quanto aos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- 9.15 Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do Objeto, devendo orientar seus empregados nesse sentido.
- 9.16 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do Gestor do Contrato inerentes à execução do Objeto contratual, desde que estejam em conformidade com as previsões editais, contratuais e

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



legais.

9.17 O não cumprimento do disposto dos itens anteriores facultará ao CONTRATANTE a adoção de medidas objetivando possível rescisão contratual, incorrendo a CONTRATADA, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das demais penalidades legais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 Aplicam-se à execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 É competente o foro da Comarca de Xanxerê-SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavram e assinam, em (3) três vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, obrigando-se por si, seus herdeiros e/ou sucessores a cumpri-los em todos os seus termos.

Local... (SC), de de 2022.

OSCAR MARTARELLO
PRESIDENTE DO CIM-AMAI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ

CONTRATADA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL 09-2022 - EQUIPAMENTOS - CORTADOR DE PISO, PLACA COMPACTADORA, COMPACTADOR DE PERCUSSÃO E SOPRADOR

Publicação Nº 4252121

**PROCESSO LICITATÓRIO nº 009/2022****PREGÃO nº 009/2022 - TIPO PRESENCIAL****1. PREÂMBULO**

- 1.1. **O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMAI - CIM-AMAI**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 43.109.606/0001-72, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000; neste ato representada pelo Presidente, Sr. Oscar Martarello, Prefeito do Município de Xanxerê; torna público para conhecimento dos interessados que na data e local abaixo indicados fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **Menor preço por Item**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

TIPO: Menor Preço por Item;**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** até às 13:45 horas do dia 03/11/2022;**INÍCIO DA SESSÃO:** às 14:00 horas do dia 03/11/2022.**REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília (DF)**LOCAL:** Rua Floriano Peixoto, número 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000.**PREGOEIRO:** Daniel Strada; E-mail: cim-amai@amaisc.org.br; Telefone: (49) 3441-6600.**2. OBJETO**

- 2.1. O objeto da licitação é a aquisição de equipamentos; conforme transferência de recursos provenientes do Convênio nº 2022010945 (Programa Transferência) firmado com o Estado de Santa Catarina, de acordo com as especificações constantes no edital e seus anexos, notadamente o termo de referência (anexo I) e especificações técnicas do equipamento (anexo II).

- 2.2. Constituem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

- 2.2.1. Anexo I – Termo de Referência;
- 2.2.2. Anexo II - Especificações Técnicas do Equipamento;
- 2.2.3. Anexo III – Modelo de Proposta de Preços;
- 2.2.4. Anexo IV – Carta de Credenciamento;
- 2.2.5. Anexo V – Modelo Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação;
- 2.2.6. Anexo VI – Modelo de Declaração de que não emprega menores de dezoito anos;
- 2.2.7. Anexo VII – Modelo Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação;
- 2.2.8. Anexo VIII – Minuta do Contrato.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.
- 3.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
 - 3.2.1. Não contemplem em seu objeto social o objeto ora licitado;
 - 3.2.2. Estejam constituídos sob a forma de consórcio;
 - 3.2.3. **Estejam cumprindo penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública motivada pelas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei nº 8.666/93;**
 - 3.2.4. Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
 - 3.2.5. O disposto no art. 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações;
 - 3.2.6. Estejam em situação irregular perante as Fazendas: União, Federal, Estadual, INSS e FGTS;
 - 3.2.7. Tenham em seu quadro, empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesseis) anos, efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 3.3. A simples participação na presente licitação implica na aceitação irretratável de todas as normas do Edital.

4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 4.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
 - 4.1.1. Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
 - 4.1.2. Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
 - 4.1.3. Abrir as propostas de preços;
 - 4.1.4. Analisar a aceitabilidade das propostas;
 - 4.1.5. Desclassificar propostas indicando os motivos;
 - 4.1.6. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
 - 4.1.7. Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
 - 4.1.8. Declarar o vencedor;
 - 4.1.9. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
 - 4.1.10. Elaborar a ata da sessão;
 - 4.1.11. Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
 - 4.1.12. Convocar o vencedor para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;
 - 4.1.13. Abrir processo administrativo para apuração de irregularidade visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

5. APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS ENVELOPES

- 5.1. Os envelopes "Proposta de Preços" e "Documentação de Habilitação" deverão ser indevassáveis, fechados e entregues ao **Setor de Jurídico do Consórcio CIM-AMAI**, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo:

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



5.1.1. Os envelopes: nº 01 – Proposta e nº 02 – Documentação de Habilitação deverão ser Protocolados no Setor Jurídico do Consórcio CIM-AMAI, situado na Rua Floriano Peixoto, nº 100, Centro, na cidade de Xanxerê-SC, até às 13:45 horas do dia 03 de novembro de 2022.

5.2. Se decidirem entregar os envelopes no próprio dia da abertura, os Proponentes deverão comparecer na sede do Consórcio CIM-AMAI, com a necessária antecedência em relação ao prazo indicado no subitem 5.1, não se aceitando justificativas de atraso na entrega dos envelopes devido a problemas de trânsito, fila no Setor Jurídico para protocolo ou de qualquer outra natureza.

5.3. Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

CONSÓRCIO CIM-AMAI

CONSÓRCIO CIM-AMAI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2022

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS

ENVELOPE Nº 2 - HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

CNPJ DA PROPONENTE

CNPJ DA PROPONENTE

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

6.1. A abertura da sessão pública para o credenciamento do representante legal da licitante e abertura dos envelopes e demais atos dar-se-á às 14:00 horas do dia 03 de novembro de 2022, na sede do Consórcio CIM-AMAI, localizado à Rua Floriano Peixoto, nº 100, centro, na cidade de Xanxerê-SC.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para a representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, os quais deverão ser entregues ao Pregoeiro **fora** dos envelopes, salientamos que os mesmos não serão devolvidos, **em cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original**, conforme abaixo:

7.1.1. Sócio e/ou Proprietário:

- Carteira de Identidade ou documento equivalente;
- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, conforme o caso;
- Declarações constantes do item 7.2 e 7.3;
- Comprovantes constantes do item 7.4 e 7.5.

7.1.2. Representante:

- Carteira de Identidade ou documento;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- b) Procuração ou Carta de Credenciamento, conforme modelo do Anexo IV, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social;
- c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, visando à comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado;
- d) Declarações constantes do item 7.2 e 7.3;
- e) Comprovantes constantes do item 7.4 e 7.5.

- 7.2. Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, conforme o modelo do Anexo V;
- 7.3. Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação, conforme o modelo do Anexo VII.
- 7.4. Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS de que a empresa não está impedida de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.
- 7.5. Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP de que a empresa não sofreu sanções das quais decorra restrição ao direito de participar e de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.
- 7.6. As **microempresas e empresas de pequeno porte**, para ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar juntamente com o Credenciamento:
 - I.- Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias, da abertura das propostas.

- 7.6.1. As **MEIs (Microempreendedor Individual)** deverão apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual para ter preferência conforme subitem 7.6.

A participação nas condições previstas neste item implica no reconhecimento de não se encontrar em nenhuma das situações previstas no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06.

- 7.7. *Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, em separado dos envelopes de documentação e proposta;*
- 7.8. A comissão poderá realizar cópias de documentos essenciais ao credenciamento, declarações e autenticá-los no momento do credenciamento, respeitando o princípio da livre concorrência e participação no certame;
- 7.9. Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores;
- 7.10. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, **sendo que deverão enviar o Contrato Social e as declarações constantes nos itens 7.2 e 7.3 e comprovantes constantes nos itens 7.4 e 7.5 em envelope separado da Habilitação e Proposta;**
 - 7.10.1. Na hipótese de ausência de apresentação das declarações constantes nos itens 7.2 e 7.3, e estando presente o representante legal na sala onde está ocorrendo a sessão e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



com poderes específicos inerentes ao presente Pregão, a falta do documento poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato, sendo necessário declarar de próprio punho ou verbalmente registrado em ata.

7.10.2. A não apresentação da comprovação dos itens 7.4 e 7.5 poderá ser sanada e/ou consultado no momento do credenciamento pelo pregoeiro com base no art. 43, parágrafo 3º da Lei 8.666/93;

7.11. É vedado a uma só pessoa física representar mais de uma empresa neste Pregão.

8. PROPOSTAS DE PREÇOS (envelope 01)

8.1. **As propostas de preços (envelope nº 01) deverão ser entregues impressas**, em uma via, com suas páginas rubricadas, e a última **assinada pelo representante legal da empresa**, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, e deverão constar:

8.1.1. **Razão social**, endereço, telefone e o CNPJ da proponente;

8.1.2. **Nome do titular** ou do representante legalmente constituído com respectiva **assinatura**;

8.1.3. **Data**;

8.1.4. **Preço unitário** por item/quantidade, grafado em algarismos, com duas casas decimais após a vírgula; em moeda brasileira corrente;

8.1.5. **Marca de cada item ofertado**. Quando a marca identificar a empresa participante, este campo deverá ser preenchido como “marca própria”;

8.1.6. **Conter prazo de entrega** do equipamento, não podendo ser superior a 90 (noventa) dias.

Nota 1: Nos preços propostos, a inclusão de todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, encargos sociais e inclusive as despesas de transporte do equipamento para entrega e instalação, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta Licitação.

8.2. **As propostas financeiras deverão respeitar como limite máximo aqueles estipulados no Anexo I;**

8.2.1. Serão desclassificadas as propostas que ultrapassarem o valor máximo estipulado no Anexo I.

Nota 2: na hipótese da proposta não estar rubricada e assinada, conforme exigido no subitem 8.1, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo aberto os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes específicos inerentes ao presente Pregão, a falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



9. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS E DO JULGAMENTO:

- 9.1. Somente serão aceitas as propostas cujos preços unitários ofertados não excedam o limite estimado pelo Consórcio, que é aquele descrito no Anexo I;
- 9.2. O julgamento será realizado em conformidade com o Edital e as Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar 123/06 e demais normas pertinentes levando-se em conta, interesse do Serviço Público, os critérios de "**MENOR PREÇO POR ITEM**".
- 9.3. Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital e contiverem omissões, rasuras, entrelinhas ou forem ilegível, bem como com preços unitários superestimados ou inexequíveis, de acordo com os subitens anteriores;
- 9.4. Os quantitativos e valores indicados no Anexo I correspondem à média dos praticados no mercado e foram apurados para o efeito de estimar-se o valor objeto em licitação;
- 9.5. Nos preços propostos deverão constar e serem computadas todas as despesas, indispensáveis à realização do serviço, inclusive consumo de combustível, materiais de expediente, mão-de-obra, materiais, transporte dos materiais, encargos das leis sociais e quaisquer despesas acessórias e necessárias, não especificadas neste Edital, e relativo aos trabalhos, objeto desta licitação;
- 9.6. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a execução de todo o serviço, objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional quando devida e erro ou má interpretação de parte da proponente;
- 9.7. Quando todas as propostas forem desclassificadas, o órgão ou entidade poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de outras, escoimadas das causas referidas no subitem anterior.

10. DA VALIDADE DA PROPOSTA

- 10.1. As propostas apresentadas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de seu envio, de acordo com art. 6º da Lei nº 10.520/2002;
- 10.2. Os prazos de validade da proposta apresentados que, porventura, divirjam do determinado no subitem 10.1 serão desconsiderados, prevalecendo o prazo previsto no subitem acima.

11. DA HABILITAÇÃO (envelope 02):

I. REGULARIDADE JURÍDICA:

- a) Cópia do **Contrato Social e Alterações posteriores**, ou Cópia da última Alteração Consolidada (desde que conste o objeto social do contrato) registrados na Junta Comercial do Estado ou Registro Comercial para empresa individual e no caso de Sociedade por Ações o Ato Constitutivo acompanhado da Ata da Assembleia que elegeu a diretoria em exercício.
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
Obs: Caso o licitante tenha apresentado o Contrato Social no credenciamento, o mesmo fica dispensado do referido documento no envelope de habilitação.
- c) Declaração de que não emprega menores de dezoito anos, conforme anexo VI.
- d) Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação, conforme anexo VII.

II. REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- b) Certidão negativa de débitos perante a Fazenda Nacional, relativos a tributos e

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- contribuições **Federais**;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda **Estadual**, relativo ao ICMS Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços;
 - d) Prova de regular situação perante a Fazenda Pública **Municipal** do domicílio ou sede da licitante;
 - e) Certidão Negativa de Débitos **Trabalhistas (CNDT)**;
 - f) Certidão negativa de Falência e Concordata, fornecida pela Comarca do Tribunal de Justiça do Estado;
 - g) Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS de que a empresa não está impedida de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.
 - h) Comprovante obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP de que a empresa não sofreu sanções das quais decorra ao direito de participar e de contratar com a Administração Pública, obtida no site <http://www.portaltransparencia.gov.br>.

III. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Prospecto do(s) equipamento(s) ofertado(s), contendo todas as informações exigidas nas especificações técnicas descritas no termo de referência para cada item;

- 11.1. Se o licitante for à **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for à **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, excetos aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante da licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstos **neste item**.

12. SESSÃO DO PREGÃO

- 12.1. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro declarará aberta à sessão do PREGÃO, oportunidade em que não mais aceitará novo proponente, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

12.2. Da Classificação das Propostas

- 12.2.1. O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes que contêm a proposta Financeira avaliando o cumprimento das condições exigidas no edital.
- 12.2.2. O Pregoeiro classificará o autor da proposta de **menor preço por item** e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.
- 12.2.3. Se não houver, no mínimo 3 (três) propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



12.2.4. Caso duas ou mais propostas comerciais em igualdade de condições ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.

12.2.5. A Licitante que desistir de sua proposta escrita está sujeita às sanções administrativas previstas nestas Instruções.

12.3. Dos Lances Verbais

12.3.1. As licitantes classificadas terão a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, com valores distintos e decrescentes, a partir da proposta financeira classificada de maior valor e os demais lances, em ordem decrescente de valor, podendo o pregoeiro, definir no momento, lances mínimos;

12.3.2. Para a formulação de lances, poderá ser concedido tempo para o atendimento a eventuais necessidades de avaliação e de consulta à empresa pelo seu representante, por meio de telefone ou outros meios disponíveis;

12.3.3. Na hipótese em que houver mais de uma proposta igual de menor valor por item, sem que tenha havido oferta de lances verbais, a ordem de classificação dar-se-á mediante novo sorteio a ser realizado, na mesma sessão pública, pelo Pregoeiro;

12.3.4. **Não poderá haver desistência dos lances ofertados**, sujeitando-se a Licitante desistente às penalidades legais e às sanções administrativas previstas nestas Instruções;

12.3.5. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas;

12.3.6. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita e o valor estimado para a contratação;

12.3.7. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, será assegurada às microempresas e às empresas de pequeno porte, **que comprovaram tal situação**, como critério de desempate, preferência de contratação desde que as propostas apresentadas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço ofertado na fase de lances, observado o seguinte procedimento:

- i. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor preço, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após a convocação do Pregoeiro, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- ii. Não ocorrendo a contratação na forma do subitem "i", serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que se enquadrem na hipótese do subitem "i", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- iii. A não-contratação nos termos previstos no subitem "i", ensejará a adjudicação do objeto licitado em favor da proposta originalmente vencedora;
- iv. O disposto no subitem "i" somente será aplicado quando o melhor preço ofertado na fase de lances não houver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte.

12.3.8. **Aos proponentes vencedores não será necessário o envio de nova proposta readequando os valores de acordo com os lances, tal readequação será feita EXCLUSIVAMENTE pelo sistema utilizado pelo Consórcio CIM-AMAI.**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERÊ -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



12.4. Do Julgamento

- 12.4.1. O critério de julgamento será exclusivamente o de **Menor preço por item** ofertado.
- 12.4.2. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- 12.4.3. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.
- 12.4.4. Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.
- 12.4.5. Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.
- 12.4.6. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis para a regularização da documentação, conforme prevê o § 1º e 2º do Art. 43 da Lei Complementar nº 123/06, de 14 de dezembro de 2006.
- 12.4.7. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.
- 12.4.8. Se a oferta não for aceitável ou se a Licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação da habilitação da Licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as Instruções, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.
- 12.4.9. Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro poderá negociar para que seja obtido um melhor preço.
- 12.4.10. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio, e pelos licitantes.
- 12.4.11. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o Pregoeiro devolverá, aos licitantes, julgados desclassificados no certame, os envelopes "**Documentação de Habilitação**" inviolados, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

13. DA IMPUGNAÇÃO E DO RECURSO ADMINISTRATIVO

- 13.1. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar este edital, mediante protocolo na sede do Consórcio CIM-AMAI.
- 13.2. Os recursos/impugnações ao edital também poderão ser encaminhados por correio, desde que atendam ao prazo descrito no item 13.1.
- 13.3. Não serão aceitos recursos/impugnações ao edital enviado por fax e/ou email.
- 13.4. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 13.5. O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 13.6. Não serão admitidos recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela Licitante.
- 13.7. **A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.**
- 13.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.9. O resultado do recurso será divulgado mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios.

14. ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 14.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Competente.
- 14.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará a adjudicação e determinará a contratação, no prazo previsto neste edital.

15. DO PAGAMENTO

- 15.1. O pagamento será precedido da Nota Fiscal, consistindo em documento obrigatório.
- 15.2. Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à licitante para as devidas correções.
- 15.3. O pagamento ocorrerá mediante depósito ou transferência bancária em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.
- 15.4. O pagamento será realizado em parcela única, no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega, instalação e pleno funcionamento do equipamento licitado.
- 15.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 15.6. Eventuais variações de preços dos equipamentos durante a execução do contrato não darão ensejo a qualquer aditivo contratual, devendo a proposta contemplar eventuais riscos relativos à flutuação dos preços.

16. DA VIGÊNCIA

- 16.1 O Contrato oriundo do Processo terá sua vigência de 12 (doze) meses contados a partir da sua publicação por extrato no órgão oficial, podendo ser prorrogado a vigência, até o limite legal previsto nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/1994.

17. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

- 17.1. O fornecedor obriga-se a entregar o(s) equipamento(s) licitado(s) em que foi declarado vencedor, no prazo máximo **de 90 (noventa) dias**, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento;
- 17.2. Endereço do local de entrega do objeto deste edital: **Município de Xanxerê, endereço a combinar.**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



18. DAS OBRIGAÇÕES

18.1. DA CONTRATADA:

- 18.1.1. Cumprir todas as exigências constantes do edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência e no Contrato.
- 18.1.2. Entregar o objeto da licitação conforme especificações, quantidade e prazo descritos neste edital e no respectivo Contrato; sob pena de multa.
- 18.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.
- 18.1.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços e dos fornecimentos sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
- 18.1.5. Manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.
- 18.1.6. Corrigir, alterar e/ou refazer no prazo definido pelo CONTRATANTE os serviços, mesmo que entregues e aceitos, desde que comprovada a existência de vícios de qualidade ou quantidade, alterações da estabilidade que comprometam a sua integridade.
- 18.1.7. Assumir inteira responsabilidade civil, penal e administrativa por danos e prejuízos que causar, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- 18.1.8. A CONTRATADA estará vinculada ao prazo de entrega previsto no Termo de Referência.
- 18.1.9. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal nº 8.666/93. A inadimplência da CONTRATADA não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.
- 18.1.10. Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados.
- 18.1.11. A CONTRATADA não pode alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos.
- 18.1.12. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua perfeita prestação.
- 18.1.13. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço e objeto contratado.
- 18.1.14. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, em especial quanto aos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- 18.1.15. Repassar ao Contratante todas as vantagens promocionais oferecidas pelo fabricante dos softwares, que impactem no objeto do contrato firmado, bem como disponibilizar acesso à documentação comprobatória destas vantagens.
- 18.1.16. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros de que tomar

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



conhecimento em razão da execução do Objeto, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

18.1.17. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do Gestor do Contrato inerentes à execução do Objeto contratual, desde que estejam em conformidade com as previsões editalícias, contratuais e legais.

18.1.18. O não cumprimento do disposto dos itens anteriores facultará ao CONTRATANTE a adoção de medidas objetivando possível rescisão contratual, incorrendo a CONTRATADA, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das demais penalidades legais.

18.2. DA CONTRATANTE:

18.2.1. Apresentar Autorização de Fornecimento, especificando o prazo e o local de entrega;

18.2.2. Efetuar o pagamento conforme definido no Edital, mediante apresentação da Nota Fiscal, desde que, atendidas as demais exigências estabelecidas neste Edital;

18.2.3. Fiscalizar a entrega.

18.2.4. O Fiscal do Contrato deverá comunicar qualquer irregularidade dos objetos não condizentes com o Edital.

19. DAS PENALIDADES:

19.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Consórcio CIM-AMAI, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui estabelecidas.

19.2. O descumprimento total ou parcial do contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades:

19.2.1. Advertência;

19.2.2. Multa:

a) No caso de não cumprimento do prazo de prestação de serviços do objeto, será aplicável à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 15% do valor contratual;

b) Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Consórcio CIM-AMAI poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo nº 87 da Lei nº 8.666/93, sendo que no caso de multa esta corresponderá a 25% sobre o valor total do contrato.

c) Multa de 15% (dez por cento) do valor contratual quando a contratada ceder o contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização da contratante, devendo reassumir o contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;

19.3. Suspensão do direito de participar em licitações/contratos de qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

19.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com órgãos da administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



19.5. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

20. DAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

20.1. Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre o presente **Edital** serão prestadas pelo Pregoeiro, podendo ser encontrado na sede do CIM-AMAI ou através do e-mail cim-amai@amaisc.org.br ou pelo telefone (49) 3441-6600, informando o número da licitação, nos dias úteis, das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:30 horas.

20.2. Informações complementares referentes ao item licitado serão prestadas pelo Sr. Daniel Strada, também pelo fone (49) 3441-6600.

21. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO:

21.1. O **Consórcio CIM-AMAI** designa como:

21.2. **Fiscal deste Edital**, o Sr. **Rivael Sander Freschi**, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos e procedimentais, e para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

21.3. As exigências e a atuação da fiscalização pelo **CONTRATANTE** em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame, correrão por conta de dotação orçamentária vigente.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil de expediente normal do Consórcio CIM-AMAI, subsequente as ora fixados.

23.2. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

23.3. Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas de Preços como dos Documentos de Habilitação apresentados na Sessão.

23.4. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

23.5. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela depois de aberta a sessão do pregão.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 23.6. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos conforme previsto no parágrafo 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.
- 23.7. É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento.
- 23.8. A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.
- 23.9. O Pregoeiro, no interesse do Consórcio, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação sendo possível à promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 23.10. Os preços não serão reajustados, salvo as situações previstas na forma da lei, observadas as disposições previstas no contrato.

Xanxerê-SC, 14 de outubro de 2022.

OSCAR MARTARELLO
Presidente do Consórcio CIM-AMAI
Prefeito do Município de Xanxerê

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

INTRODUÇÃO

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMAI - CIM-AMAI**, é um consórcio público, constituído na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 43.109.606/0001-72, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000; na forma da Lei Federal nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto Federal nº 6.017/07).

OBJETO

O objeto da licitação é a aquisição de equipamentos; conforme transferência de recursos provenientes do Convênio nº 2022010945 (Programa Transferência) firmado com o Estado de Santa Catarina, de acordo com as especificações constantes no edital e seus anexos, notadamente neste termo de referência e especificações técnicas do equipamento (anexo II).

JUSTIFICATIVA

Esta licitação esta pautada no amplo diálogo entre o Governo Estadual de Santa Catarina e os municípios associados ao CIM-AMAI que anuíram com o programa da Usina de Asfalto, com a identificação das necessidades da região, objetivando a viabilização da correta operação de uma usina de asfalto, dentro das normas e condicionantes técnicas e ambientais e de serviço de pavimentação asfáltica, com capacidade de fornecer e produzir asfalto para dar condições de trafegabilidade, melhorar e manter vias de acesso de infraestrutura rural e urbana, contribuindo no desenvolvimento sócio econômico da região.

VALORES REFERENCIAIS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

Os valores referenciais para contratação são demonstrados no Quadro de Serviços e representam o valor unitário máximo tolerado para cada item baseado em pesquisa de mercado.

Item	Descrição do Kit de Equipamento de Sinalização e Segurança.	Unidade	Qtd e.	Total Máximo do item
01	Cortador de piso Asfalto/Concreto, consonante termo de especificações mínimas delineadas no anexo II deste edital.	Unidade	01	R\$ 9.099,97
02	Placa Compactadora Vibratória à Gasolina, consonante termo de especificações mínimas delineadas no anexo II deste edital.	Unidade 01		R\$ 12.924,67

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



03	Compactador de Percussão, consonante termo de especificações mínimas delineadas no anexo II deste edital.	Unidade 01		R\$ 16.364,61
04	Soprador de Jardim à Gasolina, consonante termo de especificações mínimas delineadas no anexo II deste edital.	Unidade 01		R\$ 3.472,32

O valor acima foi extraído através de orçamentos realizados com empresas do ramo, o qual foi realizado a média entre os valores, sendo definido como preço máximo para a apresentação de proposta de preço.

DA EXECUÇÃO E ENTREGA

A Contratada deverá entregar o objeto deste termo, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais condições previstas no edital e neste contrato.

O prazo de entrega do objeto deverá se dar num prazo de 90 dias após a ordem de faturamento e entrega. O prazo de entrega poderá ser prorrogado mediante justificativa e autorização do consórcio.

O item licitado deverá ser entregue no Município de Xanxerê, em endereço e local e indicado na Autorização de Fornecimento.

A empresa contratada é responsável pelo transporte até o local indicado pela contratante.

O objeto desta licitação deverá possuir garantia de no mínimo 12 meses.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Entregar os equipamentos conforme requisitos e especificações determinadas no Termo de Referência.

Manter equipe de profissionais especializados e capacitados para a realização de entrega técnica e treinamento, capaz de prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

Substituir os equipamentos e itens licitados, no prazo máximo de 10 (dez) dias, quando apresentarem avarias, defeitos de fabricação ou vícios ocultos, sendo gratuitamente se no transcurso do período de garantia.

Submeter à apreciação e à aprovação prévia do Contratante qualquer serviço adicional que entenda que deva ser executado.

Manter informado o técnico do Contratante, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.

Guardar sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham a ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas, respondendo contratual e legalmente pela inobservância deste item.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



MEDIDAS ACAUTELADORAS

A Administração Pública pode, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, podendo haver retenção de pagamento se a Contratada incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a execução dos serviços.

É expressamente proibida a contratação de agente público, ou de familiar, vinculado ao CONTRATANTE, para a execução dos serviços mencionados neste documento.

Xanxerê-SC, 14 de outubro de 2022.

OSCAR MARTARELLO
Presidente do Consórcio CIM-AMAI
Prefeito do Município de Xanxerê

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO KIT LICITADO

ITEM 1 (1 UNIDADE) - CORTADOR DE PISO ASFALTO/CONCRETO, CONFORME AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

Equipamento novo, zero hora;

Motor à gasolina ciclo 4 tempos, com potência mínima de 14 HP;

Reservatório interno de água para refrigeração do disco de corte;

Fornecer incluso 01 disco de corte para concreto/asfalto;

Garantia padrão do fabricante, não inferior a 12 (doze) meses;

Transporte CIF;

Valor Máximo: R\$ 9.099,97 (nove mil, noventa e nove reais e noventa e sete centavos).

ITEM 2 (1 UNIDADE) - PLACA COMPACTADORA VIBRATÓRIA À GASOLINA 4T, CONFORME AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

Equipamento novo, zero hora;

Motor à gasolina ciclo 4 tempos, com potência mínima de 5,5 HP, para trabalhos em pisos asfálticos;

Compactação de solos e massa asfáltica;

Garantia padrão do fabricante, não inferior a 12 (doze) meses;

Transporte CIF;

Valor Máximo: R\$ 12.924,67 (doze mil, novecentos e vinte e quatro reais e sessenta e sete centavos).

ITEM 3 (1 UNIDADE) - COMPACTADOR DE PERCUSSÃO, CONFORME AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

Equipamento novo, zero hora;

Motor à gasolina ciclo 4 tempos, com potência mínima de 4 HP;

Garantia padrão do fabricante, não inferior a 12 (doze) meses;

Transporte CIF;

Valor Máximo: R\$ 16.264,61 (dezesesseis mil, duzentos e sessenta e quatro reais e sessenta e um centavos).

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



ITEM 4 (1 UNIDADE) - SOPRADOR DE JARDIM À GASOLINA, CONFORME AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

Equipamento novo, zero hora, tipo costal;

Motor à gasolina ciclo 4 tempos, com potência mínima de 4 HP;

Garantia padrão do fabricante, não inferior a 12 (doze) meses;

Transporte CIF;

Valor Máximo: R\$ 3.472,32 (três mil quatrocentos e setenta e dois reais e trinta e dois centavos).

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



**ANEXO III****MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**

(deverá acompanhar Prospecto e ficha Técnica do Equipamento)

Processo Licitatório nº 009/2022 CIM-AMAI

Pregão Presencial nº 009/2022 CIM-AMAI

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO e TELEFONE:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

2 - PREÇO E MARCA

VALOR UNITÁRIO DO ITEM ____; R\$ _____ (Por extenso).

MARCA:

3 - CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente Licitação.

4 - PRAZO DE ENTREGA

Máximo de 90 (noventa) DIAS.

5 - VALIDADE DA PROPOSTA

60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

Obs.: Nos preços cotados estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta Licitação.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500





ANEXO IV

MODELO DE CREDENCIAMENTO

A empresa, inscrito no CNPJ nº, com sede à, neste ato representada pelo(s) diretores ou sócios, com qualificação completa (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador o Senhor (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere amplos poderes para junto ao Consórcio CIM-AMAI, praticar os atos necessários com relação à licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº/2022**, usando dos recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e em especial, para esta licitação.

Local, data

Assinatura e Carimbo

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500





ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE COM OS REQUISITOS
DE HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA)_____, CNPJ nº. , sediada (endereço completo)_____, **DECLARA**, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação no presente **Pregão Presencial nº/2022** e, ainda, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data, _____, ____ de _____ de 2022.

(nome e identidade do representante legal)

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr. _____, portador da cédula de identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, DECLARA que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos. Por ser verdade, firmamos a presente.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA
QUALIFICAÇÃO

Ao Consórcio CIM-AMAI

Pregão Presencial nº/2022

O signatário da presente, em nome da proponente, declara para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do artigo 32, parágrafo 2º e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Local, de de 2022.

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)

(carteira de identidade número e órgão emissor)

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



**ANEXO VIII -****MINUTA DO CONTRATO**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMAI - CIM-AMAI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 43.109.606/0001-72, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 100, Centro, no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, Cep 89.820-000, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. OSCAR MARTARELLO**, portador da R.G. nº 1692088 SSP/SC e CPF sob o nº 461.817.769-15, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê-SC, denominada para este instrumento particular simplesmente de **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa:

....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº e Inscrição Estadual nº, estabelecida na Rua nº, na cidade de, neste ato representada pelo Sr., inscrito no CPF sob o nº e RG nº, doravante denominado **CONTRATADO**, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94 e Lei nº 9.648/98, firmam o presente que se regerá pelas Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto da licitação é a aquisição de equipamentos; conforme transferência de recursos provenientes do Convênio nº 2022010945 (Programa Transferência) firmado com o Estado de Santa Catarina, de acordo com as especificações constantes no edital e seus anexos, notadamente o termo de referência (anexo I) e especificações técnicas do equipamento (anexo II).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

- 2.1 A Contratada deverá entregar o objeto licitado, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais condições previstas no edital.
- 2.2 Não será admitido qualquer custo extra referente ao transporte, instalação e testes, sendo que ficará a cargo da empresa vencedora do objeto.
- 2.3 O prazo de entrega do objeto licitado deverá se dar num prazo máximo de 90 dias após a ordem de faturamento e entrega.
- 2.4 O equipamento deverá ser entregue em endereço e local e indicado na Autorização de Fornecimento.
- 2.5 A empresa contratada é responsável pelo transporte até o local indicado pela contratante;
- 2.6 O objeto licitado deverá ter garantia contra defeitos de fabricação de no mínimo 12 meses; ou se a garantia de fábrica for com prazo superior, considerar-se-á o da superior.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR TOTAL, PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

- 3.1 O valor total do presente Contrato é de R\$, para constante na cláusula primeira deste termo.
- 3.2 O pagamento pela entrega do objeto da presente Licitação será feito em favor da Contratada, mediante depósito ou transferência bancária em sua conta corrente, após as entregas dos serviços, acompanhados da respectiva nota fiscal.
- 3.3 O pagamento se dará mediante a entrega do objeto licitado, nas condições previstas no Termo de Referência do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias após a certificação da Nota Fiscal.
- 3.4 O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.
- 3.5 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.6 Este contrato poderá ser revisto para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

3.7 O pedido, fundamentado e devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser encaminhado ao CONTRATANTE, não sendo apreciado o pedido de revisão de preços que não comprovar o desequilíbrio sofrido.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas para a execução do objeto do presente contrato correrão por conta de dotação orçamentária vigente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1 No caso de atraso injustificado por parte do contratado para o início dos serviços ou para a conclusão final dos serviços, sujeitar-se-á as penalidades previstas no Edital e neste Contrato.

5.2 Pela inexecução total ou parcial do Contrato o CIM-AMAI poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções contratuais: advertência, multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato, suspensão temporária de participação em Licitação, impedimento de contratar com o CIM-AMAI e com todos os Municípios Consorciados por prazo não superior a 2 (dois) anos e declaração de inidoneidade, nos termos dos artigos 86 e 87, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

5.3 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, implicará na multa de 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.

5.4 Poderão ainda ser aplicadas as seguintes penalidades:

I- Por atraso ou paralização da execução superior a 10 (dez) dias do prazo de execução dos serviços, fica o CONTRATADO sujeito a multa de 15% (quinze por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato, a ser calculado desde o 11º (décimo primeiro) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.

II- Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, canceladas as ordens de serviços e aplicada multa de 20% (vinte por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor do contrato.

III - Dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao CIM-AMAI ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Contratado o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.

As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 O presente Contrato poderá ser rescindido, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 O presente Contrato terá vigência de 6(seis) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado a vigência, até o limite legal previsto nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/1994.

CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório Presencial nº 09/2022, Edital de Pregão, na forma Presencial nº 09/2022.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1 Cumprir todas as exigências constantes do edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência e no Contrato.
- 9.2 Entregar o objeto da licitação conforme especificações, quantidade e prazo descritos neste edital e no respectivo Contrato; sob pena de multa.
- 9.3 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.
- 9.4 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços e dos fornecimentos sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
- 9.5 Manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.
- 9.6 Corrigir, alterar e/ou refazer no prazo definido pelo CONTRATANTE os serviços, mesmo que entregues e aceitos, desde que comprovada a existência de vícios de qualidade ou quantidade, alterações da estabilidade que comprometam a sua integridade.
- 9.7 Assumir inteira responsabilidade civil, penal e administrativa por danos e prejuízos que causar, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- 9.8 A CONTRATADA estará vinculada ao prazo de entrega previsto no Termo de Referência.
- 9.9 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal nº 8.666/93. A inadimplência da CONTRATADA não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.
- 9.10 Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados.
- 9.11 A CONTRATADA não pode alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos.
- 9.12 Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua perfeita prestação.
- 9.13 Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço e objeto contratado.
- 9.14 Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, em especial quanto aos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500



- 9.15 Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do Objeto, devendo orientar seus empregados nesse sentido.
- 9.16 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do Gestor do Contrato inerentes à execução do Objeto contratual, desde que estejam em conformidade com as previsões editalícias, contratuais e legais.
- 9.17 O não cumprimento do disposto dos itens anteriores facultará ao CONTRATANTE a adoção de medidas objetivando possível rescisão contratual, incorrendo a CONTRATADA, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das demais penalidades legais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 Aplicam-se à execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 É competente o foro da Comarca de Xanxerê-SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavram e assinam, em (3) três vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, obrigando-se por si, seus herdeiros e/ou sucessores a cumpri-los em todos os seus termos.

Local... (SC), de de 2022.

OSCAR MARTARELLO
PRESIDENTE DO CIM-AMAI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ

CONTRATADA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO DA AMAI - CIM AMAI
RUA FLORIANO PEIXOTO, 100 - CENTRO - XANXERE -SC
(49) 3441-6600 / (49) 3441-8500